



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Relatório de Gestão

2013



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

MARÇO/2014

Relatório de Gestão apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU 63/2010, das Decisões Normativas TCU 127/2013 e 129/2013 e da Portaria TCU 175/2013.

Unidade Jurisdicionada	090027 - Tribunal Regional Federal da Primeira Região
Unidade Responsável pela Elaboração:	Secretarias do TRF/1.ª Região Secretarias Administrativas – Seções Judiciárias/1.ª Região
Unidades Gestoras integrantes da Justiça Federal da 1ª Região	
090032	Secretaria do TRF da 1.ª Região
090049	TRF/1.ª Região – Precatórios/RPVs
090002	Justiça Federal de Primeiro Grau – AM
090003	Justiça Federal de Primeiro Grau – PA
090004	Justiça Federal de Primeiro Grau – MA
090005	Justiça Federal de Primeiro Grau – PI
090012	Justiça Federal de Primeiro Grau – BA
090013	Justiça Federal de Primeiro Grau – MG
090021	Justiça Federal de Primeiro Grau – MT
090022	Justiça Federal de Primeiro Grau – GO
090023	Justiça Federal de Primeiro Grau – DF
090024	Justiça Federal de Primeiro Grau – AC
090025	Justiça Federal de Primeiro Grau – RO
090037	Justiça Federal de Primeiro Grau – AP
090038	Justiça Federal de Primeiro Grau – TO
090039	Justiça Federal de Primeiro Grau – RR

Sumário

Introdução	9
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
1.1 Identificação da unidade jurisdicionada	9
1.2 Finalidade e competências institucionais da UJ	13
1.3 Macroprocessos finalísticos	19
1.4 Macroprocessos de apoio	19
1.5 Principais parceiros	24
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	26
2.1 Planejamento da unidade	26
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	42
2.2.1 Ações	42
2.2.1.1 Ações – Orçamento fiscal e da seguridade social	42
2.2.1.2 Ações/Subtítulos – Orçamento fiscal e da seguridade social	58
2.2.1.3 Ações não previstas na loa/2013 – restos a pagar não processados – Orçamento fiscal e da seguridade social	58
2.2.1.4 Análise situacional	61
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão	77
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	77
3.1 Estrutura de governança	77
3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos	78
3.3 Sistema de correição	79
3.4 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos	88
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	95
4.1 Execução das despesas	95
4.1.1 Programação de despesas	95
4.1.1.1 Análise crítica	95
4.1.2 Movimentação de créditos interna e externa	98
4.1.3 Realização da despesa	102
4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários - total	102
4.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ	102
4.1.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total	103
4.1.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ	104
4.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos por movimentação	104
4.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos por movimentação	105
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa	106
4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	111
4.2.1 Passivos por insuficiência de créditos ou recursos	111
4.2.1.1 Análise crítica	113
4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	113
4.3.1 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores	113
4.3.1.1 Análise crítica	115
4.4 Suprimento de fundos	124
4.4.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio de conta tipo “B” – série histórica	124
4.4.2 Suprimento de fundos – conta tipo “B” – UG e suprido	126
4.4.3 Prestações de contas de suprimento de fundos	151
4.4.4 Análise crítica	153
4.5 Gestão de precatórios	157

5.5.1	Requisições e precatórios da administração direta	157
4.5.2	Requisições e precatórios da administração indireta	157
4.5.3	Análise crítica	158
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada	159
5.1.2	Qualificação da força de trabalho	160
5.1.2.1	Estrutura de cargos e funções	160
5.1.2.2	Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade	161
5.1.2.3	Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade	161
5.1.3	Custos de pessoal da unidade jurisdicionada	162
5.1.4	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	162
5.1.4.1	Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria	162
5.1.4.2	Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada	163
5.1.5	Cadastramento no Sisac	164
5.1.5.1	Atos sujeitos à comunicação ao tribunal por intermédio do sisac	164
5.1.5.2	Atos sujeitos à comunicação ao TCU	164
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	165
5.1.6	Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	165
5.1.7	Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos	165
5.1.8	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	166
5.2	Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários	166
5.2.1	Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada	166
5.2.2	Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão	168
5.2.3	Análise crítica sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene, vigilância ostensiva e de locação de mão de obra	174
5.2.4	Composição do quadro de estagiários	186
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	186
6.1	Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	186
6.1.1	Informações sobre a frota de veículos	187
6.1.1.1	Análise crítica	188
6.2	Gestão do patrimônio imobiliário	189
6.2.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial	189
6.2.2	Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóveis funcionais	191
6.2.3	Análise crítica sobre os bens imóveis de uso especial, exceto imóveis funcionais	193
6.2.4	Discriminação de imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UJ	200
6.2.4.1	Análise crítica	201
6.3	Bens imóveis locados de terceiros	203
6.3.1	Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial locados de terceiros	203
6.3.2	Discriminação de bens imóveis de uso especial locados de terceiros	205
6.3.3	Análise crítica	207
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	214
7.1	Gestão da tecnologia da informação	214
7.1.1	Gestão de TI	214
7.1.2	Análise crítica	216
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	226
8.1	Gestão ambiental e licitações sustentáveis	226
8.2	Política de separação de resíduos recicláveis descartados	227
8.3	Consumo de papel, energia elétrica e água	234
9.	CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	236
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU	236
9.1.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício	236

9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício	242
9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno	242
9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício	243
9.2.2 Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento ao final do exercício	273
9.3 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei 8.730/93	293
9.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93	293
9.3.2 Situação do cumprimento das obrigações	294
9.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário	294
9.5 Alimentação Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais e Siconv – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria	295
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	296
10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc, contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas	296
10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos resultantes da atuação da unidade	297
10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade	297
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	298
11.1 Medidas estabelecidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	298
11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	298
11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis	298
Conclusão	299
Anexo I – Lista de gestores das Seções Judiciárias vinculadas à Unidade Jurisdicionada	302
Anexo II - Organograma funcional	303

LISTA DE ABREVIATURAS

AJUFE	Associação dos Juizes Federais do Brasil
AQ	Adicional de Qualificação
ASCOM	Assessoria Comunicação
ASJUR	Assistência Judiciária da Diretoria do Foro
ASREP	Assessoria de Representação e Programação Social
ATS	Adicional de Tempo de Serviço
BSC	Balanced Scorecard
CGU	Controladoria Geral da União
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
COGER	Corregedoria – Geral
COJEF	Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais
CPC	Código de Processo Civil
CPL	Comissão Permanente de Licitação
CREA	Conselho de Registro de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
DETRAN	Departamento de Transporte Nacional
DICOC	Divisão de Análise e Controle da Contabilização
DIEST	Divisão de Estatística
DIREF	Diretoria do Foro
DISEG	Divisão de Segurança
DIVEA	Divisão de Verificação e Análise
DOU	Diário Oficial da União
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
GAJ	Gratificação de Atividade Judiciária
GDF	Governo de Distrito Federal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INFOJUD	Sistema de Informações ao Judiciário
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
JEF	Juizado Especial Federal
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OCI	Órgão do Controle Interno
PRESI	Presidência – TRF/1.ª Região
SECAD	Secretaria de Administração – TRF/1.ª Região
	Secretaria Administrativa – Seções Judiciárias
SECBE	Secretaria de Bem-Estar Social
SECGE	Secretaria de Gestão e Inovação Estratégica
SECIN	Secretaria de Tecnologia da Informação
SECOI	Secretaria de Controle Interno
SECOR	Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro
SECRE	Secretaria de Recursos Humanos
SEGEP	Secretaria Geral de Presidência
SESI	Serviço Social de Indústria
SIAF	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SICAF	Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores
SIGplan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SINAPI	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
TJDFT	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios
TER	Tribunal Regional Eleitoral
UA	Unidade Administrativa
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurisdicionada
VPI	Vantagem Pecuniária Individual
VPNI	Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Identificação da Unidade Jurisdicionada	9
Quadro 2 – Ações – OFSS	42
Quadro 3 – Ações Não Previstas na LOA/2013 – Restos a Pagar - OFSS	58
Quadro 4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	78
Quadro 5 – Programação de Despesas	95
Quadro 6 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	98
Quadro 7 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	99
Quadro 8 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	102
Quadro 9 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ	102
Quadro 10 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	103
Quadro 11 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ	104
Quadro 12 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos por Movimentação	104
Quadro 13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos por Movimentação	105
Quadro 14 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	112
Quadro 15 – Restos a Pagar Inscritos em Exercícios Anteriores	113
Quadro 16 – Despesas Realizadas por Meio de Conta Tipo “B” – Série Histórica	124
Quadro 17 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)	126
Quadro 18 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B”)	151
Quadro 19 – Requisições e Precatórios – Administração Direta	157
Quadro 20 – Requisições e Precatórios - Administração Indireta	157
Quadro 21 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12	158
Quadro 22 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ	159
Quadro 23 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação Apurada em 31/12)	160
Quadro 24 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária (Situação Apurada em 31/12)	161
Quadro 25 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade (Situação Apurada em 31/12)	161
Quadro 26 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	162
Quadro 27 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação Apurada em 31/12	162
Quadro 28 – Instituidores de Pensão – Situação Apurada em 31/12	163
Quadro 29 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	164
Quadro 30 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	164
Quadro 31 – Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac	165
Quadro 32 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	167
Quadro 33 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	168
Quadro 34 – Composição do Quadro de Estagiários	186
Quadro 35 – Veículos Próprios	187
Quadro 36 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	189
Quadro 37 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóveis Funcionais	191
Quadro 38 – Discriminação de Bens Imóveis Funcionais da União sob a Responsabilidade da UJ	200
Quadro 39 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	203
Quadro 40 – Discriminação de Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	205
Quadro 41 – Gestão da Tecnologia da Informação da UJ	214
Quadro 42 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	226
Quadro 43 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	234
Quadro 44 – Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	236
Quadro 44 – Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	236
Quadro 45 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI	243
Quadro 46 – Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício	273
Quadro 47 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	293
Quadro 48 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	294
Quadro 48 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013	295
Quadro 49 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no Siasg e no Siconv	295
Quadro 50 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	298

INTRODUÇÃO

Em cumprimento à Instrução Normativa TCU 63, de 1º/9/2010, combinada com as Decisões Normativas TCU 127, de 15/5/2013, 129, de 14/8/2013, e Portaria TCU 175 de 12/7/2013, as quais disciplinam a organização e a apresentação do Relatório de Gestão, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região apresenta neste relatório as principais informações relativas ao desempenho de sua gestão durante o exercício de 2013.

O Relatório está subdividido nos tópicos detalhados a seguir.

Identificação e atributos da unidade jurisdicionada, contendo os elementos identificadores completos da UJ, as normas relacionadas à sua constituição e gestão, incluindo orientações, publicações e manuais publicados no exercício de 2013.

Planejamento da Unidade Jurisdicionada e resultado alcançados.

Estrutura de governança e de autocontrole da gestão.

Tópicos especiais da execução orçamentária e financeira.

Gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados.

Gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário.

Gestão da tecnologia da informação e gestão do conhecimento.

Gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental.

Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas.

Relacionamento com a sociedade.

Informações contábeis.

Os itens 9.3 (Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna) e 12 (Outras informações sobre a gestão), do Anexo II (Parte A - Conteúdo Geral) da DN TCU 127/2013, alterada pela DN 129/2013, bem como os subitens 2.2.1 (Programa Temático), 2.2.2 (Objetivos), 4.5.3 (Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF), 5.2.1 (Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão, 5.2.2 (Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados) e 5.1.5.4 (Atos sujeitos à remessa ao TCU em meio físico) da Portaria TCU 175/2013, não se aplicam ao TRF/1.ª Região e às Seções Judiciárias vinculadas.

São responsáveis pelas informações prestadas pelas Seções Judiciárias integrantes da Justiça Federal de 1.º Grau da 1.ª Região os gestores identificados no Anexo I.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Identificação da unidade jurisdicionada

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Judiciário		
Órgão de Vinculação: Justiça Federal/Conselho da Justiça Federal		Código SIORG: Não se aplica
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora		
Denominação completa: Tribunal Regional Federal da 1.ª Região		
Denominação abreviada: TRF/1.ª Região		
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: 12102	Código SIAFI: 090027

Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 03.658.507/0001-25
Principal Atividade: Justiça			Código CNAE: 8423-0/00
Telefones/Fax de contato:	Presidência	Diretoria-Geral	Secretaria de Administração:
	(061) 3226-9337	(061) 3321-3739	(061) 3410-3400
	(061) 3314-5563	(061) 3314-5274	(061) 3410-3401
	(061) 3322-1022 (fax)	(061) 3226-6431 (fax)	(016) 3410-3408 (fax)
Endereço eletrônico: presidente@trf1.jus.br , diges@trf1.jus.br e secad.trf1@trf1.jus.br			
Página da Internet: http://www.trf1.jus.br			

Endereço Postal:

SAU/Sul – Quadra 2, Bloco A, Praça dos Tribunais Superiores – Edifício-Sede I - CEP: 70070-900

SAU/Sul – Quadra 2, Bloco K, Praça dos Tribunais Superiores – Edifício-Sede II - CEP: 70070-900

SAU/Sul – Quadra 1, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores – Edifício Anexo I - CEP: 70096-900

SBS – Quadra 2, Lote 16, Bloco D, Edifício Adriana – Edifício Anexo II CEP.: 70070-100

SAU/Sul – Quadra 1, Bloco C, Praça dos Tribunais Superiores – Edifício Anexo III – - CEP: 70096-900

SAU/Sul – Quadra 2, Lote 7A - Edifício Dona Marta XVIII - CEP.: 70070-900

SGON – Quadra 1, Lote 100/110/120 – Base Operacional de Serviços Administrativos - CEP.: 70610-610

SCES – Trecho 2, Lote 21 – Centrejufe – Centro de Treinamento da Justiça Federal - CEP.: 70.200-970

Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Seção IV – Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juizes Federais, artigos 106 a 109.
Emenda Constitucional 45, de 8/12/2004	Altera dispositivos dos arts. 5.o, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.
Lei 5.010, de 30/5/1966	Organiza a Justiça Federal de primeira instância e dá outras providências.
Decreto-Lei 253, de 28/02/1967	Modifica a Lei 5.010, de 30/5/1966, e dá outras providências.
Lei 5.677, de 19/7/1971	Dispõe sobre o Quadro de Juizes e o Quadro Permanente da Justiça Federal de Primeira Instância, extingue as seções Judiciárias dos Territórios do Amapá, de Roraima e de Rondônia, e dá outras providências.
Lei 7.030, de 13/9/1982	Cria a Seção Judiciária da Justiça Federal no Estado de Rondônia e dá outras providências.
Lei 7.178, de 19/12/1983	Dispõe sobre a reorganização da estrutura da Justiça Federal de Primeira Instância, e dá outras providências.
Lei 7.727, de 9/1/1989	Dispõe sobre a composição inicial dos Tribunais Regionais Federais e sua instalação, cria os respectivos quadros de pessoal e dá outras providências.
Lei 8.251, de 24/10/1991	Dispõe sobre a criação das Seções Judiciárias dos Estados de Tocantins, Amapá e Roraima, reestrutura os serviços da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1.ª Região, e dá outras providências.
Lei 9.642, de 25/5/1998	Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1.ª Região, e dá outras providências.
Lei 9.788, de 19/0/1999	Dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau nas cinco Regiões, com a criação de Varas Federais e dá outras providências.
Lei 10.259, de 12/7/2001	Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.
Lei 10.772, de 21/11/2003	Dispõe sobre a criação de 183 (cento e oitenta e três) Varas Federais destinadas precipuamente à interiorização da Justiça Federal de Primeiro Grau e à implantação dos Juizados Especiais no País e dá outras providências
Lei 11.313, de 28/6/2006	Altera os arts. 60 e 61 da Lei 9.099, de 26/9/1995, e o art. 2.º da Lei 10.259, de 12/7/2001, pertinentes à competência dos Juizados Especiais Criminais, no âmbito da Justiça Estadual e da Justiça Federal.
Lei 12.011, de 4/8/2009	Dispõe sobre a criação de 230 (duzentas e trinta) Varas Federais, destinadas, precipuamente, à interiorização da Justiça Federal de primeiro grau e à implantação dos Juizados Especiais Federais no País, e dá outras providências.
Lei 12.665, de 13/6/2012	Dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, cria os respectivos cargos de Juizes Federais; e revoga dispositivos da Lei 10.259, de 12 de julho de 2001.

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura da Unidade Jurisdicionada

Resolução/Presi (TRF) 5 de 13/4/1999	Dispõe sobre a reestruturação organizacional da Justiça Federal da primeira instância da Primeira Região. Alterada pelas Resoluções: 600-018, de 16/12/2003; 600-016, de 17/12/2004; 600-017, de 20/12/2004; 600-002, de 11/2/2005; 600-003, de 22/2/2005; 600-004, de 28/2/2005; 600-060, de 22/2/2005; 600-005, de 28/2/2005; 600-010, de 30/3/2005; 600-011, de 1º/4/2005; 600-12, de 1º/4/2005; 600-018, de 28/6/2005 e 600-024, de 1º/9/2005.
Resolução/Presi (TRF) 3 de 6/2/2002	Disciplina a instalação dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais na Primeira Região e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções: 6 de 11/3/2002; 11 de 29/4/2002; 14 de 29/5/2002; 13 de 29/5/2002; 600-018 de 16/12/2003; 600-002 de 11/2/2005; 600-003 de 22/2/2005; 600-010 de 30/3/2005; 600-28 de 16/11/2005, 600-001 de 09/5/2006, 600-28 de 16/11/2005, 600-001 de 9/5/2006, 600-15 de 28/11/2007 e 600-16 de 28/11/2007.
Resolução/Presi (TRF) 19 de 18/12/2003	Autoriza a implantação de Juizados Especiais Federais Virtuais na Justiça Federal da Primeira Região Alterada pelas Resoluções: 600-011 de 16/9/2003; Resolução 600-16 de 17/12/2004 e 600-31 de 9/12/2005.
Resolução/Presi (TRF) 600-13 de 25/9/2003	Regulamenta a implantação da 7.ª e 8.ª Turma e da 4.ª Seção do TRF/1.ª Região.
Resolução/Presi (TRF) 600-16 de 28/11/2007	Cria a 3.ª Turma Recursal na Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais.
Resolução/Presi (TRF) 600-14 de 30/6/2008	Cria a 2.ª Turma Recursal na Seção Judiciária do Estado da Bahia
Resolução/Presi (TRF) 600-007 de 13/3/2009	Dispõe sobre o realinhamento administrativo do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e dá outras providências. Alterada pela Resolução/Presi 600-021, de 4/11/2009. Alterada pela Resolução Presi/Cenag 4 de 25/2/2013.
Resolução/Presi (TRF) 600-008 de 13/3/2009	Dispõe sobre o realinhamento administrativo da Justiça Federal da Primeira Instância da Primeira Região e dá outras providências. Alterada pelas Resoluções: Presi 600-021, de 4/11/2009; Presi/Cenag 13, de 8/7/2011 e Resolução Presi/Secge 16 de 1/8/2013.
Resolução/Presi/Cenag 14 de 13/5/2010	Autoriza a instalação na Primeira Região, no ano de 2010, de 19 (dezenove) das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009
Resolução/Presi/Cenag 22 de 3/11/2010	Altera a Resolução Presi/Cenag 14/2010 para autorizar a instalação de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 em Teresina/PI, Brasília/DF e Cuiabá/MT.
Resolução/Presi/Cenag 24 de 18/11/2010	Autoriza a instalação, na Primeira Região, no ano de 2011, de 19 (dezenove) varas federais criadas pela Lei 12.011/2009. Alterada pela Resolução Presi/Cenag 4, de 17/5/2011.
Resolução/Presi/Cenag 20 de 14/10/2011	Dispõe sobre a ampliação da competência do JEF da Subseção Judiciária de Santarém/PA.
Resolução/Presi/Cenag 21 de 14/11/2011	Autoriza a instalação, na Primeira Região, no ano de 2012, de varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.
Resolução Presi/Cenag 3 de 24/2/2012	Define a jurisdição das varas federais das Seções e Subseções Judiciárias da 1ª Região. Alterada pela Resolução Presi/Cenag 9 de 18/6/2013.
Resolução Presi/Cenag 6 de 15/3/2012 Resolução Presi/Cojef 20 de 18/10/2012 Resolução Presi/Cenag 22 de 19/12/2012	Aprova o Regulamento Geral das Centrais de Mandatos da Justiça Federal da 1ª Região, contendo normas gerais para o funcionamento dessas unidades, bem como para as atividades dos oficiais de justiça no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região. Procedimento de implantação do AJG/CJF. Autoriza a instalação, na Primeira Região, no ano de 2013, varas federais criadas pela Lei 12.011/2009. Alterada pela Resolução Presi/Cenag 19 de 23/8/2013.
Resolução Presi/Cenag 5 de 22/3/2013 Resolução Presi/ Secge 15 de 1/8/2013 Resolução Presi/Secge 33 de 19/12/2013	Dispõe sobre Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais. Dispõe sobre o Realinhamento administrativo do TRF1 e dá outras providências. Autoriza a instalação, na 1ª Região, no ano de 2014, de 18 varas federais criadas pela Lei 12.011/2009.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Emenda Regimental 07 de 26/8/2010	Regimento Interno do TRF-1.ª Região.
Provimento Coger 38 de 12/6/2009	Provimento Geral da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da Primeira Região. Alterado pelo Provimento Coger 39 de 3/11/2009.
Resolução 2 de 10/1/2002	Regimento Interno da Corregedoria-Geral da Justiça Federal da 1.ª Região.
Resolução Presi 600-008 de 5/7/2004	Regimento Interno da Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência nas Turmas Recursais dos JEFs.
Resolução Presi 600-029 de 31/12/2008	Estatuto da Escola da Magistratura Federal da Primeira Região – ESMAF.
Resolução Presi/Cojef 16 de 10/6/2010	Regimento Interno das Turmas Recursais dos Juizados Especiais da Primeira Região, de 10/6/2010. Alterado em 15/8/2011. Alterado pela Resolução Presi/Cojef 15 de 15/8/2011.
Portaria Presi 650-265 de 27/5/2004	Manual de Atribuições do TRF-1.ª Região.
Portaria Presi 600-35 de 19/2/2008	Regulamento de Serviço do TRF-1.ª Região.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
090027 -	Secretaria do TRF da 1.ª Região
090032 -	Secretaria do TRF da 1.ª Região – Orçamentária
090049 -	Tribunal Regional da 1.ª Região – Precatórios e RPVs
090002 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – AM
090003 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – PA
090004 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – MA
090005 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – PI
090012 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – BA
090013 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – MG
090021 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – MT
090022 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – GO
090023 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – DF
090024 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – AC
090025 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – RO
090037 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – AP
090038 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – TO
090039 -	Justiça Federal de Primeiro Grau – RR

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão

090027 - Secretaria do TRF da 1.ª Região	00001 – Tesouro Nacional
090032 - Secretaria do TRF da 1.ª Região – Orçamentária	
090049 - TR da 1.ª Região – Precatórios e RPs	
090002 - Justiça Federal de Primeiro Grau – AM	
090003 - Justiça Federal de Primeiro Grau – PA	
090004 - Justiça Federal de Primeiro Grau – MA	
090005 - Justiça Federal de Primeiro Grau – PI	
090012 - Justiça Federal de Primeiro Grau – BA	
090013 - Justiça Federal de Primeiro Grau – MG	
090021 - Justiça Federal de Primeiro Grau – MT	
090022 - Justiça Federal de Primeiro Grau – GO	
090023 - Justiça Federal de Primeiro Grau – DF	
090024 - Justiça Federal de Primeiro Grau – AC	
090025 - Justiça Federal de Primeiro Grau – RO	
090037 - Justiça Federal de Primeiro Grau – AP	
090038 - Justiça Federal de Primeiro Grau – TO	
090039 - Justiça Federal de Primeiro Grau – RR	

1.2 Finalidade e competências institucionais da UJ

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região, com sede na Capital Federal e jurisdição no Distrito Federal e nos Estados do Acre, do Amapá, do Amazonas, da Bahia, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, do Piauí, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins, compõe-se de vinte e sete juízes vitalícios, nomeados pelo presidente da República, sendo vinte e um entre juízes federais, três entre advogados e três entre membros do Ministério Público, com observância do que preceitua o art. 107 da Constituição Federal.

Conforme o artigo 108 da Constituição Federal, o TRF/1.ª Região tem competência para processar e julgar, em grau de recurso, as causas decididas pelos juízes federais e pelos juízes estaduais no exercício da competência federal da área de sua jurisdição. E, originariamente, juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral; as revisões criminais e as ações rescisórias de julgados seus ou dos juízes federais da Região; os mandados de segurança e os habeas data contra ato do próprio Tribunal ou de juiz federal; os habeas corpus, quando a autoridade coatora for juiz federal, e os conflitos de competência entre juízes federais vinculados ao Tribunal.

No TRF/1.ª Região, a função jurisdicional é exercida pelos Desembargadores Federais nos órgãos julgadores Plenário, Corte Especial e quatro Seções, estas integradas por oito Turmas Especializadas, constituída cada uma de três desembargadores federais. A 1.ª e a 2.ª Turmas compõem a 1.ª Seção; a 3.ª e a 4.ª Turmas, a 2.ª Seção; a 5.ª e a 6.ª Turmas, a 3.ª Seção; a 7.ª e a 8.ª Turmas, a 4.ª Seção.

Funciona, ainda, no TRF/1.ª Região, o Conselho de Administração, destinado à formulação e implantação das políticas administrativas.

A competência jurisdicional do Tribunal está subdividida em quatro áreas de especialização, estabelecidas em razão da matéria principal, a saber:

- I – benefícios assistenciais, previdenciários do regime geral da previdência social e de servidores públicos;
- II – penal, improbidade administrativa e desapropriação;
- III – administrativo, civil e comercial;
- IV – tributário, financeiro e conselhos profissionais.

Na Justiça Federal de 1.º Grau da Primeira Região, as atividades judicantes são exercidas nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais pelos Juízes Federais e Juízes Federais Substitutos.

A Justiça Federal conta com Varas de competência geral (cível e criminal) e especializadas em execuções fiscais, benefícios previdenciários, matéria agrária, criminal e de Juizado Especial Federal. As Varas das Subseções Judiciárias possuem competência para processar e julgar ações cíveis em geral e as de natureza criminal, e, onde não há Vara de JEF, o Juizado funciona como adjunto.

A estrutura da Justiça Federal da Primeira Região em 2013 sofreu significativa alteração, com a criação de novas varas pela Lei 12.011/2009. A referida lei atribuiu competência ao Conselho da Justiça Federal para definir a localização de 230 varas federais, sendo destinadas à Primeira Região 94 varas, que serão implantadas até 2014, conforme as Resoluções CJF 102, de 14/4/2010, 113, de 26/8/2010, e 181, de 23/12/2011.

Por meio da Portaria Presi/Cenag 179 de 27/4/2010, alterada pela Portaria Presi/Cenag 462 de 14/11/2011, o TRF/1.ª Região designou comissão para identificar as necessidades e adotar as providências preliminares para a instalação das varas federais criadas pela Lei 12.011/2009 na Primeira Região.

A Resolução Presi/Cenag 22 de 19/12/2012 autorizou a instalação em 2013 de 19 das varas previstas. E a Resolução Presi/Secge 20 de 27 de agosto de 2013 autorizou, no mesmo ano, a instalação de 3 varas federais na Seção Judiciária do Amapá, criadas de forma exclusiva pela Lei 12.762, de 19 de dezembro de 2012, conforme Quadro 2.

QUADRO I – VARAS FEDERAIS INSTALADAS NA 1.ª REGIÃO EM 2013
LEI 12.011/2009 - VARAS INSTALADAS EM 2013

SJ	Município	Vara	Tipo	Competência	Portaria	Data
MT	Cáceres	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	399 de 19/12/12	25/1/13
MG	Uberaba	3ª Vara Federal	JEF	Cível e Criminal	7 de 22/1/13, alterada pela 11 de 29/1/2013	26/2/13
MT	Cuiabá	8ª Vara Federal	Cível	Cível	21 de 13/2/2013	12/3/2013
MG	Montes Claros	3ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	25 de 21/2/2013	18/3/2013
MG	Juiz de Fora	5ª Vara Federal	JEF	Cível e Criminal	28 de 27/2/2013	25/3/2013
PI	Teresina	8ª Vara Federal	JEF	Cível	267 de 8/3/2013	5/4/2013
PA	Belém	11ª Vara Federal	JEF	Cível	71 de 21/5/2013	11/6/2013
TO	Palmas	4ª Vara Federal	Especializada	Criminal	72 de 27/5/2013	24/6/2013
PA	Itaituba	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	104 de 25/6/13, alterada pela 109 de 3/6/13, alterada pela 127 de 5/8/2013	23/7/2013
MT	Juína	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	106 de 28/6/13, alterada pela 112 de 5/7/13, alterada pela 119 de 18/7/2013	30/7/2013
MG	Patos de Minas	2ª Vara Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	122 de 22/7/2013	20/8/2013
MA	São Luís	11ª Vara Federal	Especializada	Execuções Fiscais	128 de 5/8/2013	26/8/2013
MG	Uberaba	4ª Vara Federal	Cível e Criminal	Cível e Criminal	134 de 23/8/2013	19/9/2013
RO	Vilhena	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	138 de 30/8/2013	26/9/2013

BA	Bom Jesus da Lapa	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e Criminal	148 de 16/9/2013	15/10/2013
MG	Uberlândia	5ª Vara Federal	Especializada	Execução Fiscal	157 de 26/9/2013	25/10/2013
AP	Macapá (*)	4ª Vara Federal	Especializada em Criminal com JEF adjunto	Criminal	174 de 14/10/2013	12/11/2013
AP	Macapá (*)	5ª Vara Federal	JEF	Cível	174 de 14/10/2013	12/11/2013
AP	Macapá (*)	6ª Vara Federal	Cível	Cível	174 de 14/10/2013	12/11/2013
PI	São Raimundo Nonato	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	192 de 14/11/2013	29/11/2013
BA	Salvador	24ª Vara Federal	Especializada	Execução Fiscal	199 de 26/11/2013	6/12/2013
AC	Cruzeiro do Sul	Vara Única Federal	Geral com JEF adjunto	Cível e criminal	198 de 26/11/2013	13/12/2013

(*) Varas Federais criadas por meio da Lei Federal nº 12.762, de 19/12/2012.

A 1.ª Região conta com 16 Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais, sendo duas na Bahia, três em Minas Gerais, uma conjunta (Pará e Amapá) e as demais distribuídas uma em cada um dos outros Estados que integram a Região.

A Lei 12.665/2012, ao estruturar permanentemente as turmas recursais, definiu que a Justiça Federal da 1ª Região é composta por 25 turmas recursais (16 já existentes + 9 novas turmas), cada uma formada por 3 juízes titulares e por 1 juiz suplente. Contudo, apenas 13 turmas foram estruturadas permanentemente com cargos de juiz federal de turma recursal. A Corte Especial Administrativa do TRF1, em 19 de dezembro de 2013, decidiu sobre a localização das remanescentes 12 turmas recursais, que serão instaladas no curso do ano de 2014. Segue quadro abaixo com as localizações, conforme decisão da Corte, que somente veio a ser publicada em janeiro de 2014 (Resolução Presi Secge 01, de 10/01/2014):

QUADRO II – LOCALIZAÇÃO DAS TURMAS RECURSAIS APROVADA EM 2013

TURMA RECURSAL	SEDE	JURISDIÇÃO
Turma Recursal do Estado do Acre	Rio Branco/AC	Municípios do Estado do Acre
Turma Recursal dos Estados do Amazonas e de Roraima	Manaus/AM	Municípios dos Estados do Amazonas e de Roraima
1ª Turma Recursal do Estado da Bahia	Salvador/BA	Municípios do Estado da Bahia
2ª Turma Recursal do Estado da Bahia		
3ª Turma Recursal do Estado da Bahia		
4ª Turma Recursal do Estado da Bahia		
1ª Turma Recursal do Distrito Federal	Brasília/DF	Mesma jurisdição da Seção Judiciária do Distrito Federal
2ª Turma Recursal do Distrito Federal		
3ª Turma Recursal do Distrito Federal		
1ª Turma Recursal do Estado de Goiás	Goiânia/GO	Municípios do Estado de Goiás
2ª Turma Recursal do Estado de Goiás		
1ª Turma Recursal do Estado do Maranhão	São Luis/MA	Municípios do Estado do Maranhão
2ª Turma Recursal do Estado do Maranhão		
Turma Recursal do Estado de Mato Grosso	Cuiabá/MT	Municípios do Estado de Mato Grosso
1ª Turma Recursal do Estado de Minas Gerais	Belo Horizonte/MG	Municípios do Estado de Minas Gerais
2ª Turma Recursal do Estado de Minas Gerais		
3ª Turma Recursal do Estado de Minas Gerais		
4ª Turma Recursal do Estado de Minas Gerais		
1ª Turma Recursal dos Estados do Pará e do Amapá	Belém/PA	Municípios dos Estados do Pará e do Amapá

2ª Turma Recursal dos Estados do Pará e do Amapá		
Turma Recursal do Estado do Piauí	Teresina/PI	Municípios do Estado do Piauí
Turma Recursal do Estado de Rondônia	Porto Velho/RO	Municípios do Estado de Rondônia
Turma Recursal do Estado de Tocantins	Palmas/TO	Municípios do Estado do Tocantins

Destaca-se, ainda, a Turma Regional de Uniformização de Jurisprudência – TRU nas Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da 1.ª Região, composta pelos juízes Presidentes das Turmas Recursais e presidida pelo Coordenador Regional dos Juizados Especiais Federais da Primeira Região. Compete à Turma Regional julgar pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões das Turmas Recursais na Primeira Região sobre questões de direito material.

A Justiça Federal da 1.ª Região chegou ao final de 2013 com 273 varas em funcionamento, sediadas em 14 seções judiciárias e em 77 subseções judiciárias, conforme Quadros III e IV.

QUADRO III – DISTRIBUIÇÃO DE VARAS FEDERAIS NA PRIMEIRA REGIÃO

Tipo	Quantidade
Varas nas Capitais	169
Varas no Interior	104
Total de Varas	273*
Turmas Recursais	16
JEFs Adjuntos a Varas de Capital	23
JEFs Adjuntos a Varas de Interior	92
JEFs Destacados	1

* Destas, 48 varas com competência exclusiva de juizado especial federal

Fonte:Coordenação dos Juizados Especiais Federais – COJEF/TRF1

QUADRO IV – LOCALIZAÇÃO DE VARAS FEDERAIS NA PRIMEIRA REGIÃO

Estado	Localização	Quantidade
Acre	Capital	4
	Interior:	1
	Cruzeiro do Sul	1
Amapá	Capital	6
	Interior:	2
	Laranjal do Jari	1
	Oiapoque	1
Amazonas	Capital	8
	Interior:	2
	Tabatinga	1
	Tefé	1
Bahia	Capital	24
	Interior	17
	Alagoinhas	1
	Barreiras	1
	Campo Formoso	1
	Eunápolis	1
	Feira de Santana	2

	Guanambi	1
	Ilhéus	1
	Irecê	1
	Itabuna	1
	Bom Jesus da Lapa	1
	Jequié	1
	Juazeiro	1
	Paulo Afonso	1
	Teixeira de Freitas	1
	Vitória da Conquista	2
Distrito Federal	Capital	27
Goiás	Capital	16
	Interior	8
	Anápolis	1
	Aparecida de Goiânia	1
	Formosa	1
	Itumbiara	1
	Jataí	1
	Luziânia	1
	Rio Verde	1
	Uruaçu	1
Maranhão	Capital	11
	Interior	4
	Bacabal	1
	Caxias	1
	Imperatriz	2
Mato Grosso	Capital	8
	Interior	8
	Barra do Garças	1
	Cáceres	2
	Diamantino	1
	Juína	1
	Rondonópolis	1
	Sinop	2
Minas Gerais	Capital	34
	Interior	42
	Contagem	2
	Divinópolis	2
	Governador Valadares	2
	Ipatinga	2
	Juiz de Fora	5
	Lavras	1
	Manhuaçu	1
	Montes Claros	3
	Muriaé	1
	Paracatu	1
	Passos	1

	Patos de Minas	2
	Ponte Nova	1
	Pouso Alegre	2
	São João Del Rei	1
	São Sebastião do Paraíso	1
	Sete Lagoas	1
	Teófilo Otoni	1
	Uberaba	4
	Uberlândia	5
	Unaí	1
	Varginha	1
	Viçosa	1
Pará	Capital	11
	Interior	10
	Altamira	1
	Castanhal	1
	Itaituba	1
	Marabá	2
	Paragominas	1
	Redenção	1
	Santarém	2
	Tucuruí	1
Piauí	Capital	8
	Interior	4
	Parnaíba	1
	Picos	1
	Floriano	1
	São Raimundo Nonato	1
Rondônia	Capital	5
	Interior	4
	Guajará-Mirim	1
	Ji-Paraná	2
	Vilhena	1
Roraima	Capital	3
Tocantins	Capital	4
	Interior	2
	Araguaína	1
	Gurupi	1
	Total Capital	169
	Total Interior	104
	Total Geral	273

Fonte:Coordenação dos Juizados Especiais Federais – COJEF/TRF1

As Seções Judiciárias que integram o Tribunal Regional Federal da Primeira Região são organizadas em seis padrões distintos, a saber:

Padrão 1 – Amapá, Roraima, e Tocantins;

- Padrão 2 – Acre e Rondônia;
- Padrão 3 – Amazonas, Mato Grosso e Piauí;
- Padrão 4 – Maranhão e Pará;
- Padrão 5 – Goiás;
- Padrão 6 – Bahia, Minas Gerais e Distrito Federal.

1.3 Macroprocessos finalísticos

ATIVIDADES JUDICIÁRIAS E SECRETARIA JUDICIÁRIA

- Registro autuação e distribuição
- Expedição de certidões
- Processamento de Agravos de Instrumento
- Processamento de RE e REsp
- Processamentos de Petições
- Elaboração de Notas Taquigráficas
- Julgamento
- Publicação de Acórdãos
- Baixa de Agravo
- Procedimento ordinário
- e-CNJ
- Processamento Recursos Inominados (Turma Recursal)

1.4 Macroprocessos de apoio

ADMINISTRAÇÃO GERAL

- Acompanhar Atas de Registro de Preços
- Atender à Logística de Viagens a Serviço de Passagens e Diárias: Diárias e Passagens
- Disponibilizar atos normativos
- Sistema de Divulgação de Atos do Tribunal
- Elaborar Formulários
- Elaborar Normas: Elaboração de Portaria, Resolução e Instrução Normativa
- Executar Contratos: controle de Garantia; controle de vigência; elaboração e acompanhamento de contratos e gestão de contratos
- Executar: execução de convênio, gestão de convênios; manutenção e devolução de garantias contratuais
- Executar Penalidades: instruir processo de penalidades; registrar penalidades
- Gerir Arquivo: descarte de documentos; descarte de processos; receber documentos para arquivamento; receber processo para arquivamento; solicitação de vista de processo
- Gerir Comunicação Social: jornalismo impresso; comunicação audiovisual; jornalismo on-line; via legal
- Gerir Material e Patrimônio: atender solicitações de materiais; controlar e repor estoques; desfazimento por baixa de bens; desfazimento por cessão de bens; elaboração de balancete mensal de bens móveis; elaboração de inventário anual de bens móveis; incorporação de bens permanentes; realizar

conferência física anual de bens móveis

- Gerir Planejamento Estratégico: planejamento estratégico
- Gerir Protocolo: autuação de processos administrativos, protocolo de documentos administrativos
- Gerir Serviços de Copa e Limpeza: administrar material consumo de copa e cozinha
- Gerir Serviços de Manutenção de Veículos: controlar abastecimento de combustível; gerenciar manutenção de veículos
- Gerir Serviços de Manutenção Predial: executar manutenção corretiva e alterações; executar manutenção preventiva
- Gerir Serviços de Ouvidoria: Ouvidoria Administrativa
- Gerir Serviços de Segurança: gerenciamento de controle de entrada de pessoas e veículos; gerenciamento de controle-crachá
- Gerir Serviços de Transporte: acidente veicular; atendimento às requisições para utilização de viaturas; controle de taxas e seguros; elaboração de proposta para aquisição de veículos; manutenção de veículos; processo de doação de veículo
- Gerir Serviços Gráficos: atender requisição de serviços gráficos; boletim de serviço; confecção de material de divulgação institucional; confecção de publicações; revisão de documentos administrativos
- Gerir Suprimentos de Fundos: instruir suprimento de fundos
- Instruir Compras e Contratações: cadastrar fornecedores; emitir atestado de capacidade técnica: cadastrar fornecedores; emitir atestado de capacidade técnica; instruir compras e contratações; renovar cadastro de fornecedores
- Licitar: homologar licitação; licitar
- Planejar e Gerir Obra: acompanhar execução de obras em prédios novos; acompanhar execução de reformas de pequeno porte; assessorar tecnicamente licitação de projetos executivos; elaborar projetos arquitetônicos de reformas ou obras de pequeno porte; elaborar projetos básicos; gerenciar projetos executivos; gerir contrato de execução de obras e reformas

CONTROLE INTERNO

- Acompanhar legislação
- Analisar demonstrativos e relatórios contábeis
- Analisar processos de admissão e concessão de aposentadorias e pensões
- Analisar Processos de Concessão de Diárias
- Analisar Processos de Contratação de Bens e Serviços - Aspecto Legal
- Analisar processos de Despesas com Pessoal (acerto de remuneração) - Aspecto Contábil
- Analisar processos de Despesas com Pessoal - Aspecto Legal
- Analisar processos de despesas médico-hospitalares, odontológicas, psicológicas
- Analisar processos de exercícios anteriores com despesas de pessoal
- Analisar processos de folha de pagamento de pessoal - Aspecto Legal
- Analisar Processos de licitações e contratos
- Analisar Relatório Mensal de Almojarifado, Bens Móveis e Inventário
- Analisar Rol de Responsáveis
- Atualizar página da Unidade de Controle Interno na Intranet
- Cadastrar e Gerenciar Senhas de Usuário no SIAFI
- Elaborar Informativo da SECOI
- Expedir orientações acerca de normas e procedimentos
- Organizar processo de Tomada de Contas
- Planejar atividades de auditoria
- Realizar auditoria de gestão

- Realizar Auditorias operacionais
- Responder a consultas

CORREGEDORIA

- Analisar Correição Parcial
- Analisar Expediente Administrativo: analisar Alvará de Levantamento e Carta Precatória
- Analisar Processo Administrativo: vitaliciamento e processo administrativo
- Julgar Representação
- Ouvidoria: Receber documento destinado à Ouvidoria 1 e à Ouvidoria 2
- Realizar procedimento avulso
- Processar justificação de conduta
- Realizar correição extraordinária
- Realizar correição ordinária
- Realizar Inspeção
- Responder a Consultas

ENSINO

- Disponibilização de ato normativo 1ª Região

ESTATÍSTICA

- Alimentação automática do BD da estatística
- Criação de Relatórios
- Emissão de Relatórios
- Envio de Informações ao CNJ - CJF
- Estudo de linhas de tendência
- Geração de relatórios administrativos
- Importação de dados da Primeira Instância
- Publicação de dados da 1ª Instância na Web
- Publicação no Diário Oficial
- Subsídio às atividades correicionais

MAGISTRATURA

- Afastamento por Compensação
- Produtividade do Magistrado
- Vitaliciamento
- Indicar magistrados para atuarem como Diretores e Vice-Diretores do Foro e Diretores de Subseções
- Movimentação de Magistrado dentro da Seção e Subseção com de uma vara
- Permuta de Magistrado
- Conceder afastamento para curso exterior
- Indicar magistrados para atuarem como Diretor
- Conceder Transferência para outra Turma e Seção

- Conceder Auxílio Natalidade
- Concessão de diárias
- Promover Magistrado
- Carteira Funcional
- Conceder afastamento de juiz
- Promover Magistrado
- Elaborar Composição do Tribunal
- Elaborar Lista de Antiguidade de Magistrados
- Indicar Magistrados para comporem comissões
- Prestar informações solicitadas pela AGU
- Recadastramento de Aposentados
- Recadastramento de Pensionistas
- Designar Magistrados
- Incluir dependente
- Indicar Magistrados para Atuarem no TRE
- Remoção de Magistrado
- Convocar Magistrado para o TRF

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

- Acompanhamento das Despesas de Pessoal
- Acompanhamento de Projetos
- Ajustes Contábeis
- Controle da Execução Financeira
- Controle da Execução Orçamentária
- Descentralização Orçamentária
- Devolução de Pagamento
- Execução Financeira Convênios
- Execução Financeira das Sentenças Judiciais
- Execução Orçamentária
- Inclusão das Sentenças Judiciais na LOA
- Liquidação Diárias
- Liquidação Folha
- Liquidação Outras Despesas
- Liquidação Suprimento de Fundos
- Pagamento de Despesas
- Planejamento Orçamentário
- Plano Plurianual
- Programação Financeira
- Programação Financeira das Sentenças Judiciais
- Quantitativos de Pessoal
- Registro de Garantia de Contratos
- SIGPLAN
- Solicitação de Crédito Adicional
- Sub-Repasse Financeiro

RECURSOS HUMANOS

- Acompanhamento Funcional
- Acompanhar Avaliação de Desempenho de servidor
- Averbar tempo de serviço
- Cadastrar servidor
- Ceder Servidor
- Conceder Abono de Permanência
- Conceder Adicional de Insalubridade
- Conceder Adicional de Qualificação
- Conceder Aposentadoria geral Seccionais
- Conceder Aposentadoria geral TRF
- Conceder Auxílio alimentação, transporte e pré-escolar
- Conceder Auxílio Funeral
- Conceder Auxílio Moradia
- Conceder Auxílio Natalidade
- Conceder Auxílio-Saúde
- Conceder Bolsa de Estudos
- Conceder Férias versão completa
- Conceder Licença Capacitação
- Conceder licença-prêmio
- Conceder Licenças e Afastamentos
- Conceder Pagamento de Exercícios Anteriores
- Conceder Pensão - Seccionais
- Conceder Pensão TRF
- Conceder Remoção para Acompanhar Cônjuge
- Conceder Remoção por Motivo de Saúde
- Conceder Ressarcimento de Cargo Efetivo
- Controlar Empréstimos consignados
- Controlar quadro de vagas
- Controle de Estagiários
- Gerar Relatórios Anuais
- Identificar Necessidade de Desenvolvimento
- Instruir processo de acerto de servidor desligado
- Lotação Inicial do Servidor
- Movimentar Servidores
- Nomear Diretor de Secretaria
- Nomear Servidor para Ocupar Função
- Orientar a Aplicação do SISUR
- Preparar Informações GFIP
- Processar Folha de Pagamento
- Processo Seletivo Permanente de Remoção
- Programação de eventos de capacitação – externos
- Programação de Eventos de Capacitação – Internos
- Redistribuir Servidores
- Requisitar Servidor
- Reverter Aposentadoria – Seccionais
- Revisar aposentadoria – Seccionais
- Revisar Aposentadoria – TRF
- Revisar Pensão Seccionais

- Revisar Pensão TRF
- Seleção para ocupar FC
- Vacância e Exoneração
- Sentença com Impacto em Folha de Pagamento

SAÚDE

- Realizar atendimento médico, odontológico e assistência ambulatorial

COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

- Processar Processo Administrativo Disciplinar

1.5 Principais parceiros

I - Acordos de Cooperação firmados pelo Tribunal junto a(o):

NÚMERO: 0002/2013

FORNECEDOR: Faculdade Cumberland de Direito – Univ. Samford

INÍCIO: 01/03/2013 TÉRMINO: indeterminado

OBJETO: Acordo entre as partes para programas jurídicos educacionais de curta duração, que permitirão aos juizes participar tanto de programas de formação jurídica continuada quanto à programas especializados que venham a ser acordados, sem pagamento de matrícula.

PROCESSO: 02709/2012

GESTOR: ESMAF

NÚMERO: 0004/2013

FORNECEDOR: Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Advocacia Geral da União - AGU

INÍCIO: 03/05/2013 TÉRMINO: 03/05/2016

OBJETO: Acordo entre o INSS, AGU e TRF 1ª Região, com o objetivo de promover a elaboração conjunta de cursos de capacitação, nas modalidades presencial ou a distância, programas, eventos, cessão de cursos e intercâmbio de experiências educacionais.

PROCESSO: 00804/2012

GESTOR: DIREH

NÚMERO: 0003/2013

FORNECEDOR: Thomas Jefferson School of Law

INÍCIO: 28/05/2013 TÉRMINO: 28/05/2015

OBJETO: Estabelecer a cooperação educacional e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, infor-

mações e experiências entre os partícipes, visando à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, bem como ao desenvolvimento institucional.

PROCESSO: 02160/2013

GESTOR: ESMAF

NÚMERO: 0001/2013

FORNECEDOR: Tribunal de Justiça do Estado do Amapá

INÍCIO: 27/02/2013 TÉRMINO: 26/02/2014

OBJETO: Regulamentar o repasse proporcional pelo TJAP ao TRF 1ª Região e ao TRT 8ª Região das verbas depositadas nas contas especiais destinadas ao pagamento de precatórios judiciais originários do referidos tribunais.

PROCESSO: 02447/2013

GESTOR: SJ -AP

II – Termos de Cooperação firmados pelo Tribunal:

NÚMERO: 0005/2013

FORNECEDOR: Banco do Brasil S/A

INÍCIO: 10/10/2013 TÉRMINO: 10/10/2018

OBJETO: Regulamentar o estabelecimento, pelo banco, dos critérios para abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo Tribunal.

PROCESSO: 09166/2009

GESTOR: DIEFI

NÚMERO: 1113/2013

FORNECEDOR: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

INÍCIO: 27/012/2013 TÉRMINO: 26/012/2018

OBJETO: Estabelecimento de sistemática de cooperação em atividades de execução do programa de conciliação para remoção e reassentamento humanizados das famílias socioeconomicamente vulneráveis afetadas pelas obras de adequação do anel rodoviário de Belo Horizonte/MG e de duplicação da rodovia BR -381/MG –Norte (BH –Governador Valadares)

PROCESSO: 08508/2013

NÚMERO: 0016/2013

FORNECEDOR: Supremo Tribunal Federal

INÍCIO: 13/08/2013 TÉRMINO: 13/08/2018

OBJETO: Cooperação entre os órgãos partícipes, visando ao intercâmbio de conhecimento, informações e tecnologias relacionadas à educação corporativa, na modalidade presencial e a distância, e o compartilhamento de espaço físico para as ações de capacitação.

PROCESSO: 2067/2013

GESTOR: DIREH

NÚMERO: 0004/2013

FORNECEDOR: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

INÍCIO: 05/06/2013 TÉRMINO: 31/03/2014

OBJETO: O presente termo de cooperação técnica tem por objeto a instalação de postos de atendimento, nas instalações físicas do TRF 1ª Região, para a realização do cadastramento biométrico de eleitores.

PROCESSO: 04309/2013

GESTOR: SECRE

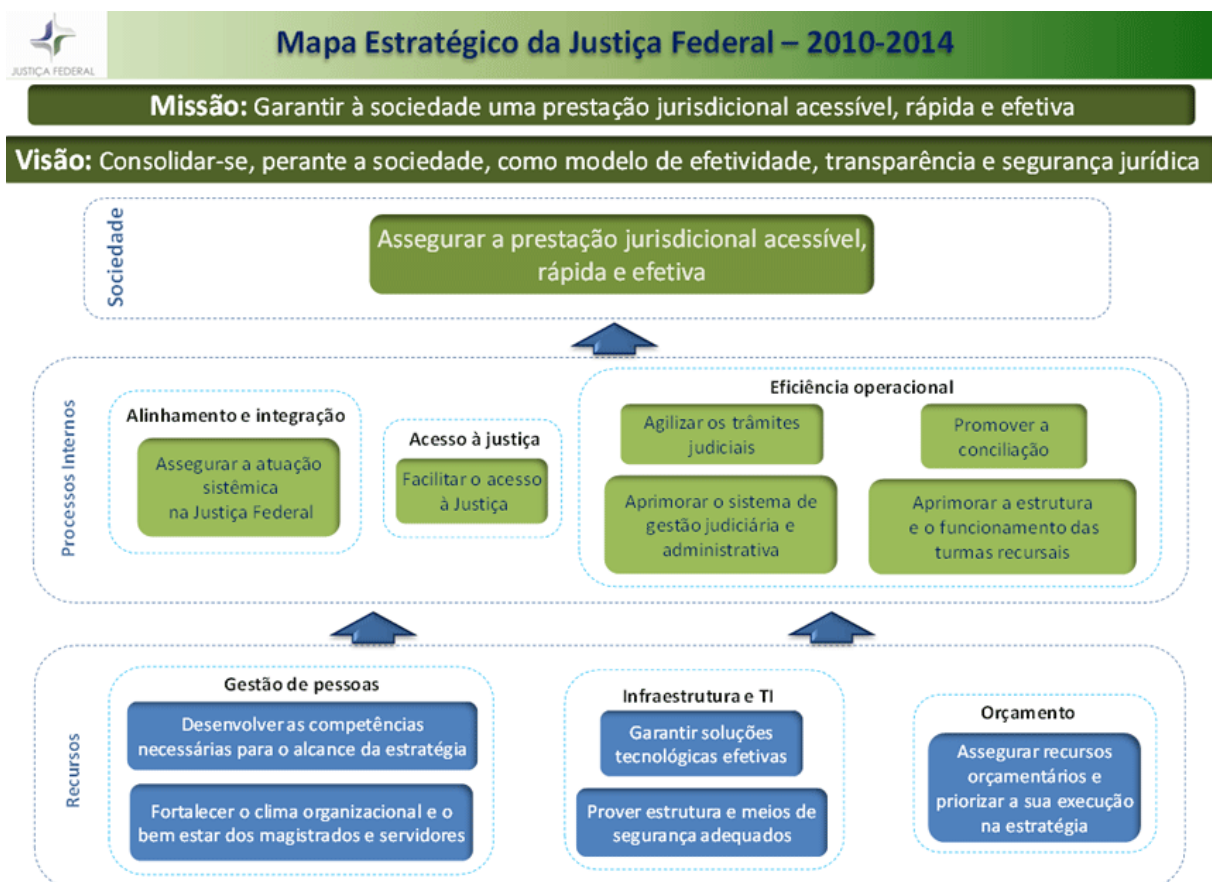
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da unidade

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JUSTIÇA FEDERAL 2010-2014





Em 2012, os tribunais regionais federais, sob a coordenação do Conselho da Justiça Federal, deram continuidade à revisão dos planos estratégicos regionais com vistas a criar um único mapa estratégico para a Justiça Federal, aprovado por meio da Resolução CJF 194 de 20 de julho de 2012.

Mapa Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região



Objetivos e indicadores estratégicos – resultados 2013

Escala de desempenho - semáforos

-  Semáforo azul – acima de 100% da meta (o resultado do indicador está acima das expectativas).
-  Semáforo verde – entre 85% a 100% da meta (o resultado do indicador está dentro da expectativa).
-  Semáforo amarelo – entre 70% e 85% da meta (o resultado do indicador está abaixo das expectativas).
-  Semáforo vermelho – abaixo de 70% do alcance da meta (o resultado do indicador está bem abaixo das expectativas).

Visão de Futuro

Consolidar-se perante a sociedade, como modelo de efetividade, transparência e segurança jurídica até 2014.

1. Taxa de alcance das Metas do Mapa Estratégico da Justiça Federal

Indicador não coletado. Falta definir um glossário contemplando as seguintes informações:

- Considera-se atingida a meta quando ela for 100% cumprida ou iremos considerar percentuais de cumprimento;
- No relatório regional, iremos considerar cumprida a meta quando tribunal e seções judiciárias atingirem a meta ou será feita a média do cumprimento, ou seja, na 1ª Região somos 15 órgãos, se 5 atingirem a meta, teremos 33,3% de cumprimento daquela meta. A fórmula precisará ser adaptada.

Perspectiva Sociedade

Objetivo estratégico: assegurar a prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva

2. Taxa de satisfação do cliente (usuário cidadão)

A previsão era de coleta do indicador em 2012 e 2014. A pesquisa, prevista para 2012, foi realizada pelo Conselho da Justiça Federal em 2013, mas ainda não há divulgação dos resultados.

Perspectiva Processos Internos

Objetivo estratégico: assegurar a atuação sistêmica na Justiça Federal (este objetivo é voltado exclusivamente ao Conselho da Justiça Federal).

3. Taxa de satisfação com o funcionamento sistêmico da Justiça Federal

Pesquisa a ser realizada pelo CJF em 2014.

4. Taxa de não aderência aos padrões e metodologias estabelecidas para a Justiça Federal

A ser coletado pelo CJF. Os critérios para orientar a coleta do indicador estão em fase concepção para discussão com as unidades de Controle Interno e Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

5. Taxa de atendimento às demandas por sistemas informatizados nacionais

Coletado pelo CJF.

Foram considerados como demandas, os sistemas informatizados abaixo, com possibilidade de unifor-

mização e utilização pelos órgãos da JF:

- ✓ Sistema informatizado de Gestão de Pessoas – SGP;
- ✓ Processo Administrativo Eletrônico - GED (SIGA – 2ª Região e CJF);
- ✓ Sistema nacional de cálculos;
- ✓ Implantação de solução integrada de pesquisas institucionais (Pesquisa de Clima nacional);
- ✓ Sistema de Assistência Judicial Gratuita - AJG (1ª R. em implantação, 2ª R. utiliza totalmente, 3ª R. utiliza de forma híbrida, 4ª R. em melhoria);
- ✓ Gerenciamento matricial de despesas/custos;
- ✓ Relatório CNJ - Resolução CNJ n. 102/2009 - Justiça em Números;
- ✓ Processo Judicial Eletrônico – Pje;
- ✓ Base de dados de boas práticas;
- ✓ Sistema de Gestão Estratégica - Sistema de gestão estratégica e gerenciamento de projetos;
- ✓ Sistema de Gestão Estratégica - Gestão orçamentária;
- ✓ Sistema de Alvará de Soltura; e
- ✓ GestãoJud.

Para efeito de cálculo do indicador, foram consideradas demandas atendidas os itens 4 e 5 (sistemas desenvolvidos, apesar de se encontrarem em processo de melhorias, em utilização pelo menos por parte dos órgãos de três regiões, considerando neste caso o CJF como uma região - total 6 órgãos).

As demandas 1 e 2, apesar de terem sido previstas no Painel Estratégico da justiça Federal 2010/2014, com a revisão do portfólio de projetos verificou-se que a maioria dos órgãos da Justiça Federal está desenvolvendo ou adquirindo soluções próprias, referentes à implantação de sistema informatizado de gestão de pessoas e de gestão documental, o que desvirtua sobremaneira o escopo dos projetos e a sua abrangência nacional.

Para que esse projeto possa ser considerado como estratégico e vinculado ao Programa Sistemas Integrados de Gestão da Justiça Federal, contribuindo, assim, com a taxa do indicador, faz-se necessária a definição pelo Comitê Gestor do Planejamento de Estratégico quanto ao desenvolvimento do projeto de abrangência nacional. Caso contrário, o desempenho do indicador, que se apresentou muito abaixo da meta estabelecida, tenderá a se manter, comprometendo, dessa forma, o alcance do objetivo no horizonte estratégico definido.

Objetivo estratégico: facilitar o acesso à justiça

6. Taxa de implantação de varas

Período de coleta de dados	2013	
	acumulado jan/jun	acumulado jan/dez
Número de varas implantadas no período	8	22
Número de varas previstas para implantação no período	19	19
REALIZADO	42,1%	115,8%
META	100,0%	100,0%
DESEMPENHO	42,1%	115,8%

Foram instaladas, no ano de 2013, 19 Varas Federais criadas pela Lei 12.011/2009, conforme quadro abaixo.

QUADRO

SJ	Localização	Vara	Competência
AC	Cruzeiro do Sul	Interior	Vara única Geral com JEF Adjunto Cível e Criminal

BA	Bom Jesus da Lapa	Interior	Vara Única Federal Geral com JEF adjunto Cível e Criminal
BA	Salvador	Capital	24ª Vara Federal Especializada Execução Fiscal
MA	São Luís	Capital	11ª Vara Federal Especializada Execução Fiscal
MG	Juiz de Fora	Interior	5ª Vara Federal Juizado Especial Federal Cível e Criminal
MG	Montes Claros	Interior	3ª Vara Federal Geral com JEF adjunto Cível e Criminal
MG	Patos de Minas	Interior	2ª Vara Federal Geral com JEF adjunto Cível e Criminal
MG	Uberaba	Interior	3ª Vara Juizado Especial Federal Cível e Criminal
MG	Uberaba	Interior	4ª Vara Federal Cível e Criminal
MG	Uberlândia	Interior	5ª Vara Federal Especializada Execução Fiscal
MT	Cáceres	Interior	2ª Vara Federal Geral com JEF Cível e Criminal
MT	Cuiabá	Capital	8ª Vara Federal Cível
MT	Juína	Interior	Vara Única Federal Geral com JEF adjunto Cível e Criminal
PA	Belém	Capital	11ª Vara Federal Juizado Especial Federal Cível
PA	Itaituba	Interior	Vara única Geral com JEF Adjunto Cível e Criminal
PI	S. Raimundo Nonato	Interior	Vara Única Federal Geral com JEF adjunto Cível e Criminal
PI	Teresina	Capital	8ª Vara Federal Juizado Especial Federal Cível e Criminal
RO	Vilhena	Interior	Vara Única Federal Geral com JEF adjunto Cível e Criminal
TO	Palmas	Capital	4ª Vara Especializada Criminal com competência concorrente crimes contra o sistema financeiro nacional, de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e os crimes praticados por organizações criminosas
TOTAL			19

Ainda, em 2013, foram instaladas mais três varas federais no Amapá, criadas pela Lei 12.076/2012.

SJ	Localização	Vara	Competência
AP	Macapá	Capital	4ª Vara Especializada em matéria Criminal, com JEF Adjunto
AP	Macapá	Capital	5ª Vara Federal Juizado Especial Federal
AP	Macapá	Capital	6ª Vara Federal Cível

7. Taxa de nomeação de cargos vagos de magistrado

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Nº de nomeações efetivadas	0	0
Nº de nomeações previstas	111	154
REALIZADO	0,0%	0,0%
META	100,0%	100,0%
DESEMPENHO	0,0%	0,0%

A Justiça Federal da 1ª Região possui 142 cargos vagos de Juiz Federal Substituto e 12 cargos vagos de Juiz Federal Titular.

Em 2013, o XV Concurso Público para o provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto foi aberto com vistas ao preenchimento, inicialmente, de 81 cargos vagos de juiz federal substituto. Em 20/10/2013, foi aplicada a prova objetiva seletiva, e, em 31/01 e 1º e 2/02/2014, foram aplicadas as provas escritas.

8. Taxa de efetividade do acesso à justiça.

Pesquisa a ser realizada em 2014.

9. Taxa de serviços judiciais definidos na carta de serviços da Justiça Federal disponíveis via web.

O Conselho da Justiça Federal iria coordenar o projeto de elaboração da Carta de Serviços da Justiça Federal, especificando aqueles que deveriam estar disponíveis via web, mas, até o momento, não o fez.

Por este motivo, não é possível a coleta do indicador.

Objetivo estratégico: agilizar os trâmites judiciais

1º grau

10. Taxa de congestionamento (conhecimento) de 1º grau

11. Taxa de processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano

12. Taxa de processos antigos julgados no 1º grau

13. Taxa de congestionamento (conhecimento) JEF

14. Taxa de processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano

15. Taxa de processos antigos julgados no JEF

DESEMPENHO NAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS DA 1ª REGIÃO – INDICADORES RELATIVOS AO OBJETIVO ESTRATÉGICO “AGILIZAR OS TRÂMITES JUDICIAIS

2013		AC	AM	AP	BA	DF	GO	MA	MG	MT	PA	PI	RO	RR	TO	1ª Região
- 10 - Congestionamento na fase de conhecimento do 1º grau	Meta	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%	52,0%
	Realizado	72,2%	74,2%	74,6%	68,9%	61,1%	62,8%	74,5%	69,6%	60,4%	72,5%	72,9%	73,6%	73,0%	64,9%	68,1%
	Desempenho	57,8%	53,7%	52,9%	64,8%	81,0%	77,5%	53,2%	63,4%	82,5%	57,3%	56,4%	54,9%	56,2%	73,2%	66,5%
- 11 - Processos no 1º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Meta	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%
	Realizado	-23,0%	-32,5%	-37,2%	-27,4%	5,8%	-19,9%	-46,8%	-11,4%	-7,4%	-14,0%	-33,2%	-32,5%	-64,5%	-24,6%	-17,5%
	Desempenho	-153,2%	-216,5%	-248,0%	-182,6%	38,9%	-132,4%	-311,7%	-75,9%	-49,6%	-93,6%	-221,1%	-216,5%	-430,2%	-163,9%	-116,4%
- 12 - Processos antigos julgados no 1º grau	Meta	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
	Realizado	30,6%	35,2%	33,3%	45,4%	48,8%	30,5%	33,6%	33,3%	23,0%	36,0%	36,0%	25,8%	42,0%	22,3%	35,1%
	Desempenho	61,2%	70,4%	66,5%	90,7%	97,6%	61,0%	67,2%	66,6%	45,9%	71,9%	72,0%	51,5%	84,0%	44,6%	70,2%
- 16 - Congestionamento na fase de conhecimento do JEF	Meta	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%	65,0%
	Realizado	51,3%	39,2%	40,1%	49,0%	41,4%	41,4%	47,1%	54,1%	51,8%	50,0%	65,3%	51,3%	35,3%	58,4%	50,8%
	Desempenho	139,1%	173,8%	171,1%	145,7%	167,3%	167,3%	151,0%	131,3%	137,8%	142,9%	99,2%	139,2%	185,0%	118,7%	140,7%
- 17 - Processos no JEF julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano	Meta	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%	15,0%
	Realizado	-29,4%	-16,2%	-17,9%	-7,6%	3,6%	3,7%	-14,7%	5,7%	-0,3%	-5,2%	-9,6%	17,0%	25,0%	0,3%	-3,8%
	Desempenho	-195,9%	-107,7%	-119,4%	-50,9%	23,8%	24,6%	-97,9%	37,8%	-1,9%	-34,6%	-64,3%	113,6%	166,8%	2,2%	-25,2%
- 18 - Processos antigos julgados no JEF	Meta	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%	50,0%
	Realizado	97,2%	69,6%	99,2%	92,2%	96,9%	97,9%	96,3%	84,8%	95,4%	91,1%	89,9%	92,4%	99,3%	95,3%	92,1%
	Desempenho	194,3%	139,2%	198,4%	184,3%	193,7%	195,7%	192,5%	169,5%	190,8%	182,2%	179,8%	184,9%	198,5%	190,6%	184,3%

2º grau

16. Taxa de congestionamento (conhecimento) do 2º grau

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados do 2º grau	1403	1578
Casos novos do 2º grau	1371	1365
Casos pendentes do 2º grau	1386	1358
REALIZADO	49,1%	42,0%
META	80,0%	76,0%
DESEMPENHO	254,4%	241,5%

17. Taxa de processos no 2º grau julgados em relação ao quantitativo de distribuídos no ano

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Número de processos que receberam primeiro ou único julgamento	1420	1368
Número de processos novos distribuídos	1371	1365
REALIZADO	3,6%	0,2%
META	10,0%	15,0%
DESEMPENHO	35,7%	1,5%

18. Taxa de processos antigos julgados no 2º grau

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Nº de processos antigos de 2º grau julgados	78258	86234
Nº de processos antigos de 2º grau distribuídos	105219	117797
REALIZADO	74,4%	73,2%
META	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	148,8%	146,4%

19. Taxa de agilidade na publicação de acórdãos

Taxa de agilidade na publicação dos acórdãos 2º grau e TR

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Número de acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias úteis	53838	51760
Número de acórdãos a publicar	199711	169499
REALIZADO	27,0%	30,5%
META	100,0%	100,0%
DESEMPENHO	27,0%	30,5%

Objetivo estratégico: Aprimorar a estrutura e o funcionamento das Turmas Recursais

20. Taxa de congestionamento na Turma Recursal

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados na TR	1205	695
Casos novos na TR	663	468
Casos pendentes na TR	2121	1587
REALIZADO	56,7%	66,2%
META	70,0%	60,0%
DESEMPENHO	144,3%	84,5%

21. Taxa de processos antigos julgados na Turma Recursal

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Nº de processos antigos da TR julgados	192466	70928
Nº de processos antigos da TR distribuídos	220590	93132
REALIZADO	87,3%	76,2%
META	50,0%	50,0%
DESEMPENHO	174,5%	152,3%

22. Taxa de Congestionamento na Turma Recursal de Uniformização

Período de coleta de dados	2012	2013
	acumulado jan/dez	acumulado jan/dez
Total de processos judiciais baixados nas TRU	423	394
Casos novos nas TRU	260	693
Casos pendentes nas TRU	719	559
REALIZADO	56,8%	68,5%
META	60,0%	55,0%
DESEMPENHO	108,0%	69,9%

23. Taxa de congestionamento na Turma Nacional de Uniformização

Indicador coletado pelo CJF.

Objetivo estratégico: promover a conciliação

24. Taxa de audiência de conciliação

Seção Judiciária	Meta	Realizado	Desempenho
AC	10%	-39,6%	-396,5%
AM	10%	-24,2%	-242,3%
AP	10%	16,0%	160,3%
BA	10%	-11,4%	-114,0%
DF	10%	99,3%	992,5%
GO	10%	-1,2%	-12,5%
MA	10%	23,5%	235,0%
MG	10%	4,5%	44,9%
MT	10%	-18,4%	-183,5%
PA	10%	7,7%	77,1%
PI	10%	-4,6%	-46,2%
RO	10%	47,8%	478,0%
RR	10%	-38,3%	-383,0%
TO	10%	121,2%	1212,5%
TRF	10%	-50,3%	-503,1%
1ª Região	10%	5,5%	55,3%

25. Taxa de processos estratégicos monitorados pela metodologia de gestão por processos da Justiça Federal

Em razão da falta de estrutura nas Seções Judiciárias, não foram criados escritórios de processos de trabalho.

O Tribunal vem dando, na medida do possível, continuidade aos trabalhos de gestão por processos, com apenas 1 servidor diretamente envolvido.

Assim, dos 14 processos de trabalho definidos como estratégicos, quais sejam, Conciliação, Turmas Recursais, Gestão da Estratégia, Supervisão Administrativa – Aquisição de Bens e Serviços e 10 processos de TI, informamos que dos 4 processos que não são da área de Tecnologia da Informação, o tribunal implantou 2 (Turmas Recursais – Meta do Poder Judiciário e Gestão Estratégica. Quanto aos processos de TI, eles são acompanhados diretamente pela área de tecnologia da informação Secin, por ter características específicas da área.

Perspectiva Recursos

Objetivo estratégico: desenvolver as competências necessárias para o alcance da estratégia

26. Taxa de magistrados com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas

27. Taxa de servidores com as competências necessárias para o alcance da estratégia desenvolvidas

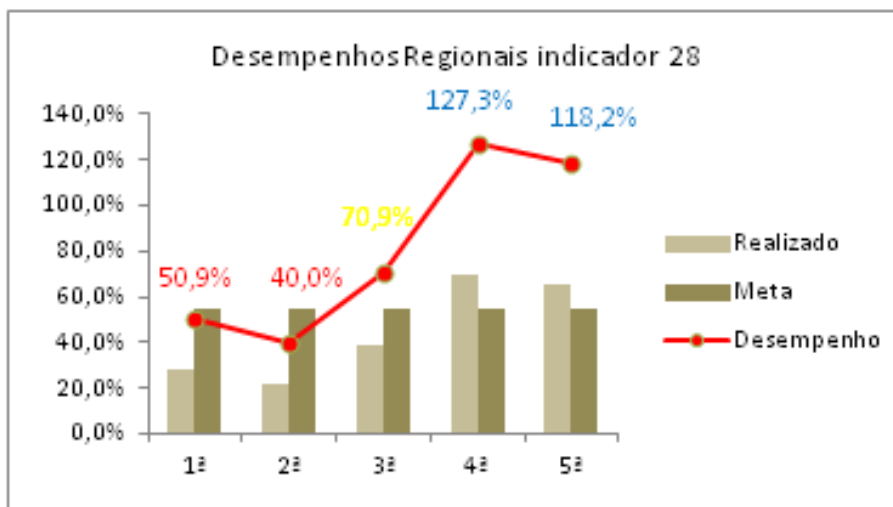
Em razão da dificuldade de mensurar os indicadores 26 e 27, os mesmos se encontram em revisão.

Objetivo estratégico: fortalecer o clima organizacional e o bem-estar de magistrados e servidores

28. Taxa de satisfação dos magistrados com o clima organizacional

29. Taxa de satisfação dos servidores com o clima organizacional

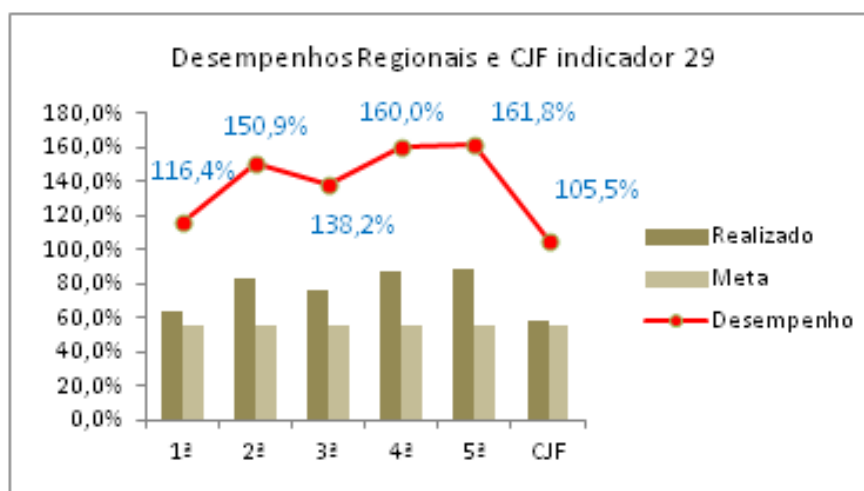
Os resultados dos indicadores 28 e 29 foram coletados por meio de pesquisa realizada pelo CJF. Em razão de não ter havido preocupação com o número de respondentes, os resultados pode não retratar a realidade.

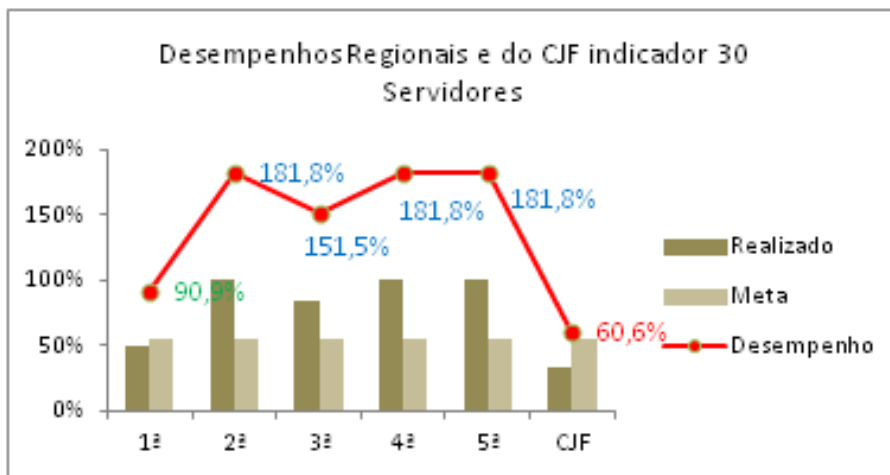


Objetivo estratégico: garantir soluções tecnológicas efetivas

30. Taxa de satisfação dos clientes internos da Justiça Federal com as soluções de TI.

O resultado do indicador 30 foi coletado por meio de pesquisa realizada pelo CJF. Em razão de não ter havido preocupação com o número de respondentes, o resultado pode não retratar a realidade.

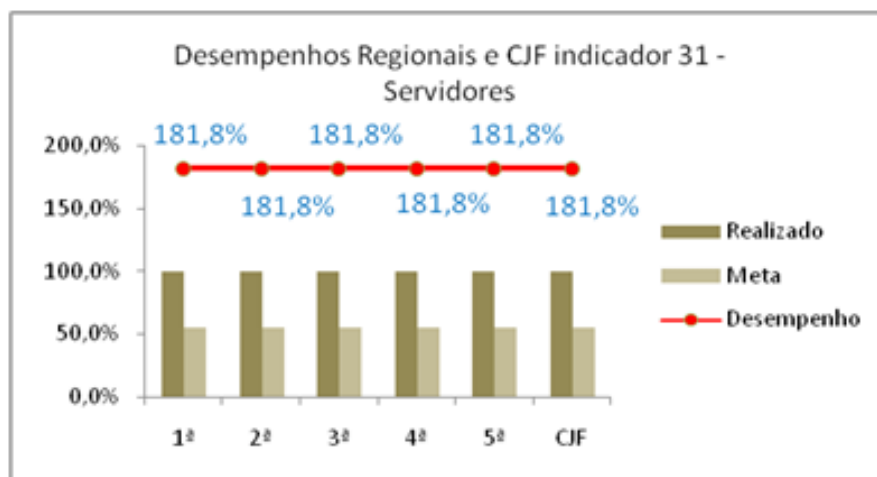
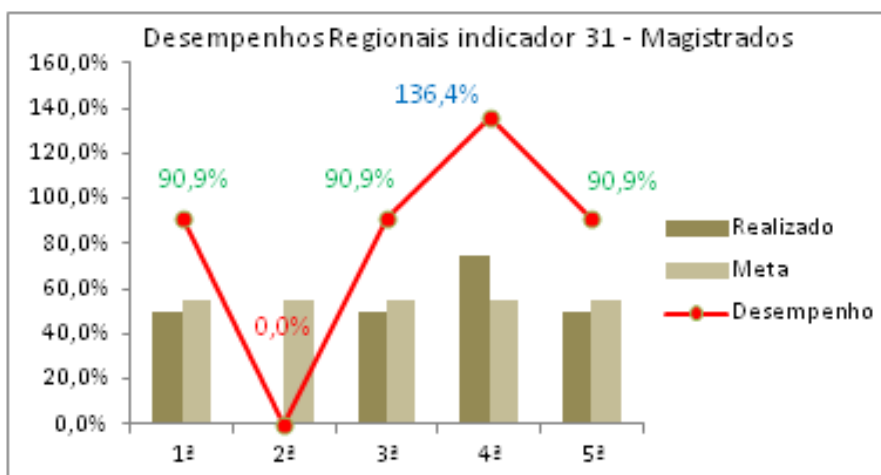




Objetivo estratégico: prover estrutura e meios de segurança adequados

31. Taxa de satisfação dos magistrados e dos servidores com as instalações físicas e com os meios de segurança.

O resultado do indicador 31 foi coletado por meio de pesquisa realizada pelo CJF. Em razão de não ter havido preocupação com o número de respondentes, o resultado pode não retratar a realidade.



32. Taxa de instalações físicas adequadas aos padrões de acessibilidade.

Encontra-se em andamento a realização de diagnóstico, coordenado pelo CJF, para identificar e priorizar as instalações que deverão ser reformadas para atender aos padrões de acessibilidade. Após diagnóstico será possível identificar o número de instalações a serem adequadas para em seguida começar a medição.

Objetivo estratégico: prover estrutura e meios de segurança adequados

33. Taxa de previsão orçamentária, destinada aos projetos estratégicos, garantida.

34. Taxa de execução orçamentário-financeira dos projetos em relação ao planejado.

Rótulos de Linha	Soma de Proposta 2014
Estratégico	52.987.048
Operacional	2.248.963.225
Total Geral	2.301.950.273

Soma de Proposta 2014 Rótulos de Linha	Rótulos de Coluna	
	Estratégico	Total Geral
AJPC	22.402.482	22.402.482
Facilitar o acesso à Justiça	22.402.482	22.402.482
Programa de assistência judiciária gratuita	22.402.482	22.402.482
AJPC–BSB	10.000	10.000
Facilitar o acesso à Justiça	10.000	10.000
Programa de assistência judiciária gratuita	10.000	10.000
CRH	5.700.000	5.700.000
Desenvolver as competências	5.700.000	5.700.000
Estruturação das Varas Federais	1.970	1.970
Plano de aperfeiçoamento de magistrados	1.697.381	1.697.381
Plano de capacitação de servidores	4.000.649	4.000.649
IVH	1.020.000	1.020.000
Facilitar o acesso à Justiça	1.020.000	1.020.000
Estruturação das Varas Federais	1.020.000	1.020.000
JC	2.959.666	2.959.666
Agilizar os trâmites judiciais	0	0
Mutirão judiciário em dia	0	0
Facilitar o acesso à Justiça	1.345.108	1.345.108
Juizados itinerantes da primeira região	799.179	799.179
Mutirões da primeira região	545.929	545.929
Garantir soluções tecnológicas	1.233.926	1.233.926
TI estruturada	293.988	293.988
#N/D	939.938	939.938
Promover a conciliação	380.632	380.632
Conciliação	380.632	380.632

MTGI	20.894.900	20.894.900
Garantir soluções tecnológicas	20.894.900	20.894.900
TI estruturada	15.930.100	15.930.100
#N/D	4.964.800	4.964.800
PJE	0	0
Garantir soluções tecnológicas	0	0
TI estruturada	0	0
Total Geral	52.987.048	52.987.048

Revisão do planejamento estratégico (2015-2019)

Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 138, que instituiu a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário com a finalidade de desenvolver a gestão estratégica adaptativa, ou seja, um sistema conectado com a realidade de cada segmento de justiça ou região geográfica.

Com isso, na Justiça Federal, houve a necessidade de reorganização dos Comitês aprovados pela Resolução CJF 69/2009.

Representantes da 1ª Região

Comitê Gestor	Desembargador federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes
	Juiz federal em auxílio à Presidência Marcos Augusto de Sousa (substituto)
	Juiz Federal em auxílio à Corregedoria Marcelo Albernaz (representante da Corregedoria Regional)
Comitê Executivo	Diretor-Geral Roberto Elias Cavalcante
Comitê Técnico	Bárdia Tupy
	Mariana Gomide Madruga

Entre as atividades em desenvolvimento pela Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário está a revisão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário 2015-2019, com a consequente revisão do Planejamento Estratégico da Justiça Federal.

Para tanto, o CNJ lançou macrodesafios a serem contemplados nos mapas de cada seguimento de Justiça, que foram escolhidos pelos tribunais durante o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado em Belém, nos dias 18 e 19 de novembro de 2013.

Na Justiça Federal, cada Tribunal Regional Federal ficou responsável por gerir um macrodesafio, cabendo à 1ª Região o macrodesafio “aprimorar o sistema de gestão da justiça criminal”.

Metas Nacionais do Poder Judiciário

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, em Belém, ocorreu o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, com a participação dos presidentes e corregedores dos tribunais e dos conselhos. Na ocasião, foram aprovados os macrodesafios para o quinquênio 2015-2019 e definidas as metas nacionais do Judiciário para 2014.

As Metas do Poder Judiciário aprovadas para o ano de 2014 foram as seguintes:

I – Metas Nacionais do Poder Judiciário 2014

Meta 1/2014: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 2/2014: identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais;

II – Metas Específicas dos Ramos de Justiça 2014

Meta 4/2014: identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011, e 50% das ações distribuídas em 2012;

Meta 5/2014: reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais.

Com relação às Metas de 2013, a fim de alcançar o seu cumprimento, o Tribunal editou a Portaria Presi/Cenag 52 de 29 de abril de 2013, que designou os gestores estratégicos das Metas do Poder Judiciário.

I – Metas Nacionais do Poder Judiciário 2013

Meta 1/2013: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.

- Total de Processos Distribuídos: 569.266
- Quantidade de Processos Julgados: 493.008
- Percentual de cumprimento da meta: 141%

Meta 2/2013: julgar, até 31/12/2013, pelo menos 50% dos processos distribuídos em 2008, na Justiça Federal, e dos processos distribuídos em 2010, nos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais Federais.

- Quantidade de Processos Julgados:
- Alvo (pendentes de julgamento no ano base com os que entraram e saíram da meta):
- Percentual de cumprimento da meta:

Meta 16/2013: fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal

META CUMPRIDA

P16.1	O tribunal mantém Estrutura de Controle Interno, de acordo com a meta de nivelamento nacional do CNJ nº 9 (Anexo I da Resolução CNJ nº 70/2009)?
SIM	
P16.2	A estrutura de controle interno está diretamente vinculado à presidência?
SIM	
P16.3	A estrutura de controle interno atua com base em processo de trabalho definido e documentado na realização de auditoria, inspeção administrativa e fiscalização?
SIM	
P16.4	A estrutura de controle interno atua com base em normas técnicas e em regulamentos específicos para área?
SIM	

P16.5	Há previsão regimental ou outro normativo que define as competências das atividades de controle interno?
SIM	
P16.6	Há recursos humanos suficientes para realizar as atividades de controle interno?
SIM	
P16.7	O tribunal promove/estimula ações de capacitação para o melhor desempenho das atividades desenvolvidas pela equipe de controle interno?
SIM	
P16.8	Há infraestrutura tecnológica para apoiar os processos de trabalho?
SIM	
P16.9	Oferece orientações presenciais e à distância focadas no trabalho desempenhado pelos gestores sobre a correta aplicação dos recursos públicos?
SIM	
P16.10	A estrutura de controle interno se abstém de exercer atividades próprias e típicas de gestão, assessoria jurídica, etc., que possam comprometer a independência de sua atuação?
SIM	
P16.11	A estrutura de controle interno tem acesso irrestrito e imediato a todo e qualquer documento físico ou eletrônico e a registros de atos de gestão praticados pelos dirigentes e servidores da instituição?
SIM	
P16.12	A estrutura de controle interno mantém programa de monitoramento da qualidade do trabalho de auditoria interna?
SIM	
P16.13	A estrutura de controle interno tem autonomia para definir diretrizes, princípios e conceitos adotando as normas técnicas aplicáveis à ação de controle interno visando à qualidade e integração dos procedimentos de controle?
SIM	
P16.14	Nos últimos 12 meses foi realizada auditoria de avaliação de controles internos visando aferir a adequação dos controles administrativos no enfrentamento de riscos?
SIM	
P16.15	As atividades da Estrutura de Controle interno são realizadas conforme planejamento pré-estabelecido?
SIM	
P16.16	A Estrutura de Controle Interno exerce o papel de assessoramento dos gestores na definição de estratégias para gerenciamento de riscos, na identificação e avaliação dos riscos e na definição, implantação e no monitoramento de controles internos para mitigar os riscos?
SIM	
P16.17	A Estrutura de Controle Interno promove avaliação/diagnóstico dos sistemas de controles internos administrativos?
SIM	

Meta 17/2013: desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.

META NÃO CUMPRIDA

P17.1	O Tribunal adotou procedimento administrativo para apuração de irregularidades e aplicação de penalidades (suspensão e declaração de inidoneidade) de empresas?
-------	---

SIM	
P17.2	O Tribunal adotou a segregação da função de análise e aprovação de edital?
SIM	
P17.3	O Tribunal criou cadastro, ou adota outro mecanismo de controle de empresas impedidas de licitar com o Poder Público?
SIM	
P17.4	O Tribunal instituiu minuta padrão para a elaboração dos contratos?
SIM	
P17.5	O processo de aquisição tramita pelas áreas administrativas, técnicas, jurídica e de controle, quando aplicável, antes de efetivar a despesa?
SIM	
P17.6	O Tribunal fixou parâmetros de exigência para emissão e recebimento dos atestados de capacidade técnica?
SIM	
P17.7	O Tribunal implantou Procedimento Administrativo Virtual?
NÃO	
P17.8	O Tribunal fixou prazos para a realização dos atos administrativos no procedimento licitatório?
NÃO	
P17.9	O Tribunal adotou o mapeamento de processos de licitação de obras de engenharia?
NÃO	
P17.10	O Tribunal qualificou servidores na competência de análise de mercado?
SIM	
P17.11	O Tribunal adotou metodologia de pesquisa de mercado?
NÃO	
P17.12	O Tribunal adotou sistema de compras diretas por meio eletrônico?
SIM	
P17.13	O Tribunal transmite em tempo real pela internet as sessões de julgamento dos procedimentos licitatórios, para a modalidade pregão eletrônico?
SIM	

II – Metas Específicas da Justiça Federal 2013

Meta 5/2013: designar audiências e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012

- Número de audiências de conciliação designadas em 2012: 98.671
- Número de audiências de conciliação designadas em 2013: 123.021
- Percentual de cumprimento da meta: 124,7%
- Número de audiências de conciliação designadas em 2012: 178.183
- Número de audiências de conciliação designadas em 2013: 254.341
- Percentual de cumprimento da meta: 142,7%

As demais atividades de conciliação vêm sendo medidas em que pese a falta de padronização entre os tribunais regionais federais quanto ao que deve ser considerado. Em 26/07/2013, encaminhamos e-mail

ao CJF, com cópia aos demais tribunais regionais federais, com as seguintes sugestões:

1. Considerar as seguintes atividades de conciliação:

- ✓ Solução de conflitos pré-processuais
- ✓ Cursos de capacitação
- ✓ Realização de mutirões e semanas de conciliação
- ✓ Homologação de acordos extrajudiciais.

2. Medir cada uma das atividades em separado, uma vez que são de natureza diversa, gerando inconsistência caso sejam medidas em conjunto

Meta 6/2013: implementar gestão por processos de trabalho (gerenciamento de rotinas) em 100% das turmas recursais.

META CUMPRIDA

- Número de Turmas Recursais existentes em 2011: 16
- Número de Turmas Recursais com monitoramento dos processos de trabalho implantados: 16

Para o cumprimento da meta, consideramos o Regimento Interno das Turmas Recursais, capítulo IV Do processo, que padroniza os procedimentos nas Turmas Recursais.

Ainda, foi realizado trabalho junto à Turma Recursal da SJGO de mapeamento do processo de trabalho do “Processar Recursos Inominados”.

Meta 18/2013: identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até 31/12/2011.

	Alvo	Total de Julgados (até 2012)	Julgados no mês	Pendentes
Dezembro/2012	12.439	6.530	—	5.909
Janeiro	12.426	6.578	48	5.848
Fevereiro	12.401	6.644	66	5.757
Março	12.400	6.716	72	5.684
Abril	12.378	6.805	89	5.573
Maiο	12.387	6.903	98	5.484
Junho	12.386	6.969	66	5.417
Julho	12.380	7.066	97	5.314
Agosto	12.375	7.169	103	5.206
Setembro	12.375	7.276	107	5.099
Outubro	12.364	7.377	101	4.987
Novembro	12.360	7.448	71	4.912
Dezembro	12.348	7.513	65	4.835

Meta 19/2013: realização de parcerias entre o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais de Justiça, os Tribunais Federais, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoamento e alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.

META NÃO CUMPRIDA

Em 1º grau, a meta vem sendo cumprida. O lançamento das informações no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa pelos juízes federais e juízes federais substitutos

vem sendo acompanhado pela Corregedoria Regional.

Em 2º grau, o gestor da meta é o juiz federal em auxílio à Presidência Carlos Augusto Pires Brandão. A Presidência já encaminhou ofício aos desembargadores federais informando a necessidade de se realizar o cadastro. Estão pendentes ainda as seguintes providências:

- Cadastrar usuário máster do sistema junto ao CNJ (sugere-se que o usuário máster seja o gestor da meta);
- Providenciar o cadastro dos desembargadores federais (responsabilidade do usuário máster);
- Elaborar ofício PRESI informando aos desembargadores federais a realização do cadastro e solicitando providências de lançamento das informações;
- Verificar com o CNJ a necessidade de firmas Acordo de Cooperação com vista ao cumprimento da Meta.

Por fim, o Conselho Nacional de Justiça continua acompanhando algumas metas dos anos anteriores, conforme relatório elaborado pelo CNJ anexo.

2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

2.2.1 Ações

2.2.1.1 Ações – Orçamento fiscal e da seguridade social

QUADRO 2 – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da 1ª Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
181.088.000,00	1.269.244.635,00	1.269.231.593,03	1.265.871.034,84	1.265.073.265,66	797.769,18	3.360.558,19
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	de Realizada
2.463.730,44	2.198.832,66	105.770,07				

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Atividade			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da 1ª Região					

Ação Prioritária		() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
30.500.000,00	227.036.526,00	227.031.549,25	226.224.702,90	226.099.605,34	125.097,56	806.846,35	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade medida	de	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
1.167.814,87	59.251,98	68.276,33					

Identificação da Ação							
Código	0181			Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões-Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensões-Servidores Civis			Código: 0089		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da 1ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
24.267.000,00	247.686.222,00	247.686.155,85	246.141.208,17	245.664.497,12	476.711,05	1.544.947,68	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
777.206,15	512.493,32	375,00					

Identificação da Ação							
Código	0396			Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União			Código: 0089		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da 1ª Região						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizada
72.494,76	7.906,92	20.251,32			

Identificação da Ação	
Código	2004 Tipo: Atividade
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal Código: 0569 Tipo:
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.970.755,00	39.306.379,00	39.303.073,97	36.968.615,10	36.968.615,10	0,00	2.334.458,87
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida de	Montante		
Pessoa beneficiada			Unidade	27.793	28.593	28.593
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizada	
4.450.304,22	3.994.616,88	166.292,93	Pessoa beneficiada	Unidade	0,00	

Identificação da Ação						
Código	2010 Tipo: Atividade					
Título	Assistência Pré-escolar aos dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal Código: 0569 Tipo:					
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da 1ª Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.231.956,00	12.164.245,00	12.162.860,47	12.008.281,60	12.008.281,60	0,00	154.578,87
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade medida de	Montante		
Criança atendida			unidade	1.785	1.808	1.808
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade medida de	Realizada	
20.253,53	16.757,48	437,88	Criança atendida	unidade	0,00	

Identificação da Ação	
Código	2011 Tipo: Atividade
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal Código: 0569 Tipo:

Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da 1ª Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
48.620,00	207.286,00	207.243,29	184.199,41	184.199,41	0,00	23.043,88
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Pessoa Beneficiada			unidade	117	139	139
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
807,23	711,92	0,00	Pessoa Beneficiada		unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional da 1ª Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.542.400,00	75.610.388,00	75.609.541,04	75.270.172,46	75.270.172,46	0,00	339.368,58
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Pessoa Beneficiada			unidade	7.689	8.057	8.057
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
19.845,93	12.737,48	5.979,20	Pessoa Beneficiada		unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código	4224		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Jurídica a Pessoas Carentes					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da Primeira Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.000,00	45.334.344,00	45.309.169,11	38.244.643,68	38.230.697,61	13.946,07	7.064.525,43
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Pessoa Assistida	Unidade	204.389,00	235.508,00	204.288,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
3.456.479,45	3.354.342,92	19.323,64	Pessoa Assistida	Unidade
				Realizada
				17.274

Identificação da Ação						
Código	2549		Tipo: Atividade			
Título	Comunicação e Divulgação Institucional-PO 0001- Comunicação e Divulgação Institucional					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12102-Tribunal Regional Federal da Primeira Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
672.071,00	492.071,00	458.783,59	276.345,44	274.544,44	1.801,00	182.438,15
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Matéria Veiculada			Unidade	1.524	1.629	1.629
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
194.144,27	169.811,20	16.653,47	Matéria Veiculada	Unidade		0,00

Identificação da Ação						
Código	2549		Tipo: Atividade			
Título	Comunicação e Divulgação Institucional-PO 0002- Radio e TV Justiça					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12102-Tribunal Regional Federal da 1ª Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
849.637,00	1.029.637,00	1.027.477,54	841.382,43	827.770,48	13.611,95	186.095,11
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Matéria Veiculada			Unidade	516	688	688
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00	Matéria Veiculada	Unidade		0,00

Identificação da Ação	
Código	4257
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal PO 0001- Julgamento de Causas na Justiça Federal
	Tipo: Atividade

Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da Primeira Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
67.027.157,00	277.502.072,72	273.012.824,82	217.179.088,13	214.243.074,22	2.936.013,91	55.833.736,69
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Processo Julgado			unidade	776.206	864.361	864.361
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
48.340.610,79	36.583.212,56	5.190.589,63	Processo Julgado		unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código	4257		Tipo: Atividade			
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal PO 0002-Capacitação de Recursos Humanos					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da Primeira Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.500.000,00	4.970.845,27	4.677.061,20	4.387.175,17	4.383.782,39	3.392,78	289.886,03
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor Capacitado			Unidade	4.440	4.615	4.615
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (OBS: AÇÃO 4091)						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
463.595,92	289.713,80	147.291,92	Servidor Capacitado		Unidade	0,00

Identificação da Ação						
Código	4257		Tipo: Atividade			
Título	Julgamento de Causas na Justiça Federal PO 0003- Modernização de Instalações da Justiça Federal					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101/12102-Justiça Federal de Primeiro Grau/Tribunal Regional Federal da Primeira Região					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
763.122,00	4.709.000,00	4.625.607,15	864.930,68	788.224,15	76.706,53	3.760.676,47
Execução Física						

Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
Instalação modernizada		Unidade	27	26	7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores (OBS: AÇÃO 1136)					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de Realizada
2.280.008,22	1.914.346,70	82.524,42	Instalação Modernizada	unidade	9

Identificação da Ação							
Código	1A59			Tipo: PROJETO			
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos-MG						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo:			
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	7.427.000,00	0	0	0	0	0	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
Edifício Construído (% de execução física)			m e t r o quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado	
				15,00%	0,99%	0,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada	
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado		0,00%	

Identificação da Ação							
Código	12R8			Tipo: PROJETO			
Título	Reforma do Edifício-sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte-MG						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo:			
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria			
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.500.000,00	3.109.937,00	3.109.936,61	43.506,59	43.506,59	0,00	3.066.430,02	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
Sede Reformada (% de execução física)			m e t r o quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado	
				60,00%	61,74%	0,86%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada	
1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado		19,85%	

Identificação da Ação						
Código	11MM		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis-MG					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
280.000,00	280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Edifício construído (% de execução física)			m e t r o quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado
				50,00%	3,24%	0,00%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)		metro quadrado	0,00

Identificação da Ação						
Código	11U3		Tipo: Projeto			
Título	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia-MG					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	7.196.689,00	14500	0,00	0,00	0,00	14.500,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Edifício-sede ampliado (% de execução física)			metro quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado
				45,00%	0,10%	0,00%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)		metro quadrado	0,00%

Identificação da Ação						
Código	7J50		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana-BA					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	800.000,00	800.000,00	147.843,95	147.843,95	0,00	652.156,05
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Edifício construído (% de execução física)			metro quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado
				7,00%	6,71%	1,24%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.990.470,90	2.974.951,83	406,64	(% de execução física)		metro quadrado	24,96%

Identificação da Ação						
Código	7K49		Tipo: PROJETO			
Título	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Jequié-BA					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.000.000,00	4.533.660,86	4.533.660,86	2.024.988,62	2.024.988,62	0,00	2.508.672,24
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Sede Construída (% de execução física)			metro quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado
				23,00%	46,84%	20,92%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.284.766,34	2.284.766,34	0,00	(% de execução física)		metro quadrado	23,61%

Identificação da Ação						
Código	12R6		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador-BA					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101- Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.900.000,00	490.000,00	490.000,00	86.806,57	86.806,57	0,00	403.193,43
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
		Previsto	Reprogramado	Realizado
Anexo construído (% de execução física)	m e t r o quadrado	29,00%	7,50%	1,33%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida de Realizada
1.500.000,00	95.474,49	0,00	(% de execução física)	metro quadrado 1,46%

Identificação da Ação							
Código	7J62		Tipo: Projeto				
Título	Construção do Edifício-sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso-BA						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101- Justiça Federal de Primeiro Grau						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.250.000,00	6.524.257,00	6.524.257,00	1.103.216,25	1.103.216,25	0,00	5.421.040,75	
Execução Física							
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
		Previsto	Reprogramado	Realizado			
Sede Construída (% de execução física)	metro quadrado	20,00	82,04%	13,87%			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas					
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida de Realizada			
1.335.000,00	1.317.937,64	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	16,57%		

Identificação da Ação							
Código	7E41		Tipo: Projeto				
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi-BA						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Execução Física							
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante					
		Previsto	Reprogramado	Realizado			
Edifício construído (% de execução física)	m e t r o quadrado	4,00 %	0,00 %	0,00			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas					
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida de Realizada			
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	0,00		

Identificação da Ação							
Código	7H63		Tipo: Projeto				
Título	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras-BA						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
1.550.000,00	7.504.696,00	444.200,00	67.200,00	9.710,40	57.489,60	377.000,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edifício construído (% de execução física)			metro quadrado	100,00%	96,23%	0,88%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	0,00		

Identificação da Ação							
Código	14UM		Tipo: Projeto				
Título	Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal-DF						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação			Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
500.000,00	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edifício-sede reformado (% de execução física)			metro quadrado	20,00%	98,90%	0,00%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	0,00		

Identificação da Ação							
Código	153C		Tipo: Projeto				
Título	Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília-DF						
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau						
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013							

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	3.523.759,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído (% de execução física)			metro quadrado	100,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado		0,00%

Identificação da Ação						
Código	1A58		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém-PA					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569	Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	8.660.794,00	8.660.794,00	180.075,86	171.072,07	9.003,79	8.480.718,14
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sede Construída (% de execução Física)			metro quadrado	16,00%	95,95%	2,00%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
21.275,50	21.275,50	0,00	(% de execução física)	metro quadrado		0,24%

Identificação da Ação						
Código	12RB		Tipo: Projeto			
Título	Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém-PA					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal			Código: 0569	Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	3.475.887,00	257.134,00	0,00	0,00	0,00	257.134,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado

Edifício-sede reformado (% de execução física)			metro quadrado	87,00%	5,62%	0,00%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
1.091.840,00	1.091.840,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado		23,86%

Identificação da Ação						
Código	12SR		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres-MT					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	1.164.979,00	1.164.979,00	137.134,07	137.134,07	0,00	1.027.844,93
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício Construído (% de execução física)			metro quadrado	40,00%	53,81%	6,33%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
921.627,75	319.627,93	601.999,82	(% de execução física)	metro quadrado		14,76%

Identificação da Ação						
Código	1A66		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop-MT					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569	Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação				Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.000.000,00	4.430.993,00	4.430.993,00	456.060,78	456.060,78	0,00	3.974.932,22
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Edifício construído (% de execução física)			metro quadrado	20,00%	81,59%	8,40%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	de	Realizada
909.983,50	909.983,50	0,00	(% de execução física)	metro quadrado		16,76%

Identificação da Ação						
Código	7T82		Tipo: Projeto			
Título	Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cuiabá-MT					
Programa	Prestação Jurisdicional da Justiça Federal		Código:0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
400.000,00	400.000,00	315.713,80	0,00	0,00	0,00	315.713,80
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Edifício construído (% de execução física)			metro quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado
				100,00%	3,54%	0,00%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	0,00%	

Identificação da Ação						
Código	12RQ		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Barra do Garças-MT					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação			Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
250.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Edifício construído (% de execução física)			m e t r o quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado
				5,00%	0,00%	0,00%
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
48.883,25	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	0,00%	

Identificação da Ação						
Código	7T91		Tipo: Projeto			
Título	Construção de Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Araguaína-TO					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Empenhada	Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final		Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
250.000,00	250.000,00	249.368,94	0,00	0,00	0,00	249.368,94
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Edifício construído (% de execução física)			metro quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado
				5,00%	4,15%	0,00%
Execução Orçamentária e Financeira						
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Realizada
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	0,00%	

Identificação da Ação						
Código	7T92		Tipo: Projeto			
Título	Construção de Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Gurupi-TO					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Empenhada	Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final		Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Edifício construído (% de execução física)			metro quadrado	Previsto	Reprogramado	Realizado
				5,00 %	0,00 %	0,00
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Realizada
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	0,00	

Identificação da Ação						
Código	7T80		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí-GO					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Empenhada	Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final		Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
400.000,00	172.000,00	113.215,46	0,00	0,00	0,00	113.215,46
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edifício construído (% de execução física)	metro quadrado	100,00%	3,33%	0,00%	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	0,00

Identificação da Ação						
Código	11RV		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília-DF					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
115.000.000,00	5.750.469,00	5.725.870,68	1.487.792,17	1.461.100,51	26.691,66	4.238.078,51
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Edifício construído (% de execução física)	metro quadrado	20,00	0,98%	0,04%		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
86.940.282,36	12.856.686,38	0,00	(% de execução física)	metro quadrado	2,20%	

Identificação da Ação						
Código	3755		Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Varas Federais					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	12.500.000,00	12.440.962,87	5.794.301,71	5.787.582,75	6.718,96	6.646.661,16
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Vara Federal Instalada	unidade	19	22	22		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas				
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.383.126,56	6.271.419,96	201.917,30	Vara Federal Instalada	unidade	0,00	

Identificação da Ação						
Código	3757		Tipo: Projeto			
Título	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal (e-Jus)					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0,00	13.078.931,00	12.862.352,79	2.155.638,08	2.155.638,08	0,00	10.706.714,71
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Sistema Implantado			% Execução física	1,59	1,59	0,27
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
18.034.025,91	12.710.170,32	40,88	Sistema Implantado	% Execução física	1,56	

2.2.1.2 Ações/Subtítulos – Orçamento fiscal e da seguridade social

Esse item não se aplica ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

2.2.1.3 Ações não previstas na loa/2013 – restos a pagar não processados - Orçamento fiscal e da seguridade social

QUADRO 3 – AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA/2013 – RESTOS A PAGAR - OFSS

Identificação da Ação						
Código	10AQ		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rondonópolis-MT					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado	
136.016,06	0,00	8.000,00	Edifício-Sede construído	metro quadrado	0,00%	
Identificação da Ação						
Código	12RS		Tipo: Projeto			
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino-MT					
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal		Código: 0569		Tipo:	

Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
48.883,25	0,00	0,00	Edifício-Sede construído	metro quadrado	0,00%
Identificação da Ação					
Código	7E44		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Cáceres-MT				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
139.394,52	0,00	0,00	Edifício-Sede construído	metro quadrado	0,00%
Identificação da Ação					
Código	11HX		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista-BA				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código:0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
198.347,73	198.347,73	0,00	Edifício-Sede construído	metro quadrado	1,88%
Identificação da Ação					
Código	12OX		Tipo: Projeto		
Título	Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Boa Vista-RR				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.463.153,80	2.170.570,86	32.430,00	Edifício-Sede Reformado	metro quadrado	45,61%

Identificação da Ação					
Código	12RA			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Boa Vista-RR				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
723.974,30	89.694,88	19.282,00	Edifício-Sede construído	metro quadrado	0,21%
Identificação da Ação					
Código	12SJ			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre-MG				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
109.566,16	109.484,28	81,88	Edifício-Sede construído	metro quadrado	0,85%
Identificação da Ação					
Código	7k63			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Palmas-TO				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.203.556,53	1.203.556,53	0,00	Edifício-Sede construído	metro quadrado	5,86%
Identificação da Ação					
Código	7L87			Tipo: Projeto	
Título	Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Macapá-AP				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569		Tipo:	
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
11.000,00	0,00	11.000,00	Edifício-Sede construído	metro quadrado	0,00%
Identificação da Ação					
Código	7N57		Tipo: Projeto		
Título	Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Marabá-PA				
Programa	Prestação Jurisdicional na Justiça Federal	Código: 0569	Tipo:		
Unidade Orçamentária	12101-Justiça Federal de Primeiro Grau				
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
12.246,33	12.246,33	0,00	Edifício-Sede construído	metro quadrado	0,33%

2.2.1.4 Análise situacional

AÇÕES VINCULADAS AO PROGRAMA 0569 – PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NA JUSTIÇA FEDERAL E PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

AÇÕES DE PAGAMENTO DE PESSOAL

20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União

09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

0396 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões

A aprovação da dotação orçamentária de pessoal possibilitou o pagamento de todas as folhas ordinárias e sentenças judiciais não transitadas em julgado e ainda R\$ 26.774.462,98 referente a despesas de exercícios anteriores, com que foram pagos pequenos passivos de pessoal – como substituições; progressões funcionais; adicional de qualificação; diferença de proventos; reposicionamento de classe/padrão; parte da conversão em pecúnia das férias não gozadas, por necessidade de serviço, pelos magistrados da 1ª Região; 26% do passivo devido aos magistrados da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE. Ficaram pendentes de pagamento R\$ 20.742.941,43, relativos aos pequenos passivos de pessoal; R\$ 299.378,54 referentes à gratificação especial de localidade de magistrados e R\$ 41.666.360,58 da PAE por insuficiência orçamentária.

AÇÕES DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus dependentes

O Programa de Assistência aos Servidores da Justiça Federal da Primeira Região – Pro-Social visa a proporcionar aos magistrados, servidores e seus dependentes benefícios sociais, custeando despesas nas áreas médico-hospitalares, odontológicas, social e ainda despesas administrativas.

As despesas decorrentes dos serviços e benefícios do Programa têm seus custos cobertos parcialmente com recursos provenientes do Orçamento da União e complementarmente com as contribuições mensais e diretas dos beneficiários associados (recursos próprios).

A totalidade dos recursos do Programa no ano de 2013, advindos da União e próprios, não foi suficiente para custear as despesas do exercício, sendo necessário reduzir a reserva financeira do Programa em R\$ 9.481.510,39 para complementar o pagamento das despesas do ano.

Das despesas pagas em 2013, 41,83% foram executadas com dotação da União e 58,17% com recursos próprios. Destas, 9,06% referiram-se a recursos da reserva financeira do Programa, acumulados ao longo dos exercícios anteriores.

O Programa continuou deficitário em 2013, não obstante a adoção de medidas para aumento das receitas ao longo do ano.

A Justiça Federal da 1ª Região vem solicitando o acréscimo no valor unitário do referido benefício, o que foi concedido em 2013, passando de R\$ 90,00 para R\$ 105,00. Tal valor per capita continuou não sendo suficiente para a cobertura dos custos das despesas do Pro-Social em 2013.

A meta inicial foi reprogramada em função das nomeações efetivadas e oscilações que ocasionaram majoração no número de beneficiário. Por não ser cumulativa, a meta física final realizada corresponde à média das metas físicas realizadas no ano.

O valor inscrito em restos a pagar foi proveniente de créditos recebidos no fim do exercício que serão executados em 2014.

2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Em cumprimento à Constituição Federal e à Lei 8.069/90, de 13/7/1990, a atividade proporcionou assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária até os seis anos de idade, em creches e pré-escolas, bem como aos dependentes com desenvolvimento correspondente à idade mental relativa à faixa etária estabelecida.

Meta reprogramada em função das nomeações efetivadas que acarretaram acréscimo no número de crianças atendidas. Por não ser cumulativa, a meta física final realizada corresponde à média das metas físicas realizadas no ano.

A dotação foi suficiente para conceder o benefício aos servidores em 2013 e o crédito não utilizado de R\$ 1.384,53 teve sua origem nas oscilações inerentes a este benefício que não podem ser previstas com precisão.

2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

A ação está prevista na Medida Provisória 2.165-36, de 23/08/2001, e Resolução CJF 4, de 14/03/2008, objetivando promover condições favoráveis ao deslocamento dos servidores de suas residências até o local de trabalho e respectivo retorno, na forma de custeio de parte de suas despesas com transporte. No entanto, não houve interesse de grande parte dos servidores para utilização do benefício, devido à desvantagem relativa ao custeio previsto. Dessa forma, as metas previstas são consideradas baixas em relação ao contingente de servidores.

Meta reprogramada em função das nomeações ocorridas. Por não ser cumulativa, a meta física final realizada corresponde à média das metas físicas realizadas no ano.

A dotação foi suficiente para conceder o benefício aos servidores em 2013

2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Em atendimento ao art. 22 da Lei 8.460, de 17/09/1992, com redação dada pela Lei 9.527, de 10/12/1997, bem como em reconhecimento à simetria constitucional existente entre os magistrados e os membros do Ministério Público Federal, disciplinado em âmbito da Justiça Federal pela Resolução 175 de 16/12/2011, foram aplicados recursos com o objetivo de assegurar o auxílio de natureza indenizatória, em pecúnia, na folha de pagamento do mês anterior ao de competência do benefício, aos servidores e magistrados em efetivo exercício, na proporção dos dias trabalhados, bem como pagamento de R\$ 6.431.225,81 de exercícios anteriores relativo a 1ª parcela do acordo firmado entre o CJF e a SOF/MP, visando à liquidação dos passivos a magistrados, decorrentes da Resolução CNJ 131/2011.

Meta reprogramada em função dos acréscimos de servidores beneficiados decorrente de nomeações e requisições efetivadas, sobretudo para atender inauguração de varas federais. Por não ser cumulativa, a meta física final realizada corresponde à média das metas físicas realizadas no ano.

4224 - Assistência Jurídica a Pessoa Carente

Em cumprimento ao disposto no art. 5.º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, a ação visou a proporcionar a tutela da prestação jurisdicional à população carente, envolvendo o pagamento de honorários a advogados dativos, peritos, intérpretes e curadores especiais nomeados para prestação de assistência jurídica a pessoas carentes.

Após as tratativas iniciais para a efetiva implementação do Sistema de Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal, instituído pela Resolução nº CF-RES-2012/00201, de 28/08/2012, e regulamentado no âmbito da 1ª Região pela Resolução Conjunta PRESI/COGER/COJEF nº 20, de 18/10/2012, bem como a capacitação dos gestores e usuários nas Seccionais, o Sistema AJG está em pleno funcionamento e, à medida em que são necessários ajustes, correções ou aprimoramentos, são cadastradas demandas na ferramenta denominada redmine, a qual é gerenciada no âmbito do Conselho de Justiça Federal com trabalho da equipe técnica de desenvolvimento do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

A despesa referente aos honorários concernentes à jurisdição federal delegada, foi parcialmente executada, em razão da dependência de os profissionais beneficiários dos honorários se cadastrarem no sistema AJG. Estão sendo firmados convênios com os Tribunais de Justiça, a fim de que as respectivas Comarcas utilizem o sistema AJG, quando do exercício da jurisdição federal delegada, o que facilitará e otimizará os pagamentos requeridos pelas Comarcas.

Os Juizados Especiais Federais constituem uma importante ferramenta para consecução dos objetivos sociais previstos na Constituição Federal, haja vista que foram criados para facilitar o acesso à justiça, principalmente daqueles que têm poucos recursos financeiros e não podem contratar um advogado. Essa atuação tem trazido grande aumento da demanda envolvendo a ação Assistência Jurídica a Pessoa Carente.

A dotação alocada está sempre aquém das demandas exigidas. A insuficiência de créditos resulta em grande demora no pagamento dos serviços prestados pelos peritos e defensores, gerando insatisfação, reclamação e diversos pedidos de descredenciamento dos profissionais. Isso contribui para que a prestação jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais Federais fique prejudicada no que tange ao Princípio

da celeridade processual, um de seus pilares.

No exercício de 2013, da dotação disponível de R\$ 45.334.344,00, foram utilizados R\$ 8.033.417,35 para pagamento de despesas de exercício anteriores, tendo em vista que o orçamento de 2012 foi insuficiente para supri-las e R\$ R\$ 37.275.751,76 para as despesas do exercício de 2013 que não quitou todas as pendências.

Meta física reprogramada em função da suplementação de dotação ocorrida em dezembro com as sobras orçamentárias dos diversos Regionais, o que possibilitou acréscimo de atendimento de perícias advindas dos Juizados Especiais Federais.

2549 – Comunicação e Divulgação Institucional

A Assessoria de Comunicação, ancorada nas diretrizes do Plano Estratégico da Justiça Federal da Primeira Região, visa a manter a sociedade informada sobre as atividades desenvolvidas pelo Órgão, seja por meio de divulgação de matérias jornalísticas ou campanhas institucionais em diferentes mídias, seja pela intermediação do contato com a imprensa em geral e cuidando da imagem institucional.

A Ação Comunicação e Divulgação Institucional foi criada com o objetivo de atender às demandas de comunicação institucional e os indicadores estabelecidos pelo Conselho da Justiça Federal são “Matérias Veiculadas” na Internet, em veículos impressos, em rádio e televisão. Dentro desta ação estão inseridos: o Plano Orçamentário Comunicação e Divulgação Institucional e Plano Orçamentário Rádio e TV Justiça.

A meta foi ultrapassada em relação aos dois Planos Orçamentários em razão de nova sistemática adotada pela Assessoria de Comunicação no levantamento e na distribuição das pautas, com a realização de reuniões semanais às segundas-feiras e atribuição de produtividade por redator, com meta diária de 2 matérias.

A cada ano o empenho e esforço da equipe tem sido determinantes para o atingimento e superação das metas e para a busca dos objetivos institucionais de manter a sociedade informada sobre as atividades desenvolvidas pelo órgão. As decisões judiciais são a resposta do Judiciário à sociedade, que espera a solução para sua demanda, o que justifica investimentos em profissionais capacitados para acompanhar os julgamentos e traduzi-los em matéria jornalística e informativa para o cidadão.

A Assessoria de Comunicação ampliou seu canal de comunicação por meio do Facebook, inserindo definitivamente o Tribunal nas redes sociais, um canal interativo que tem aproximado de forma surpreendente o cidadão da Corte, alcançando aproximadamente 4.700 pessoas por semana. Por meio dela são disponibilizadas notícias de decisões proferidas pelo Tribunal, divulgados avisos de pauta, concursos, ações e eventos de interesse da Primeira Região da Justiça Federal. As postagens são diárias, e os acessos, monitorados por mediador de forma a evitar comentários considerados inapropriados, provocativos, em linguagem hostil, agressiva, desrespeitosa, ofensiva, difamatória, xenófoba, pornográfica ou comercial, que poderão resultar na exclusão do autor.

Os resultados apresentados no exercício de 2013 são, portanto, satisfatórios do ponto de vista institucional.

4257 - Julgamento de Causas na Justiça Federal

A ação prevê o pagamento de despesas relativas à administração, transporte, reparos e reformas de imóveis, capacitação de recursos humanos, modernização de instalações, despesas com informática, de forma a assegurar as condições necessárias para as atividades finalísticas do órgão. Constam dessa Ação três Planos Orçamentários:

Plano Orçamentário “Julgamento de Causas – POJC”

A meta física do POJC é verificada por processos julgados, tendo sido reprogramada devido ao acréscimo de processos julgados efetivados.

Houve aumento de 2,17 % de processos julgados em relação a 2012, em função de novas varas instaladas, mutirões e itinerantes realizados, atividades do mutirão Judiciário em dia e conciliações efetivadas.

Os recursos alocados foram aplicados sempre com o objetivo de assegurar a continuidade dos serviços desenvolvidos nas áreas administrativas e judiciárias, garantindo a prestação jurisdicional a contento. Foram abrigados neste Plano Orçamentário gastos imprescindíveis com força de trabalho terceirizada, estagiário, aquisições de materiais, despesas com remoções, manutenções prediais, indenização de transporte aos oficiais de justiça; despesas com locomoção, realizações de juizados itinerantes, correições e mutirões. Parte dos serviços e materiais adquiridos foram no final do exercício, sendo os empenhos inscritos em restos a pagar para pagamento em 2014.

A dotação não utilizada de R\$ 4.489.247,90 encontra justificativa em licitações frustradas, que afetaram aquisições de material permanente e de consumo e a contratação de serviços de reformas e adaptações e ainda pelo recebimento de dotação no fim do ano sem tempo hábil para ser executada.

Plano orçamentário “Capacitação de Recursos Humanos – POCRH”

O POCRH visou a promover, de forma conjunta e com foco nas competências estratégicas, a qualificação de pessoal, pela aquisição, reciclagem e aprimoramento de conhecimentos, envolvendo as áreas jurídica, administrativa, de informática, comportamental e outras, de modo a se obter melhor desempenho, incremento da produtividade e satisfação profissional, com consequente melhora dos serviços oferecidos aos jurisdicionados.

A meta física do POCRH é quantidade de pessoas capacitadas. A meta estabelecida foi superada com 4.615 pessoas capacitadas. Registra-se a participação de 8.484 magistrados e servidores nos mais diversos eventos e, ainda, a participação de 349 em eventos sem custo direto.

As atividades de capacitação foram desenvolvidas por meio de eventos presenciais, por videoconferência (Terça Gerencial e Sexta Jurídica) e a distância (EaD), atingindo servidores, prestadores de serviço e estagiários desta corte e das seccionais, objetivando o desenvolvimento de competências estratégicas que atendessem à missão institucional definida no Planejamento e Gestão Estratégica do Poder Judiciário (Resolução Nº 194, 20/07/2012) e no Mapa Estratégico da Justiça Federal 2010 - 2014 (Resolução Nº 70, 18/03/2009).

Além das ações de capacitação previstas no Programa de Capacitação da Justiça Federal da Primeira Região para 2013, foi priorizado o atendimento específico das áreas demandantes, além de cursos in company, objetivando a otimização da aplicação dos recursos disponíveis.

Foram, ainda, implementadas ações de capacitação que utilizaram o diagnóstico de qualidade de vida no trabalho realizado em 2012, como diretriz para sua realização e trabalho dos temas, por meio do Programa de Melhoria do Ambiente de Trabalho, repercutindo no início da formação dos multiplicadores.

Os pólos educacionais da UniCorp nas Seções Judiciárias da Bahia, Minas Gerais, Piauí e Amazonas foram implantados de forma efetiva e ainda foram incrementadas as ações de capacitação no pólo TRF1.

A UniCorp priorizou a utilização dos talentos e das competências de magistrados e servidores da 1ª Região para atenderem às demandas de capacitação interna nas instrutorias (cursos internos) e tutorias (cursos on-line).

A Escola de Magistratura Federal da 1ª Região – ESMAF promoveu os seguintes eventos:

Curso de Formação Inicial - Suporte de Introdução à Atividade Jurisdicional, no período de 25/02 a 10/05/2013, com carga horária de 489,6 h/ aos 50 magistrados aprovados no XIV Concurso Público para provimento de cargo de Juiz Federal Substituto da 1ª Região;

Seminário sobre Demandas Repetitivas na Justiça Federal: Possíveis Soluções Processuais e Gerenciais;

Encontro 2013 do Juizado Especial Federal da Primeira Região: Projeto MELHORAÇÃO;

Curso de Conciliação e suas Técnicas no Âmbito da Seção Judiciária do Distrito Federal;

II Workshop Gerencial para Magistrados em Minas Gerais;

Jornadas sobre os temas: Processo Eletrônico e Direito Internacional;

Plano Orçamentário “Modernização das Instalações da Justiça Federal - MIJF”

Foi consignada a dotação de R\$ 4.709.000.000,00 na LOA 2013 em face do limite definido pela SOF/MPOG.

Meta reprogramada em função de cancelamento de dotação. Do total de 26 unidades modernizadas, sete já foram realizadas, mas 19 serão executadas em 2014 com a execução de restos a pagar.

O crédito não utilizado de R\$ 83.392,85 decorre de licitações não concluídas.

O quadro a seguir demonstra os serviços contratados para modernizar as unidades.

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DE MIJF - 2013

SEÇÃO	UNIDADE REFORMADA	AÇÃO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL
TOCANTINS	ED. ANEXO - PALMAS	MIJF	REFORMA DAS INSTALAÇÕES DO EDIFÍCIO ANEXO.	650.510,77
		TOTAL TOCANTINS		650.510,77
RONDÔNIA	EDIFÍCIO-SEDE PORTO VELHO	MIJF	REFORMAS E CONSTRUÇÕES DE BANHEIROS.	339.688,05
		TOTAL RONDÔNIA		339.688,05
AMAZONAS	ED. SOLIMÕES	MIJF	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAR O SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA).	14.979,83
		TOTAL AMAZONAS		14.979,83
MATO GROSSO	ED. CÁCERES	MIJF	ELABORAÇÃO DE PROJETO E INSTALAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO.	6.850,00
	RONDONÓPOLIS		ELABORAÇÃO DE PROJETO E INSTALAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO.	6.850,00
	SNOP		ELABORAÇÃO DE PROJETO E INSTALAÇÃO DE CONTROLE DE ACESSO.	6.850,00
TOTAL MATO GROSSO				20.550,00
PIAUI	ED. SEDE TERESINA	MIJF	AQUISIÇÃO COM INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E ALARME DIGITAL COM MONITORAMENTO DE CFTV.	188.000,00
			AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS (MOBILIÁRIO EM GERAL).	36.995,92
	ED. SÃO RAMUNDO NONATO		AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DIVERSOS (MOBILIÁRIO EM GERAL).	24.818,25
	ED. PARNABA		REFORMA DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS.	488.448,45
TOTAL PIAUI				738.263,63
MARANHÃO	ED. SEDE E ANEXO I - SÃO LUIS	MIJF	ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS.	60.280,00
TOTAL MARANHÃO				60.280,00
PARÁ	EDIFÍCIO-SEDE - BELÉM	MIJF	MODERNIZAÇÃO NOS 04 ELEVADORES INSTALADOS.	368.900,00
TOTAL PARÁ				368.900,00
GOIÁS	ED. SEDE GOIÂNIA E ANEXO	MIJF	REFORMA DE MODERNIZAÇÃO DE ÁREAS DOS EDIFÍCIOS SEDE E ANEXO.	609.999,99
			PROJETO DE REFORMA DO SISTEMA ELÉTRICO DO EDIFÍCIO SEDE E ANEXO.	282.000,00
TOTAL GOIÁS				891.999,99
BAHIA	ED. SEDE E ANEXO SALVADOR	MIJF	SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO, LIMPEZA E PINTURA DAS FACHADAS DOS PRÉDIOS, GUARITAS, RESERVATÓRIOS ELEVADOS E MURETAS.	373.000,00
	PRÉDIO DO JEF E ANEXOS		CORREÇÃO DE PROBLEMAS DE INFILTRAÇÃO NO DEPÓSITO DA SEPAT LOCALIZADO NO PRÉDIO DOS JEF'S.	101.500,00
TOTAL BAHIA				474.500,00
MINAS GERAIS	EDIFÍCIO ANTONIO FERNANDO PINHEIRO, EUCLYDES REIS AGUIAR E OSCAR DIAS CORRÊA	MIJF	ATUALIZAÇÃO DO ESCOPO DE SERVIÇOS DE LAUDO ELABORADO EM 2010 PARA A RECUPERAÇÃO DAS ESTRUTURAS DOS EDIFÍCIOS DESTA JFMG EM BELO HORIZONTE/MG.	14.900,00
			SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL E IMPERMEABILIZAÇÃO NOS IMÓVEIS SEDE DESTA JFMG.	313.400,00
	ED. SEDE UBERABA		SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVO, ARQUI-TETÔNICO E COMPLEMENTARES PARA ADEQUAÇÃO DA SEDE DA SSJ DE UBERABA.	11.840,00
TOTAL MINAS GERAIS				340.140,00
TOTAL SEÇÕES JUDICIÁRIAS				3.899.812,27
TRIBUNAL	EDIFÍCIO-SEDE I	MIJF	REFORMA RESTAURANTE.	46.008,47
			SERV. DE PINTURA INTERNA	20.108,00
			ADAPTAÇÃO DE INSTALAÇÕES PREDIAIS - ESPAÇO BEM ESTAR.	614.673,11
			ELABORAÇÃO DE PROJETOS REF. INSTAL. SEGURANÇADO.	21.000,00
	ED. ADRIANA		SERVIÇO DE IMPERMEABILIZAÇÃO	24.005,30
TOTAL TRIBUNAL				725.794,88
TOTAL GERAL				4.625.607,15

1A59 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Passos – MG

Meta reprogramada tendo em vista a aprovação de crédito suplementar, o contingenciamento e o bloqueio de crédito.

Dotação de R\$ 1.500.000,00 consignada na LOA 2013 pelo limite da SOF/MPOG e suplementada em R\$ 5.927.000,00, totalizando R\$ 7.427.000,00 para licitar a obra.

A dotação não foi utilizada na contratação da obra de Passos, pois, pela quarta vez, o procedimento licitatório restou deserto. Assim foi contingenciado R\$ 5.798.849,00 e bloqueado R\$ 1.500.000,00 para suprir a dotação que outras ações utilizaram da reabertura do crédito extraordinário – MP 598, que teve seu prazo de vigência encerrado de acordo com o Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 34/2013. Ficaram ainda sem utilização R\$ 128.151,00.

Como não houve questionamento ou solicitação de informações adicionais acerca de questões técnicas do edital, e várias empresas interessadas reclamaram do valor muito baixo e até impraticável do orçamento de referência, faz-se necessária a revisão e a atualização das planilhas orçamentárias.

12R8 - Reforma do Edifício-Sede I da Justiça Federal em Belo Horizonte – MG

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto e a aprovação de crédito suplementar.

Dotação de R\$ 1.500.000,00 consignados na LOA 2013, pelo limite da SOF/MPOG que foi suplementada em R\$ 1.609.936,61, totalizando R\$ 3.109.936,61. O valor de R\$ 3.066.430,02 foi Utilizado na reforma da fachada e R\$ 43.506,59 na readequação do CPD, mediante aditamento à contratação efetuada em 2012.

O valor total contratado para a reforma da fachada corresponde a R\$ 4.637.637,56. Considerando que foi empenhado em 2013 o valor de R\$ 3.066.430,02 ficou pendente de crédito o valor de R\$ 1.571.207,54.

A readequação dos sistemas elétricos e ar condicionado do CPD, bem como o projeto da reforma foram concluídos e pagos utilizando o valor inscrito em restos a pagar.

11MM -Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis – MG

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto

Dotação de R\$ 280.000,00 consignada na LOA 2013 por emenda, que não foi utilizada, pois nenhuma empresa foi selecionada no procedimento licitatório realizado para a contratação dos projetos arquitetônicos e executivos da obra, por não atender às exigências do Edital. Não houve tempo hábil para contratação em 2013.

11U3 –Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Uberlândia – MG

Meta reprogramada em função da aprovação de crédito adicional especial e do contingenciamento efetuado.

Dotação de R\$ 7.196.689,00 consignada na LOA 2013 por crédito adicional especial. Foi utilizado R\$ 14.500,00 na contratação dos serviços de revisão e atualização da planilha orçamentária para publicar o Edital de licitação da obra e contingenciado R\$ 7.182.189,00 que será reaberto em 2014.

7J50 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Feira de Santana – BA

Meta reprogramada em função da aprovação de crédito adicional especial.

Dotação de R\$ 800.000,00 consignados na LOA 2013 por crédito adicional especial que foi empenhada para efetivar o termo aditivo visando à conclusão da obra.

A construtora já solicitou a vistoria da obra, objetivando a emissão do Termo de Recebimento.

7K49 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Jequié – BA

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto e da aprovação de crédito adicional suplementar.

Dotação de R\$ 1.800.000,00 consignados na LOA 2013 pelo limite definido pela SOF/MPOG, acrescida de R\$ 200.000,00 de emenda parlamentar e ainda de R\$ 2.533.661,00 crédito adicional suplementar, perfazendo R\$ 4.533.661,00 que foram totalmente utilizados.

A obra encontra-se em fase de conclusão. Em vistoria realizada, foram levantadas pendências que estão sendo sanadas pela construtora. As pendências são simples e de fácil resolução.

12R6 - Construção do Edifício-Anexo da Seção Judiciária em Salvador – BA

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento de dotação .

Dotação de R\$ 1.500.000,00 consignados na LOA 2013, pelo limite da SOF/MPOG que foi acrescida de R\$ 400.000,00, por emenda, perfazendo R\$ 1.900.000,00. Desse valor foram oferecidos como fonte de cancelamento de crédito R\$ 1.410.000,00 e empenhados R\$ 490.000,00.

A obra encontra-se temporariamente sem atividades em decorrência das inconsistências e complexidade na execução do projeto, o que motivou a necessidade de elaborar um projeto estrutural mais simples. A obra tem previsão para reiniciar em janeiro/ 2014, estando o aditivo contratual em fase final de confecção. O projeto estrutural foi simplificado e haverá redução do custo da obra.

7J62 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Campo Formoso – BA

Meta reprogramada tendo em vista a suplementação da dotação e alteração do custo total do projeto.

Dotação de R\$ 500.000,00 consignados na LOA 2013, pelo limite da SOF/MPOG que foi acrescida de R\$ 750.000,00, por emenda e ainda R\$ 5.274.257,00 de crédito adicional suplementar, perfazendo assim R\$ 6.524.257,00, que foram totalmente empenhados, visando continuidade da obra.

A obra encontra-se em ritmo normal, com realização de 33%, estando na 8ª medição.

7E41 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Guanambi – BA

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação.

Dotação de R\$ 150.000,00 consignados na LOA 2013 por emenda parlamentar que por ser insuficiente para licitar a obra foi oferecido como fonte de cancelamento no crédito.

7H63 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Barreiras – BA

Meta reprogramada tendo em vista a aprovação do crédito adicional suplementar e ainda a alteração do custo total do projeto.

Dotação de R\$ 1.550.000,00 consignados na LOA 2013 por emenda parlamentar acrescida em R\$ 5.954.696,00, perfazendo o montante de R\$ 7.504.696,00 disponível para utilização. Desse valor foram empenhados R\$ 444.200,00; bloqueados R\$ 191.825,73 e R\$ 6.868.670,27 ficaram sem utilização.

Em razão da demora da entrega dos projetos atualizados e corrigidos pela empresa contratada, a licitação para a contratação da empresa executora da obra ocorreu em dezembro, ficando o certame prejudicado em virtude do recurso apresentado pela empresa inabilitada pela comissão de licitação, com respaldo do setor técnico. Desse modo, em virtude da abertura do prazo de recurso, não houve tempo suficiente para finalização da concorrência em 2013 e a dotação foi perdida.

14UM – Reforma do Edifício-Sede II da Seção Judiciária do Distrito Federal - DF

Meta reprogramada tendo em vista a suplementação da dotação e alteração do custo total do projeto.

Dotação de R\$ 500.000,00 consignados na LOA 2013, pelo limite da SOF/MPOG que foi acrescida em R\$ 400.000,00 de crédito adicional suplementar, perfazendo assim R\$ 900.000,00, que foram empenhados na contratação de empresa para executar a reforma dos elevadores.

153C - Construção de Galpão para Arquivo e Depósito Judicial para a Justiça Federal em Brasília – DF

Meta reprogramada tendo em vista a suplementação da dotação e alteração do custo total do projeto.

Dotação de R\$ 3.523.759,00 consignada na LOA 2013 por crédito adicional especial, que ficou contingenciada e será reaberta em 2014.

1A58 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Santarém – PA

Meta reprogramada tendo em vista a suplementação da dotação e alteração do custo total do projeto

Dotação de R\$ 1.000.000,00 consignada na LOA 2013, pelo limite da SOF/MPOG acrescida em R\$7.660.794,00 de crédito adicional suplementar, perfazendo o montante de R\$ 8.660.794,00 que foi empenhado para a continuidade da obra.

Obra em início de execução, já tendo sido apresentada 1ª medição correspondente a 2,8% dos serviços. Os serviços da estrutura (fundações, estacas, muros de contenção e arrimo) já foram iniciados e sendo contratada a fiscalização externa.

12RB - Reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Belém – PA

Meta reprogramada em função da aprovação de crédito adicional especial e do contingenciamento efetuado.

Dotação de R\$ 3.475.887,00 consignada na LOA 2013 por crédito adicional especial. Desse valor, foram empenhados R\$ 257.134,00 e contingenciados R\$ 3.218.753,00.

A 1ª etapa já está na fase de recebimento provisório, restando apenas acabamento e testes finais do serviço realizado. Em relação à 2ª etapa, foi realizada licitação no final do exercício de 2013, resultando fracassada, pois o valor obtido foi superior ao orçado como referência. Esse procedimento será repetido no primeiro trimestre de 2014, considerando que o crédito especial de R\$ 3.218.753,00 que ficou contingenciado será reaberto em 2014.

12SR - Construção do Edifício-Sede II da Justiça Federal em Cáceres – MT

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto e a aprovação de crédito adicional suplementar.

Dotação de R\$ 1.000.000,00 consignada na LOA 2013 por emenda parlamentar que foi acrescido de crédito adicional suplementar em R\$ 164.979,00, perfazendo R\$ 1.164.979,00 para serem utilizados na continuidade da obra.

O contrato rescindido por inadimplência com a empresa Eletrotec resultou no cancelamento de R\$ 601.999,82 de restos a pagar não processados. Obra retomada pela 2ª empresa classificada na licitação.

1A66 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Sinop – MT

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto e a aprovação de crédito adicional suplementar.

Dotação de R\$ 1.000.000,00 consignada na LOA 2013 por emenda parlamentar que foi acrescido de crédito adicional suplementar em R\$ 3.430.9939,00 perfazendo R\$ 4.430.993,00, sendo empenhados para a continuidade da obra.

Obra em andamento, fase da fundação. Houve uma desaceleração em decorrência das fortes chuvas o que acarretou atraso no cronograma.

7T82 – Ampliação do Edifício-Sede da Justiça federal em Cuiabá – MT

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total do projeto.

Dotação de R\$ 400.000,00 consignada na LOA 2013 por emenda parlamentar. Desse montante, foram empenhados R\$ 315.713,80 na contratação dos projetos arquitetônicos e executivos e ficaram sem utilização R\$ 84.286,20.

A empresa contratada detectou que a manutenção do imóvel existente no meio do terreno prejudicará a segurança do futuro prédio além de encarecer desproporcionalmente a obra. Os estudos/análises atrasaram o cronograma de execução dos serviços. Com o relatório técnico sugerindo a demolição do prédio adjacente, será elaborado novo cronograma.

12RQ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Barra do Garças – MT

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento parcial da dotação por crédito adicional.

Dotação de R\$ 250.000,00 consignados na LOA 2013, por emenda. Houve o cancelamento parcial de R\$ 240.000,00 por crédito adicional, uma vez que a dotação era inferior a 20% do custo total da obra, o que impediu a licitação da obra nos termos do art. 10 da Resolução CJF 179/2011, ficando sem utilização o valor de R\$ 10.000,00.

Os Projetos arquitetônicos e executivos já contratados estão aguardando o término da terraplanagem, que está sendo feita pela Prefeitura Municipal para iniciar os serviços de elaboração.

7T91 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Araguaína - TO

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento parcial da dotação por crédito adicional, uma vez que a dotação era inferior a 20% do custo total da obra, o que impediu a licitação da obra nos termos do art. 10 da Resolução CJF 179/2011.

Dotação de R\$ 250.000,00 consignada na LOA 2013, por emenda. Desse montante, foram empenhados R\$ 249.368,94, visando à contratação dos projetos arquitetônicos e executivos. Ficaram sem utilização R\$ 631,06.

A empresa contratada executou os serviços de levantamento topográfico e sondagem do terreno e apresentou duas propostas preliminares de estudo de projeto arquitetônico, as quais foram analisadas, sendo solicitadas adequações e ajustes.

7T92 - Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária em Gurupi - TO

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação por crédito adicional.

Dotação de R\$ 250.000,00 consignada na LOA 2013 por emenda. Houve o cancelamento total por crédito adicional, pois os projetos arquitetônicos e executivos não puderam ser contratados em razão de a Secretaria de Patrimônio da União não ter finalizado o processo de desmembramento da área a ser destinada à Justiça Federal.

7T80 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Jataí - GO

Meta reprogramada tendo em vista a alteração do custo total da obra e o cancelamento da dotação por crédito adicional.

Dotação de R\$ 400.000,00 consignada na LOA 2013 por emenda. Houve o cancelamento por crédito adicional de R\$ 228.000,00 e foram empenhados R\$ 113.215,46 na contratação dos projetos arquitetônicos e executivos. Ficaram sem utilização R\$ 58.784,54.

11RV - Construção do Edifício-Sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília – DF

Meta reprogramada tendo em vista o cancelamento da dotação por crédito adicional.

Dotação de R\$ 115.000.000,00 consignada na LOA 2013 que foi acrescida de R\$ 638.437,00 relativo à reabertura do crédito extraordinário –MP 598. Houve o cancelamento por crédito adicional de R\$ 109.887.968,00. Foram empenhados R\$ 4.231.989,79 e descentralizados R\$ 1.493.880,89 para o Ministério do Exército, ficando sem utilização o valor de R\$ 24.598,32.

A Construção da nova sede do TRF1 tem se desenvolvido em etapas, contratadas por meio de licitações autônomas, subdivididas em quantas parcelas for possível fracioná-las observada a viabilidade técnica e econômica de sua execução, em razão de termo de compromisso firmado entre o TRF, MPF e o CNJ.

A etapa de complementação do arcabouço estrutural estava sendo executada pela Construtora Engenfort Ltda, que entrou em recuperação judicial tornando-se inadimplente, o que motivou a rescisão contratual. Foi contratada em caráter emergencial a Construtora LDN para a conclusão da etapa estrutural.

A revisão e complementação dos projetos estruturais elaborados há mais de 7 anos é imprescindível para a continuidade da obra.

Diante deste cenário, a Administração, temendo perder toda a dotação, ofereceu como fonte de cancelamento no crédito de setembro o valor de R\$ 109.887.968,00 que, após negociações com a Secretaria de Orçamento Federal e com o Conselho da Justiça Federal, foi utilizado para suplementar as seguintes ações:

- R\$ 10.000.000,00 - destinados à Justiça Militar e do Trabalho para o atendimento parcial do passivo de auxílio-alimentação devido a magistrados;
- R\$ 25.000.000,00 - destinados à Justiça Federal para o atendimento parcial do passivo de auxílio-alimentação devido a magistrados;

- R\$ 12.000.000,00 – para atender às obras em andamento da Justiça Federal, exceto as da 1ª Região;
- R\$ 8.000.000,00 - para atender às despesas de custeio de toda a Justiça Federal e;
- R\$ 45.887.968,00 – para obras da 1ª Região;
- R\$ 4.000.000,00 - na ação Assistência Médica e Odontológica a servidores e seus dependentes – Unidade Orçamentária 12.101 para a 1ª Região;
- R\$ 5.000.000,00 - na Ação Julgamento de Causas – Unidade Orçamentária 12.101, para a 1ª Região.

3755 - Implantação de Varas Federais

Dotação de R\$ 12.500.000,00 consignada na LOA 2013 pelo limite definido pela SOF/MPO.

A meta prevista foi totalmente atingida, pois foram instaladas as 22 varas federais previstas.

A dotação foi utilizada para instalar as varas federais decorrentes da Lei 12.011/2009 relativas ao exercício de 2013, Lei 12.762/2012 e ainda para complementar algumas pendências de varas instaladas em 2012, como antecipar, quando possível, as despesas para as varas que serão instaladas no início de 2014. Essa é a razão de ter ocorrido despesa em unidades gestoras que não instalaram varas em 2013.

Em função de as licitações ocorrerem no fim do exercício, parte dos recursos foi inscrito em restos a pagar.

O quadro a seguir demonstra as unidades que executaram dotação desta ação:

DEMONSTRATIVO IVF 2013

SEÇÃO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	TOTAL
AM- MACAPÁ	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	62.050,00
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	1.093.548,04
TOTAL AMAPÁ		1.155.598,04
TO - PALMAS	14 - DIÁRIAS - CIVIL	2.853,38
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.532,50
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	1.579,00
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	7.526,85
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	126.006,00
	93 - INDENIZACOES E RESTTUICOES	1.101,00
TOTAL TOCANTINS		140.598,73
AC - CRUZEIRO DO SUL	14 - DIÁRIAS - CIVIL	35.377,17
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	3.549,40
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	34.964,50
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	272,80
	51 - OBRAS E INSTALACOES	701.197,40
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	358.260,23
TOTAL ACRE		1.133.621,50
RO - VILHENA, ANTECIPAÇÃO PORTO VELHO E COMPLEMENTAÇÃO JI-PARANÁ	14 - DIÁRIAS - CIVIL	42.470,40
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	97.291,70
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	21.936,10
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	267.737,21
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	583.368,86
	93 - INDENIZACOES E RESTTUICOES	24.316,81
TOTAL RONDÔNIA		1.017.121,08
MT - CUIABÁ CÁCERES E JUÍNA	14 - DIÁRIAS - CIVIL	73.645,63
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	15.963,16
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	911.582,03
	51 - OBRAS E INSTALACOES	93.251,96
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	79.788,60
	93 - INDENIZACOES E RESTTUICOES	133,00
TOTAL MATO GROSSO		1.174.364,38
PI- TERESINA E SÃO RAIMUNDO NONATO	14 - DIÁRIAS - CIVIL	29.386,83
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	6.610,00
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	485.924,63
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	547.534,29
	93 - INDENIZACOES E RESTTUICOES	1.010,00
	TOTAL PIAUÍ	
MA- SÃO LUÍS ANTECIPAÇÃO BALSAS	14 - DIÁRIAS - CIVIL	5.051,71
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	10.778,65
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	9.513,39
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	55.931,44
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	437.832,72
	93 - INDENIZACOES E RESTTUICOES	212,80
TOTAL MARANHÃO		519.320,71
PA - BELÉM E ITAITUBA	14 - DIÁRIAS - CIVIL	32.859,51
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	37.095,62
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	38.013,53
	36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	14.769,68
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	431.199,71
	47 - OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	2.953,94
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	350.280,97
	93 - INDENIZACOES E RESTTUICOES	2.694,46
TOTAL PARÁ		909.867,42
GO - ANTECIPAÇÃO ANAPOLIS COMPLEMENTAÇÃO JATAÍ, URUAÇU E FORMOSA	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	744.564,34
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	132.397,54
	TOTAL GOIÁS	
BA- SALVADOR E BOM JESUS DA LAPA	14 - DIÁRIAS - CIVIL	100.869,12
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	19.305,25
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	23.803,40
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	226.619,23
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	646.465,61
TOTAL BAHIA		1.017.062,61
MG - JUIZ DE FORA, MONTES CLAROS, PATOS DE MINAS, UBERABA, UBERLÂNDIA	14 - DIÁRIAS - CIVIL	40.729,27
	30 - MATERIAL DE CONSUMO	101.969,83
	33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	51.911,34
	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	479.893,01
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	750.326,84
	93 - INDENIZACOES E RESTTUICOES	91.275,04
TOTAL MINAS GERAIS		1.516.105,33
TOTAL SEÇÕES		10.531.087,43
TRF - EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA PARA NOVAS VARAS	39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ	101.904,00
	52 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	1.807.971,44
	TOTAL TRIBUNAL	
TOTAL GERAL		12.440.962,87

3757 - Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional na Justiça Federal – ISIGI

A dotação foi aplicada visando ao incremento da agilidade e confiabilidade na prestação jurisdicional e incremento dos índices de disponibilidade dos serviços.

O atendimento às metas inicialmente definidas para o ano de 2013, em grande parte atingidas, foi apenas possibilitado mediante complementação com recursos extraorçamentários, oriundos do convênio com a Caixa Econômica e o Banco do Brasil.

Um dos fatores críticos na execução do ISIGI reside no fato de que uma parcela da dotação é destinada à cobertura de contrato continuado relativo aos circuitos de comunicação de dados, essencial para o funcionamento da 1ª Região e garantia da prestação jurisdicional.

De forma similar aos exercícios anteriores, a morosidade na definição da alocação da dotação e a indefinição com relação ao descontingenciamento orçamentário prejudicam sobremaneira as ações de planejamento, execução e cronograma de implantação de projetos.

Com relação à dotação orçamentária destinada à 1ª Região, permanece aquém da necessidade, impossibilitando o provimento de infraestrutura ideal para hospedagem dos diversos serviços existentes, internamente e aos jurisdicionados, bem como substituição de equipamentos fora de garantia.

A indefinição da disponibilização dos créditos orçamentários, sobretudo em função do descontingenciamento dos recursos ter ocorrido apenas no decorrer do mês de dezembro implica na realização orçamentária tardia e conseqüentemente inscrição da maioria das despesas em restos a pagar. Que acarreta prejuízo e riscos para os projetos com amplo cronograma de realização, e impressão de ineficiência no planejamento e execução dos recursos.

Houve substancial redução na reinscrição de restos a pagar, o que evidencia melhora no planejamento e gestão dos processos.

AÇÕES NÃO PREVISTAS NA LOA 2013 – RESTOS A PAGAR

10AQ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Rondonópolis – MT.

Em 2012 ficaram reinscritos em restos a pagar não processados R\$ 136.016,06. Deste montante, foram cancelados R\$ 8.000,00 e encontram-se pendentes de pagamento R\$ 128.016,06.

Obra finalizada com pendência, foi emitido o Termo de recebimento provisório, estando em análise o recebimento definitivo.

12RS - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Diamantino – MT

Em 2012 ficaram inscritos em restos a R\$ 48.883,25 que ainda não foram pagos, pois ainda não foram entregues os projetos arquitetônicos e executivos.

7E44 - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Cáceres – MT

Em 2013 foi reinscrito em restos a pagar o valor de R\$ 139.394,52 que não foram pagos.

Obra finalizada e emitido o termo de recebimento definitivo e o contrato será encerrado após ajuste

na planilha final.

11HX - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Vitória da Conquista – BA

Em 2013 foram reinscritos R\$ 198.347,73 em restos a pagar. Desse montante, foram pagos R\$ 160.435,84, ficando pendentes de pagamento R\$ 37.911,89.

Obra concluída e inaugurada em janeiro de 2012. Emitido o termo de recebimento provisório. O termo de recebimento definitivo ainda não foi emitido em virtude de pendências existentes.

12OX - Reforma e Ampliação do Edifício-Sede da Justiça Federal em Boa Vista – RR

Em 2012 foram inscritos em restos a pagar R\$ 2.463.153,80. Desse total, foram pagos R\$ 2.170.570,86, cancelados R\$ 32.430,00, restando pendentes de pagamento R\$ 260.152,94.

O recebimento definitivo da reforma ainda não ocorreu devido a acréscimos e inclusões de serviços necessários e atrasos na execução, por culpa da empresa e da Administração.

12RA - Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária em Boa Vista – RR

Em 2012, foram inscritos em restos a pagar R\$ 723.974,30. Desse total foram pagos R\$ 89.694,88, cancelados R\$ 19.282,00 e encontram-se pendentes de pagamento R\$ 614.997,42.

O projeto para construção da nova sede da Seção Judiciária, ainda se encontra pendente de recebimento e pagamento do objeto, em face das divergências de opinião sobre a qualidade e finalização dos projetos entregues pela empresa contratada para elaboração e a empresa fiscalizadora. Esta questão está sob análise da Administração da Seccional.

12SJ - Construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Pouso Alegre – MG

Em 2012 ficaram inscritos em restos a R\$ 109.566,16, foram pagos R\$ 109.484,28, cancelados R\$ 81,88. Os projetos arquitetônicos e executivos foram recebidos e não existe nenhuma pendência financeira.

7K63 - Construção do Edifício-Anexo da Justiça Federal em Palmas – TO

Em 2012 foram inscritos em restos a pagar não processados R\$ 1.203.556,53 desse montante foram pagos R\$ 1.203.556,53 não existindo assim mais pendências financeiras.

Obra concluída e inaugurada em 24/06/2013. Emitido o termo de recebimento definitivo em 08/08/2013 após a averbação da obra em cartório.

7L87 - Construção do Edifício-Sede da Seção Judiciária do Amapá – AP

Em 2012 ficaram reinscritos em restos a pagar R\$ 11.000,00 que foram cancelados em 2013. Obra concluída e inaugurada em 17/04/2012. Termo de recebimento provisório emitido.

7N57 -Construção do Edifício-Sede da Subseção Judiciária de Marabá – PA

Em 2012 ficaram reinscritos em restos a pagar R\$ 12.246,33 que foram pagos. Obra concluída e inaugurada oficialmente em 19/05/2011. Emitido termo de recebimento definitivo.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

O conteúdo desse item foi desenvolvido no item 2.1. Planejamento da Unidade.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de governança

O Sistema de Governança Corporativa da Justiça Federal é composto pelo Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal - COGEST; pelo Fórum Permanente de Corregedores da Justiça Federal, previsto no art. 7º, Inciso II, da Lei n. 11.798, de 29/10/2008; pela Comissão Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Federais, previsto no art. 7º, Inciso IV, da Lei n. 11.798, de 29/10/2008; pelo Conselho das Escolas da Magistratura Federal, previsto no art. 8º, § 4º, da Lei n. 11.798, de 29/10/2008; pelos Sistemas organizacionais administrativos, previsto no art. 3º da Lei n. 11.798, de 29/10/2008 e pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação – CODITI.

O Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal – COGEST coordenará as atividades de gestão estratégica da Justiça Federal e contará com a seguinte estrutura:

- I – Subcomitês Regionais de Gestão Estratégica;
- II – Subcomitês Institucionais de Gestão Estratégica;
- III – Subcomitê Executivo;
- IV – Subcomitê Técnico;

O Comitê Gestor é formado pelo Presidente de cada um dos tribunais regionais federais ou por um Desembargador Federal por ele indicado. A 1ª Região é representada pelo Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes (membro titular), pelo Juiz Federal em auxílio à Presidência Marcos Augusto de Sousa (membro substituto) e por um Juiz Federal em auxílio à Corregedoria Regional (representante do 1º grau). O Comitê Gestor desempenha os seguintes papéis:

- I – elaborar o Planejamento Estratégico da Justiça Federal em consonância com o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário e submetê-lo ao CJF;
- II – propor ações de revisão ou adequação do Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- III – consolidar informações e elaborar relatório semestral e acompanhamento e resultados das contribuições do Planejamento Estratégico da Justiça Federal para o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário;
- IV – promover a divulgação do Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- V – gerenciar o alinhamento das contribuições dos órgãos da Justiça Federal para o Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- VI – orientar o alinhamento das contribuições dos órgãos da Justiça Federal para o Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- VII – acompanhar e monitorar a execução dos projetos nacionais destinados à consecução do plano estratégico.

Por sua vez, os Subcomitês Regionais de Gestão Estratégica, possuem as seguintes atribuições:

- I – elaborar e integrar o planejamento estratégico da região ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- II – gerenciar o alinhamento das contribuições do tribunal e das seções judiciárias ao Mapa Estratégico da Justiça Federal;
- III – consolidar informações, elaborar relatórios e acompanhar resultados das contribuições para o Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- IV – orientar os subcomitês institucionais, garantindo o alinhamento das metas, projetos e ações ao Planejamento Estratégico da Justiça Federal;
- V – encaminhar informações nos prazos determinados pelo Comitê de Gestão Estratégica;
- VI – acompanhar e fornecer relatórios sobre o andamento dos projetos sob a sua responsabilidade.

O Comitê Gestor, atualmente, é coordenado pelo membro da 4ª Região, que representa a Justiça Federal no Comitê Nacional, que atua junto ao Conselho Nacional de Justiça e no qual há representantes de todos os ramos de justiça. A substituição é feita sempre pelo representante do Tribunal Regional Federal da região subsequente.

As reuniões do Comitê Gestor, conforme Resolução CNJ 70/2009, ocorrem trimestralmente, ou quando há necessidade, por solicitação do Conselho da Justiça Federal. Os representantes dos tribunais são convidados a apresentar e a debater questões estratégicas, permitindo ampliar o grau de conhecimento sobre as dificuldades e as boas práticas dos demais tribunais, bem como do cenário atual e prospecto da Justiça Federal.

O Subcomitê Executivo, composto pelos Diretores-Gerais dos Tribunais Regionais Federais coordena as operações de negócio e é o elo entre o Comitê Gestor e os Subcomitês e os Sistemas Organizacionais Administrativos.

Cada Região, por sua vez, possui um Comitê Regional e Comitês Institucionais em cada Seção Judiciária e no Tribunal.

3.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos

QUADRO 4 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.					X
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
ANÁLISE CRÍTICA: Adotou-se como metodologia para consolidação dos dados relativos ao quadro de avaliação do funcionamento do controle interno, a avaliação do maior número de respostas comuns a cada item do quadro. Após a consolidação, verificou-se que os mecanismos de controle interno existem nas diversas unidades administrativas, mas não de forma estruturada ou formalizada, ficando a cargo de cada dirigente realizar os procedimentos que entende necessários para monitorar as atividades da unidade e buscar a melhoria no desempenho. Quanto à avaliação de riscos, observou-se que se trata de prática ainda incipiente quanto à sua análise e prevenção, lidando-se de forma reativa e normatizada nos casos de constatação de irregularidades, procedendo-se à apuração de responsabilidades.					

3.3 Sistema de correição

A teor do disposto no art. 6, VII, da Lei n. 5.010/1966, combinado com o art. 21 do Provimento Geral Consolidado 38, de 12/06/2009, com a redação dada pelo Provimento 39, de 03/11/2009, foram realizadas em 2013 correições gerais ordinárias nas seções judiciárias da 1ª Região identificadas no quadro abaixo.

No tocante aos procedimentos prévios para a realização das correições, foram respeitadas todas as condições requeridas, ou seja, expedição de Portaria e divulgação de cronograma com antecedência mínima de 30 dias, nos termos do art. 23 do Provimento n. 38, de 12/06/2009, expedição de ofícios a todas

as autoridades elencadas no art. 25 do aludido Provimento Geral Consolidado, comunicações às varas a serem correicionadas com antecedência mínima de 10 dias, nos termos do citado dispositivo legal, expedição de ato de designação dos juízes auxiliares e servidores para atuarem nas correições e a não suspensão dos prazos processuais, da distribuição e das audiências em todas as varas.

Correições Gerais Ordinárias - 2013			
SEÇÃO JUDICIÁRIA	VARAS	SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS	DATA
MG	----	Passos, São Sebastião do Paraíso, Varginha, Pouso Alegre, Montes Claros, Lavras, São João Del Rei, Juiz de Fora, Ipatinga, Uberlândia, Patos de Minas, Governador Valadares e Teófilo Otoni.	21/01 a 05/04 (com intervalos)
RR	Varas de Boa Vista (3) Turma Recursal (1)	----	11 a 15/03
PA	Varas de Belém (10) Turma Recursal (1)	Altamira, Castanhal, Marabá, Redenção e Santarém.	15 a 26/04
AC	Varas de Rio Branco (4) Turma Recursal (1)	----	03 a 07/06
AP	Varas de Macapá (3)	Laranjal do Jari e Oiapoque.	17 a 21/06
PI	Varas de Teresina (8) Turma Recursal (1)	Floriano, Parnaíba e Picos.	19 a 30/08
AM	Varas de Manaus (8) Turma Recursal (1)	Tabatinga.	23/09 a 02/10
RO	Varas de Porto Velho (5) Turma Recursal (1)	Guajará-Mirim e Ji-Paraná.	21 a 25/10
MT	Varas de Cuiabá (8) Turma Recursal (1)	Cáceres, Diamantino, Rondonópolis e Sinop.	07 a 18/10
BA	Varas de Salvador (23) Turmas Recursais (2)	Juazeiro, Feira de Santana, Campo Formoso, Paulo Afonso, Irecê, Barreiras, Vitória da Conquista, Jequié, Guanambi, Teixeira de Freitas, Eunápolis, Ilhéus e Itabuna.	04/11 a 06/12 (com intervalos)

Nos termos do art. 114 do Provimento Geral da COGER, cabe à Corregedoria Regional verificar e avaliar, inclusive com a elaboração de parecer técnico, o cumprimento do procedimento previsto no art. 13, III, IV e VIII, da Lei nº 5.010/66, que trata da inspeção judicial, pela busca da eficiência e do aprimoramento dos juízos e serviços administrativos, judiciários e cartorários.

Em razão disto, a Corregedoria Regional autuou 272 processos de Inspeção Ordinária, o que motivou o total de 539 despachos, 309 decisões e a elaboração de 272 Pareceres Técnicos, encaminhados eletronicamente a cada uma das Varas e também ao Conselho Nacional de Justiça.

Processos Autuados

CLASSE	QUANTIDADE
Consulta	43
Correição Extraordinária	0
Correição Geral Ordinária	9
Correição Parcial	74
Expediente Administrativo	946
Inquérito	7
Inspeção Ordinária	272
Procedimento Avulso	107
Recurso em Processo Administrativo Disciplinar	2
Representação	5
Sindicância	0
TOTAL	1465

Processos Arquivados

CLASSE	QUANTIDADE
Consulta	44
Correição Extraordinária	1
Correição Geral Ordinária	9
Correição Parcial	371
Expediente Administrativo	1018
Inquérito	1
Inspeção Ordinária	238
Procedimento Avulso	113
Recurso em Processo Administrativo Disciplinar	0
Representação	12
Sindicância	0
TOTAL	1807

Processos Autuados e Arquivados por mês

Mês	Autuados	Arquivados
Janeiro	344	85
Fevereiro	90	43
Março	94	117
Abril	112	84
Maio	115	217
Junho	100	205
Julho	102	99
Agosto	97	221
Setembro	108	433
Outubro	122	133
Novembro	110	122
Dezembro	71	48
TOTAL	1465	1807

Decisões e Despachos proferidos por Procedimento

Classe	Total de decisões	Total de despachos
Correição Extraordinária	0	1
Correição Geral Ordinária	0	10
Correição Parcial	75	63
Representação	2	16
Expediente Administrativo	26	1875
Inspeção Ordinária	309	539
Procedimento Avulso	31	219
Recurso em Sindicância	0	0
Recurso em Processo Administrativo Disciplinar	0	1
Consulta	6	51
Inquérito	1	13
TOTAL	450	2788

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região possui setor específico para processamento de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares – PADs, atualmente denominado Núcleo de Apoio a Sindicâncias

e Processos Administrativos Disciplinares – Nupad, subordinado ao Gabinete do Diretor Geral.

O referido Núcleo possui a atribuição básica de promover a apuração de responsabilidade administrativa ou civil de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido, e ainda:

I – manifestar-se sobre a regularidade de PADs com indicativo de demissão oriundos das Seções Judiciárias da 1ª Região;

II – prestar informações e orientações para as Seccionais acerca de sindicâncias e PADs.

A Comissão Permanente Disciplinar, no exercício de 2013, atuou nos seguintes processos:

Relatório das atividades e dos processos em curso no NUPAD (ano 2013):

N. do Processo	Objeto	Data da Conclusão	Valor do dano	Fase atual dos processos não concluídos	Outras informações relevantes
PA 3.766/2011	Processo referente a bens não localizados na Seção de Vigilância e Portaria.	13/09/2013	80,00	-	Indenização do valor dos bens e baixa de bem obsoleto.
PA 4.478/2011	Processo referente a bens não localizados na SEBEM/DIANE	24/07/2013	R\$ 740,00 (valor atualizado)	-	Indenização do valor dos bens.
PA 5.222/2011	Processo referente a bem não localizado na DIENG (canteiro de obras).	05/06/2013	R\$ 70,00 (valor atualizado)	-	Sugerida a baixa por obsolescência do bem.
Sindicância 6.441/2011	Sindicância para apurar os fatos relacionados ao PA 1.723/2011 referente à regularização de estoques da DIMAP.	11/10/2012 (apresentação do relatório final da sindicância)	R\$ 258.873,13	Processo com determinação de instauração de Processo Administrativo Disciplinar	Processo aguardando indicação de membros pelas Secretarias do TRF-1ª Região, para posterior designação de comissão e instauração do PAD, desde 21/12/2012.
(PA 1.723/2011)	Processo referente à regularização de estoques da DIMAP (decorrente de Inventário extraordinário do Almoxarifado, realizado por comissão multidisciplinar - Portaria Diges/Cenag 125/2010, fls. 02, em cumprimento à recomendação do item 1.3.3 da Nota de Auditoria 3/2010/Secoi/TRF).	11/10/2012	-	-	O processo encontra-se apensado aos autos da conseqüente Sindicância 6.441/2011 (acima)
PAD 1.873/2012	Processo Administrativo Disciplinar procedente da SJ/SP, com indicação de demissão de servidor por abandono de cargo.	26/06/2012 (manifestação da CPSPAD sobre a regularidade do processo e sobre a penalidade)	-	-	Servidor punido com penalidade de demissão em outubro/2012, por abandono de cargo. Processo apensado aos autos do PAD 3.323/2013 (abaixo).
PA 3.323/2013	Processo Administrativo Disciplinar procedente da SJ/SP, com indicação de demissão de servidor deste TRF, por improbidade administrativa.	05/06/2013	-	-	PAD encaminhado à DIGES com informação da CPSPAD. O processo encontra-se atualmente na Presidência aguardando decisão do Presidente do TRF1.

Sindicância 2.184/2012	Sindicância para apurar os fatos relacionados ao PA 8.051/2010, referente a empréstimo, sem devolução, de resmas de papel ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.	25/05/2012 (apresentação do relatório final da sindicância)	R\$ 30.000,00	Processo com determinação de instauração de Processo Administrativo Disciplinar	Processo aguardando indicação de membros pelas Secretarias do TRF-1ª Região, para posterior designação de comissão e instauração do PAD, desde 11/12/2012.
(PA 8.051/2010)	Processo referente ao empréstimo, sem devolução, de resmas de papel ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.	25/05/2012	-	-	Processo apensado aos autos da consequente Sindicância 2.184/2012 (acima).
Sindicância 6.434/2012	Sindicância para apurar os fatos relacionados ao PA 2.149/2012 referente à apuração de responsabilidade por falha no sistema de transporte a serviço da Presidência do TRF.	-	-	Processo em fase de inquérito administrativo.	Sugerida designação de nova comissão em decorrência do impedimento da presidente designada, desde 10/12/2012.
(PA 2.149/2012)	Processo referente à apuração de responsabilidade por falha no sistema de transporte a serviço da Presidência do TRF.	-	-	-	O processo encontra-se apensado aos autos da consequente Sindicância 6.434/2012 (acima).
PAD 6.438/2012	Processo Administrativo Disciplinar procedente da SJ/GO, com indicação de demissão de servidor, por improbidade administrativa.	29/10/2012	-	-	Servidor punido com penalidade de demissão em maio/2013.
PAD 8.396/2012	Processo Administrativo Disciplinar procedente da SJ/AP, com indicação de demissão de servidor por desídia.	11/12/2012	-	-	Servidor punido com penalidade de advertência.
PA 8.633/2012	Processo referente ao furto de papel A4 do depósito da DIMAP (estagiário).	05/06/2013	R\$ 894,00	-	PA encaminhado à DIGES com informação da CPSPAD.
PA 5.134/2013	Processo referente a bens não localizados em gabinete de desembargador.	-	-	Processo em fase de instrução preliminar.	-
PA 5.135/2013	Processo referente a bem não localizado em gabinete de desembargador.	09/10/2013	Sem valor	-	Sugerida a baixa por obsolescência do bem.
PA 5.138/2013	Processo referente a bens não localizados na Seção de Transportes	-	-	Processo em fase de instrução preliminar.	-
PA 5.140/2013	Processo referente a bens não localizados no Mutirão Judiciário em Dia	-	-	Processo em fase de instrução preliminar.	-
PA 5.146/2013	Processo referente a bem não localizado em gabinete de desembargador.	-	-	Processo em fase de instrução preliminar.	-
PA 5.147/2013	Processo referente a bem não localizado em gabinete de desembargador.	13/08/2013	R\$36,00	-	Indenização do valor dos bens.
PA 5.148/2013	Processo referente a bem não localizado em gabinete de desembargador.	08/07/2013	-	-	Bem localizado na residência do Desembargador.
PA 5.149/2013	Processo referente a bens não localizados em gabinete de desembargador.	08/07/2013	-	-	Bem localizado na residência do desembargador.
PA 5.156/2013	Processo referente a bem não localizado na ASREP	-	-	Processo em fase de instrução preliminar.	-
PA 8.155/2013	Processo Administrativo Disciplinar procedente da SSJ/Pouso Alegre, com indicação de demissão de servidor por desídia.	16/12/2013	-	-	Sugerido arquivamento do processo por prescrição

No âmbito da inspeção administrativa nas Seções Judiciárias, é de competência do Juiz Federal Diretor do Foro a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar, o julgamento e a aplicação de eventuais penalidades quando da ocorrência de irregularidades ou infrações funcionais de servidores da Seção Judiciária ou Subseções, nos termos o art. 143 da Lei 8.112/90, art. 4º da Resolução nº 79/2009, do Conselho da Justiça Federal, e art. 60 do Provimento Geral nº 38/2009, da Corregedoria-Geral do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

A Seção Judiciária do Distrito Federal é a única que possui Comissão Permanente Disciplinar, as demais Seções Judiciárias funcionam com a formação de Comissões Especiais (temporárias), nomeadas por ocasião da necessidade de instauração de sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

Dessa forma, as Comissões Especiais instauraram no exercício de 2013 os seguintes procedimentos:

UG 090024 – Seção Judiciária do Acre

Tipo/P.A	Sindicância/ P.A 271-2013
Motivo	Apurar eventual ocorrência de infração praticada pelo servidor público, prevista no parágrafo 1º do art. 130 da Lei n. 8.112/90.
Decisão	A Comissão concluiu pelo arquivamento do procedimento, encontrando-se pendente de decisão.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 334-2013
Motivo	Apurar eventual responsabilidade funcional do servidor público pela prática da conduta prevista no art. 117, XV, da Lei n. 8.112/90.
Decisão	A Comissão manifestou-se pela absolvição sendo acolhido pelo Juiz Federal Diretor do Foro, Dr. Régis de Souza Araújo, para determinar o arquivamento dos autos.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 403/2013
Motivo	Apurar irregularidades constantes no P.A n. 1648/2012, relativo à conduta do servidor público, em face do recebimento da ajuda de custo, prevista no art. 53, caput e §1º, da Lei 8.112/90.
Decisão	A Comissão sugeriu a aplicação da penalidade de advertência. O diretor do Foro, Dr. Naiber Pontes de Almeida discordou da conclusão apresentada pela Comissão, determinando o arquivamento dos autos por perda do objeto, com fundamento no art. 168, parágrafo único, art. 144, parágrafo único c/c art. 145, inciso I, todos da Lei n. 8.112/90.

UG 090002 – Seção Judiciária do Amazonas

Tipo/P.A	Sindicância/P.A N. 340/2013
Motivo	Comissão de Sindicância, constituída por servidores, por meio da Portaria 193 de 17 de junho de 2013, para apurar possíveis irregularidades ocorridas no sistema CFTV e no registro do livro de ocorrências utilizado pelos vigilantes, em divergência com as normas e procedimentos padronizados.
Decisão	A Comissão concluiu pelo arquivamento dos autos.

UG 090037 – Seção Judiciária do Amapá

Tipo/P.A	Sindicância/P.A N. 105/2013
Motivo	Comissão de Sindicância, constituída por 3 servidores, por meio da Portaria Diref 98 de 27 de maio de 2013, para apurar ato de servidora que erroneamente promoveu a redistribuição de ação que deveria ter sido distribuída para o Juízo prevento.
Decisão	A Comissão concluiu que não houve má-fé da servidora na prática equivocada do ato que gerou a sindicância, recomendando treinamento específico. A Diretoria do Foro decidiu, acatando a recomendação, pelo arquivamento dos autos.

UG 090012 – Seção Judiciária da Bahia

PROCESSO	ASSUNTO	ABERTURA	SITUAÇÃO	FECHAMENTO
6.142/2012	Desaparecimento de material JEF	17/1/2013	Concluso	12/3/2013
9.397/2012	Solicita advertência contra atitude de servidor	9/5/2013	Concluso	21/6/2013
1.826/2012	Sinistro com veículo oficial JFQ 4585	21/2/2013	Concluso	8/4/2013
8.033/2012	Servidora pública	20/2/2013	SECAD	
3.099/2011	Incidente ocorrido com veículo de propriedade da seção judiciária com agente	21/2/2013	Concluso	9/4/2013
6.845/2012	Requerimento	8/10/2012	Concluso	8/3/2013
6.214/2012	Desaparecimento de material	8/10/2012	Concluso	26/11/2012
7.830/2012	Registra uso de carro oficial por servidor fora do horário de expediente desta seccional	9/5/2013	Concluso	21/6/2013
2.467/2013	Informação de extravio de equipamento na 5ª Vara/JEF	9/8/2013	Concluso	19/9/2013
4.169/2012	Declaração de bens	9/8/2013 - Relatório	Concluso	3/12/2013
5732/2013	Desaparecimento livros Biblioteca (inventário 2012)		Andamento	
7144/2013	Servidor público		Andamento	

Em 2013 a Direção do Foro instaurou inspeção em diversos setores administrativos, analisando os processos em andamento em cada seção, bem como suas rotinas de trabalho e controles, tendo ao final concluído pela necessidade de mudanças inclusive na estrutura administrativa, demandando a criação de programas de informática, visando a melhorar o fluxo dos processos administrativos e controles internos.

UG 090023 – Seção Judiciária do Distrito Federal

Para análise da conduta funcional dos servidores públicos lotados na Seção Judiciária do Distrito Federal, esta Seccional conta com uma Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, atualmente constituída pela Portaria DIREF nº 92/2013, formada por 5 (cinco) servidores estáveis, sendo 3 membros titulares e 2 membros suplentes, nos termos do art. 149 da Lei nº 8.112/90, encarregada de apurar a responsabilidade do servidor em razão de infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Para uma visão geral dos procedimentos administrativos disciplinares adotados no âmbito da SJDF, apresenta-se, em síntese, o resultado das comissões designadas para apurar os fatos que, submetidos ao juízo de admissibilidade da autoridade competente, ante o disposto no art. 143, da Lei nº 8.112/90, indicaram a necessidade de apuração imediata das supostas irregularidades, o que foi realizado mediante a instauração de Sindicância, tendo sido instauradas 4 Sindicâncias e nenhum PAD nesta Seccional, referente ao exercício de 2013, sendo que todas tiveram sua fase de instrução concluída a tempo e modo.

Tipo/P.A	Sindicância/ P.A 772/2013 (Portaria/DIREF 193/2013)
Motivo	Apurar denúncia a respeito de conduta funcional de servidora.
Decisão	No relatório final, a Comissão entendeu que não houve prejuízo ao erário.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 72/2013 (Portaria/DIREF 100/2013)
Motivo	Apurar denúncia a respeito de conduta funcional de servidor. Não há prejuízo ao erário.
Decisão	No relatório final, a Comissão entendeu que não houve prejuízo ao erário, mas propôs aplicação de sanção.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 1.014/2009 (Portaria/DIREF 543/2013)
Motivo	Apurar denúncia a respeito de conduta funcional de servidora.
Decisão	No relatório final, consta que a servidora requereu o parcelamento do débito.
Tipo/P.A	Sindicância/ P.A 1.504/2013 (Portaria/DIREF 542/2013)
Motivo	Apurar denúncia a respeito de conduta funcional de servidor. Não há prejuízo ao erário.
Decisão	No relatório final, a Comissão concluiu que não houve prejuízo ao erário, mas propôs a aplicação de sanção.

UG 090022 – Seção Judiciária do Goiás

Tipo/P.A	Sindicância/ P.A 116/2013
Motivo	Apurar fatos narrados em Representação contra conduta funcional de servidor da Seccional, enviada por terceiros à Corregedoria Regional da Justiça Federal da 1ª Região.
Decisão	A Comissão concluiu que não houve provas ou elementos capazes de configurar os fatos narrados na Representação como infração disciplinar e decidiu pelo arquivamento dos autos.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 414/2013
Motivo	Apurar denúncia a respeito de conduta funcional de servidor da Subseção Judiciária de Jataí/GO.
Decisão	A Comissão concluiu pelo arquivamento dos autos, por insuficiência de provas para caracterização da conduta do servidor como infração disciplinar.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 989/2013
Motivo	Apurar fatos narrados pelos juízes substitutos da 3ª e 13ª varas federais, ao colocarem a servidora à disposição da Secretaria Administrativa
Decisão	A Comissão concluiu pelo arquivamento dos autos, vez que os esclarecimentos colhidos não comprovam que houve infração por parte da servidora.
Tipo/P.A	Sindicância/ P.A 783/2013
Motivo	Apurar possíveis irregularidades no processo administrativo n. 1.648 JFGO (percepção de ajuda de custo por servidor do quadro de pessoal da Seccional do Acre, cedido, à época, para exercer cargo em comissão na Subseção de Itumbiara/GO).
Decisão	Foi encaminhada cópia do processo administrativo à Diretoria do Foro da Seccional do Acre, para deliberar sobre o acolhimento do Relatório Final da Comissão Sindicante, visto que, no transcorrer do processo, o servidor retornou ao órgão de origem.

UG 090004 – Seção Judiciária do Maranhão

Não houve instauração de sindicâncias, inquéritos, nem processos administrativos disciplinares na Seção Judiciária do Estado do Maranhão no exercício de 2013, com intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

UG 090013 – Seção Judiciária de Minas Gerais

Tipo/P.A	Sindicância/ P.A (instaurado em 19.4.2013)
Motivo	Apurar o desaparecimento de bens patrimoniais no âmbito da Subseção Judiciária de Pouso Alegre.
Decisão	Relatório Final pela responsabilização dos servidores responsáveis pela guarda do bem, com a reposição do item desaparecido. A autoridade julgadora se manifestou de acordo com a conclusão da Comissão de Sindicância.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A (instaurado em 12.6.2013)
Motivo	Apurar motivo de atraso na distribuição de processos no âmbito da Subseção Judiciária de Ponte Nova.
Decisão	Relatório final pelo arquivamento dos autos, face à inexistência de infração administrativa disciplinar. A autoridade julgadora se manifestou de acordo com a conclusão da Comissão de Sindicância.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A (instaurado em 22.8.2013)
Motivo	Apurar desaparecimento de bem patrimonial da carga da 7ª Vara Federal de Belo Horizonte.
Decisão	Relatório final pelo arquivamento dos autos, em face da localização do bem desaparecido e da inexistência de infração administrativa disciplinar. A autoridade julgadora se manifestou de acordo com a conclusão da Comissão de Sindicância.
Tipo/P.A	Sindicância/ P.A (instaurado em 28.11.2013)
Motivo	Apurar desaparecimento de bem no âmbito da Subseção Judiciária de Pouso Alegre.
Decisão	Relatório Final pela responsabilização do servidor responsável pela guarda do bem, com reposição do item desaparecido. A autoridade julgadora se manifestou de acordo com a conclusão da Comissão de Sindicância.
Tipo/P.A	Sindicância/ P.A (instaurado em 19.12.2013)
Motivo	Apuração de sinistro envolvendo veículo oficial e servidor da Seccional.
Decisão	Ainda em trâmite. Dentro do prazo legal.
Tipo/P.A	Processo Administrativo Disciplinar (instaurado em 28.11.2013)
Motivo	Apurar fatos irregulares envolvendo servidores da Subseção Judiciária de Uberaba.
Decisão	Ainda em trâmite. Dentro do prazo legal.

UG 090021 – Seção Judiciária de Mato Grosso

No exercício de 2013 não houve instauração de procedimentos administrativos destinados à apuração de possíveis danos ao erário, fraudes ou corrupção no âmbito desta Seção Judiciária. Todavia, a seguir, apresentamos procedimentos instalados em anos anteriores que tiveram sua finalização no ano objeto deste relatório.

Tipo/P.A	Sindicância/P.A 1.137/2012
Motivo	Apurar o desaparecimento de bem patrimonial (notebook) da Seccional. O valor do dano causado ao erário foi de R\$ 3.260,00.
Decisão	Fase atual: concluído. O pagamento ao erário da última parcela do valor fixado do dano (R\$ 400,00) foi efetuado em folha de pagamento do mês de fevereiro de 2014.

UG 090003 – Seção Judiciária do Pará

Tipo/P.A	Sindicância/ P.A 130/2013
Motivo	Apurar provável falta funcional da servidora pública, Analista Judiciário – Executante de Mandado –, em razão da baixa produtividade e da falta de zelo, precisão na realização de diligências e lavratura das certidões.
Decisão	A Comissão concluiu que o fato narrado não constitui transgressão funcional passível de penalidade. A autoridade administrativa acolheu o parecer da Comissão e determinou o arquivamento do processo.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 339/2013
Motivo	Apurar falta do servidor público, que teria desrespeitado servidores da AGU e recepcionistas do BACEN no interior da Procuradoria da União do Estado do Pará.
Decisão	A Comissão de Sindicância concluiu que o servidor, de fato, infringiu o que estabelece o art. 116, XI, da Lei 8.112/90, sendo-lhe aplicada a penalidade de advertência.
Tipo/ P.A	Processo Administrativo Disciplinar/ P.A 74/2013
Motivo	Apurar responsabilidade funcional do servidor público, Analista Judiciário – Executante de Mandado, por violação aos deveres previstos nos incisos I, III e IV do art. 116, e IV e XV do art. 117 da Lei 8.112/90.
Decisão	A Comissão concluiu que o servidor, de fato, transgrediu os deveres funcionais previstos nos dispositivos citados, sendo-lhe aplicada a penalidade de suspensão por 90 (noventa) dias.

UG 090005 – Seção Judiciária do Piauí

A Seção Judiciária do Piauí não possui Comissão Permanente Disciplinar. Os membros, escolhidos de forma aleatória, são designados pela Diretoria do Foro, mediante portaria, quando satisfeitos os pressupostos de admissibilidade de apuração de alguma irregularidade.

No exercício de 2013, foi autuado somente um processo administrativo disciplinar, de n. 981/2013, após conclusão da comissão de sindicância no PA n. 583/2013, cuja fase atual encontra-se no TRF da 1ª Região para aplicação da penalidade sugerida, se for ratificada a conclusão da comissão.

Há mais dois processos em tramitação, mas ainda em fase instrutória. São eles:

Tipo/P.A	Sindicância/ P.A 1.075/2012
Motivo	Sob apuração. Nenhuma comissão foi constituída até o momento.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 1.262/2013
Motivo	Apuração de ocorrência interna, em andamento na Subseção da Parnaíba. Nenhuma comissão foi constituída até o momento.

UG 090025 – Seção Judiciária de Rondônia

Tipo/P.A	Sindicância/ P.A 008/2013
Motivo	Apurar desaparecimento de cédulas de dinheiro, totalizando R\$ 184,00, da Secretaria da 3ª Vara Federal da Seccional, que estavam acostadas aos autos do processo judicial n. 10480-71.2012.4.01.41.00.

Decisão	A Comissão apurou a inexistência de indícios de autoria para o extravio do valor apreendido e a fragilidade na segurança em relação à tramitação dos autos com valores apreendidos, bem como sugeriu a necessidade de adoção de medidas que possibilitem uma avaliação preliminar da mão de obra fornecida pelas empresas prestadoras de serviços terceirizados e a necessidade de controle de acesso por empregados terceirizados responsáveis pela manutenção e conservação às varas federais durante horários sem expediente para os servidores.
Tipo/ P.A	Sindicância/ P.A 138/2013
Motivo	Apurar os fatos narrados pela estagiária, atribuídos ao servidor público, Analista Judiciário, área judiciária, ocorridos na Secretaria da 2ª Vara Federal da Seccional.
Decisão	A Comissão de Sindicância concluiu que o servidor, de fato, infringiu os deveres funcionais e proibições dispostos na Lei 8.112/90, art. 116, IX e XI, bem como art. 117, V, sugerindo, portanto, a aplicação da pena de advertência.

UG 090039 – Seção Judiciária de Roraima

A Seção Judiciária do Estado de Roraima não possui Comissão Permanente Disciplinar, sendo as atividades desempenhadas por Comissões Especiais nomeadas por ocasião da necessidade de instauração de sindicância ou PAD.

Durante o exercício de 2013, foram instaurados 04 (quatro) procedimentos administrativos (sindicância), conforme relação abaixo, cuja autuação e conclusão foram devidamente comunicadas à Corregedoria Regional, em cumprimento à determinação contida no art. 60, VII, § 1º do PROVIMENTO/COGER nº 38/2009.

Processo administrativo nº 013/2013	Arquivamento
Processo Administrativo nº 119/2013	Arquivamento
Processo Administrativo nº 181/2013	Arquivamento
Processo Administrativo nº 209/2013	Sob apuração.

UG 090038 – Seção Judiciária do Tocantins

O levantamento das ocorrências de apuração de dano ao erário, fraude e corrupção foi feito a partir dos acompanhamentos efetuados por esta Seção de Controle Interno, dos registros informatizados do Sistema de Acompanhamento de Processos Administrativos – SISPRO e de informações prestadas pela Administração da Seção Judiciária.

Não houve instauração de sindicâncias, inquéritos, nem processos administrativos disciplinares na Seção Judiciária do Estado do Tocantins no exercício de 2013, com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

3.4 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

O controle interno, no âmbito da Justiça Federal, está estruturado na forma de um sistema integrado, consoante os termos da Resolução 85, de 11/12/2009, do Conselho da Justiça Federal.

A despeito da Resolução 86, de 8/9/2009, do Conselho Nacional de Justiça, não há sistema de controle interno abrangendo todo o Poder Judiciário Federal, conforme previsto na Constituição Federal, art. 74, c/c o art. 103-B, § 4º, I.

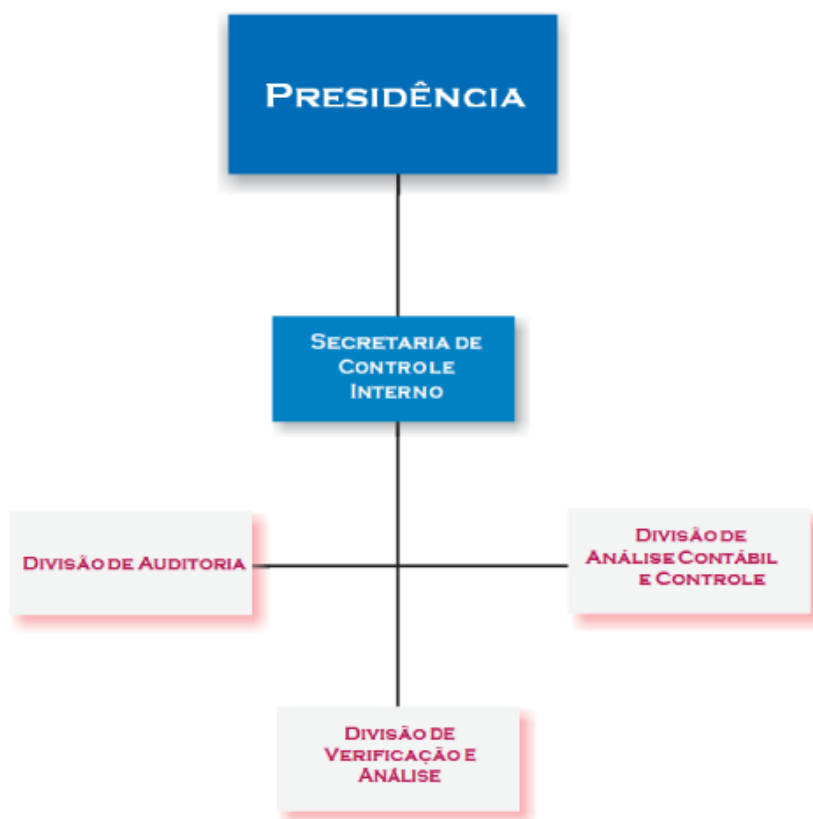
A Secretaria de Controle Interno – SECOI do TRF/1ª Região, até 2009, era vinculada à Diretoria-Geral da

Secretaria – DIGES, segundo a estrutura orgânica aprovada pela Resolução/Presi 600-09, de 13/11/2006.

Por meio da Resolução/Presi 600-21 de 4/11/2009, a SECOI passou a integrar da estrutura Presidência do TRF/1ª Região, em consonância com a Resolução CNJ 86/2009, com a Resolução CJF 85/2009 e com o Acórdão 1074/2009 - TCU – Plenário, Relator Auditor Weder de Oliveira.

A SECOI tem por finalidade assegurar a observação do princípio da legalidade nos atos de gestão do TRF/1ª Região e das seções judiciárias vinculadas, sob os aspectos contábil, operacional e jurídico.

A estrutura orgânica da SECOI foi aprovada pela Resolução Presi 600-21 de 4/11/2011, publicada no e-DJFT1, Ano, I, N. 24, de 10/11/2009, conforme se segue:



O organograma funcional apresentado distribui as competências internas das unidades da SECOI, nos termos do Regulamento de Serviço, aprovado pela Portaria Presi/Cenag 142 de 13/4/2012.

Dessa forma, compete à Secretaria de Controle Interno a orientação, a análise, a verificação e a auditoria dos atos de gestão administrativa do Tribunal, mediante o acompanhamento da execução dos programas de trabalho e da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial e de pessoal do TRF/1ª Região, orientando a atuação dos gestores quanto à necessidade de observação dos princípios legais e constitucionais que regem a Administração Pública; verificar a utilização regular dos recursos e bens públicos; avaliar os resultados obtidos pela Administração quanto à efetividade, economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Compete, ainda, à SECOI orientar a realização dessas atividades nas Seções Judiciárias, visando à identificação e ao saneamento de eventuais impropriedades.

Os objetivos específicos da SECOI, previstos em seu regulamento de serviço, são:

✓ Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades de competência das unidades integrantes, referentes:

- à aplicação da legislação que rege a administração contábil, financeira, orçamentária e patrimonial;
- à legalidade, legitimidade, eficiência e eficácia dos atos relativos a despesas e receitas, inclusive licitações, contratos e convênios;
- Às ações de auditoria, avaliando os resultados alcançados pelos administradores;

- aos procedimentos de registro contábil dos atos e fatos de gestão.
 - ✓ Apoiar, por intermédio de suas ações e atividades, o Controle Externo exercido pelo Tribunal de Contas da União, no exercício de sua função institucional.
 - ✓ Assistir os Ordenadores de Despesas, com vistas à gestão eficiente e eficaz.
- A atuação da SECOI se dá por meio das unidades que compõem sua estrutura, conforme a seguir:

Divisão de Auditoria

É responsável pelas atividades de auditoria interna, visando a comprovar a legalidade, legitimidade e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal do Tribunal e das Seções Judiciárias vinculadas, sob o ponto de vista operacional, bem como avaliar os resultados alcançados, quanto à eficácia e eficiência da gestão.

Divisão de Verificação e Análise

É responsável pelas atividades de verificação e análise da documentação comprobatória da despesa, bem como dos atos e fatos correlacionados do Tribunal, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e eficiência, sob o ponto de vista da regularidade jurídica da gestão.

Divisão de Análise Contábil e Controle

É responsável pelas atividades de controle e avaliação da execução contábil, orçamentária, financeira e patrimonial das Unidades Gestoras do Tribunal e Seções Judiciárias da Primeira Região, sob o ponto de vista da regularidade contábil da gestão, no âmbito do Sistema de Administração Financeira e Patrimonial Integrado – SIAFI.

Nas Seções Judiciárias vinculadas à 1ª Região, a estrutura do controle interno é similar à do TRF/1ª Região, exceto quanto à auditoria interna, unidade existente apenas na seccional do Estado da Bahia.

Nas seccionais, a unidade de controle interno está vinculada diretamente ao Diretor do Foro e suas competências estão definidas em regulamento de serviço próprio, conforme Resolução 5 TRF de 13/4/1999 e alterações.

Compete à Divisão de Auditoria elaborar, mediante supervisão da Secretaria de Controle Interno — para efeito de integração das ações de controle —, a proposta do Plano Anual de Auditoria (PAA) do exercício, aprovada pelo Presidente do TRF/1ª Região.

Na SECOI a educação continuada é incentivada como forma de desenvolvimento da capacidade técnica e do aprimoramento da qualidade dos trabalhos da unidade, mediante participações em eventos promovidos pela Secretaria de Recursos Humanos do TRF/1ª Região ou por instituições externas, embora não exista plano formal específico para treinamento de seu quadro de servidores.

A avaliação dos sistemas de controles internos do TRF/1.ª Região pela SECOI é realizada por meio de auditorias operacionais, que têm por objetivo avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional das atividades, a fim de auxiliar a Administração por meio de recomendações que visam à aprimorar os procedimentos e a melhorar os controles administrativos. Nesse sentido, as auditorias operacionais procuram atuar de forma pedagógica junto à unidade auditada, de modo a contribuir para a melhoria dos processos, dos sistemas de informação e dos controles internos da gestão do Tribunal e seccionais vinculadas.

A unidade de auditoria realiza planejamento dos trabalhos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal com diretrizes adotadas pela Administração do Tribunal. Tem por

objetivo, além de examinar a regularidade e avaliar a economicidade, a eficiência e a eficácia da gestão administrativa, apresentar subsídios para o aperfeiçoamento dos procedimentos e controles administrativos no âmbito do TRF/1ª Região e das seccionais vinculadas.

O estabelecimento de prioridades na execução das auditorias observa fatores e variáveis determinados pelo TCU, como:

Materialidade: montante de recursos alocados no objeto dos exames de auditoria.

Relevância: aspecto ou fato considerado importante, existentes no contexto do objetivo delineado, ainda que não seja material ou economicamente significativo.

Risco: verificação de indicadores de problemas existentes ou potenciais que possam ter impacto nos objetivos da unidade auditada, sendo medido em termos de consequências e probabilidades.

Criticidade: representa o quadro de situações críticas efetivas ou potenciais a auditar, identificadas em outras auditorias, em consulta prévia a sistemas informatizados, em processos administrativos e no cumprimento de determinações do Tribunal de Contas da União pendentes de implementação.

Lapso temporal: prazo decorrido desde a última auditoria.

A SECOI, inobstante a ausência de sistema de controle interno integrado no Poder Judiciário, contribui com sua atuação para a que a Justiça Federal da 1.ª Região alcance efetividade no cumprimento de sua missão constitucional, norteada pelos princípios que regem a administração pública e boas práticas de governança.

Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ)

Os indicadores de monitoramento da Coordenadoria de Execução Judicial (COREJ) visam a dar maior celeridade no processamento das requisições de pagamento e assegurar aos beneficiários o recebimento de seus créditos dentro do prazo legal, com ênfase na efetiva prestação jurisdicional e no cumprimento da decisão judicial transitada em julgado:

01 - Processamento dos precatórios oriundos da justiça federal

Foi implantado o sistema eletrônico para a expedição de requisição de pagamento com assinatura certificada digitalmente, na forma estabelecida no item I da IN-13-04, aprovada pela PORTARIA TRF1/PRESI 600 – 215, de 18/09/2007, dispensando o envio por meio físico das requisições ao Tribunal. Da mesma forma, os respectivos ofícios comunicando depósito e levantamento também passaram a ser enviados eletronicamente à Justiça Federal de 1ª Instância.

02 - Processamento dos precatórios oriundos da justiça estadual

Foi padronizado o formulário das requisições de pagamento de forma a facilitar o preenchimento e conferência dos dados cadastrados. Posteriormente, as requisições são digitalizadas manualmente e inseridas no sistema de precatório, de forma que os ofícios comunicando depósito e levantamento também passaram a ser certificados digitalmente e armazenados em sistema eletrônico, sem necessidade de impressão.

03 – Correspondências eletrônicas

As comunicações de mero expediente estão sendo enviadas e recebidas via correspondência eletrônica (e-mail). Também vem sendo adotado o e-mail para enviar os ofícios de depósitos à justiça estadual comunicando o pagamento das requisições.

04 – Extinção dos papéis de mero expediente

Com a automação do sistema de precatório, os demais documentos de mero expediente vinculados às requisições de pagamento também passaram a ser digitalizados e armazenados eletronicamente, extinguindo definitivamente os arquivos em papel existente na unidade.

05 - Resultados apurados com a implantação dos indicadores

Os resultados apurados pela unidade foram excelentes, por exemplo: otimização dos custos com armazenagem e aquisição de papel, celeridade e eficiência no cumprimento da decisão judicial, facilidade na recuperação dos documentos.

Transformando os resultados obtidos em quantitativos: foram processados e pagos 10.720 precatórios e 287.009 requisições de pequeno valor (RPV), contemplando 345.815 beneficiários; foram emitidos eletronicamente 601.146 ofícios comunicando valor depositado e valor levantado; foram confeccionadas 8.507 correspondências eletrônicas (e-mail) destinadas à prestação de informações sobre precatório e RPV.

Secretaria de Bem-Estar Social

O ano de 2013 caracterizou-se por muitas mudanças importantes no Pro-Social. A atuação dos membros do Conselho Deliberativo do Pro-Social foi fundamental para viabilizar as mudanças necessárias à atualização e à própria continuidade do Programa.

No mês de abril, discutiu-se a necessidade de serem realizadas modificações no Regulamento Geral, especialmente pela necessidade de se elevar as receitas do Pro-Social, tendo em vista o Programa ter-se deparado com persistentes aumentos de suas despesas, sem o correspondente crescimento das receitas. Sendo assim, em 01/07/2013, entrou em vigor a Resolução/Presi/Secbe nº 6, de 30/04/2013, que tratava do novo Regulamento Geral do Pro-Social, substituindo a disciplina vigente desde 2003.

A partir de julho, em nova gestão na SECBE, observou-se que as alterações aprovadas, revelaram-se insuficientes para dar ao Programa o equilíbrio necessário, pois ficou evidenciada a necessidade de ajustes adicionais que o mero aumento no valor das contribuições de seus beneficiários. Mais necessário que elevar as receitas do Pro-Social, é essencial que sejam reduzidas as despesas, para que os custos do Programa sejam melhor controlados.

Após análise criteriosa dos números da equação receita x despesas e dos problemas operacionais identificados, foram definidas prioridades e implementado um cronograma de ações para que fossem reduzidas as despesas. Inicialmente, foram propostas alterações nas normas da Internação Domiciliar (Home Care), do Tratamento Fora do Domicílio (TFD), do Auxílio Ortodôntico e da cobertura de despesas com órteses, próteses e/ou materiais especiais médico-odonto-hospitalares (OPMEs).

Nesta mesma época, foi regulamentada a cobertura parcial de despesas com medicamentos orais destinados, exclusivamente, ao tratamento de neoplasias malignas, atendendo previsão constante no Regulamento Geral do Pro-Social.

Como regra, a Secretaria de Bem-Estar Social/SECBE não possuía indicadores, de forma descritiva, para monitoramento e avaliação das suas atividades.

Considerando-se que diversos relatórios gerenciais, especialmente de despesas e receitas, necessários à boa gestão financeira, não se encontravam disponíveis no Sistema do e-Prososocial, iniciou-se junto à SECIN o mapeamento da base de dados para o desenvolvimento dos relatórios em ambiente de BI (Business Intelligence).

Os relatórios serão publicados mensalmente na intranet, tão logo tenham sido apresentados ao Con-

selho Deliberativo do Pro-Social, já que a SECBE tem a obrigação de prestar contas de suas receitas e despesas não somente para os Conselheiros do Programa, mas também aos seus beneficiários.

Uma vez finalizados os relatórios já solicitados, atualmente em processo de validação, será iniciado o levantamento dos dados do sistema dos prontuários médicos, para também se permitir a extração ágil de informações gerenciais de forma consolidada.

Dessa forma, buscando a sustentabilidade, organização e eficiência do Pro-Social, foram promovidas diversas ações buscando esse aperfeiçoamento, tanto na parte do planejamento e da execução dos serviços de assistência à saúde, como na correção de distorções.

Com o objetivo de simplificar o acesso dos beneficiários do Programa aos hospitais credenciados na cidade de São Paulo: Hospital AC Camargo, Beneficência Portuguesa – Hospital São Joaquim, Hospital das Clínicas, Hospital do Coração – HCOR e INCOR, a partir de 01/09/2013 o interessado passou a apresentar apenas a carteira do Pro-Social, acompanhada de um documento de identidade, quando de seus atendimentos.

Os ofícios de encaminhamento emitidos pela SECBE continuaram a ser necessários apenas para dois credenciados de alto custo, em São Paulo: Hospital Sírio Libanês de SP e Hospital São José.

No mês de outubro, com iniciativa da Presidência deste Tribunal e participação também da DIGES e SECAD, foi inaugurado o Espaço Bem-Estar Ricardo Dutra Amaral para a prática de atividades treinamento e condicionamento físico e de realizações de sessões de fisioterapia com o objetivo de diminuir o sedentarismo e a ocorrência de doenças osteomusculares entre os magistrados e servidores do TRF.

Quanto ao espaço da fisioterapia, tem-se a expectativa de redução de despesas e aumento de produtividade dos servidores, bem como o potencial de redução de absenteísmo. As despesas fixas que surgiram com a criação desse espaço como a contratação de secretárias e de serventes e a requisição de duas fisioterapeutas de outros órgãos do judiciário federal, estão correndo por conta de recursos orçamentários.

No início de dezembro, para permitir maior celeridade às decisões do Conselho Deliberativo, foi aprovada pela Corte Especial Administrativa a Resolução/PRESI/SECBE nº 29, de 09/12/2013, determinando-se que a partir daquela data, as alterações no Regulamento Geral do Pro-Social, após apreciação pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social, sejam homologadas pelo Conselho de Administração e não mais pela Corte Especial Administrativa.

Posteriormente, em 18/12/2013, foi aprovado um novo Regulamento Geral para o Pro-Social por meio da Portaria PRESI/SECBE nº 31, implementando-se desta vez medidas específicas para a contenção das despesas, vigorando a partir de 1º/01/2014.

Entre as principais medidas, ressaltam-se:

- As despesas com a assistência direta à saúde correrão somente à conta de recursos da União. Atualmente, esta despesa anual é próxima a 10 milhões de reais;
- extinção da cota anual por grupo familiar, a qual permitia aos usuários a realização de diversas despesas sem contraprestação de custeio ao longo de cada ano;
- explicitação de regra que já vinha sendo adotada, formalizando-se que à Secretaria de Controle Interno compete a fiscalização da gestão financeira do Pro-Social, tanto dos recursos orçamentários como dos recursos próprios;
- especificação no Regulamento Geral (parágrafo único, art. 64) que a SECBE prestará contas ao Conselho Deliberativo, mensalmente, das receitas e despesas do Pro-Social;
- detalhamento das regras de cumprimento de carências aos dependentes incluídos de forma intempéstiva;
- eliminação do limite máximo de quatro dependentes para desconto da contribuição da contribuição social mensal.

Com relação ao credenciamento, em execução ao termo de cooperação firmado no ano de 2011 por vários tribunais e pelo Ministério Público Federal, os dirigentes dos programas de saúde dos órgãos sig-

natários desse instrumento decidiram pela adoção da TUSS – Terminologia Unificada da Saúde Suplementar, de forma adaptada e sob a denominação TAB-JUD, tendo como fonte paralela a CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos.

Essa decisão alcançou um dos principais objetivos do mencionado termo de cooperação, que é a busca da unificação das tabelas de procedimentos médico-odonto-hospitalares. Consectariamente, a atuação conjunta dos partícipes resultará em aumento no poder das negociações de preços, bem como permitirá a unificação de distintas versões de tabelas dentro do Sistema Benner em um único código para cada procedimento, permitindo que todos os faturamentos passem a ser realizados eletronicamente.

Com relação aos contratos, ao longo de 2013, foi sendo dado cumprimento à determinação do Conselho Deliberativo do Pro-Social, objetivando a redução de custos do Programa pelo pesado ônus decorrente do recolhimento INSS patronal (20%) que incide na contratação de pessoas físicas, os quais já foram todos extintos no âmbito do TRF1, tendo a maioria desses profissionais se transformado em pessoas jurídicas, como forma de manter a prestação dos serviços. Resta às Seccionais adotarem as mesmas providências.

Além disso, os pedidos de credenciamento para prestação de serviços na área de saúde e de interesse dos beneficiários passaram a ser aceitos sem restrição, desde que atendidos os requisitos preestabelecidos e genericamente aplicáveis aos credenciamentos, especialmente quanto aos preços de tabela pactuados.

Mesmo antes da extinção desses credenciamentos, também para reduzir custos, foi adotada pela SECBE a efetiva aplicação da Resolução 600-14/2004, que prevê, em seu art. 3º, a participação financeira do beneficiário na diferença entre o preço cobrado pelo credenciado e o constante das tabelas do Tribunal, na hipótese de credenciamentos vigentes com preços diferenciados.

Ainda como forma de reduzir custos, procurou também a SECBE alternativas ao credenciamento da UNIMED Norte/Nordeste, que, embora necessário pela rede de atendimento em nível nacional, tem elevado custo, notadamente pela cobrança de taxa de administração de 15%, incidente sobre todas as despesas realizadas e do recolhimento do INSS patronal associado à contratação de cooperativas. Existe a expectativa que isso possa se resolver de outra forma a partir de fevereiro/2014.

Ocorreu ainda no ano de 2013, mudança nas carteiras do Programa. O novo layout foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Pro-Social e passou a exibir diversas novas informações, como a necessidade ou não do cumprimento de carências para titulares e dependentes e a data de vencimento, por exemplo.

O Pro-Social veio sofrendo, ao longo dos anos, um sucateamento em sua força de trabalho. Na década de 90, todos os que trabalhavam no Programa eram servidores do quadro. Atualmente, esta realidade está imensamente alterada, com alta dependência de mão de obra terceirizada, que provém de duas fontes pagadoras: os estagiários, pagos por meio de recursos orçamentários, e os terceirizados pagos com recursos próprios do Programa.

Por conseqüência, a detenção dos conhecimentos operacionais inerentes ao plano de saúde, relativos à execução das atividades administrativas e técnicas, acabam ficando com esses profissionais. Caso haja troca da empresa devido à nova licitação, todos os funcionários são substituídos e o conhecimento institucional adquirido é perdido, o que compromete a eficácia dos serviços prestados. Isso se estende às Seccionais.

Foram novamente levadas, em fevereiro/2014, propostas de alterações no Regulamento Geral, pendentes de decisão do Conselho Deliberativo do Pro-Social no ano de 2013, visando-se a obter novo equilíbrio na composição das receitas do Programa para que deixe de ser deficitário, considerando-se o orçamento disponível a cada exercício.

4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Execução das despesas

4.1.1 Programação de despesas

QUADRO 5 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária :		Código UO:		UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		235.855.000,00	-	82.386.023,00		
CRÉDITOS	Suplementares	25.608.341,00	-	1.494.037,00		
	Especiais	Abertos	-			
		Reabertos	-			
	Extraordinários	Abertos	-			
		Reabertos	-			
Créditos Cancelados		-	-	(450.000,00)		
Outras Operações		-	-			
Dotação final 2013 (A)		261.463.341,00	-	83.430.060,00		
Dotação final 2012(B)		241.481.447,00		76.402.071,00		
Variação (B/A-1)*100		(7,64)		(8,42)		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		119.229.695,00	-	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	450.000,00	-	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	-	
		Reabertos	-	-	-	
	Extraordinários	Abertos	39.743.231,00	-	-	-
		Reabertos		-	-	-
Créditos Cancelados		148.264.380,00	-	-	-	
Outras Operações			-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		11.158.546,00	-	-	-	
Dotação final 2012(B)		94.843.542,00	-	-	-	
Variação (A/B-1)*100		(88,23)				

4.1.1.1 Análise crítica

Os recursos disponibilizados para a Justiça Federal da Primeira Região foram aplicados visando a garantir o pleno exercício de acesso à justiça, por meio da prestação dos serviços jurisdicionais, de processar e julgar ações e demais procedimentos que sejam inerentes à atividade judicante.

Dotação Autorizada U.O 12.102

A Lei Orçamentária Anual - Lei 12.798, de 04/04/2013, aprovou a dotação inicial e fixou a despesa para o exercício de 2013, compreendendo, para o TRF/1.^a Região e as Seções Judiciárias, nos seguintes orçamentos:

a) Orçamento Fiscal: créditos destinados ao pagamento de despesas de capital e custeio, incluindo as de pessoal ativo e respectivos encargos sociais.

b) Seguridade Social: créditos destinados ao pagamento de despesa com proventos de pessoal inativo

e pensões civis, bem como despesas médicas.

Considerando a dotação inicialmente consignada na Lei 12.798/2013 e os créditos adicionais posteriores, o TRF/1.^a Região foi contemplado com créditos orçamentários na ordem de R\$ 356.051.947,00, conforme Quadro abaixo.

Alterações Orçamentárias – Unidade Orçamentária 12.102

Discriminação	Valor
(+) Dotação Inicial	437.470.718,00
(+) Alterações Orçamentárias (suplementações)	67.295.609,00
(-) Alterações Orçamentárias (cancelamentos)	-148.714.380,00
(-) Dotação Final	356.051.947,00

A dotação da UO 12102 – TRF/1.^a Região foi consignada diretamente na UG Setorial Orçamentária do Tribunal (UG 090032), para posterior descentralização às Unidades Executoras, conforme a seguir:

Unidades Gestoras Executoras da Dotação da Unidade Orçamentária 12.102

UG Executora	Descentralizada Líquida
090004 – Justiça Federal de Primeiro Grau – MA	10.525,34
090012 – Justiça Federal de Primeiro Grau – BA	64.159,89
090013 – Justiça Federal de Primeiro Grau – MG	198.547,29
090023 – Justiça Federal de Primeiro Grau – DF	32.147,44
090025 – Justiça Federal de Primeiro Grau – RO	109.367,47
090027 – Secretaria do TRF da 1 ^a Região	353.567.213,24
160066 – Comissão Regional de Obras/11 MEX/DF ¹	1.493.880,89
TOTAL:	355.475.841,56
<p>Nota:</p> <p>1. Dêstaque para a CRO/Ministério do Exército, em decorrência de acordo de cooperação técnica para assessoramento técnico à fiscalização da obra de construção da sede do Tribunal.</p> <p>2. Sobra orçamentária referente à dotação não descentralizada pela Setorial Orçamentária (090032): R\$576.105,44</p> <p>Fonte: SIGA BRASIL/2013</p>	

Dotação Descentralizada – UO 12101

Considerando os créditos inicialmente consignados por meio do orçamento de 2013, os créditos adicionais, o contingenciamento e o bloqueio da SOF, a 1^a Região foi contemplada com créditos orçamentários (UO 12101), no montante de R\$ 1.920.060.380,12, conforme quadro abaixo.

Alterações Orçamentárias – Unidade Orçamentária 12.101

Discriminação	Valor
(+) Dotação Inicial	1.667.326.052,00
(+) Alterações Orçamentárias (suplementações (-) cancelamentos)	274.149.704,12
(-) Crédito bloqueado SOF	-19.723.550,00
(-) Contingenciado	-1.691.826,00
(-) Dotação Final	1.920.060.380,12
Fonte: SIGA BRASIL/SIAFI Gerencial	

A dotação da UO 12101 – Justiça Federal de Primeiro Grau foi autorizada na Setorial Orçamentária do Conselho da Justiça Federal (UG 090001), sendo descentralizada, parcialmente, para o Tribunal (Setorial 090032) por meio de provisão, e, em seguida, foi transferida às unidades da 1.ª Região de acordo com a quadro a seguir.

Unidades Gestoras Executoras da Dotação da Unidade Orçamentária 12.101

UG (COD./DESC.)Executora	Provisão Recebida
090002 – Justiça Federal de Primeiro Grau – AM	65.621.203,56
090003 – Justiça Federal de Primeiro Grau – PA	135.599.815,33
090004 – Justiça Federal de Primeiro Grau – MA	103.820.777,85
090005 – Justiça Federal de Primeiro Grau – PI	81.138.507,71
090012 – Justiça Federal de Primeiro Grau – BA	292.681.205,96
090013 – Justiça Federal de Primeiro Grau – MG	500.003.254,77
090021 – Justiça Federal de Primeiro Grau – MT	96.308.831,69
090022 – Justiça Federal de Primeiro Grau – GO	176.820.145,66
090023 – Justiça Federal de Primeiro Grau – DF	232.903.470,90
090024 – Justiça Federal de Primeiro Grau – AC	37.891.985,02
090025 – Justiça Federal de Primeiro Grau – RO	54.601.951,20
090013 – Secretaria do TRF da 1ª Região	34.198.265,74
090037 – Justiça Federal de Primeiro Grau – AP	37.317.824,93
090038 – Justiça Federal de Primeiro Grau – TO	43.165.039,24
090039 – Justiça Federal de Primeiro Grau – RR	25.165.928,29
SOMA:	1.917.238.207,85
Nota: 1. Sobra orçamentária referente à dotação não descentralizada pela Setorial Orçamentária (090032): R\$2.822.172,27 Fonte: SIGA BRASIL/2013	

Créditos Adicionais

As alterações na Lei Orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, obedecidos aos limites previstos na lei orçamentária, destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme Portaria SOF n. 27 de 12/04/2013, Portaria SOF n. 28 de 12/04/2013 e Portaria CJF n. 138 de 22/04/2013.

1 – créditos autorizados na lei orçamentária para o Poder Judiciário por Resolução do CJF: Resoluções CJF nº 241 e 242 de 07/05/2013; 254 de 09/09/2013; 255 e 256 de 04/09/2013; 257, de 12/09/2013; 261 e 263 de 11/11/2013; 264 de 05/11/2013; 269, 270 e 271 de 10/12/2013; e 277 e 278 de 23/12/2013.

2 – créditos autorizados para o Projeto Implantação dos Sistemas Integrados de Gestão de Informação – e-jus no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário – Portaria Conjunta nº 2 de 18/11/2013;

3 – créditos autorizados para Assistência Médica e Odontológica aos Servidores no âmbito da Justiça Federal – Portaria Conjunta/STJ nº 1 de 08/10/2013;

4 – créditos autorizados na lei orçamentária por Decreto do Poder Executivo: Decreto/PR de 17/05/2013; Decreto/PR de 17/07/2013; Decreto/PR de 24/09/2013 e Decreto/PR de 14/10/2013.

5 – créditos dependentes de autorização legislativa por lei específica: Lei n. 12.893, de 17/12/2013, e Leis n. 12.904, 12.914 e 12.915, de 18/12/2013.

Foi reaberto o crédito extraordinário aprovado pela medida provisória 598 de 27/12/2012 que ante-

cipava um terço da dotação de investimento contida no PLLOA 24/2012, em função da não aprovação do orçamento de 2013. Esta medida provisória teve seu prazo de vigência encerrado em 3 de junho de 2013, conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 34 de 2013. Assim o total de crédito que havia sido utilizada até aquele momento precisou ser bloqueado em qualquer outra ação. Na 1ª Região foram utilizados R\$ 1.691.826,00 desse crédito extraordinário, e bloqueado o mesmo valor na dotação do exercício.

O quadro abaixo demonstra a dotação inicial, as alterações resultantes da distribuição dos valores constantes da reserva do CJF e dos créditos adicionais, os valores contingenciados e bloqueados pela SOF e ainda a dotação final disponível. Quanto ao crédito extraordinário reaberto só foi considerado os valor utilizado.

4.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

QUADRO 6 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.09HB.0001	194.535.175,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.20TP.0001	1.070.866.014,00		
Recebidos	09001	090032	12101/09.272.0089.0181.0001	217.102.853,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.061.0569.4224.0001			45.324.344,00
Recebidos	09001	090032	12101/02.061.0569.4257.0001			207.954.103,99
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.3755.0001			4.780.000,00
Recebidos	09001	090032	12101/02.126.0569.3757.0001			3.870.232,00
Recebidos	09001	090032	12101/02.301.0569.2004.0001			34.335.624,00
Recebidos	09001	090032	12101/02.306.0569.2012.0001			64.966.951,00
Recebidos	09001	090032	12101/02.331.0569.2011.0001			158.666,00
Recebidos	09001	090032	12101/02.365.0569.2010.0001			10.932.289,00
Recebidos	90026	90027	12101/02.061.0569.4257.0001			50.000,00
TOTAL				1.482.504.042,00		372.372.209,99
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	09001	090032	12101/02.061.0569.4257.0001	8.795.831,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.061.0569.4257.0101	20.322,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.11MM.2589	280.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.11U3.3166	14.500,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.12R6.2261	490.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.12R8.2408	3.109.937,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.12RB.0269	257.134,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.12RQ.5293	10.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.12SR.5296	1.164.979,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.14UM.5664	900.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.1A58.0363	8.660.794,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.1A59.2901	128.151,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.1A66.5401	4.430.993,00		

Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.3755.0001	7.620.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.3755.0051	100.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.7H63.1964	7.312.870,27		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.7J50.2056	800.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.7J62.1999	6.524.257,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.7K49.0101	304.683,86		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.7K49.2138	4.228.977,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.7T80.5545	172.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.7T82.5314	400.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.122.0569.7T91.0421	250.000,00		
Recebidos	09001	090032	12101/02.126.0569.3757.0001	9.208.699,00		
TOTAL				65.184.128,13		-

QUADRO 7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	173057	090032	25201/28.846.0901.0005	49.159,00		
	173057		25201/28.846.0901.0005			11.392.297,00
	173057		25201/28.846.0901.00G5	5.846,00		
	153015		26257/28.846.0901.0005	282.824,00		
	153015		26257/28.846.0901.0005			125,00
	153015		26257/28.846.0901.00G5	33.631,00		
	113209		24204/28.846.0901.0005	519.521,00		
	113209		24204/28.846.0901.00G5	61.777,00		
	364001		24201/28.846.0901.0005	1.241.692,00		
	364001		24201/28.846.0901.00G5	162.401,00		
	393003		39252/28.846.0901.0005	370.700,00		
	393003		39252/28.846.0901.00G5	72.792,00		
	113802		53204/28.846.0901.0005	706.443,00		
	113802		53204/28.846.0901.00G5	84.004,00		
	323002		32263/28.846.0901.0005	146.537,00		
	323002		32263/28.846.0901.00G5	17.425,00		
	152435		26271/28.846.0901.0005	4.507.019,00		
	152435		26271/28.846.0901.0005			111.334,00
	152435		26271/28.846.0901.00G5	641.972,00		
	185001		54201/28.846.0901.0005	25.178,00		
	185001		54201/28.846.0901.00G5	7.994,00		
	330013		55901/28.846.0901.0005			5.371.579,00
	330013		55901/28.846.0901.0625			134.107.454,00
	344042		42202/28.846.0901.0005	363.621,00		
	344042		42202/28.846.0901.00G5	146.491,00		
	153173		26298/28.846.0901.0005	1.691.830,00		
	153173		26298/28.846.0901.0005			317.411,00
	153173		26298/28.846.0901.00G5	243.177,00		
	255000		36211/28.846.0901.0005	13.496.538,00		

	255000		36211/28.846.0901.0005			297.809,00
	255000		36211/28.846.0901.00G5	2.352.295,00		
	154045		26276/28.846.0901.0005	1.175.804,00		
	154045		26276/28.846.0901.0005			56.959,00
	154045		26276/28.846.0901.00G5	163.816,00		
	154048		26279/28.846.0901.0005	3.111.118,00		
	154048		26279/28.846.0901.00G5	746.852,00		
	154043		26274/28.846.0901.0005	3.304.857,00		
	154043		26274/28.846.0901.00G5	392.985,00		
	154041		26272/28.846.0901.0005	396.844,00		
	154041		26272/28.846.0901.00G5	47.189,00		
	194088		30202/28.846.0901.0005	2.228.169,00		
	194088		30202/28.846.0901.0005			1.374.218,00
	194088		30202/28.846.0901.00G5	365.899,00		
	193034		44201/28.846.0901.0005	4.967.153,00		
	193034		44201/28.846.0901.0005			12.198,00
	193034		44201/28.846.0901.00G5	602.824,00		
	114601		44205/28.846.0901.0005	79.768,00		
	114601		44205/28.846.0901.00G5	9.485,00		
	158142		26403/28.846.0901.0005	151.902,00		
	158142		26403/28.846.0901.00G5	18.063,00		
	158128		26408/28.846.0901.0005	88.503,00		
	158128		26408/28.846.0901.00G5	17.524,00		
	158144		26414/28.846.0901.0005	163.700,00		
	158144		26414/28.846.0901.00G5	39.466,00		
	158123		26411/28.846.0901.0005	90.945,00		
	158123		26411/28.846.0901.00G5	10.814,00		
	158135		26416/28.846.0901.0005	34.426,00		
	158135		26416/28.846.0901.00G5	4.094,00		
	158146		26431/28.846.0901.0005	92.781,00		
	158146		26431/28.846.0901.00G5	11.033,00		
	153978		26290/28.846.0901.0005	212.384,00		
	153978		26290/28.846.0901.00G5	50.255,00		
	158152		26437/28.846.0901.0005	46.761,00		
	158152		26437/28.846.0901.00G5	15.560,00		
	158153		26429/28.846.0901.0005	162.027,00		
	158153		26429/28.846.0901.00G5	19.267,00		
	403101		42204/28.846.0901.0005	129.000,00		
	403101		42204/28.846.0901.00G5	268.357,00		
	443032		42204/28.846.0901.0005	50.608,00		
	443032		42204/28.846.0901.00G5	6.018,00		
	510002		33201/28.846.0901.0005	20.462.733,00		
	510002		33201/28.846.0901.0005			247.378.963,00
	510002		33201/28.846.0901.00G5	2.457.482,00		
	510002		33904/28.846.0901.0005			1.430.844.294,00
	201009		71103/28.846.0901.0005	350.900.361,00		
	201009		71103/28.846.0901.0005			770.108.687,00

	201009		71103/28.846.0901.00G5	39.589.070,00		
	201009		71103/28.846.0901.0625	552.964.431,00		
	201009		71103/28.846.0901.0625			41.120.902,00
	373001		49201/28.846.0901.0005	23.983.656,00		
	373001		49201/28.846.0901.0005			8.112.011,00
	373001		49201/28.846.0901.00G5	3.248.496,00		
	533013		53204/28.846.0901.0005	153.005,00		
	533013		53204/28.846.0901.00G5	18.194,00		
	153038		26232/28.846.0901.0005	1.813.493,00		
	153038		26232/28.846.0901.0005			38,00
	153038		26232/28.846.0901.00G5	459.017,00		
	153052		26235/28.846.0901.0005	4.700.093,00		
	153052		26235/28.846.0901.00G5	558.895,00		
	153061		26237/28.846.0901.0005	46.350,00		
	153061		26237/28.846.0901.00G5	5.511,00		
	153032		26263/28.846.0901.0005	133.158,00		
	153032		26263/28.846.0901.0005			442,00
	153032		26263/28.846.0901.00G5	15.834,00		
	153062		26238/28.846.0901.0005	2.621.785,00		
	153062		26238/28.846.0901.0005			67.432,00
	153062		26238/28.846.0901.00G5	342.824,00		
	153063		26239/28.846.0901.0005	2.968.216,00		
	153063		26239/28.846.0901.0005			3.488.820,00
	153063		26239/28.846.0901.00G5	659.076,00		
	154046		26277/28.846.0901.0005	371.296,00		
	154046		26277/28.846.0901.00G5	44.151,00		
	154051		26282/28.846.0901.0005	2.283.383,00		
	154051		26282/28.846.0901.0005			534.455,00
	154051		26282/28.846.0901.00G5	271.520,00		
	154069		26285/28.846.0901.0005			73.168,00
	200097	90002	34101/03.062.0581.4264			9.828,41
	170021	90027	47101/04.127.2038.20U4			6.820,00
TOTAL				1.057.579.148,00	-	2.654.770.596,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	153038	090032	26232/28.846.0901.0005		367.339,00	
	153062		26238/28.846.0901.0005		506.467,00	
	393003		39252/28.846.0901.0005		175.868,00	
	193034		44201/28.846.0901.0005		8.637.591,00	
	443032		42204/28.846.0901.0005		1.156.742,00	
	373001		49201/28.846.0901.0005		210.170.445,00	
	201009		71103/28.846.0901.0005		16.600.333,00	
	201009		71103/28.846.0901.0625		1.991.755,00	
TOTAL				-	239.606.540,00	-

4.1.3 Realização da despesa

4.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários - total

QUADRO 8 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: TRF1 e Seções Judiciárias - 1ª Região	Código UO: 12101 e 12102		UGO: 090032	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	39.397.128,45	32.710.818,42	39.193.413,50	32.000.595,13
a) Convite	0,00	3.191,04	0,00	3.191,04
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	39.397.128,45	32.707.627,38	39.193.413,50	31.997.404,09
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	14.657.600,45	13.143.297,04	14.621.624,40	13.142.916,30
h) Dispensa	10.739.554,45	9.318.512,85	10.703.625,15	9.318.132,11
i) Inexigibilidade	3.918.046,00	3.824.784,19	3.917.999,25	3.824.784,19
3. Regime de Execução Especial	59.630,18	30.258,36	59.630,18	30.258,36
j) Suprimento de Fundos	59.630,18	30.258,36	59.630,18	30.258,36
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	274.910.038,29	252.945.941,99	273.780.552,13	252.800.338,21
k) Pagamento em Folha	272.383.326,79	250.510.454,32	271.254.650,08	250.362.010,02
l) Diárias	2.526.711,50	2.444.487,67	2.525.902,05	2.438.328,19
5. Outros	5.237.345,35	5.081.431,61	5.236.505,52	5.081.271,11
6. Total (1+2+3+4+5)	334.261.742,72	303.920.747,42	332.891.725,73	303.055.379,11

4.1.3.2 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos originários – executados diretamente pela UJ

QUADRO 9 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Federal da 1ª Reg.	Código UO: 12102		UGO: 090032	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	38.166.014,87	32.066.594,78	37.988.991,58	31.674.485,13
a) Convite	0,00	3.191,04	0,00	3.191,04
b) Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
c) Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
d) Pregão	38.166.014,87	32.063.403,74	37.988.991,58	31.671.294,09
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	14.646.572,85	13.117.690,04	14.610.596,80	13.117.309,30
h) Dispensa	10.728.526,85	9.292.905,85	10.692.597,55	9.292.525,11

i) Inexigibilidade	3.918.046,00	3.824.784,19	3.917.999,25	3.824.784,19
3. Regime de Execução Especial	59.630,18	30.258,36	59.630,18	30.258,36
j) Suprimento de Fundos	59.630,18	30.258,36	59.630,18	30.258,36
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	274.910.038,29	252.954.941,99	273.780.552,13	252.800.338,21
k) Pagamento em Folha	272.383.326,79	250.510.454,32	271.254.650,08	250.362.010,02
l) Diárias	2.526.711,50	2.444.487,67	2.525.902,05	2.438.328,19
5. Outros	5.237.345,35	5.081.431,61	5.236.505,52	5.081.271,11
6. Total (1+2+3+4+5)	333.019.601,54	303.250.916,78	331.676.276,21	302.703.662,11

4.1.3.3 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – total

QUADRO 10 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL

Unidade Orçamentária: TRF1 e Seções Judiciárias - 1ª Região		Código UO: 12101 e 12102				UGO: 090032			
Despesas Correntes									
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos		
1.Despesa com Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
11 - Vencim. e Vant. Fixas	188.408.577,15	177.748.287,64	188.381.599,57	177.748.287,64	601.794,11	0,00	188.082.524,63	177.748.287,64	
13 - Obrigações Patronais	32.869.393,66	30.633.490,81	32.869.393,66	30.633.490,81	403.612,26	0,00	32.869.393,66	30.621.125,44	
01 - Aposent. RPPS	26.435.014,08	21.928.366,68	26.412.838,42	21.928.366,68	26.977,58	0,00	25.956.001,97	21.793.124,50	
Demais elem.do grupo	13.738.336,80	10.482.823,26	12.717.285,23	9.322.318,06	37.820,86	1.160.505,20	12.344.521,91	9.321.481,31	
2.Juros e Encargos da Dívida									
(nome 1º elem.de desp.)	0,00								
(nome 2º elem.de desp.)	0,00								
(nome 3º elem.de desp.)	0,00								
Demais elem. do grupo	0,00								
3.Outras Despesas Correntes									
37 - Locação mão de obra	32.598.371,22	26.697.618,06	29.368.902,32	23.199.507,21	6.221.920,95	3.498.110,85	29.290.377,15	22.698.793,63	
39 - Outros Serv.de Terc. PJ	30.037.581,55	29.297.492,31	23.815.678,60	21.919.779,55	3.229.468,90	7.377.712,76	23.721.783,41	21.878.999,26	
46 - Auxílio Alimentação	9.842.020,09	9.641.051,51	9.819.707,16	9.641.051,51	1.144.077,62	0,00	9.819.707,16	9.641.051,51	
Demais elem. do grupo	10.256.528,39	8.683.044,03	8.210.029,56	7.885.605,29	924.716,14	797.438,74	8.177.498,90	7.798.097,65	
Despesas de Capital									
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos		
4.Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
52 - Equipam.e Mat. Perm.	4.984.241,75	4.628.223,95	830.273,33	1.283.942,23	4.153.968,42	3.344.281,72	825.473,33	1.196.019,73	
51 - Obras e Instalações	3.749.173,64	49.329.848,36	24.648,00	0,00	3.724.525,64	49.329.848,36	24.648,00	0,00	
39 - Outros Serv.de Terc. PJ	2.067.480,63	939.173,58	1.573.096,31	358.077,44	494.384,32	581.096,14	1.541.505,05	358.077,44	
Demais elem. do grupo	281.961,61	321,00	238.290,56	321,00	43.671,05	0,00	238.290,56	321,00	
5.Inversões Financeiras									
(nome 1º elem.de desp.)	0,00								
(nome 2º elem.de desp.)	0,00								
(nome 3º elem.de desp.)	0,00								
Demais elem. do grupo	0,00								
6.Amortização da Dívida									
(nome 1º elem.de desp.)	0,00								
(nome 2º elem.de desp.)	0,00								
(nome 3º elem.de desp.)	0,00								
Demais elem. do grupo	0,00								

4.1.3.4 Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos originários – valores executados diretamente pela UJ

**QUADRO 11 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS
– VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ**

Unidade Orçamentária: Tribunal Regional Federal da 1ª Reg.			Código UO: 12102				UGO: 090032		
Despesas Correntes									
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos		
1.Despesa com Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
11 - Vencim. e Vant. Fixas	188.408.577,15	177.748.287,64	188.381.599,57	177.748.287,64	26.977,58	0,00	188.082.524,63	177.748.287,64	
13 - Obrigações Patronais	32.869.393,66	30.633.490,81	32.869.393,66	30.633.490,81		0,00	32.869.393,66	30.621.125,44	
01 - Aposentad.e Pensões	26.435.014,08	21.928.366,68	26.412.838,42	21.928.366,68	22.175,66	0,00	25.956.001,97	21.793.124,50	
Demais elem. do grupo	13.738.336,80	10.482.823,26	12.717.285,23	9.322.318,06	1.021.051,57	1.160.505,20	12.344.521,91	9.321.481,31	
2.Juros e Encargos da Dívida									
(nome 1º elem. de desp.)	0,00								
(nome 2º elem. de desp.)	0,00								
(nome 3º elem. de desp.)	0,00								
Demais elem. do grupo	0,00								
3.Outras Despesas Correntes									
37 - Locação Mão de Obra	32.598.371,22	26.697.618,06	29.368.902,32	23.199.507,21	3.229.468,90	3.498.110,85	29.290.377,15	22.698.793,63	
39 - Outros Serv.de Terc. PJ	30.037.581,55	29.297.492,31	23.815.678,60	21.919.779,55	6.221.920,95	7.377.712,76	23.721.783,41	21.878.999,26	
46 - Auxilio Alimentação	9.842.020,09	9.641.051,51	9.819.707,16	9.641.051,51	22.312,93		9.819.707,16	9.641.051,51	
Demais elem. do grupo	10.256.528,39	8.683.044,33	8.210.029,56	7.885.605,29	2.046.480,83	797.438,74	8.177.498,90	7.798.097,65	
Despesas de Capital									
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos		
4.Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
52 - Equip. e Material Perm.	4.980.991,75	4.628.223,95	827.023,33	1.283.942,23	4.153.968,42	3.344.281,72	822.223,33	1.196.019,13	
51 - Obras e Instalações	3.749.173,64	49.329.848,36	24.648,00		3.724.525,64	49.329.848,36	24.648,00		
39 - Outros Serv.de Terc. PJ	577.997,20	269.342,94	6.360,44	6.360,44	242.644,61	262.982,50	330.452,99	6.360,44	
Demais elem. do grupo	280.814,15	321,00	237.143,10	321,00	43.671,05		237.143,10	321,00	
5.Inversões Financeiras									
(nome 1º elem. de desp.)	0,00								
(nome 2º elem. de desp.)	0,00								
(nome 3º elem. de desp.)	0,00								
Demais elem. do grupo	0,00								
6.Amortização da Dívida									
(nome 1º elem. de desp.)	0,00								
(nome 2º elem. de desp.)	0,00								
(nome 3º elem. de desp.)	0,00								
Demais elem. do grupo	0,00								

4.1.3.5 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos por movimentação

QUADRO 12 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Unidade Orçamentária: Seções Judiciárias da 1ª Reg.	Código UO: 12101 e outras UOs	UGO: 090032
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada	Despesa Paga

	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	96.339.825,88	87.461.880,04	94.719.259,24	85.849.215,25
a) Convite	16.222,77	101.426,23	16.222,77	101.426,23
b) Tomada de Preços	136.607,61	984.923,03	136.607,61	965.805,55
c) Concorrência	3.813.815,89	4.001.098,82	3.804.812,10	4.000.261,32
d) Pregão	92.373.179,61	82.374.431,96	90.761.616,76	80.781.722,15
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (h+i)	59.197.141,12	50.506.661,75	58.727.653,18	50.239.520,04
h) Dispensa	36.245.625,97	31.127.560,21	35.844.817,34	30.868.038,87
i) Inexigibilidade	22.951.515,15	19.379.101,54	22.882.835,84	19.371.481,17
3. Regime de Execução Especial	751.016,89	705.216,32	751.016,89	705.209,72
j) Suprimento de Fundos	751.016,89	705.216,32	751.016,89	705.209,72
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	1.579.778.254,21	1.417.002.343,65	1.578.777.322,07	1.416.879.402,16
k) Pagamento em Folha	1.575.702.703,67	1.413.874.754,04	1.574.706.855,81	1.413.751.812,55
l) Diárias	4.075.550,54	3.127.589,61	4.070.466,26	3.127.589,61
5. Outros	3.975.275.333,50	3.887.161.460,47	3.975.182.374,41	3.887.066.277,46
6. Total (1+2+3+4+5)	5.711.341.571,60	5.442.837.562,23	5.708.157.625,79	5.440.739.624,63

4.1.3.6 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos por movimentação

QUADRO 13 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS POR MOVIMENTAÇÃO

Unidade Orçamentária: Justiça Federal 1ª Região (Precatórios)		Código UO: 12102 e outras UOs		UGO: 090032				
Despesas Correntes								
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1.Despesa com Pessoal								
91 - Sentenças Judiciais	1.058.260.788,06	1.383.467.002,11	1.049.837.024,62	1.254.187.330,17	8.423.763,44	129.279.671,94	1.049.837.024,62	1.254.187.330,17
11 - Vencim. e Vant. Fixas	1.043.320.318,69	951.972.244,39	1.043.309.496,78	951.466.147,07	10.821,91	506.097,32	1.043.309.496,78	951.347.675,00
13 - Obrigações Patronais	193.865.891,79	175.590.930,60	193.845.476,23	175.546.182,08	20.415,56	44.748,52	193.845.476,23	175.546.182,08
Demais elem. do grupo	243.987.366,95	239.733.312,26	239.376.868,53	238.005.757,46	4.610.498,42	1.727.554,80	239.105.965,45	238.001.288,04
2.Juros e Encargos da Dívida								
(nome 1º elem. de desp.)								
(nome 2º elem. de desp.)								
(nome 3º elem. de desp.)								
Demais elem. do grupo								
3.Outras Despesas Correntes								
91 - Sentenças Judiciais	2.654.242.438,36	2.288.876.691,24	2.620.646.039,08	2.288.549.933,04	33.596.399,28	326.758,20	2.620.646.039,08	2.288.549.933,04
39 - Outros Serv. Terc. PJ	99.195.234,53	87.848.081,34	70.849.094,71	64.079.432,91	28.341.565,69	23.768.648,43	70.690.704,98	63.681.099,10
37 - Locação mão de obra	77.819.567,13		68.508.586,22		9.310.980,91		66.861.997,08	
Demais elem. do grupo	190.820.540,60		176.815.819,31		14.009.295,42		175.943.023,84	
Despesas de Capital								
Grupos de Despesa	Empenhadas		Liquidadas		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4.Investimentos								
51 - Obras e Instalações	33.012.799,15	17.587.280,34	4.299.825,59	4.770.079,75	28.712.973,56	12.817.200,59	4.233.332,20	4.747.245,99
52 - Equip. e Material Perm.	23.511.229,16	21.878.979,72	5.434.987,81	4.212.541,22	18.076.241,35	17.666.438,50	5.269.166,75	4.190.100,35
39 - Outros Serv. Terc. PJ	1.160.586,47	1.476.359,44	26.194,00	231.277,25	1.134.392,47	1.245.082,19	26.194,00	231.277,25

Demais elem. do grupo	23.123,62	108.562,01	23.123,62	107.578,58	0,00	983,43	20.169,68	107.578,58
5.Inversões Financeiras								
91 - Sentenças Judiciais	239.216.585,68	174.958.462,04	238.369.035,10	174.958.295,19	847.550,58	166,85	238.369.035,10	174.958.295,19
(nome 2º elem. de desp.)								
(nome 3º elem. de desp.)								
Demais elem. do grupo								
6.Amortização da Dívida								
(nome 1º elem. de desp.)								
(nome 2º elem. de desp.)								
(nome 3º elem. de desp.)								
Demais elem. do grupo								

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

UG 090024 – Seção Judiciária do Estado do Acre

Cortes realizados no orçamento do Poder Judiciário da União, para o referido exercício, impediram a concretização de vários projetos que estavam programados para 2013. Por conseguinte, algumas metas acabaram sendo prejudicadas, especialmente no que tange à aquisição de equipamentos de proteção e segurança, à contratação de “motoboy” para o edifício-sede e o reajuste da bolsa-estágio e do auxílio-transporte dos estagiários.

Cumprir frisar, que os créditos descentralizados pelo TRF1, no Programa de Trabalho IVF (3755 – Implantação de Varas Federais), para a implantação da Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul permitiram, além da contratação dos serviços de reforma do imóvel cedido pelo Tribunal de Justiça para abrigar a referida Unidade Judicial, no valor de R\$ 701.197,40, a aquisição de mobiliário, aquisição de uma caminhonete, a contratação de serviços vigilância armada, serviços de limpeza e conservação, de apoio administrativo (copeira, recepcionista e artífice de serviços gerais), fornecimento de água mineral e diversos materiais permanentes necessários ao adequado funcionamento da Subseção em 2014. Outrossim, houve a descentralização de recursos necessários ao pagamento de diárias e passagens para custear o deslocamento de serviços e magistrados para fiscalização/vistoria das obras, bem assim para participação na solenidade de implantação da Subseção Judiciária, ocorrida em 13/12/2013.

Situação semelhante ocorreu com o Programa de Trabalho AJPC, ocasionando a suspensão do pagamento de inúmeros peritos e defensores, gerando insatisfação e reclamações dos profissionais e dificuldades no atendimento dos jurisdicionados, fato este que representou um grande risco à eficiência da prestação jurisdicional desta Seccional, mormente no que tange à celeridade do trâmite processual do JEF.

Impende salientar que a escassez de servidores nas áreas de compras e licitações, de material e patrimônio, de serviços gerais, financeira, e com as novas atribuições resultantes das ações do planejamento estratégico, na Semad, tem prejudicado, sobremaneira, a elaboração de projetos e retardado o andamento de alguns certames licitatórios.

Ademais, a despeito do rigor dos editais e instrumentos de contrato e da aplicação das sanções administrativas cabíveis, algumas empresas não observaram prazos, forneceram bens em desacordo com as especificações ou, simplesmente, inadimpliram a totalidade do objeto contratado. Por essa razão, aconteceram repetições de certames licitatórios que ocasionaram atraso na conclusão de processos administrativos e, conseqüentemente, na execução orçamentária e cancelamentos de empenhos inscritos em restos a pagar, ocasionando a perda dos respectivos créditos em favor do Tesouro.

UG 090002 – Seção Judiciária do Estado do Amazonas

Em 2013 o crédito orçamentário recebido (R\$ 59.279.407,96) apresentou incremento de 10,69% em relação ao exercício de 2012 (R\$ 65.621.203,56), sendo o de 2013 distribuído nas Ações denominadas Contribuição da União e suas Autarquias, Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Pagamento de Pessoal Ativo da União, Assistência Pré-escolar aos Dependentes, Auxílio Alimentação, Julgamento de Causas, Capacitação de Recursos Humanos, Modernização de Instalações da Justiça Federal, Pagamento de Aposentadorias e Pensões e Assistência Médica e Odontológica.

Os Juizados Especiais Federais, constituídos como importante ferramenta para consecução dos objetivos sociais previstos na Constituição Federal, haja vista que foram criados para facilitar o acesso à justiça, trouxeram consigo o grande aumento da demanda envolvendo a Ação Assistência Jurídica a Pessoa Carente.

A dotação alocada está sempre aquém das demandas exigidas. A insuficiência de créditos resulta em grande demora no pagamento dos serviços prestados pelos peritos e defensores, gerando insatisfação, reclamação e negativa dos profissionais em prestarem o serviço. Isso contribui para que a prestação jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais Federais fique prejudicada no que tange ao Princípio da Celeridade Processual, um de seus pilares.

Em cumprimento à Constituição Federal e à Lei 8.069/90, de 13/7/1990, a atividade proporcionou assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores, na faixa etária até seis anos de idade, em creches e pré-escolas, bem como aos excepcionais cujo desenvolvimento corresponda à idade mental relativa à faixa etária estabelecida.

UG 090037 – Seção Judiciária do Estado do Amapá

As despesas realizadas em 2013 tiveram um acréscimo de, aproximadamente, 16% em relação ao exercício anterior. Desse total, 89% foram realizados na modalidade de licitação “Não se Aplica”, tendo em vista tratar-se de despesas com pessoal e assistência judiciária gratuita. Merece destaque, ainda, a realização de despesa com aquisição de bens no programa de trabalho “Implantação de Varas Federais”, num montante de 3% do total da despesa do exercício, referentes à instalação de três novas varas na sede da seccional, fato que demandou a aquisição de mobiliário e equipamentos para funcionamento.

UG 090012 – Seção Judiciária do Estado da Bahia

Houve compatibilidade das dotações orçamentárias em relação às necessidades de crédito da Unidade Gestora, especialmente para possibilitar dar andamento às obras iniciadas, que abrigarão sedes de Subseções Judiciárias no interior do estado, além de atender reformas que precisavam ser realizadas nos prédios da capital e também nas Subseções Judiciárias.

Já em relação aos programas de trabalho AJPC – Assistência Jurídica a Pessoas Carentes e AMOS – Assistência Médica e Odontológica, a dotação enviada não foi compatível com as necessidades apresentadas, situação vivenciada em anos anteriores, demandando estudo por parte do TRF1 ou CJF visando a melhorar a distribuição das dotações existentes, e, principalmente, para tentar obter aprovação de orçamento adequado e compatível com a demanda.

Devido à insuficiência de dotação orçamentária no segundo semestre, parte dos processos de assistência médica e odontológica foi encaminhada para pagamento no Tribunal. Considerando o valor pago na Bahia com recursos da União (R\$ 5.688.496,50) e o valor pago pelo TRF1 com recursos próprios do

programa (R\$ 5.898.549,60), a demanda oriunda desta seccional para pagamento das despesas neste programa importou em 2013, em verdade, o total de R\$ 11.587.046,10, ou seja, para pagar todos os processos originados da Bahia, precisaríamos ter recebido o dobro da dotação provisionada para a seccional.

Durante o ano de 2013, a execução orçamentária e financeira concentrou esforços para liquidar restos a pagar provenientes dos exercícios de 2011 (destacando créditos empenhados para a construção da sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana e também um valor menor relativo à reforma da Subseção de Teixeira de Freitas) e 2012 (obras de construção das sedes das Subseções em Feira de Santana e Jequié, reformas em Alagoinhas, Guanambi, e Eunápolis, reforma do sistema de ar condicionado do prédio dos Juizados Especiais Federais em Salvador, reforma e transferência do CPD em Salvador, reforma dos sanitários do prédio sede, entre outras despesas contratadas em 2012, que continuaram ou começaram a ser executadas em 2013).

A Vara de Bom Jesus da Lapa foi inaugurada em outubro sem que tenha havido aportes de valores na construção (existiram apenas gastos com o deslocamento de servidores que fizeram o acompanhamento da obra, além de compra de bens), vez que a construção do imóvel foi feita pelo proprietário, seguindo projeto adequado às necessidades da Justiça Federal, tendo o prédio sido entregue com alguns equipamentos, como: 16 aparelhos de ar condicionado, no break, estabilizador de tensão e equipamento de informática (2 racks e 4 switches). A Justiça Federal arcará com o aluguel no valor mensal de R\$ 15.000,00 por 5 anos, estando este montante compatível com os aluguéis de outras Subseções Judiciárias na Bahia, e também dentro do valor de mercado, conforme pesquisa realizada.

Importante ressaltar que grandes valores provisionados em 2013 não estavam aprovados inicialmente na proposta orçamentária, tendo sido enviados no final do exercício para dar continuidade ou iniciar novas construções de edifícios para Subseções (a exemplo: Campo Formoso, Barreiras, Jequié). Como os saldos foram provisionados no final do ano, foram inscritos grandes valores em restos a pagar. Os créditos foram aprovados por emendas e também remanejados da obra do TRF1.

Efetuada análise geral, em 2013 a Seção Judiciária do Estado da Bahia recebeu R\$ 292.745.365,85 de dotação orçamentária, um aumento de 13,83% em relação ao total do exercício anterior, com destaque para programas de trabalho de construções de sedes em Subseção Judiciárias no interior do estado: a) R\$ 6.524.257,00 para Construção do edifício sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso (obra iniciada em março de 2013, sendo que em 2012 já haviam sido enviados R\$ 1.335.000,00 neste programa de trabalho); b) R\$ 7.312.870,27 para iniciar a Construção do Edifício sede da Subseção Judiciária de Barreiras (crédito que não pode ser utilizado, conforme esclarecimentos expostos a seguir); c) R\$ 4.533.660,86 recebidos para dar continuidade à construção do edifício sede da Subseção Judiciária de Jequié (obra iniciada em abril de 2012, sendo que no referido exercício, o total provisionado alcançou R\$ 3.000.000,00).

Do total dos R\$ 292.745.365,85 provisionados em 2013, R\$ 267,7 milhões foram pagos no próprio exercício, equivalentes a 91,45% de toda a provisão recebida.

O total empenhado — incluindo restos a pagar — alcançou em 2013 o montante de R\$ 285.520.571,41, sendo a distribuição por modalidade de contratação a seguir discriminada: R\$ 16.608.383,51 licitados/empenhados por pregão, R\$ 11.645.625,50 por concorrência, R\$ 7.805.951,88 dispensa de licitação, R\$ 5.428.739,87 inexigibilidade, R\$ 173.764,46 tomada de preços, R\$ 112.449,70 suprimento de fundos e R\$ 243.745.656,49 não aplicável.

As despesas com o programa de trabalho AMOS – Assistência Médica e Odontológica – representam a maior parte dos valores empenhados na modalidade inexigível

Panorama geral das obras de construção na Seção Judiciária da Bahia:

- Construção da Sede da SSJ de Barreiras (em fase de licitação)
- Construção da Sede da SSJ de Feira de Santana (em fase de conclusão)
- Construção da Sede da SSJ de Vitória da Conquista (Recebimento definitivo)
- Construção da Sede da SSJ Jequié (em fase de conclusão)

- Construção da Sede da SSJ de Guanambi (aguardando descentralização orçamentária)
- Construção da Sede da SSJ de Campo Formoso (em andamento)

UG 090023 – Seção Judiciária do Distrito Federal

Modalidades de contratações: observa-se um grande aumento na modalidade de dispensa. Isso ocorreu devido à contratação emergencial da empresa PH SERVICOS E ADMINISTRACAO LTDA, que assumiu o lugar da empresa SETER em virtude desta ter rescindido o contrato com a administração, por motivo de falência.

Pagamento de pessoal: redução de aproximadamente 64% nos pagamentos de diárias e pequeno acréscimo no pagamento de despesas de pessoal em virtude de pagamentos de “Exercícios Anteriores” de acertos diversos, bem como da PAE dos Magistrados.

Despesas correntes: acréscimo de 16,47% nas despesas com locação de mão de obra em virtude de concessões de reequilíbrios e novas licitações.

Despesas de capital: aquisição de 01 (um) scanner de raio x, marca SMITHS DETECTION HI SCAN 5030 si, no valor de R\$222.696,00, para inspeção de acessos às instalações da Seção Judiciária do Distrito Federal, incluindo garantia de assistência técnica “on-site”, pelo período de 12 meses. Contratação da empresa Elevadores Villarta Ltda., pelo valor de R\$909.999,81, para executar a modernização integral, com atualização tecnológica, dos 4 (quatro) elevadores instalados no edifício-sede II da Justiça Federal de Primeiro Grau no Distrito Federal, localizado no Setor de Autarquias Sul – SAS.

UG 090022 – Seção Judiciária do Estado de Goiás

A força de trabalho, principalmente na área administrativa, não vem acompanhando o ritmo de crescimento da justiça e há carência de mão de obra especializada para atuar nas áreas de planejamento, orçamento, compras, licitação e execução orçamentária e financeira.

Verificaram-se ações que apresentaram problemas na execução por falta de crédito orçamentário:

- Assistência Jurídica a Pessoas Carentes – AJPC. A dotação consignada foi insuficiente, gerando um passivo que vem causando sérios transtornos na prestação Jurisdicional no âmbito dos Juizados Especiais Federais, principalmente quanto às perícias. A insuficiência de créditos resulta em grande demora no pagamento dos serviços já prestados pelos peritos e defensores, gerando insatisfação, reclamação e diversos pedidos de descredenciamento dos profissionais.

- Pagamento de Pessoal Ativo e Inativo. Dotação insuficiente para pagamentos dos passivos de exercícios anteriores.

- Julgamento de Causas. Dotação insuficiente para atender novas despesas de caráter contínuo, principalmente no tocante a terceirização de mão de obra.

UG 090004 – Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Na execução das despesas do exercício 2013 não houve alterações significativas. O montante principal das licitações é gasto no sistema de Pregão Eletrônico Sistema de Registro de Preços.

Os casos de inexigibilidade e dispensa são decorrentes, principalmente no primeiro caso, dos contratos de fornecedoras de água, luz, correios, onde há um aumento natural em virtude do aumento do número de Varas.

Houve dificuldade na realização de despesa quanto ao gasto com projetos para reforma, em virtude do mercado regional ser precário nesse sentido e de ter sido utilizado em dado momento o Sistema de Pregão Eletrônico, que não se mostra eficaz para contratação de tal serviço. No entanto, tal dificuldade já foi superada, com a mudança no procedimento.

UG 090013 – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

A Dotação Orçamentária provisionada para a Justiça Federal de Minas Gerais no exercício de 2013 foi de R\$500.201.802,06, tendo sido utilizado o montante de R\$499.920.108,97, correspondente a 99,94% do total descentralizado.

No decorrer do ano foram efetivamente liquidados/pagos R\$487.936.403,37. O restante, R\$11.983.705,60, foi inscrito em Restos a Pagar.

UG 090021 - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Destaca-se o acréscimo das despesas na ação IVF , devido às instalações de novas varas em Cáceres, Sinop e Juína.

Ao final, pode-se afirmar que a execução das dotações disponibilizadas obedeceu aos princípios que a devem nortear, e que o crédito orçamentário recebido foi 100 % executado.

UG 090003 – Seção Judiciária do Estado do Pará

A movimentação orçamentária no ano de 2013, obedeceu ao previsto na Lei nº 12.798, de 4 de abril de 2013. Não houve movimentação externa. Quanto à movimentação interna observa-se que os créditos recebidos foram aplicados nos programas voltados para a finalidade da instituição que é a prestação jurisdicional, sendo geridos de forma a garantir a execução dos programas 0569 e 089.

UG 090005 – Seção Judiciária do Estado do Piauí

As contratações por inexigibilidade tiveram um aumento significativo em relação ao ano anterior, sendo mais elevadas as despesas com serviços médicos, fornecimento de água e esgoto e publicações no DOU, mais típicas para esta excepcionalidade legal.

Houve decréscimo nas aquisições e contratações por dispensa de licitação, sendo que os valores mais significativos são relativos a despesas com energia elétrica, locação de imóveis (Subseções) e serviços de correspondência, evidenciando uma relativa vantagem.

A despesa com pessoal aumentou em média 10% em razão das novas admissões para atender à instalação da Subseção de São Raimundo Nonato, bem assim a pagamentos de despesas de exercícios anteriores.

A concessão de suprimento de fundos foi inferior ao ano de 2012, sendo o maior volume destinado às Subseções, por não serem unidades executoras diretas da despesa.

UG 090025 – Seção Judiciária do Estado de Rondônia

A execução orçamentária de 2013 não apresentou alteração significativa, digna de registro, em relação a execução orçamentária de 2012.

O Pregão foi a modalidade de licitação utilizada para as contratações, na forma do Decreto 5.450/2005, apenas não aplicável às obras e serviços de engenharia ou às compras e serviços não caracterizados como sendo de natureza comum, na forma da Lei.

As dispensas classificadas no art. 24-II, da Lei 8.666/93, predominam nas contratações dispensáveis. A exceção são os gastos com prestação de serviço de digitalização inerente ao Juizado Especial Virtual, cujo Contrato n. 12/2011 foi formalizado com a Associação de Deficientes Físicos, com supedâneo no artigo 24, inciso XX, da Lei 8.666/93.

UG 090039 – Seção Judiciária do Estado de Roraima

A Seção Judiciária do Estado de Roraima, no exercício de 2013, recebeu dotação orçamentária de R\$ 25.165.928,29 e executou 99,54% desta dotação, ou seja, R\$ 25.049.549,66.

Destacamos na prestação de Assistência Jurídica à Pessoa Carente um aumento de 63,02% no número de assistências pagas.

Deixou de ser liquidado, no exercício de 2013, e será inscrito em Restos a Pagar Não Processados, um total de R\$ 440.469,33, ou seja, 1,76% da despesa.

UG 090038 – Seção Judiciária do Estado do Tocantins

Verifica-se que a maioria absoluta dos recursos recebidos possui aplicação vinculada, sendo que as despesas com Pessoal e Encargos Sociais acrescidas dos investimentos na construção do edifício anexo foram responsáveis pela maioria absoluta da dotação recebida e da respectiva execução, mais de 75% dos valores empenhados no exercício.

Percentual significativo de Outras Despesas Correntes foi destinado a pagamento de Assistência Judiciária a Pessoas Carentes (honorários pagos a peritos médicos, assistentes sociais, defensores dativos e intérpretes), cujos jurisdicionados não poderiam arcar com esse ônus sem prejuízo do seu sustento familiar. Os mutirões de audiência e os Juizados Especiais Federais Itinerantes provocaram incremento extraordinário nas despesas com Assistência Judiciária Gratuita.

A conclusão do Projeto 7K63 Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal de Primeiro Grau no Tocantins resultou em um maior consumo de água, energia e locação de mão de obra para limpeza e vigilância ostensiva das novas instalações.

Do total empenhado na Seção Judiciária do Tocantins, R\$ 31.592.395,53 (73,30%) referem-se ao grupo de despesa Pessoal e Encargos Sociais; R\$10.590.589,43 (24,57%) referem-se a Outras Despesas Correntes e R\$ 915.733,07 (2,12%) referem-se a Investimentos.

4.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

4.2.1 Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO 14 – RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21211.11.00				Fornecedores por Insuficiência de Créditos / Recursos			
Linha Detalhe							
UG		Credor		Saldo em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2013
90002	JF- AM	33909236	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	40.893,79	40.893,79		
		33909239	Outros Serviços De Terceiros - PJ	22.583,93	22.583,93		
		33909293	Indenizações E Restituições	192,16	192,16		
90003	JF- PA	33909236	Outros Servicos De Terceiros - Pessoa Física	964.411,95	1.894.592,07	930.180,12	
		33919247	Obrigacoes Tributarias E Contributivas	192.882,39	378.918,42	186.036,03	
90004	JF - MA	33909236	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	702.551,76	466.295,66		236.256,10
90013	JF-MG	33903610	Perícias Técnicas Justiça Gratuita	1.567.000,00	1.567.000,00		
		33903630	Serviços Médicos E Odontológicos	14.346,00	14.346,00	32.466,76	32.466,76
		33903950	Serv.Médico-Hospital.,Odontol.E Laboratoriais	84.225,00	84.225,00	1.844.182,44	1.844.182,44
		33909214	Diárias - Civil		568,46	568,46	
		33909293	Indenizações E Restituições		17.281,24	17.281,24	
		33909308	Ressarcimento Assistência Médica/Odontológica	34.000,00	34.000,00	51.977,74	51.977,74
90021	JF - MT	33903610	Perícias Técnicas Justiça Gratuita	423.310,00	423.310,00		
90022	JF - GO	33909236	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física		488.604,84	489.604,84	1.000,00
		33909214	Diárias - Civil		32,27	32,27	
90024	JF - AC	33903610	Perícias Técnicas Justiça Gratuita	154.236,13			154.236,13
90037	JF - AP	33909236	Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	69.173,08	69.173,08		
90038	JF - TO	33903610	Perícias Técnicas Justiça Gratuita		19.191,04	19.191,04	
Total				4.269.806,19	5.521.207,96	3.571.520,94	2.320.119,17
Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21215.22.00				Obrigação Tributária por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe							
UG		Credor		Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012
90037	J F - AP	31919213	Obrigações Patronais	4.751,10	4751,1		
		33919247	Obrigações Tributárias e Contributivas	13.834,62	13834,62		
Total				18.585,72	18.585,72		
Identificação da Conta Contábil							
Código SIAFI				Denominação			
21215.22.00				Obrigação Tributária por Insuficiência de Créditos/Recursos			
Linha Detalhe							
UG		Credor		Saldo em 31/12/2011	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo em 31/12/2012
90022	JF - GO	33909214	Diárias - Civil		32,27	64,54	32,27
Total					32,27	64,54	32,27

4.2.1.1 Análise crítica

Em atenção à Nota Técnica/GENOC/CCONT/STN n. 2309/2007, que determina que, ocorrendo o fato gerador, deve-se registrá-lo na contabilidade mediante incorporação de passivo em contrapartida à conta de variação patrimonial passiva, em observância ao disposto no art. 50 da Lei Complementar N. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, aos arts. 89, 100 e 104 da Lei n. 4.320/1964, bem como ao princípio da competência previsto na Resolução n. 750/1993, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, no exercício de 2012, foram registrados no SIAFI os valores devidos aos peritos e defensores dativos, incluindo a competência delegada e a rede credenciada, pela prestação dos serviços médicos e odontológicos sem cobertura orçamentária..

Com a dotação descentralizada em 2013, foi possível quitar todos os passivos inscritos. As Seções Judiciárias do Acre e do Maranhão também quitaram seus passivos e a baixa da obrigação só foi efetuada em 2014

A maioria dos passivos inscritos no exercício de 2013 se refere a despesas com prestação de serviços médicos e odontológicos, pois a dotação foi insuficientes para a liquidar todos os processos faturados da rede credenciada e as solicitações de reembolsos de despesas ocorridos na Seção Judiciária de Minas Gerais.

4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

4.3.1 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores

QUADRO 15 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscrito	Cancelado	Pago	A Pagar
2012	2.963.305,91	69.276,04	2.693.735,01	200.294,86
090027/TRF1	865.314,81	6.268,78	840.226,22	18.819,81
090002/JFAM	180.027,07	2.531,54	175.964,97	1.530,56
090003/JFPA	339.829,19	218,00	338.146,47	1.464,72
090004/JFMA	467.624,26		407.815,92	59.808,34
090005/JFPI	20.813,67		20.813,67	-
090012/JFBA	251.789,94		191.972,25	59.817,69
090022/JFGO	4.805,15		4.805,15	-
090023/JFDF	115.551,72		77.658,02	37.893,70
090025/JFRO	510.411,77	47.820,90	462.116,18	474,69
090037/JFAP	114.206,49	12.018,07	81.703,07	20.485,35
090038/JFTO	1.297,91	418,75	879,16	-
090039/JFRR	91.633,93		91.633,93	-
2011	1.512.235,54	43.763,95	1.453.497,61	14.973,98
090002/JFAM	82.612,70	40.167,71	42.444,99	-
090003/JFPA	892.535,63	-	892.535,63	-
090004/JFMA	189.271,08		175.754,50	13.516,58
090012/JFBA	207.520,10	50,00	207.470,10	-

090025/JFRO	139.072,54	3.546,24	134.068,90	1.457,40
090037/JFAP	1.217,32	-	1.217,32	-
090039/JFRR	6,17	-	6,17	-
2010	899.561,48	6.330,33	887.968,98	5.262,17
090023/JFDF	552.495,34	2.645,61	549.849,73	-
090025/JF/RO	347.066,14	3.684,72	338.119,25	5.262,17
2009	237.230,29	7.723,56	227.100,36	2.406,37
090002/JFAM	76.702,01	2.140,23	74.561,78	-
090004/JFMA	131.144,27	-	128.952,17	2.192,10
090025/JFRO	29.384,01	5.583,33	23.586,41	214,27
2008	53.023,95	9.499,49	43.524,46	-
090002/JFAM	28.404,05	122,60	28.281,45	-
090025/JFRO	24.619,90	9.376,89	15.243,01	-
Restos A Pagar Não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2012	270.583.387,90	3.713.598,07	72.441.395,77	194.428.394,06
090027/TRF1	85.036.774,24	1.044.523,03	25.258.190,58	58.734.060,63
090049/TRF1-Prec. RPVs	129.759.555,80	-	225.120,90	129.534.434,90
090002/JFAM	1.537.547,41	88.715,77	1.260.844,32	187.987,32
090003/JFPA	3.770.943,02	171.722,84	3.537.431,14	61.789,04
090004/JFMA	2.851.560,66	89.237,08	2.474.594,53	287.729,05
090005/JFPI	1.482.210,41	129.385,39	1.222.581,67	130.243,35
090012/JFBA	13.390.379,71	617.539,72	10.465.207,05	2.307.632,94
090013/JFMG	10.503.341,79	317.992,93	10.152.943,93	32.404,93
090021/JFMT	5.344.301,92	712.478,93	4.274.520,86	357.302,13
090022/JFGO	4.348.334,54	15.752,69	3.010.559,60	1.322.022,25
090023/JFDF	4.046.483,86	132.493,03	3.581.491,58	332.499,25
090024/JFAC	551.730,09	3.796,59	432.363,10	115.570,40
090025/JFRO	1.173.497,90	112.957,09	925.239,58	135.301,23
090037/JFAP	473.323,92	75.714,53	392.294,79	5.314,60
090038/JFTO	3.153.967,48	56.897,56	3.075.608,10	21.461,82
090039/JFRR	3.159.435,15	144.390,89	2.152.404,04	862.640,22
2011	394.543.053,99	281.054.220,23	90.451.082,29	23.037.751,47
090027/TRF1	42.064.364,72	2.084.494,24	24.169.894,98	15.809.975,50
090049/TRF1-Prec. RPVs	285.052.701,29	274.768.273,45	3.711.971,94	6.572.455,90
090002/JFAM	1.198.707,08	95.727,56	1.102.679,52	300,00
090003/JFPA	3.435.113,13	176.886,34	3.230.568,64	27.658,15
090004/JFMA	2.941.209,05	403.520,27	2.487.855,75	49.833,03
090005/JFPI	1.903.698,32	182.287,93	1.721.410,39	-
090012/JFBA	19.045.847,68	1.241.614,40	17.560.227,81	244.005,47
090013/JFMG	8.267.041,80	325.424,46	7.941.617,34	-
090021/JFMT	3.382.023,19	118.167,21	2.945.765,39	318.090,59
090022/JFGO	3.216.312,66	260.654,28	2.955.658,38	-
090023/JFDF	3.184.356,37	392.941,80	2.791.414,57	-
090024/JFAC	719.776,16	39.112,40	680.663,76	-
090025/JFRO	1.525.339,11	59.408,19	1.463.521,46	2.409,46
090037/JFAP	10.948.513,30	704.042,83	10.244.051,92	418,55
090038/JFTO	2.606.868,60	79.173,63	2.527.694,97	-

090039/JFRR	5.051.181,53	122.491,24	4.916.085,47	12.604,82
2010	130.930.342,89	5.072.735,21	113.216.104,76	12.641.502,92
090027/TRF1	118.355.380,44	3.386.094,73	102.344.104,38	12.625.181,33
090002/JFAM	1.265.723,50	445.899,90	819.823,60	-
090004/JFMA	2.403.919,33	113.199,02	2.289.985,05	735,26
090012/JFBA	7.398.569,08	926.191,27	6.472.167,81	210,00
090025/JFRO	639.905,30	91.049,86	548.455,44	400,00
090039/JFRR	866.845,24	110.300,43	741.568,48	14.976,33
2009	48.260.395,97	6.664.114,26	40.822.733,40	773.548,31
090027/TRF1	44.233.234,52	6.558.590,26	36.906.585,95	768.058,31
090002/JFAM	1.106.917,15	40.093,76	1.061.333,39	5.490,00
090004/JFMA	2.920.244,30	65.430,24	2.854.814,06	-
2008	40.281.672,03	6.695.703,84	32.936.821,40	649.146,79
090027/TRF1	37.576.396,43	6.535.615,75	30.407.363,35	633.417,33
090004/JFMA	1.268.136,99	60.801,48	1.191.606,05	15.729,46
090039/JFRR	1.437.138,61	99.286,61	1.337.852,00	-
2007	60.680.103,09	7.103.173,28	53.517.762,03	59.167,78
090027/TRF1	60.680.103,09	7.103.173,28	53.517.762,03	59.167,78

Fonte: SIAFI Gerencial

4.3.1.1 Análise crítica

UG 090024 – Seção Judiciária do Estado do Acre

Do total empenhado em 2012, no valor de R\$ 4.010.508,98, apenas o percentual aproximado de 13,76% (R\$ 551,730,09) foi inscrito em Restos a Pagar, para pagamento/liquidação em 2013, em razão dos seguintes fatos:

a) existência de processos administrativos pendentes de pagamento em por atraso na entrega do objeto contrato, fornecimento parcial ou devolução de materiais/equipamentos por não atenderem às especificações do edital, apresentação de faturas com incorreções e pela realização de conferência minuciosa para realização do recebimento do bem ou serviço;

b) licitações concluídas entre os meses de novembro e dezembro, estando os fornecedores dentro dos prazos de entrega dos bens/serviços;

c) solicitações de dilação de prazos na entrega de alguns bens, notadamente no que diz respeito a material permanente e de consumo;

d) pagamento dos contratos de natureza continuada referentes ao mês de dezembro, cujas faturas, por força de cláusula contratual, somente podem ser pagas no início do mês subsequente;

e) liberação de recursos para quitação de valores referentes a honorários periciais do Programa de Trabalho AJPC no final do exercício.

Da referida inscrição, foram cancelados R\$ 32.108,74 referentes a contratos/notas de empenho de 2011. Desse montante, aproximadamente, 43,18% (R\$ 13.864,07) se referem ao contrato de fornecimento de passagens aéreas, cuja contratada, apesar de reiteradamente notificada a apresentar as faturas de pagamento, até o momento não se dignou em apresentá-las. O restante, 56,82% (R\$ 18.244,67) se refere a sobras orçamentárias dos contratos/empenhos estimativos, tais como publicações na Imprensa Nacional, serviços de correspondência dos Correios, serviços de telefonia, dentre outros.

Esta UG possui vários empenhos inscritos em Restos a Pagar em 2012, ainda pendentes de liquidação,

em maioria se referem a contratos/empenhos estimativos, não sendo raro, especialmente, no que tange aos contratos de telefonia apresentação de faturas para pagamento num exercício, mas cuja despesa aconteceu em anos anteriores. Por essa razão, será realizada uma análise pormenorizada de cada inscrição, cancelando as desnecessárias e reescrevendo em Restos a Pagar as demais.

UG 090002 – Seção Judiciária do Estado do Amazonas

As prorrogações dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores decorreram dos seguintes fatos:

- a) existência de processos administrativos pendentes de pagamento, aguardando entrega de material/equipamento, apresentação de faturas, conferência ou atesto;
- b) licitações concluídas entre os meses de novembro e dezembro;
- c) solicitações de dilação de prazos na entrega de bens, notadamente no que respeita a materiais diversos e atraso na execução de serviços;
- d) contratação de empresas encarregadas da execução de serviços em data próxima ao encerramento do exercício 2013.

UG 090037 – Seção Judiciária do Estado do Amapá

Para o exercício de 2013, não houve prorrogação de despesas inscritas em Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores. No período, os Restos a Pagar transferidos de exercícios anteriores foram totalmente pagos ou cancelados e os pagamentos não impactaram a gestão financeira da Unidade Jurisdicionada, haja vista que os recursos foram disponibilizados nos respectivos exercícios de inscrição.

Em relação aos Restos a Pagar Processados, o valor irrisório transferido para o exercício e que permaneceu pendente até 31/12/2013 corresponde à provisão de encargos trabalhistas de empresa que não abriu conta vinculada bloqueada para o depósito dos valores retidos.

Não existe registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI como “vigentes” valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores a 2013, sem que sua vigência tenha sido prorrogada.

UG 090012 – Seção Judiciária do Estado da Bahia

Análise da execução de restos a pagar durante 2011:

Do total de R\$ 7,3 milhões inscritos em restos a pagar ao fim de 2010, verifica-se que R\$ 6,4 milhões foram efetivamente pagos em 2011, gerando um percentual de aproveitamento dos créditos inscritos de aproximadamente 86%, sendo que outros 3,75% dos restos a pagar de 2010 passaram para 2012. Tais pendências de 2010 eram de saldos de reformas e obras que não puderam ser concluídas até o fim de 2011, sendo os principais valores: R\$ 171.954,81 (Neves Weber Construtora e Incorporadora — resíduo da obra da 1ª etapa de construção da sede de Jequié; R\$ 66.595,69 da empresa RCI Construção e Meio Ambiente Ltda. - reforma do prédio do JEF; e R\$ 8.549,61 da Consute Construções Ltda. - saldo das correções de infiltrações do prédio do JEF).

As demais pendências que existiam com empenhos provenientes de 2009 e 2008 foram sanadas em 2011 (término da obra de reforma da entrada principal empenhada à Tera Ltda, além da entrega do

projeto pela JCA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA relativo à obra de construção do edifício sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana, e entrega de projeto pela WEGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA referente à construção do prédio Anexo), não restando saldos dos citados exercícios para serem reinscritos ao fim de 2011.

Análise do volume inscrito ao fim do exercício de 2011:

Durante 2011 melhorou a execução dos restos a pagar de exercícios anteriores, tendo quase todos os saldos (de exercícios anteriores a 2011) sido zerados, restando poucas pendências de exercício anteriores.

Chama a atenção o aumento no volume inscrito em restos a pagar ao fim de 2011, em relação à média que vinha sendo inscrita, nos anos anteriores. Total inscrito: R\$ 19.045.847,68 (mais que o dobro do exercício anterior), correspondente a 6,7% da dotação anual.

O aumento justifica-se pelo recebimento em 2011 de dotações orçamentárias destinadas às construções de sedes de Subseções Judiciárias no interior da Bahia (Feira de Santana - R\$ 10 milhões, 2ª etapa de Jequié - R\$ 1.579.313,75, e Vitória da Conquista, que inscreveu R\$ 290.283,80 para atender reajuste do contrato nº 56/2009, sendo que parte está pendente até hoje de pagamento devido às inconformidades verificadas nas vistorias feitas ao fim da construção, que impediram o recebimento da obra).

As obras de construções das sedes de Feira de Santana e Jequié só puderam ser licitadas no último trimestre de 2011, e os empenhos foram inscritos em restos a pagar. O atraso para iniciar as Concorrências ocorreu em função da demora na conclusão e liberação dos projetos de engenharia.

A possibilidade de manter inscritos saldos de restos a pagar por mais de um exercício financeiro (ou seja, de 2011 até 2013) foi crucial principalmente para atender o cronograma físico da obra de construção da sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana – obra iniciada em 12/12/2011, com inauguração prevista para fevereiro de 2014.

Em relação aos demais valores inscritos em restos a pagar ao fim de 2011 (que não se referiam a obras nem reformas), os quais somaram R\$ 7.176.250,13, foram destinados ao pagamento de faturas de dezembro de contratos e serviços, compras de móveis e equipamentos (R\$ 1.279.916,57 foram investidos no imobilizado), entre outras despesas. Importante ressaltar que este montante de R\$ 7 milhões mostra-se compatível com o mesmo volume de crédito inscrito nos anos anteriores, relativo às mesmas despesas (ou seja, excetuando os créditos das obras, a seccional vem inscrevendo em restos a pagar o mesmo valor, nos últimos exercícios).

Análise da execução de restos a pagar durante 2012:

Importante destacar a execução dos restos a pagar de 2011: dos R\$ 19.045.847,68 milhões inscritos no final de 2011, R\$ 15.180.948,38 (79%) foram liquidados no decorrer de 2012, e R\$ 2.721.804,06 permaneceram inscritos até 2013.

Dentro dos R\$ 2.721.804,06 do saldo de 2011 mantido até 2013, R\$ 2.279.714,90 eram da empresa ATIVA para fazer face às medições previstas para 2013 da obra de construção da sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana.

Outros principais saldos de 2011 mantidos até 2013 referiam-se à obra de construção da sede da Subseção Judiciária de Vitória da Conquista, cujo montante pendente de liquidação era de R\$ 198.347,73 ao fim de 2011, mais R\$ 19.643,55 da reforma de imóvel onde funciona a Subseção de Teixeira de Freitas e R\$ 60.885,00 de um projeto para acessibilidade que teve problema para ser executado, e o saldo veio a ser cancelado em 2013, com penalidade à empresa contratada.

Resumo dos saldos empenhados em 2011 mantidos em restos a pagar até 2013:

	Inscrição em restos a pagar ao fim de 2011	Saldo que restou ao fim de 2012 e foi reinscrito	Saldos de 2011 – Posição ao fim de 2013
--	--	--	---

Obra de Feira de Santana	10.000.000,00	2.279.714,90	199.335,53
Obra de Jequié	1.579.313,75	0,00	-
Obra de Vitória da Conquista	290.283,80	198.347,73	37.911,89
Outras despesas (equip. materiais e serviços)	7.176.250,13	243.741,43	6.758,05
	R\$ 19.045.847,68 montante inscrito em restos a pagar ao fim de 2011	R\$ 2.721.804,06 saldo de 2011 que permaneceu inscrito até 2013	R\$ 244.005,47 Total de 2011 que passou a liquidar em 2014

A possibilidade de reinscrição em restos a pagar permitiu o aproveitamento dos créditos para cumprir o cronograma estipulado para cada obra. Já o montante empenhado em 2011 para a construção da sede da Subseção Judiciária de Jequié foi 100% pago em 2012, tendo esta obra recebido aporte de mais R\$ 3 milhões em 2012. Quanto ao cronograma físico desta obra, foi 33% executado em 2012, quando o previsto era de 25%.

O orçamento de 2012 contemplou mais dotação para as obras em andamento de Jequié e Feira de Santana. Como a dotação de 2011 de Jequié esgotou (foi toda utilizada), a dotação enviada em 2012 começou a ser usada para os pagamentos da obra, enquanto que os pagamentos de Feira continuaram usando saldo do empenho de 2011, ao longo de 2012.

Também novas obras foram contempladas no Orçamento de 2012: construção de sede da Subseção Judiciária de Campo Formoso e construção do Prédio Anexo na Seção Judiciária da Bahia, em Salvador. Como o início destas obras ficou programado para março de 2013, os valores provisionados em 2012 foram inscritos em restos a pagar.

Análise do volume de crédito inscrito em restos a pagar ao fim de 2012:

Ao fim de 2012 o total inscrito em restos a pagar alcançou R\$ 16.103.175,47, sendo necessário discriminar que R\$ 2.712.795,76 eram provenientes do exercício de 2011, que permaneceram inscritos para liquidação em 2013, sendo que a maior parte do saldo transcrito proveniente de 2011 (ou seja, 83,7% do saldo de 2011) refere-se à obra de construção da sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana, iniciada em 12/12/2011, com recebimento definitivo previsto para 2014, e 7% relacionava-se às pendências finais da obra de construção da sede da Subseção de Vitória da Conquista. Os demais saldos empenhados em 2011 reinscritos ao fim de 2012 referiram-se às demais aquisições e contratações que ainda não tinham sido liquidadas, além de saldos de contratos de locação de mão de obra que apresentaram problemas durante a execução, além de reajustes provisionados. Deste modo, abatendo os saldos provenientes do orçamento de 2011, os valores originados (empenhados) em 2012 inscritos em restos a pagar ao fim do ano totalizaram R\$ 13.390.379,71 e representou apenas 5,2% de todo o orçamento recebido em 2012, sendo que 94,8% da dotação de 2012 foi executada durante o próprio exercício. Dentro do montante inscrito em restos a pagar, os móveis e equipamentos comprados em 2012 especialmente para equipar novas Varas criadas representavam R\$ 740.108,02. Dos R\$ 6.838.522,00 recebidos em dotação para obras em 2012, foram inscritos em restos a pagar R\$ 5.870.722,34. No caso da obra de Feira de Santana, as medições ao longo de 2012 foram pagas com saldo do empenho de 2011 inscrito em restos a pagar. Assim, a dotação enviada em 2012 para esta obra foi totalmente inscrita em restos a pagar, para aproveitamento em 2013, de acordo com o cronograma físico-financeiro. A obra de Jequié iniciou em 23/04/2012 e teve medições ao longo do exercício, sobrando saldo para inscrição ao fim do ano, de acordo com o cronograma. As obras de Campo Formoso e reforma de Eunápolis, empenhadas ao fim de 2012, tiveram as primeiras medições em 2013. A dotação para a construção do prédio anexo em Salvador não pôde ser utilizada, pois a obra ainda não iniciou.

Análise da execução de restos a pagar durante 2013:

Do total de R\$ 2.712.795,76 de empenhos de 2011 que foram mantidos até 2013, R\$ 2.279.714,90 referiam-se exclusivamente à obra de construção da sede da Subseção Judiciária de Feira de Santana,

cujas medições em 2013 perfizeram o total de R\$ 2.079.972,73, devidamente pago, restando um saldo para ser executado em 2014 de R\$ 199.335,53 relativos a esta obra.

Percebe-se que este valor representa quase a totalidade dos restos a pagar de 2011 que permaneceram para pagamento em 2014, pois, ao fim de 2013 o saldo transposto para 2014 (proveniente de 2011) foi de R\$ 244.005,47, incluindo neste montante o valor residual da obra de Feira de Santana, já citado.

Assim, 91% do saldo de 2011 mantido em restos a pagar até 2013 foi pago em 2013, persistindo pendências que impediram o pagamento até 31/12/13, sendo a principal relativa à obra de Feira de Santana.

A referida obra encontra-se em fase de conclusão de atividades, com previsão de inauguração para fevereiro de 2014, após saneamento de pendências apontadas em vistorias.

Já em relação aos valores empenhados em 2012, o total inscrito em restos a pagar ao fim do mesmo exercício totalizou R\$ 13.390.379,71, sendo que 78% deste valor foi pago em 2013, restando ainda, ao fim de 2013, mais de R\$ 2 milhões de saldo de empenhos de 2012 para serem utilizados em 2014, sendo necessário melhor acompanhamento para evitar inscrição ou prolongamento de saldos por mais de um exercício ou inscrição de valores que não venham a ser utilizados.

Os grandes valores de obras descentralizados em 2013 não constavam inicialmente da proposta orçamentária da Bahia.

A obra de Campo Formoso, iniciada em 04/03/2013, já estava sendo desmobilizada, reduzindo as frentes de trabalho, quando houve a descentralização de R\$ 5.274.257,00 milhões em 23/12/2013, proveniente de crédito remanejado da obra do TRF1 – crédito este inscrito em restos a pagar para início da utilização em 2014.

A obra em andamento de construção da sede da Subseção Judiciária de Jequié recebeu dotação em julho e outra parte também ao final de dezembro.

Os valores inscritos em restos a pagar acompanham o cronograma físico-financeiro das obras.

UG 090023 – Seção Judiciária do Distrito Federal

Análise/justificativas para a permanência de saldos de restos a pagar de exercícios anteriores:

A estratégia de pagamento está amparada em dispositivos legais (Lei 4.320/64 e outros), qual seja: na medida em que ocorre o adimplemento da obrigação por parte do credor e de acordo com a disponibilidade financeira, obedecido o cronograma de desembolso da SJDF e demais órgãos descentralizadores de créditos/recursos.

O impacto da execução financeira de “Restos a Pagar” na gestão financeira da UJ restringe-se apenas ao desembolso do montante pago, não sendo observados quaisquer outros impactos relacionados a execução do exercício.

Razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de “Restos a Pagar Processados” e “Não Processados” por mais de um exercício financeiro: pendências de faturamentos; processos que estavam sendo apreciados com expectativa de aplicação de penalidades ou rescisão contratual; Empenhos de pessoal aguardando processos que se encaixem no elemento de despesa.

Existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a “Restos a Pagar” de exercícios anteriores sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto: Não há a situação, visto que os empenhos inscritos em Restos a Pagar da SJDF estão amparados pelos Decretos nº 7.468/2011 e 7.654/2011.

Eventos negativos que prejudicaram a gestão de Restos a Pagar: Atrasos na entrega do objeto contra-

tado; Comprometimento da força de trabalho em relação a um processo já empenhado e na maioria das vezes liquidado no exercício anterior, quando os esforços deveriam concentrar-se no exercício vigente; Descentralização de créditos nos últimos dias do exercício financeiro. Isso ocasionou a inscrição de grande parte dos empenhos inscritos em Restos a Pagar, uma vez que não há tempo hábil para a liquidação e pagamentos das despesas; Impactos financeiros no exercício de pagamento dos empenhos inscritos.

Eventos positivos que facilitaram a gestão de Restos a Pagar: Possibilidades de consultas diversas via Siafi Gerencial.

UG 090022 – Seção Judiciária do Estado de Goiás

As inscrições em restos a pagar e as respectivas prorrogações foram motivadas pelos seguintes fatores:

- a) existência de processos administrativos pendentes de pagamento, aguardando entrega de material/equipamento, apresentação de faturas, conferência ou atesto;
- b) licitações concluídas entre os meses de novembro e dezembro;
- c) solicitações de dilação de prazos na entrega de bens, notadamente no que diz respeito a materiais diversos e atraso na execução de serviços;
- d) contratação de empresas encarregadas da execução de obras em data próxima ao encerramento do exercício 2012/2013;
- e) pendências relacionadas à regularidade fiscal das empresas contratadas;
- f) pendências de recolhimento de multas, que aguardavam decisão quanto à aplicabilidade e deliberação quanto a recursos interpostos pelas contratadas.

As despesas de restos a pagar processados tiveram seus pagamentos efetuados em quase sua totalidade, ocorrendo percentual mínimo de cancelamentos.

A Seccional vem envidando esforços para melhorar o controle de gestão de contratos para que a inscrição de restos a pagar fique mais próxima da realidade.

UG 090004 – Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Em virtude da falta de pessoal na área administrativa, notadamente nos setores onde é necessário a cobrança dos fornecedores pelos executores dos Contratos, a falta de pessoal gera dificuldade no cumprimento integral de determinadas obrigações, que causam atraso no fornecimento do serviço e conseqüentemente na liquidação. Quanto aos processos liquidados a pagar é em virtude de material entregues no final do ano, mas que não foi feito o pagamento por falta de tempo em virtude da liberação orçamentária ter sido efetivada no final do exercício.

UG 090013 – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

Os empenhos abaixo relacionados foram reinscritos em Restos a Pagar Não Processados a Pagar em 2013 e os pagamentos ocorrerão a partir de 2014:

- a) Nota de Empenho: 2012NE000192; Valor: R\$4.100,00; Favorecido: WE ENGENHARIA DE AVALIACOES LTDA; Objeto Contratado: Elaboração de projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico para a Subseção Judiciária de Contagem; Justificativa para reinscrição em Restos a Pagar: A contratada concluiu o projeto no prazo avençado e também protocolizou o projeto junto ao Corpo de Bombeiros Militar de

MG. Entretanto, o Corpo de Bombeiros não aprovou o projeto até 31/12/13.

b) Nota de Empenho: 2012NE002321; Valor: R\$28.304,93; Favorecido: J.V.C. ENGENHARIA LTDA – EPP; Objeto Contratado: Construção de cantina no imóvel sede da Subseção Judiciária de Juiz de Fora; Justificativa para reinscrição em Restos a Pagar: Considerando as pendências e irregularidades no objeto contratado. Foi autuado o processo administrativo 21/2014 para apuração da inadimplência da contratada na execução contrato.

UG 090021 – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Ressalta-se que os valores inscritos em restos a pagar não processados (aproximadamente 1 % da dotação empenhada), são basicamente as despesas com contratos continuados (competência de dezembro e no aguardo de faturamento), outras prestações de serviços pendentes de adimplemento, assim como as execuções das obras em andamento.

UG 090003 – Seção Judiciária do Estado do Pará

A UJ vem procedendo ao pagamento dos restos a pagar conforme planejamento orçamentário. O maior valor referente ao ano de 2013 decorre da 1ª etapa da construção da sede de Santarém. Não há restos a pagar sem vigência prorrogada, conforme Decreto 7.468/2011.

UG 090005 – Seção Judiciária do Estado do Piauí

Do montante inscrito em 2011(R\$1.394.353,34), 83% dos RPs não processados foram realizados. Ressalta-se o esforço da gestão financeira desta Unidade Gestora no sentido de realizar a execução dos restos a pagar, o que se evidencia pelo pagamento significativo dos restos a pagar processados e não processados e pelo volume de cancelamentos efetuados, haja vista o interesse da Administração Pública. A permanência de RP não processado em mais de um exercício financeiro decorre, preponderantemente, do lapso temporal entre a emissão de empenho e o correspondente pagamento, em especial quanto às repactuações dos contratos vigentes, bem como as contratações realizadas no segundo semestre para aquisições de materiais ou serviço porque os prazos para entrega ultrapassam o exercício em curso.

Em relação ao saldo R\$2.026.799,30 inscrito em RP em 2012, R\$1.903.698,32 se trata de RPs não processados de 2011, R\$41.327,94, se refere a RP processados e R\$ 81.773,04 de reinscrição de RP não processado do exercício 2010, sendo que estes saldos, na sua maioria, são resultados de reservas para cobertura de reajustes contratuais (2010NE00017/ 2010NE00018/ 2010NE00045/ 2010NE00065/ 2010NE000130/ 2010NE000418/ 2010NE000516/ 2010NE000594), já aqueles resultam de licitações corridas, na maior parte, no segundo semestre para aquisição de material e contratação de serviço, tais como a contratação da reforma da Subseção de Floriano/PI (2011NE000916), a reforma do estacionamento (2011NE000919), a pintura do auditório(2011NE000981), e a reforma do CENAJUS(2011NE001006).

Em atenção ao saldo a pagar de RPs não processados de 2013 a liquidar, no total de R\$130.243,35, merece atenção o RP 2012NE00367, com saldo a pagar de R\$28.710,70. Tal valor encontra-se em aberto tendo em vista que parte do objeto contratado não teve, até o fechamento do exercício de 2013, o recebimento definitivo.

Importa destacar ainda que o montante inscrito em 2013 em restos a pagar não processado dobrou em relação ao ano de 2011. Quanto aos RPs não processados de 2012 diminuiu em 22% em relação ao que foi inscrito em 2011.

UG 090025 – Seção Judiciária do Estado de Rondônia

A Seção Judiciária de Rondônia busca, ao máximo, liquidar e pagar as despesas inscritas em Restos a Pagar, de modo a evitar a sua reinscrição. A medida vem se mostrando eficaz, minimizando os efeitos do impacto financeiro dos pagamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores, para a UJ.

O Tribunal vem aprimorando seus procedimentos de controle, com o uso do sistema de Controle de Execução Orçamentária – e-Orçamento, que exige informações de projeção dos gastos pelos gestores dos contratos, resultando na inscrição de restos a pagar mais próxima da realidade.

O impacto da execução financeira de RP pela UJ restringe-se às dificuldades na administração dos recursos recebidos, referentes ao orçamento do exercício anterior, concomitantemente com a execução dos recursos vinculados ao orçamento do exercício corrente, uma vez que são contabilizados no SIAFI em única conta contábil de limite de saque, dificultando sobremaneira a gestão financeira.

UG 090039 – Seção Judiciária do Estado de Roraima

No exercício de 2013, foram reinscritos na conta de Restos a Pagar não Processados a Liquidar empenhos emitidos nos exercícios de 2008, 2010 e 2011, no valor total de R\$ 1.273.828,95.

92,11% dessas despesas estavam relacionadas ao projeto e reforma do Edifício-Sede da Seção Judiciária de Roraima.

Do valor citado no parágrafo primeiro, foram liquidados R\$ 1.140.903,53, ou seja, 89,56%, bem como cancelados R\$ 105.622,36 e não liquidados R\$ 27.581,15.

UG 090038 – Seção Judiciária do Estado do Tocantins

As prorrogações dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores decorreram da publicação dos Decretos 7.468, de 28/4/2011 e 7.654, de 23/12/2011.

As inscrições e as respectivas prorrogações foram motivadas pelos seguintes fatos:

- a) existência de processos administrativos pendentes de pagamento, aguardando entrega de material/equipamento, apresentação de faturas, conferência ou atesto;
- b) licitações concluídas entre os meses de novembro e dezembro;
- c) solicitações de dilação de prazos na entrega de bens, notadamente no que respeita a materiais diversos e atraso na execução de serviços;
- d) contratação de empresas encarregadas da execução de obras em data próxima ao encerramento do exercício 2011;
- e) pendências relacionadas à regularidade fiscal das empresas contratadas;

As despesas de restos a pagar processados tiveram seus pagamentos efetuados em quase sua totalidade, ocorrendo percentual mínimo de cancelamentos.

Em relação aos restos a pagar não processados de anos anteriores a 2012, observa-se volume razoável de cancelamentos com vistas a atender ao Decreto 7.468, de 28/4/2011.

A participação dos valores inscritos em Restos a Pagar no total da despesa realizada no exercício de 2012 foi de 7,31% (R\$ 3.153.967,48/R\$ 43.098.718,03).

A participação dos valores inscritos em Restos a Pagar no total da despesa realizada no exercício de 2011 foi de 6,27% (R\$ 2.606.868,60/R\$ 41.565.912,97).

O crescimento dos valores inscritos em Restos a Pagar está associado à execução do Projeto 7K63 - Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas. As faturas dos serviços de fiscalização e execução da obra, referentes ao mês de dezembro, normalmente são pagas em janeiro do ano seguinte, à conta de Restos a Pagar. O projeto foi finalizado em 2013, inclusive já foi feito o recebimento definitivo da obra.

A inscrição e a prorrogação de valores em Restos a Pagar se dá, na maioria dos casos, em função de atraso na entrega dos objetos contratados, principalmente depois que a Seccional adotou o Pregão Eletrônico como forma prioritária de licitação. É interessante destacar a localização geográfica desta Seccional, distante dos principais grandes centros nacionais fornecedores de bens e serviços, o que justifica eventuais atrasos.

UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

As prorrogações dos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar em exercícios anteriores decorreram da publicação do Decreto 7.680, de 17/2/2012.

As inscrições e as respectivas prorrogações foram motivadas pelos seguintes fatos:

- a) existência de processos administrativos pendentes de pagamento, aguardando entrega de material/equipamento, apresentação de faturas, conferência ou atesto;
- b) licitações concluídas entre os meses de novembro e dezembro;
- c) solicitações de dilação de prazos na entrega de bens, notadamente no que respeita a materiais diversos e atraso na execução de serviços;
- d) contratação de empresas encarregadas da execução de obras em data próxima ao encerramento do exercício 2013;
- e) pendências relacionadas à regularidade fiscal das empresas contratadas;
- f) pendências de recolhimento de multas, que aguardavam decisão quanto à aplicabilidade e deliberação quanto a recursos interpostos pelas contratadas;
- g) requisições de pequeno valor autuadas no mês de dezembro.

As despesas de restos a pagar processados tiveram seus pagamentos efetuados em quase sua totalidade, ocorrendo percentual mínimo de cancelamentos.

O Tribunal vem aprimorando seus procedimentos de controle, com a introdução do sistema de Controle de Execução Orçamentária – CEO, que exige informações de projeção dos gastos pelos gestores dos contratos, resultando na inscrição de restos a pagar mais próxima da realidade.

A estratégia de pagamento dos restos a pagar está amparada em dispositivos legais (Lei 4.320/1964, Decreto 93.872/1986, entre outros). Assim, os pagamentos são efetuados à medida que ocorre o adimplemento da obrigação por parte do credor e de acordo com a disponibilidade financeira.

O impacto da execução financeira de RP pela UJ restringe-se às dificuldades na administração dos recursos recebidos, referentes ao orçamento do exercício anterior, concomitantemente com a execução dos recursos vinculados ao orçamento do exercício corrente, uma vez que são contabilizados no SIAFI em única conta contábil de limite de saque, dificultando sobremaneira a gestão financeira.

Por outro lado, não foram observadas limitações ao recebimento dos valores inscritos como a receber no exercício subsequente, e as transferências foram efetuadas de acordo com o cronograma de desembolso financeiro estabelecido pela Setorial Financeira e pelos demais órgãos descentralizadores de créditos/recursos.

4.4 Suprimento de fundos

4.4.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio de conta tipo “B” – série histórica

QUADRO 16 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE CONTA TIPO “B” – SÉRIE HISTÓRICA

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos		
	Conta Tipo B	
090024/AC - Exercício	Quantidade	Valor
2013	2	552,38
2012	14	4.013,65
2011	12	6.683,38
2010	8	1.359,40
090002/AM - Exercício	Quantidade	Valor
2013	5	10.416,51
2012	6	11.300,00
2011	5	7.100,00
2010	8	8.700,00
090037/AP - Exercício	Quantidade	Valor
2013	10	18.599,80
2012	12	27.713,10
2011	10	18.691,36
2010	5	9.984,75
090012/BA - Exercício	Quantidade	Valor
2013	70	112.449,70
2012	65	111.820,39
2011	71	143.864,42
2010	59	128.232,93
090023/DF - Exercício	Quantidade	Valor
2013	18	73.620,54
2012	18	55.039,21
2011	14	42.841,52
2010	14	38.366,87
090022/GO - Exercício	Quantidade	Valor
2013	28	41.502,45
2012	28	41.177,31
2011	13	18.259,67
2010	13	7.176,81
090004/MA - Exercício	Quantidade	Valor
2013	44	115.288,73
2012	33	113.123,97
2011	46	89.004,42
2010	49	66.373,62
090013/MG - Exercício	Quantidade	Valor
2013	191	125.812,47
2012	187	121.279,58

2011	172	110.170,04
2010	112	60.683,65
090021/MT - Exercício	Quantidade	Valor
2013	44	91.199,03
2012	36	49.849,66
2011	34	28.132,48
2010	28	21.631,96
090003/PA - Exercício	Quantidade	Valor
2013	32	48.950,00
2012	35	37.070,34
2011	27	24.384,17
2010	25	19.779,32
090005/PI - Exercício	Quantidade	Valor
2013	20	55.200,00
2012	28	67.900,00
2011	28	62.200,00
2010	22	43.400,00
090025/RO - Exercício	Quantidade	Valor
2013	15	70.011,87
2012	17	66.766,74
2011	16	65.611,82
2010	15	56.810,00
090039/RR - Exercício	Quantidade	Valor
2013	9	1.525,95
2012	10	3.685,50
2011	8	2.458,93
2010	4	640,32
090038/TO - Exercício	Quantidade	Valor
2013	24	14.869,69
2012	22	15.165,15
2011	18	15.921,27
2010	19	14.110,13
090027/TRF1 - Exercício	Quantidade	Valor
2013	48	59.679,18
2012	22	30.258,36
2011	28	15.090,54
2010	18	24.899,06
TOTAL - Exercício	Quantidade	Valor
2013	560	839.678,30
2012	533	756.162,96
2011	502	650.414,02
2010	399	502.148,82

4.4.2 Suprimento de fundos – conta tipo “B” – UG e suprido

**QUADRO 17 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS
POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”)**

Código UG1: 090024		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Acre					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Arivaldo Chagas De Melo	434099202-00	2013NE000098	15/03/2013	339030	Art. 45/01 DEC 93872/86	86/2013	50,24
Arivaldo Chagas De Melo	434099202-00	2013NE000380	27/09/2013	339030	Art. 45/01 DEC 93872/86	356/2013	472,41
Arivaldo Chagas De Melo	434099202-00	2013NE000383	27/08/2013	339039	Art. 45/01 DEC 93872/86	356/2013	29,73
Valor Total utilizado pela UG							552,38
Código UG1: 090002		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Amazonas					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-87	75	25/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.200.0152.00001	1.500,00
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-88	76	25/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.200.0152.00001	500,00
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-89	253	03/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.199.0152.00161	1.500,00
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-90	254	03/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.199.0152.00161	500,00
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-91	421	23/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.200.0152.00003	2.000,00
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-92	422	23/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.200.0152.00003	500,00
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-93	600	29/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.200.0152.00004	1.978,00
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-94	601	29/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.200.0152.00004	395,00
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-95	699	03/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.200.0152.00005	1.343,51
Neuzai Marreiros Barbosa	404591872-96	700	03/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013.32.0000.200.0152.00005	200,00
Valor Total utilizado pela UG							10.416,51
Código UG1: 090037		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Amapá					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Rosiane Do Socorro A. De Paula	188458352-00	2013NE000202	23/04/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/15	2.000,00
Rosiane Do Socorro A. De Paula	188458352-00	2013NE000201	23/04/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/15	1.000,00
Elielson Araujo Da Cunha	324784612-34	2013NE000060	20/03/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/02	500,00
Elielson Araujo Da Cunha	324784612-34	2013NE000059	20/03/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/02	2.500,00
Elielson Araujo Da Cunha	324784612-34	2013NE000478	04/09/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/54	1.500,00
Elielson Araujo Da Cunha	324784612-34	2013NE000479	04/09/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/54	1.500,00
Elielson Araujo Da Cunha	324784612-34	2013NE000678	17/12/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/10	750,00

Elilson Araujo Da Cunha	324784612-34	2013NE000679	17/12/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/10	750,00
Geraldo Magela Rocha	388112273-72	2013NE000111	11/03/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/10	1.500,00
Geraldo Magela Rocha	388112273-72	2013NE000110	11/03/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/10	1.500,00
Geraldo Magela Rocha	388112273-72	2013NE000385	05/07/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/38	1.200,00
Geraldo Magela Rocha	388112273-72	2013NE000384	05/07/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/38	1.800,00
Geraldo Magela Rocha	388112273-72	2013NE000531	02/10/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/67	1.200,00
Geraldo Magela Rocha	388112273-72	2013NE000530	02/10/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/67	1.800,00
Renilda Dos Santos Figueiredo	584348602-87	2013NE000532	02/10/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/66	2.000,00
Renilda Dos Santos Figueiredo	584348602-87	2013NE000533	02/10/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/66	2.000,00
Bruno Maia De Oliveira	780504302-78	2013NE000104	06/03/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/09	1.000,00
Bruno Maia De Oliveira	780504302-78	2013NE0001042	06/03/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/09	1.500,00
Ricardo Martins Correia Lima	827106943-87	2013NE000374	01/07/13	339039	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/36	300,00
Ricardo Martins Correia Lima	827106943-87	2013NE000373	01/07/13	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SEPOF/36	1.500,00
Valor Total utilizado pela UG							27.800,00
Código UG1: 090012		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado da Bahia					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Juliana de Arcela Seixas de Souza	776361205-34	37,38,39	18/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	55/2013	523,73
Rozânio Gomes de Lima	689118315-49	160,161,162	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	005/2013	2.702,20
Sônia Maria Dalcum J. Monteiro	218692275-49	163,164,165	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	60/2013	3.365,91
Eduardo Matheus Teixeira Filho	680794517-53	24,167,168	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	57/2013	56,00
Walney Silva Netto	895352275-72	169,170,171	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	157/2013	3.161,19
Ricardo Dias Cardoso	00328446-20	172,173,174	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	9150/2013	338,00
Márcia Ferreira Neves	027399834-09	175,176,177	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	9270/2012	820,00
José Nilton Barbosa Fonseca	657000314-34	253,254,255	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	100/2013	3.672,61
Helga dos Humildes Almeida	813939545-53	181,182,183	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	112/2013	679,92
Henrique Augusto B. Carneiro	995148694-00	184,185,186	24/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	142/2013	2.228,79
Suzana Karla S. do Nascimento	678189275-49	221,222,223	28/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	113/2013	2.115,44
André Ferreira Damasceno	802982655-91	224,225,226	28/01/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	208/2013	757,79
José Raimundo da Mata Nery	633515105-78	343	14/02/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	656/2013	519,92
Tiago Lopes Lacerda	066554796-06	344,345,346	14/02/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	448/2013	2.095,22
Roberto Alves Gregório	107324838-08	356,357,358	18/02/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	557/2013	1.309,50
Cláudio Ribeiro da Silva	242670235-49	395,396,397	21/02/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	569/2013	3.170,52
Maria Bernadete Farias Costa	154176974-00	680,681,682	07/03/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	1118/2013	1820,00
Rozânio Gomes de Lima	689118315-49	778,779,780	11/03/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	1153/2013	624,79
Tereza Cristina G. de Carvalho	292813775-00	858,859,860	19/03/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	1452/2013	4.423,21

Sinara Santana dos S. Botelho	659458085-04	883,884,886	21/03/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	1481/2013	436,10
Marco Antônio Pondé de Brito	512547355-34	1031,1034,1037	02/04/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	1.756/2013	144,23
Cláudio Costa de Queiroz	678189275-49	1195,1196,1197	11/04/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	1751/2013	452,70
Adervan Brandão Neves	351677505-04	1198,1199,1200	11/04/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	1979/2013	1.878,80
Luiz Carlos dos Santos Barreto	896070585-34	1256,1257,1258	24/04/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2268/2013	2.903,26
André Ferreira Damasceno	802982655-91	1321,1322,1324	24/04/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2267/2013	1.298,10
José Nilton Barbosa Fonseca	657000314-34	1412,1422,1423	07/05/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2447/2013	3.110,33
Eduardo Matheus Teixeira Filho	680794517-53	1417,1428,1419	07/05/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2485/2013	392,58
Roberto Alves Gregório	107324838-08	1438,1439,1441	08/05/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2509/2013	661,13
Maria Bernadete Farias Costa	154176974-00	1443,1444,1445	08/05/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2550/2013	2.084,79
Rozânio Gomes de Lima	689118315-49	1705,1706,1707	20/05/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2705/2013	972,43
Áureo Buttenbender	612421956-53	1708	20/05/2013	30	despesas de pequeno vulto	2706/2013	415,99
Tiago Lopes Lacerda	066554796-06	1786,1787,1788	27/05/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2886/2013	1.370,38
Erenilson Sousa de Oliveira	419979645-20	1789,1790,1791	27/05/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2991/2013	3.965,76
Tereza Cristina G. de Carvalho	292813775-00	1879,1880,1881	31/05/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	2992/2013	1.715,00
Lélio Furtado Ferreira	077441532-00	2051,2052,2053	12/06/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	3367/2013	575,42
Eduardo Matheus Teixeira Filho	680794517-53	2150,2151,2152	28/06/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	3631/2013	384,00
Márcia Ferreira Neves	027399834-09	2153,2154,2155	28/06/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	3684/2013	270,25
Maria Renialda Dantas de Souza	456146285-68	2156,2157,2158	28/06/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	3.151/2013	1.812,00
Sinara Santana dos S. Botelho	659458085-04	2159,2160,2161	28/06/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	3660/2013	1.220,10
André Ferreira Damasceno	802982655-91	2233,2238,2235	08/07/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	3770/2013	1.046,95
Juliana de Arcela Seixas de Souza	776361205-34	2274,2275,2276	12/07/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	3654/2013	389,99
Henrique Augusto B. Carneiro	995148694-00	2277,2278,2279	12/07/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	3861/2013	1.034,42
José Nilton Barbosa Fonseca	657000314-34	2371,2372,2374	29/07/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4082/2013	2.873,98
Isabel Cristina Lemos de Souza	350274015-15	2421,2422,2423	05/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4286/2013	3.478,47
Roberto Alves Gregório	107324838-08	2425,2426,2427	05/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4233/2013	882,00
Suzana Karla S. do Nascimento	678189275-49	2433,2434,2435	06/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4223/2013	492,07
Rozânio Gomes de Lima	689118315-49	2448,2449,2450	08/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4321/2013	1.038,99
Célio José Sousa do Carmo	736653983-04	2512,2513,2514	15/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4308/2013	338,09
Helga dos Humildes Almeida	813939545-53	2570,2571,2572	23/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4482/2013	650,49
Walney Silva Netto	895352275-72	2597,2598,2599	23/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4672/2013	2.829,61
Sinara Santana dos S. Botelho	659458085-04	2588,2589,2590	26/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4683/2013	2.756,30
José Eduardo P. de Queiroz	895932785-91	2591,2592,2593	26/08/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4772/2013	1.889,98
Eduardo Matheus T. Filho	680794517-53	2909,2910,2911	19/09/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	5278/2013	393,71

Sônia Maria Dalcum J. Monteiro	218692275-49	2925	20/09/2013	30	despesas de pequeno vulto	5053/2013	2.402,02
André Ferreira Damasceno	802982655-91	3054,3055,3056	01/10/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	5507/2013	1.580,80
Adroaldo Magalhães Fonseca	627956435-53	3058,3059,3060	01/10/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	5638/2013	3.913,64
José Raimundo da Mata Nery	633515105-78	3124,3125	03/10/2014	30,39	despesas de pequeno vulto	5634/2013	204,84
Denise Marcia de A. Carneiro	408075845-68	3135,3136	04/10/2013	30,39	despesas de pequeno vulto	5640/2013	714,42
José Nilton Barbosa Fonseca	657000314-34	3139,3140,3141	04/10/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	5685/2013	698,55
Vitor Carmezim Sanches	013486255-46	3232,3233,3234	09/10/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	4101/2013	1.293,95
Adervan Brandão Neves	351677505-04	3222,3223,3225	09/10/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	5675/2013	1.591,00
Roberto Alves Gregório	107324838-08	3227,3228,3229	09/10/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	5815/2013	844,72
Maria Bernadete Farias Costa	154176974-00	3266,3267,3268	11/10/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	5968/2013	2.796,10
Luiz Carlos Biten-court Goulart	294958225-72	3272,3273	11/10/2013	30,39	despesas de pequeno vulto	5845/2013	265,54
Áureo Buttenbender	612421956-53	3513	28/10/2013	30	despesas de pequeno vulto	6180/2013	905,64
Sérgio Pereira Assunção	730583515-34	3616,3617,3618	06/11/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	6383/2013	2.024,75
Rozânio Gomes de Lima	689118315-49	3619,3620,3621	06/11/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	6327/2013	735,22
Sônia Maria Dalcum J. Monteiro	218692275-49	3623,3624,3625	06/11/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	6464/2013	4.201,22
Sinara Santana dos S. Botelho	659458085-04	3658,3659,3660	08/11/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	6188/2013	3.476,17
Luiz Carlos dos Santos Barreto	896070585-34	3843,3845,3846	21/11/2013	30,36,39	despesas de pequeno vulto	6727/2013	2.222,89
Valor Total utilizado pela UG							110.414,61
Código UG1: 090023		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Distrito Federal					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000059	18/01/13	339030	despesas de pequeno vulto	54/2013	5.828,64
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000060	18/01/13	339039	despesas de pequeno vulto	54/2013	738,00
Livandro Jose Ghesti	659042221-49	000142	20/02/13	339030	despesas de pequeno vulto	385/2013	1.000,00
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000143	20/02/13	339030	despesas de pequeno vulto	419/2013	5.681,34
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000144	20/02/13	339039	despesas de pequeno vulto	419/2013	540,00
Cleber Guimaraes Belluco	376790401-25	000158	01/03/13	339047	despesas de pequeno vulto	486/2013	183,21
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000184	13/03/13	339030	despesas de pequeno vulto	678/2013	5.887,51
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000185	13/03/13	339039	despesas de pequeno vulto	678/2013	350,00
Livandro Jose Ghesti	659042221-49	000326	11/04/13	339030	despesas de pequeno vulto	898/2013	986,80
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000387	26/04/13	339030	despesas de pequeno vulto	978/2013	5.886,74
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000388	26/04/13	339039	despesas de pequeno vulto	978/2013	200,00
Claudio Emilio Peixoto De Alencar	610917901-91	000487	13/05/13	339030	despesas de pequeno vulto	1.198/2013	467,08
Claudio Emilio P. De Alencar	610917901-91	000543	24/05/13	339030	despesas de pequeno vulto	1.261/2013	1.065,60
Geraldo Donizete Da Silva	339235231-49	000545	24/05/13	339030	despesas de pequeno vulto	1.262/2013	915,22
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000559	28/05/13	339030	despesas de pequeno vulto	1.242/2013	5.620,81

Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000560	28/05/13	339039	despesas de pequeno vulto	1.242/2013	440,00
Emy Soares Vaz	791122771-34	000588	10/06/13	339030	despesas de pequeno vulto	1.397/2013	995,40
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000627	28/06/13	339030	despesas de pequeno vulto	1.532/2013	5.648,46
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000628	28/06/13	339039	despesas de pequeno vulto	1.532/2013	2.000,00
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000712	05/08/13	339030	despesas de pequeno vulto	1.900/2013	5.832,91
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000713	05/08/13	339039	despesas de pequeno vulto	1.900/2013	680,00
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000833	18/09/13	339030	despesas de pequeno vulto	2.215/2013	5.703,62
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000834	18/09/13	339039	despesas de pequeno vulto	2.215/2013	600,00
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000873	09/10/13	339030	despesas de pequeno vulto	2.384/2013	5.761,27
Gustavo Azevedo Garcia	862120951-91	000874	09/10/13	339039	despesas de pequeno vulto	2.384/2013	1.809,90
Emy Soares Vaz	791122771-34	000971	13/11/13	339030	despesas de pequeno vulto	2.628/2013	738,53
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000998	19/11/13	339030	despesas de pequeno vulto	2.667/2013	6.000,00
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	000999	19/11/13	339039	despesas de pequeno vulto	2.667/2013	2.000,00
Pedro Do Bomfim De Sousa	737624071-34	001219	31/12/13	339039	despesas de pequeno vulto	1.532/2013	59,50
Valor Total utilizado pela UG							73.620,54
Código UG1: 090022		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de Goiás					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Bhastya Raflesia C. Borges	838543981-15	11 e 12	16/01/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	73/2013	2.498,84
Clesia Coelho Da Silva	776395021-87	33	25/01/2013	333903096	despesas de pequeno vulto	102/2013	149,40
Bhastya Raflesia C. Borges	838543981-15	55/56 e 590	05/02/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	167/2013	2.950,60
Adriano Alaor De Oliveira	556879111-20	73 e 74	08/02/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	82/2013	580,70
Antonio Celio Borges	373148741-15	118 e 119	19/02/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	211/2013	905,30
Rosana De Almeida Paiva	819935871-87	126 e 127	20/02/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	1174/2012	797,00
Jamilie Carvalho R. Nonato	14390201-67	128 e 129	20/02/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	170/2013	1.580,00
Edson Pereira Lobo	194528961-91	189 e 190	04/03/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	138/2013	3.129,72
Adriano Alaor De Oliveira	556879111-20	472	12/04/2013	333903096	despesas de pequeno vulto	510/2013	360,00
Onofre Guilherme Dos S. Filho	354667581-91	662 e 663	07/05/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	457/2013	3.805,75
Maria Luisa Mendes T. Carvalho	62457546-23	749 e 750	14/05/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	476/2013	219,50
Antonio Celio Borges	373148741-15	831	27/05/2013	333903096	despesas de pequeno vulto	656/2013	23,40
Jamilie Carvalho R. Nonato	14390201-67	834 e 835	27/05/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	612/2013	1.203,95
Adriano Alaor De Oliveira	556879111-20	1013 e 1014	27/06/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	730/2013	74,00
Carlos Antonio Lopes Leal	349477101-44	1020/1578 e 1021	28/06,28/06 e 30/09/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	769/2013	3.864,20
Onofre Guilherme Dos S. Filho	354667581-91	1121/1750/1786 e 1122	16/7,23/10, 29/10 e 16/7/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	895/2013	3.093,73
Bhastya Raflesia C. Borges	838543981-15	1170 e 1171	25/07/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	931/2013	1.979,58
Beatriz De Assis Oliveira	797639011-20	1194 e 1195	31/07/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	763/2013	827,76

Patricia Mondaini	49748286-06	1244	08/08/2013	333903096	despesas de pequeno vulto	930/2013	292,73
Maria Letycia Farias De Moraes	347106981-04	1251	09/08/2013	333903096	despesas de pequeno vulto	984/2013	1.760,52
Andre Luiz Da Costa Rocha	3666211-90	1272 e 1273	14/08/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	859/2013	1.139,79
George Ailton De Oliveira	136829638-63	1365/1366 e 1367	22/08/2013	333903096/333903996 e 333903696	despesas de pequeno vulto	867/2013	648,25
Adriano Alaor De Oliveira	556879111-20	1446/1447 e	09/09/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	1041/2013	1.032,06
Bhastya Raflesia C. Borges	838543981-15	1448 e 1449	09/09/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	1074/2013	2.707,04
Jamilie Carvalho R. Nonato	14390201-67	1465 e 1466	10/09/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	1042/2013	1.026,10
Kelvia Meireles Leite	928586271-34	1553 e 1554	23/09/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	1008/2013	299,75
Edson Pereira Lobo	194528961-91	1557	24/09/2013	333903096	despesas de pequeno vulto	1168/2013	1.431,95
Rachel Barbo De S. Andrade	469651301-72	1652,2124 e1653	14/10,20/12 e 14/10/2013	333903096 e 333903996	despesas de pequeno vulto	1165/2013	3.120,83
Valor Total utilizado pela UG							41.502,45
Código UG1: 090004		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Maranhão					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Jurandy Carlos Portela Chagas	007126533-88	2013NE001161	25/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0089	81,40
Jurandy Carlos Portela Chagas	007126533-88	2013NE001287	20/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0089	1.171,10
Jurandy Carlos Portela Chagas	007126533-88	2013NE001861	29/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0009	240,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE000160	15/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	2.382,05
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE000161	15/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	800,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE000322	18/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	2.999,80
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE000811	24/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	3.000,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE000812	24/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	865,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE000957	19/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	2.997,78
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE000958	19/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	510,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE000959	19/06/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	180,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE001238	12/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	3.400,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE001239	12/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	500,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE001521	26/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	3.400,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE001522	26/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	500,00
Jorge Mendes	068792172-49	2013NE001981	20/12/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0009	2.500,00
Jehud Alves Da Silva	092300092-53	2013NE001208	08/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0106	2.000,00
Jehud Alves Da Silva	092300092-53	2013NE001209	08/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0106	46,28
Jehud Alves Da Silva	092300092-53	2013NE001630	21/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0106	2.000,00
Jehud Alves Da Silva	092300092-53	2013NE001631	21/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0106	2.000,00
Jehud Alves Da Silva	092300092-53	2013NE001924	01/12/2013	339047	despesas de pequeno vulto	2013-82-0106	150,00
Jehud Alves Da Silva	092300092-53	2013NE001925	01/12/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0106	349,32

Mario Gilberto De J. B. Ferreira	242751153-68	2013NE001477	20/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0128	200,00
Mario Gilberto De J. B. Ferreira	242751153-68	2013NE001465	18/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0128	800,00
Sonia Aparecida Jansen	252772003-04	2013NE001308	26/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0111	830,00
Sonia Aparecida Jansen	252772003-04	2013NE001815	25/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0111	200,00
Rogério Cesar De Melo Viana	321186783-04	2013NE000084	04/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0002	1.499,78
Rogério Cesar De Melo Viana	321186783-04	2013NE000085	04/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-89-0002	1.500,00
Charles Roberth Lemos Pereira	405582823-34	2013NE000244	07/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0020	1.199,85
Charles Roberth Lemos Pereira	405582823-34	2013NE000245	07/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0020	2.460,16
Charles Roberth Lemos Pereira	405582823-34	2013NE000309	15/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0020	96,83
Charles Roberth Lemos Pereira	405582823-34	2013NE000864	03/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0020	2.000,00
Charles Roberth Lemos Pereira	405582823-34	2013NE000865	03/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0020	574,80
Luciano Augusto L. Santos	427890283-20	2013NE000964	20/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0011	1.969,30
Luciano Augusto L. Santos	427890283-20	2013NE000965	20/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0011	569,90
Luciano Augusto L. Santos	427890283-20	2013NE000966	20/06/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-82-0011	1.000,00
Luciano Augusto L. Santos	427890283-20	2013NE001570	08/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0011	2.000,00
Luciano Augusto L. Santos	427890283-20	2013NE001571	08/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0011	800,00
Luciano Augusto L. Santos	427890283-20	2013NE001572	08/10/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-82-0011	1.000,00
Lhusandro Cesar Campos Pinto	432186103-97	2013NE001172	29/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-216-0012	50,00
Lhusandro Cesar Campos Pinto	432186103-97	2013NE001173	29/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-216-0012	2.000,00
Lhusandro Cesar Campos Pinto	432186103-97	2013NE001818	01/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-216-0012	435,90
Robervaldo Rocha Araujo	432641583-53	2013NE000014	17/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-89-0001	1.000,00
Robervaldo Rocha Araujo	432641583-53	2013NE000016	17/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0001	2.000,00
Robervaldo Rocha Araujo	432641583-53	2013NE001541	02/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-89-0001	1.670,00
Robervaldo Rocha Araujo	432641583-53	2013NE001542	02/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-89-0001	1.000,00
Paulo Cesar Martins Ribeiro	452031723-15	2013NE000395	25/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0028	825,15
Paulo Cesar Martins Ribeiro	452031723-15	2013NE000808	24/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0028	2.000,00
Paulo Cesar Martins Ribeiro	452031723-15	2013NE001206	08/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0028	736,50
Paulo Cesar Martins Ribeiro	452031723-15	2013NE001853	29/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0028	1.000,00
Jair Santos De Oliveira	487329313-87	2013NE000215	04/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0019	3.738,02
Jair Santos De Oliveira	487329313-87	2013NE000550	30/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0019	719,00
Jair Santos De Oliveira	487329313-87	2013NE000551	30/04/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-82-0019	1.000,00
Jair Santos De Oliveira	487329313-87	2013NE000552	30/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0019	2.000,00
Jair Santos De Oliveira	487329313-87	2013NE001250	13/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0019	2.030,45
Jair Santos De Oliveira	487329313-87	2013NE001251	13/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0019	523,00

Lidia Felicia De A. S. Maciel	617970223-34	2013NE001249	13/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-218-0148	1.812,75
Veridiano Alves Oliveira	635091213-68	2013NE000125	08/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-246-0001	1.000,00
Veridiano Alves Oliveira	635091213-68	2013NE000128	08/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-246-0001	1.000,00
Veridiano Alves Oliveira	635091213-68	2013NE000708	10/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-246-0001	1.500,00
Veridiano Alves Oliveira	635091213-68	2013NE000709	10/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-246-0001	1.000,00
Veridiano Alves Oliveira	635091213-68	2013NE001139	16/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-246-0001	2.000,00
Veridiano Alves Oliveira	635091213-68	2013NE001140	16/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-246-0001	1.000,00
Veridiano Alves Oliveira	635091213-68	2013NE001744	12/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-246-0001	2.000,00
Veridiano Alves Oliveira	635091213-68	2013NE001745	12/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-246-0001	400,00
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE000793	22/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	1.996,72
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE000794	22/05/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	500,00
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE000795	22/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	1.400,00
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE001077	10/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	1.998,70
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE001080	10/07/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	285,00
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE001603	15/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	1.954,75
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE001604	15/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	1.400,00
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE001605	15/10/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	150,00
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE001921	16/12/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	2.000,00
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE001922	16/12/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	700,00
Mariana Tavares Silva	676721913-49	2013NE001923	16/12/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-82-0003	796,70
Elizabeth Conceicao A. Moreira	692589703-06	2013NE000072	31/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-245-0002	1.000,00
Elizabeth Conceicao A. Moreira	692589703-06	2013NE000073	31/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-245-0002	1.000,00
Elizabeth Conceicao A. Moreira	692589703-06	2013NE000572	03/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-245-0002	1.000,00
Elizabeth Conceicao A. Moreira	692589703-06	2013NE000577	03/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-245-0002	1.000,00
Elizabeth Conceicao A. Moreira	692589703-06	2013NE001174	29/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-245-0002	1.000,00
Elizabeth Conceicao A. Moreira	692589703-06	2013NE001175	29/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-245-0002	1.000,00
Eliza Ary De Medeiros Peixoto	838499203-72	2013NE000074	31/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-287-0001	1.810,11
Eliza Ary De Medeiros Peixoto	838499203-72	2013NE000075	31/01/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-287-0001	150,00
Eliza Ary De Medeiros Peixoto	838499203-72	2013NE000076	31/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-287-0001	1.208,00
Eliza Ary De Medeiros Peixoto	838499203-72	2013NE000486	12/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-287-0001	1.953,33
Eliza Ary De Medeiros Peixoto	838499203-72	2013NE000487	12/04/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013-287-0001	480,00
Eliza Ary De Medeiros Peixoto	838499203-72	2013NE000488	12/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-287-0001	1.400,00
Eliza Ary De Medeiros Peixoto	838499203-72	2013NE001216	08/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013-287-0001	1.828,30
Eliza Ary De Medeiros Peixoto	838499203-72	2013NE001217	08/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013-287-0001	960,00

Valor Total utilizado pela UG							114.185,73
Código UG1: 090013		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Simone Soares de Aguiar	649170376-20	2013NE0176	21/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	411/13	3.988,43
Simone Soares de Aguiar	649170376-20	2013NE0177	21/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	412/13	1.932,00
Jorge Luiz do Carmo	194700966-49	2013NE0192	22/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	260/13	2.000,00
Jorge Luiz do Carmo	194700966-49	2013NE0193	22/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	259/13	476,40
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE0195	22/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	215/13	463,04
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE0196	22/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	213/13	299,00
Cíntia Maria Leite Nahra	250685040-68	2013NE0197	22/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	45/13	134,50
Cíntia Maria Leite Nahra	250685040-68	2012NE0199	22/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	46/13	150,00
José Augusto César Neto	958381206-49	2013NE0201	22/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	287/13	377,89
Gilson Martins de Melo	877453306-10	2013NE0202	22/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	205/13	237,90
Jefferson Alberto Silva Carvalho	058088066-09	2013NE0223	23/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	212/13	447,00
Jefferson Alberto Silva Carvalho	058088066-09	2013NE0224	23/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	214/13	217,00
Maria Luiza Porto Reis	035055737-36	2013NE0228	23/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	291/13	502,69
Junior Cezar da Silva	973048676-04	2013NE0229	23/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	312/13	286,30
Junior Cezar da Silva	973048676-04	2013NE0231	23/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	317/13	1.000,00
Krísia Coimbra Santos	059454636-20	2013NE0232	23/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	457/13	752,36
Krísia Coimbra Santos	059454636-20	2013NE0233	23/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	456/13	660,00
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE0239	23/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	492/13	744,00
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE0240	23/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	493/13	180,00
José Del Ben Gonçalves Rostey	112163498-27	2013NE0262	25/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	467/13	310,00
Jovelino de Moraes Sarmiento	317941221-68	2013NE0267	28/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	286/13	563,00
Vinicius da Costa e Silva Leite	992821786-68	2013NE0286	29/01/2013	339036	despesas de pequeno vulto	513/13	0,00
Vinicius da Costa e Silva Leite	992821786-68	2013NE0287	29/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	513/13	350,40
Vinicius da Costa e Silva Leite	992821786-68	2013NE0288	29/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	512/13	373,45
Abel de Souza	067052978-83	2013NE0289	29/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	542/13	800,00
Abel de Souza	067052978-83	2013NE0290	29/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	543/13	500,00
Eugênio Pacelli de Castro	520667386-20	2012NE0293	30/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	526/13	1.500,00
Maria Rosidelma A. P. Batista	459630536-68	2012NE0294	30/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	548/13	2.000,00
João Bosco Alves	435729016-34	2013NE0302	01/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	588/13	394,00
João Bosco Alves	435729016-34	2013NE0303	01/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	589/13	0,00
José da Cruz Filho	277261346-15	2013NE0340	06/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	544/13	364,95
José da Cruz Filho	277261346-15	2013NE0341	06/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	545/13	159,00

Janice Alves da R. Anastácio	477007426-34	2013NE0396	13/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	576/13	384,20
Janice Alves da R. Anastácio	477007426-34	2013NE0397	13/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	575/13	300,00
Valéria Braga R. de Oliveira	426945906-91	2013NE0452	19/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1045/13	500,00
Valéria Braga R. de Oliveira	426945906-91	2013NE0453	19/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1046/13	300,00
Sandro de Souza	751118616-53	2013NE0556	26/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1181/13	0,00
Sandro de Souza	751118616-53	2013NE0558	26/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1182/13	0,00
Airton Carvalho de Lima Júnior	935302346-72	2013NE0686	07/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1490/13	2.972,15
Antônio Roberto Gerin	902062158-00	2013NE0697	11/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1253/13	1.296,25
Antônio Roberto Gerin	902062158-00	2013NE0698	11/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1254/13	480,00
Fernanda dos Santos Rezende	038170366-55	2013NE0699	11/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1496/13	621,01
Fernanda dos Santos Rezende	038170366-55	2013NE0700	11/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1498/13	60,00
Paulo D'Ávila Junior	486461136-04	2013NE0747	14/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1468/13	3.999,90
Sandro de Souza	751118616-53	2013NE0813	20/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1787/13	322,05
Sandro de Souza	751118616-53	2013NE0815	20/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1788/13	450,00
Abel de Souza	067052978-83	2013NE0816	20/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1731/13	1.000,00
Abel de Souza	067052978-83	2013NE0817	20/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1737/13	800,00
Laodicéia Aragão Ferreira	572201822-87	2013NE0866	26/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1234/13	521,97
Laodicéia Aragão Ferreira	572201822-87	2013NE0867	26/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1236/13	160,00
Jorge Luiz do Carmo	194700966-49	2013NE0914	03/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1833/13	2.483,26
Jorge Luiz do Carmo	194700966-49	2013NE0916	03/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1834/13	1.471,20
José Augusto César Neto	958381206-49	2013NE0917	03/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1883/13	427,40
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE1005	10/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1954/13	498,12
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE1007	10/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1952/13	154,00
Krísia Coimbra Santos	059454636-20	2013NE1008	10/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2114/13	598,45
Krísia Coimbra Santos	059454636-20	2013NE1009	10/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2116/13	285,00
Antônio José dos Reis Oliveira	095717362-87	2013NE1010	10/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2135/13	116,90
Antônio José dos Reis Oliveira	095717362-87	2013NE1011	10/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2137/13	404,00
Maria Cristina Soares Diniz	491287016-15	2013NE1013	10/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1972/13	600,00
Maria Cristina Soares Diniz	491287016-15	2013NE1015	10/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1973/13	400,00
Vinicius da Costa e Silva Leite.	992821786-68	2013NE1018	10/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2142/13	558,40
Vinicius da Costa e Silva Leite.	992821786-68	2013NE1019	10/04/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2144/13	0,00
Vinicius da Costa e Silva Leite.	992821786-68	2013NE1020	10/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2144/13	336,00
José Del Ben Gonçalves Rostey	112163498-27	2013NE1021	10/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2032/13	60,00
Gilson Martins de Melo	877453306-10	2013NE1022	10/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/13	217,26

Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE1080	12/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1825/13	369,19
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE1081	12/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1826/13	165,00
Izaura Gonçalves de Lima Silva	926334556-20	2013NE1082	12/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2185/13	954,05
Izaura Gonçalves de Lima Silva	926334556-20	2013NE1083	12/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2179/13	135,00
Wallace Chartouni Pereira	410814046-04	2013NE1084	12/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2029/13	500,00
Maurício Mucio B. da Silva	585452476-72	2013NE1126	17/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2344/13	347,65
Maurício Mucio B. da Silva	585452476-72	2013NE1128	17/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2370/13	0,00
Simone Soares de Aguiar	649170376-20	2013NE1179	22/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2446/13	3.987,22
Alessandra R. Rocha Galvão	749972206-63	2013NE1181	22/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2474/13	450,00
Alessandra R. Rocha Galvão	749972206-63	2013NE1182	22/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2475/13	50,00
Willian Fernandes de Oliveira	043523076-02	2013NE1268	26/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2528/13	800,00
Willian Fernandes de Oliveira	043523076-02	2013NE1269	26/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2529/13	500,00
Jane Tiburcio Machado	516765916-72	2013NE1271	26/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2513/13	395,12
Jane Tiburcio Machado	516765916-72	2013NE1272	26/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2514/13	0,00
Luciano Xavier Adjafre	380149043-20	2013NE1273	26/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2499/13	2.075,33
José da Cruz Filho	277261346-15	2013NE1418	03/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2602/13	500,00
José da Cruz Filho	277261346-15	2013NE1419	03/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2601/13	476,30
João Bosco Alves	435729016-34	2013NE1537	10/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2789/13	0,00
João Bosco Alves	435729016-34	2013NE1539	10/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2814/13	0,00
Fernanda dos Santos Rezende	038170366-55	2013NE1579	17/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3063/13	256,40
Fernanda dos Santos Rezende	038170366-55	2013NE1580	17/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3067/13	55,00
Eugênio Pacelli de Castro	520667386-20	2013NE1620	28/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3102/13	1.500,00
Eugênio Pacelli de Castro	520667386-20	2013NE1621	28/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3105/13	1.180,00
Airton Carvalho de Lima Júnior	935302346-72	2013NE1664	06/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3372/13	3.959,21
Jefferson Alberto Silva Carvalho	058088066-09	2013NE1665	06/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3281/13	600,00
Jefferson Alberto Silva Carvalho	058088066-09	2013NE1666	06/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3285/13	270,00
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE1670	07/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3278/13	488,18
José Augusto César Neto	958381206-49	2013NE1703	12/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3579/13	324,72
Wallace Chartouni Pereira	410814046-04	2013NE1718	14/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3666/13	600,00
Jorge Luiz do Carmo	194700966-49	2013NE1754	20/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3580/13	1.998,02
Jorge Luiz do Carmo	194700966-49	2013NE1755	20/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3595/13	96,80
Krísia Coimbra Santos	059454636-20	2013NE1756	20/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3676/13	452,77
Krísia Coimbra Santos	059454636-20	2013NE1757	20/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3677/13	45,00
Antônio Roberto Gerin	902062158-00	2013NE1760	20/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3715/13	495,60

Raquel Dias dos S. Guimarães	057443206-01	2013NE1766	21/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3701/13	995,14
Raquel Dias dos S. Guimarães	057443206-01	2013NE1767	21/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3702/13	933,10
Vinícius da Costa e Silva Leite	992821786-68	2013NE1768	21/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3720/13	0,00
Vinícius da Costa e Silva Leite	992821786-68	2013NE1769	21/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3721/13	0,00
Vinícius da Costa e Silva Leite	992821786-68	2013NE1770	21/06/2013	339036	despesas de pequeno vulto		0,00
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE1776	24/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3696/13	606,20
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE1777	24/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3697/13	440,00
Gilson Martins de Melo	877453306-10	2013NE1789	25/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3695/13	235,90
Maria Luiza Porto Reis	035055737-36	2013NE1799	28/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3731/13	195,00
Paulo D'Ávila Júnior	486461136-04	2013NE1800	28/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3765/13	3.620,35
Jovelino de Moraes Sarmiento	317941221-68	2013NE1801	28/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3729/13	259,50
Laodicéia Aragão F. Schlindwein	572201822-87	2013NE1821	02/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3766/13	198,00
Laodicéia Aragão F. Schlindwein	572201822-87	2013NE1822	02/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3769/13	60,00
Abel de Souza	067052978-83	2013NE1823	02/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3764/13	600,00
Abel de Souza	067052978-83	2013NE1824	02/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3759/13	430,78
Junior Cezar da Silva	973048676-04	2013NE1825	02/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3756/13	493,80
Junior Cezar da Silva	973048676-04	2013NE1826	02/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3758/13	75,00
Alessandra R. Rocha Galvão	749972206-63	2013NE1840	03/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3816/13	998,25
Alessandra R. Rocha Galvão	749972206-63	2013NE1841	03/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3817/13	0,00
Silas Batista dos Santos Filho	033890507-36	2013NE1893	11/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	3972/13	318,00
Silas Batista dos Santos Filho	033890507-36	2013NE1894	11/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	3988/13	0,00
Maurício Mucio B. da Silva	585452476-72	2013NE1908	18/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4201/13	484,75
Maurício Mucio B. da Silva	585452476-72	2013NE1909	18/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4203/13	0,00
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE1917	19/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4264/13	490,65
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE1918	19/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4265/13	290,00
Fernanda dos Santos Rezende	038170366-55	2013NE1925	23/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4274/13	237,80
Fernanda dos Santos Rezende	038170366-55	2013NE1926	23/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4278/13	65,00
Luciano Xavier Adjafre	380149043-20	2013NE1933	25/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4310/13	2.967,43
Jane Tiburcio Machado	516765916-72	2013NE1934	25/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4297/13	234,26
Jane Tiburcio Machado	516765916-72	2013NE1935	25/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4295/13	350,00
Robson Cavalcante de Lima	410496753-04	2013NE1943	26/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4307/13	0,00
Robson Cavalcante de Lima	410496753-04	2013NE1944	26/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4308/13	0,00
Leila de Castro Assis	042753776-21	2013NE1970	02/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4359/13	273,58
Leila de Castro Assis	042753776-21	2013NE1971	02/08/2013	339036	despesas de pequeno vulto	4360/13	0,00

Leila de Castro Assis	042753776-21	2013NE1972	02/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4360/13	45,00
Maria Cristina Soares Diniz	491287016-15	2013NE1993	07/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4459/13	600,00
Maria Cristina Soares Diniz	491287016-15	2013NE1994	07/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4460/13	50,00
José Del Ben Gonçalves Rostey	112163498-27	2013NE2054	14/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4856/13	65,00
Eugênio Pacelli de Castro	520667386-20	2013NE2071	16/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4867/13	1.500,00
Eugênio Pacelli de Castro	520667386-20	2013NE2072	16/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4868/13	1.500,00
Simone Soares de Aguiar	649170376-20	2013NE2095	22/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4953/13	3.989,60
José Augusto César Neto	958381206-49	2013NE2110	23/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4944/13	500,00
Wallace Chartouni Pereira	410814046-04	2013NE2111	23/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4946/13	600,00
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE2144	27/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4960/13	666,61
Cláudia Maria Starling Lopes	293112686-15	2013NE2145	27/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4959/13	410,00
Jorge Luiz do Carmo	194700966-49	2013NE2146	27/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4926/13	2.462,76
Krísicia Coimbra Santos	059454636-20	2013NE2175	30/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4994/13	258,00
Krísicia Coimbra Santos	059454636-20	2013NE2176	30/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	4999/13	145,00
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE2177	30/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5000/13	269,58
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE2178	30/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5001/13	435,00
Willian Fernandes de Oliveira	043523076-02	2013NE2202	03/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5013/13	600,00
Willian Fernandes de Oliveira	043523076-02	2013NE2203	03/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5010/13	300,00
Jorge Luiz do Carmo	194700966-49	2013NE2204	03/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5021/13	990,23
Antônio Roberto Gerin	902062158-00	2013NE2299	10/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5284/13	697,20
Antônio Roberto Gerin	902062158-00	2013NE2300	10/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5285/13	882,40
Luciano Xavier Adjafre	380149043-20	2013NE2320	12/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5460/13	2.786,00
Gilson Martins de Melo	877453306-10	2013NE2338	16/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5463/13	135,50
Izaura Gonçalves de Lima Silva	926334556-20	2013NE2339	16/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5108/13	437,55
Izaura Gonçalves de Lima Silva	926334556-20	2013NE2340	16/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5109/13	170,00
Antônio José dos Reis Oliveira	095717362-87	2013NE2341	16/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5221/13	83,00
Antônio José dos Reis Oliveira	095717362-87	2013NE2342	16/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5222/13	460,00
Raquel Dias dos S. Guimarães	057443206-01	2013NE2370	18/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5455/13	586,41
Raquel Dias dos S. Guimarães	057443206-01	2013NE2371	18/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5456/13	560,00
Janice Alves da R. Anastácio	477007426-34	2013NE2424	27/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5545/13	375,07
Janice Alves da R. Anastácio	477007426-34	2013NE2425	27/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5544/13	240,00
Fernanda dos santos Rezende	038170366-55	2013NE2430	27/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5538/13	186,95
Fernanda dos santos Rezende	038170366-55	2013NE2431	27/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5536/13	465,00
Wallace Chartouni Pereira	410814046-04	2013NE2451	04/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5678/13	270,00

Airton Carvalho de Lima Júnior	935302346-72	2013NE2452	04/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5734/13	3.817,83
Jefferson Alberto S. Carvalho	058088066-09	2013NE2499	09/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5850/13	600,00
Jefferson Alberto S. Carvalho	058088066-09	2013NE2500	09/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5851/13	360,00
Leila de Castro Assis	042753776-21	2013NE2546	16/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	5919/13	404,00
Leila de Castro Assis	042753776-21	2013NE2547	16/10/2013	339036	despesas de pequeno vulto	5921/13	0,00
Leila de Castro Assis	042753776-21	2013NE2548	16/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	5921/13	150,00
José Augusto César Neto	958381206-49	2013NE2607	23/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6092/13	346,75
Jane Tiburcio Machado	516765916-72	2013NE2608	23/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6061/13	264,40
Jane Tiburcio Machado	516765916-72	2013NE2609	23/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6062/13	0,00
José Del Ben Gonçalves Rostey	112163498-27	2013NE2646	25/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6115/13	155,00
Maria Rosidelma A. P. Batista	459630536-68	2013NE2647	25/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6087/13	1.000,00
Maria Rosidelma A. P. Batista	459630536-68	2013NE2648	25/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6089/13	2.000,00
Laodicéia Aragão F. Schlindwein	572201822-87	2013NE2684	30/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6124/13	284,00
Laodicéia Aragão F. Schlindwein	572201822-87	2013NE2685	30/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6125/13	270,00
Maurício Mucio B.da Silva	585452476-72	2013NE2686	30/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6129/13	271,95
Maurício Mucio B.da Silva	585452476-72	2013NE2687	30/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6130/13	100,00
Matheus Vilela S.Almeida	083720916-17	2013NE2776	18/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6421/13	1.767,97
Matheus Vilela S.Almeida	083720916-17	2013NE2777	18/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6425/13	0,00
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE2778	18/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6286/13	598,05
Ronaldo Nonato Moreira	743089986-20	2013NE2779	18/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6287/13	0,00
Antônio Roberto Gerin	902062158-00	2013NE2780	18/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6530/13	386,95
Antônio Roberto Gerin	902062158-00	2013NE2782	18/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6531/13	200,00
Willian Fernandes de Oliveira	043523076-02	2013NE2783	18/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6351/13	412,73
Willian Fernandes de Oliveira	043523076-02	2013NE2784	18/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6353/13	335,00
Simone Soares de Aguiar	649170376-20	2013NE2820	21/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6602/13	1.248,03
Maria Cristina Soares Diniz	491287016-15	2013NE2830	25/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	6648/13	400,00
Maria Cristina Soares Diniz	491287016-15	2013NE2831	25/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	6649/13	400,00
Luciano Xavier Adjafre	380149043-20	2013NE2883	02/12/2013	339030	despesas de pequeno vulto	4310/13	1.498,07
Valor Total utilizado pela UG							125.812,47
Código UG1: 090021		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Mato Grosso					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Fabio Henrique Alves	043273964-51	2	10/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	15/2013	233,96
Fabio Henrique Alves		3	10/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	15/2013	595,00
Andre Luiz de Souza Batista	958818321-91	4	10/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	08/2013	1.122,13
Andre Luiz de Souza Batista		5	10/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	08/2013	347,00

Thales Batista Oliveira	058245856-01	6	10/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	14/2013	960,47
Thales Batista Oliveira		7	10/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	03/2013	105,50
Lindoal Landes da Silva	615467711-15	76	15/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	16/2013	1.989,11
Lindoal Landes da Silva		77	15/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	16/2013	2.000,00
Patricia Menezes Tavares	770137513-91	150	28/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	58/2013	645,58
Patricia Menezes Tavares		152	28/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	58/2013	600,00
Lindoal Landes da Silva	615467711-15	200	01/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	67/2013	1.984,81
Lindoal Landes da Silva		201	01/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	67/2013	1.471,38
Lindoal Landes da Silva		300	27/02/2013	339047	despesas de pequeno vulto	67/2013	1.212,78
Lindoal Landes da Silva	615467711-15	355	08/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	192/2013	1.948,39
Lindoal Landes da Silva		356	08/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	192/2013	654,61
Lindoal Landes da Silva		357	08/03/2013	339047	despesas de pequeno vulto	192/2013	32,00
Fabio Henrique Alves	043273964-51	427	29/03/2013	339030	despesas de pequeno vulto	252/2013	482,03
Fabio Henrique Alves		428	25/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	252/2013	190,00
Murilo Jose Monteiro Amorim	023266301-73	525	05/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	271/2013	378,15
Murilo Jose Monteiro Amorim		526	05/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	271/2013	1.000,00
Lindoal Landes da Silva	615467711-15	575	15/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	327/2013	1.987,51
Lindoal Landes da Silva		576	15/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	327/2013	1.880,00
Thales Batista Oliveira	058245856-01	586	17/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	308/2013	1.055,32
Thales Batista Oliveira		587	17/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	308/2013	603,45
Patricia Menezes Tavares	770137513-91	638	23/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	352/2013	991,10
Patricia Menezes Tavares		640	23/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	352/2013	209,90
Nilson de Almeida	545517731-15	657	25/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	17/2013	1.951,24
Nilson de Almeida		658	25/04/2013	339036	despesas de pequeno vulto	17/2013	240,00
Nilson de Almeida		659	25/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	17/2013	1.690,00
Eduardo da Silva Mota	803450261-87	794	10/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	399/2013	1.179,17
Eduardo da Silva Mota		795	10/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	399/2013	360,00
Emmanuel Fabiano S.Silvestre	001333841-28	812	13/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	411/2013	1.987,20
Emmanuel Fabiano S.Silvestre		813	13/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	411/2013	1.917,43
Regilane Maraya C.Aniz	986885291-91	855	20/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	445/2013	545,85
Regilane Maraya C.Aniz		856	20/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	445/2013	209,00
Emmanuel Fabiano S.Silvestre	001333841-28	882	22/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	465/2013	1.990,69
Emmanuel Fabiano S.Silvestre		883	22/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	465/2013	1.750,00
Andre Luiz de Souza Batista	958818321-91	946	04/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	366/2013	185,02

Andre Luiz de Souza Batista		947	04/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	366/2013	1.047,00
Nilson de Almeida	545517731-15	968	06/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	491/2013	1.947,28
Nilson de Almeida		969	06/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	491/2013	2.000,00
Lindoal Landes da Silva	615467711-15	1000	13/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	533/2013	1.696,78
Lindoal Landes da Silva		1001	13/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	533/2013	1.664,75
Fabio Henrique Alves	043273964-51	1051	24/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	589/2013	90,00
Fabio Henrique Alves		1052	24/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	589/2013	130,00
Thales Batista Oliveira		1128	11/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	651/2013	953,35
Thales Batista Oliveira		1129	11/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	651/2013	238,58
Murilo Jose Monteiro Amorim	023266301-73	1130	11/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	661/2013	995,05
Murilo Jose Monteiro Amorim		1131	11/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	661/2013	630,00
Emmanuel Fabiano S.Silvestre	001333841-28	1136	15/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	687/2013	1.975,14
Emmanuel Fabiano S.Silvestre		1137	15/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	687/2013	1.585,00
Lindoal Landes da Silva	615467711-15	1138	15/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	689/2013	1.731,93
Lindoal Landes da Silva		1139	15/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	689/2013	1.686,80
Nilson de Almeida	545517731-15	1140	15/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	688/2013	1.926,76
Nilson de Almeida		1141	15/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	688/2013	1.855,00
Patricia Menezes Tavares	770137513-91	1155	18/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	696/2013	977,95
Emmanuel Fabiano S.Silvestre	001333841-28	1218	26/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	716/2013	1.952,00
Fabio Henrique Alves	4327396451	1267	07/08/2013	339036	despesas de pequeno vulto	565/2013	200,00
Emmanuel Fabiano S.Silvestre		1219	26/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	716/2013	1.887,21
Emmanuel Fabiano S.Silvestre	001333841-28	1279	01/08/2013	339036	despesas de pequeno vulto	687/2013	225,00
Andre Luiz de Souza Batista	958818321-91	1321	16/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	821/2013	1.004,93
Andre Luiz de Souza Batista		1322	16/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	821/2013	617,05
Nilson de Almeida	545517731-15	1388	05/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	888/2013	1.764,33
Nilson de Almeida		1389	05/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	888/2013	1.990,00
Fabricio de Almeida Pereira	003.194420-55	1440	20/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	954/2013	160,00
Fabricio de Almeida Pereira		1441	20/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	954/2013	700,00
Camila Albuquerque Linhares	004512201-61	1442	20/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	955/2013	907,00
Camila Albuquerque Linhares		1443	20/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	955/2013	820,00
Murilo Jose Monteiro Amorim	023266301-73	1459	01/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	982/2013	810,15
Murilo Jose Monteiro Amorim		1460	01/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	982/2013	565,00
Patricia Menezes Tavares	770137513-91	1462	03/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	989/2013	415,26
Patricia Menezes Tavares		1463	03/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	989/2013	500,00

Gustavo Mussi Pires	034891529-21	1466	03/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1012/2013	345,36
Gustavo Mussi Pires		1467	03/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1012/2013	180,00
Emmanuel Fabiano S.Silvestre	001333841-28	1468	03/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	953/2013	1.807,14
Emmanuel Fabiano S.Silvestre		1469	03/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	953/2013	1.930,00
Thales Batista Oliveira	058245856-01	1496	14/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1049/2013	990,04
Thales Batista Oliveira		1497	14/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1049/2013	355,00
Lindoal Landes da Silva	615467711-15	1511	09/10/2013	339033	despesas de pequeno vulto	533/2013	133,00
Lindoal Landes da Silva	615467711-15	1554	23/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1104/2013	1.961,22
Lindoal Landes da Silva		1555	23/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1104/2013	1.372,50
Nilson de Almeida	545517731-15	1587	04/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1139/2013	1.716,59
Nilson de Almeida		1588	04/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1139/2013	1.628,00
Andre Luiz de Souza Batista	958818321-91	1602	07/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1150/2013	882,20
Marcelo Macedo Castro	795331751-68	1691	19/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1195/2013	536,60
Patricia Menezes Tavares	770137513-91	1766	04/12/2013	339030	despesas de pequeno vulto	1235/2013	661,50
Patricia Menezes Tavares		1767	04/12/2013	339039	despesas de pequeno vulto	1235/2013	279,80
Emmanuel Fabiano S.Silvestre	001333841-28	1280	01/08/2013	339147	Contrib. Patronal	687/2013	45,00
Fabio Henrique Alves	43273964-51	1269	07/08/2013	339147	Contrib. Patronal	765/2013	40,00
Valor Total utilizado pela UG							91.199,03
Código UG1: 090003		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Pará					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Ednilson De Jesus Silva	471362272-91	2013NE000058	23/01/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2012081002	1.000,00
Ednilson De Jesus Silva		2013NE000059	23/01/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		500,00
Ediene Kedman F. Da Cunha	837257501-06	2013NE000012	15/01/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	201307815204	800,00
Ediene Kedman F. Da Cunha		2013NE000013	15/01/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		700,00
Leno Stelio Reis Dos Reis	574433782-20	2013NE000017	15/01/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	201307815201	600,00
Leno Stelio Reis Dos Reis		2013NE000016	15/01/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		900,00
Sergio Antonio Scalabrin	231911042-91	2013NE000084	29/01/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	201329015104	500,00
Sergio Antonio Scalabrin		2013NE000083	29/01/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		500,00
Miguel Lima Dos Reis Junior	940355202-68	2013NE000209	19/02/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	362013-ATM	800,00
José Jorge Marques Dos Santos	328461692-68	2013NE000140	06/02/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	201328615201	400,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE000141	06/02/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		550,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE000457	21/03/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	2013286007	1.200,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE000456	21/03/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		800,00
Ednilson De Jesus Silva	471362272-91	2013NE000530	09/04/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013078041	1.000,00

Ediene Kedman F. Da Cunha	837257501-06	2013NE000532	09/04/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	2013078039	700,00
Ediene Kedman F. Da Cunha		2013NE000531	09/04/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		800,00
André Peres Guerreiro	795646662-87	2013NE000574	15/04/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	2013243002	800,00
André Peres Guerreiro		2013NE000573	15/04/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		1.000,00
André Peres Guerreiro		2013NE000587	17/04/2013	3339036	despesas de pequeno vulto		700,00
Sergio Antonio Scalabrin	231911042-91	2013NE000681	30/04/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	201329015211	500,00
Sergio Antonio Scalabrin		2013NE000682	30/04/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		500,00
Rildo José Magalhães De Sousa	827810602-91	2013NE000670	29/04/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	2013341014	800,00
Rildo José Magalhães De Sousa		2013NE000669	29/04/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		800,00
Rildo José Magalhães De Sousa		2013NE000671	29/04/2013	3339036	despesas de pequeno vulto		800,00
Ednilson De Jesus Silva	471362272-91	2013NE000807	08/05/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	201378058	1.000,00
Ednilson De Jesus Silva		2013NE000806	08/05/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		1.500,00
André Peres Guerreiro	795646662-87	2013NE000820	09/05/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	2013243005	600,00
André Peres Guerreiro		2013NE000819	09/05/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		900,00
Evando José G. Martins Filho	664488402-49	2013NE000675	29/04/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	2013078044	250,00
Evando José G. Martins Filho		2013NE000676	29/04/2013	3339036	despesas de pequeno vulto		250,00
Evando José G. Martins Filho		2013NE000674	29/04/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		1.000,00
José Jorge Marques Dos Santos	328461692-68	2013NE001046	06/06/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013286010	1.000,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE001047	06/06/2013	3339036	despesas de pequeno vulto		800,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE001048	06/06/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		1.000,00
Suelene Almeida Gonçalves	660537320-20	2013NE000847	13/05/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013234001	800,00
Suelene Almeida Gonçalves		2013NE000848	13/05/2013	3339036	despesas de pequeno vulto		700,00
Ednilson De Jesus Silva	471362272-91	2013NE001184	05/07/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013078092	1.000,00
Ednilson De Jesus Silva		2013NE001185	05/07/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		500,00
André Peres Guerreiro	795646662-87	2013NE001303	06/08/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	2013078101	600,00
André Peres Guerreiro		2013NE001302	06/08/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		900,00
Ediene Kedman F. Da Cunha	837257501-06	2013NE001304	06/08/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013078100	800,00
Ediene Kedman F. Da Cunha		2013NE001305	06/08/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		700,00
Rildo José Magalhães De Sousa	827810602-91	2013NE001300	06/08/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013341016	500,00
Rildo José Magalhães De Sousa		2013NE001301	06/08/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		300,00
José Jorge Marques Dos Santos	328461692-68	2013NE001329	08/08/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013286012	600,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE001330	08/08/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		800,00
Evando José G. Martins Filho	664488402-49	2013NE001376	13/08/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013078150112	1.000,00
Evando José G. Martins Filho		2013NE001377	13/08/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		500,00

Mirlena Delgado Marques	589083742-72	2013NE001594	11/09/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013427006	400,00
Mirlena Delgado Marques		2013NE001595	11/09/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		400,00
Sergio Antonio Scalabrin	231911042-91	2013NE001328	08/08/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	201329015214	750,00
Sergio Antonio Scalabrin		2013NE001327	08/08/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		750,00
José Jorge Marques Dos Santos	328461692-68	2013NE001788	15/10/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013286014	700,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE001790	15/10/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		800,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE001789	15/10/2013	3339036	despesas de pequeno vulto		500,00
Suelene Almeida Gonçalves	660537302-20	2013NE001864	24/10/2013	3339036	despesas de pequeno vulto	201329415210	700,00
Suelene Almeida Gonçalves		2013NE001863	24/10/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		800,00
Ediene Kedman F. Da Cunha	837257501-06	2013NE002017	22/11/2013	3339039	despesas de pequeno vulto	2013078163	400,00
Ediene Kedman F. Da Cunha		2013NE002016	22/11/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		400,00
José Jorge Marques Dos Santos	328461692-68	2013NE002014	22/11/2013	3339036	despesas de pequeno vulto	20132086015	400,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE002013	22/11/2013	3339030	despesas de pequeno vulto		1.000,00
José Jorge Marques Dos Santos		2013NE002015	22/11/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		600,00
Ednilson De Jesus Silva	471362272-91	2013NE002112	10/12/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013078173	1.500,00
Edivaldo De Sousa Paes Barreto	159133502-78	2013NE002168	19/12/2013	3339030	despesas de pequeno vulto	2013078152176	800,00
Edivaldo De Sousa Paes Barreto		2013NE002169	19/12/2013	3339039	despesas de pequeno vulto		600,00
Valor Total utilizado pela UG							47.150,00
Código UG1: 090005		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Piauí					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000065	30/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	19/2013-JFPI	1.500,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000067	30/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	19/2013-JFPI	1.000,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000066	30/01/2013	339036	despesas de pequeno vulto	19/2013-JFPI	500,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000311	04/04/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/02	800,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000310	04/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/02	1.200,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000312	04/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/02	1.000,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000663	19/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/57	1.700,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000664	19/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/57	500,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000665	19/06/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/57	800,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000762	06/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/86	1.000,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000764	06/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/86	500,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000763	06/08/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/86	1.500,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000964	20/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/92	1.000,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000965	20/09/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/92	1.600,00
Melquesedec Pontes Araujo	661744573-20	2013NE000966	20/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/92	400,00

Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000069	30/01/2013	339036	despesas de pequeno vulto	126/2013-JFPI	700,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000070	30/01/2013	339036	despesas de pequeno vulto	126/2013-JFPI	300,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000068	30/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	126/2013-JFPI	1.000,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000329	10/04/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/SE-CAM/15	700,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000328	10/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/SE-CAM/15	800,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000330	10/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/SE-CAM/15	500,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000552	21/05/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/58	200,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000551	21/05/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/58	1.000,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000550	21/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/58	1.000,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000922	18/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/91	800,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000923	18/09/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/91	500,00
Lucailo Almeida Elmiro	627321293-72	2013NE000924	18/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/91	200,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE00095	04/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	182/2013-JFPI	3.000,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE000203	06/03/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/03	1.500,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE000204	06/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/03	1.500,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE000309	03/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/07	3.000,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE000695	28/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SECAM/28	1.500,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE000696	28/06/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/SECAM/28	1.500,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE000855	02/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/SECAM/34	1.500,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE000856	02/09/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/SECAM/34	1.500,00
Edimerson De Araújo Silva	182027803-49	2013NE0001098	08/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/104	2.500,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000108	07/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	198/2013-JFPI	1.000,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000107	07/02/2013	339036	despesas de pequeno vulto	198/2013-JFPI	900,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000106	07/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	198/2013-JFPI	1.100,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000366	17/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/SE-CAM/16	500,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000367	17/04/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/SE-CAM/16	500,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000368	17/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/SE-CAM/16	2.000,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000755	01/08/2013	339036	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/78	300,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000754	01/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/78	1.200,00
Cristianne Leal Costa	666485993-91	2013NE000756	01/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013/PI/NU-CAD/78	1.500,00
Diomilton Almeida De Brito	226651023-15	2013NE0000313	04/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013/NUCAD/13	3.000,00
Valor Total utilizado pela UG							52.200,00
Código UG1: 090025		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de Rondônia					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor

Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	191	05/04/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/1	1.317,03
Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	192	05/04/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/1	373,89
Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	193	05/04/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/1	1.473,00
Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	684	14/08/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/2	1.498,74
Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	685	14/08/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/2	547,40
Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	686	14/08/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/2	989,00
Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	1059	22/11/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/3	1.496,40
Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	1060	22/11/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/3	192,00
Hélio Costa de Oliveira	940094499-34	1061	22/11/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/GUM/SEAFI/3	685,01
Jaime de Oliveira Alencar	408479182-20	341	15/05/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SEVIT-13	4.110,92
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	342	15/05/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SEVIT-13	2.721,10
Nilson Carlos Amorim	203312902-00	269	30/04/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SEINF/4	1.046,50
Nilson Carlos Amorim	203312902-00	270	30/04/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SEINF/4	170,00
Nilson Carlos Amorim	203312902-00	807	12/09/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SEINF/8	2.000,00
Nilson Carlos Amorim	203312902-00	808	12/09/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SEINF/8	3.000,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	194	05/04/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/1	1.492,34
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	195	05/04/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/1	250,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	196	05/04/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/1	1.500,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	337	15/05/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/5	1.799,39
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	338	15/05/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/5	398,81
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	339	15/05/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/5	1.795,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	490	20/06/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/6	1.797,15
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	491	20/06/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/6	100,00

Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	492	20/06/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI/6	1.800,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	651	06/08/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-7	1.800,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	652	06/08/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-7	250,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	653	06/08/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-7	1.800,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	913	09/10/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-8	1.508,71
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	914	09/10/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-8	0,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	915	09/10/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-8	1.412,29
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	1044	18/11/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-11	1.306,33
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	1045	18/11/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-11	0,00
Patrícia Geremias de Oliveria	979017842-53	1046	18/11/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/JIP/SEAFI-11	1.795,09
Roberval Silva Porto	691012484-72	185	05/04/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SE-SEG/5	5.407,59
Roberval Silva Porto	691012484-72	186	05/04/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SE-SEG/5	2.417,50
Roberval Silva Porto	691012484-72	688	14/08/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SE-SEG/14	5.312,08
Roberval Silva Porto	691012484-72	689	14/08/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SE-SEG/14	2.492,51
Roberval Silva Porto	691012484-72	919	14/10/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SE-SEG/18	5.500,00
Roberval Silva Porto	691012484-72	920	14/10/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/SE-SEG/18	2.455,80
Uberson de Jesus Gonçalves	027020905-08	1047	18/11/2013	339030	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/NU-CAD-114	1.500,00
Uberson de Jesus Gonçalves	027020905-08	1048	18/11/2013	339036	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/NU-CAD-114	1.000,00
Uberson de Jesus Gonçalves	027020905-08	1049	18/11/2013	339039	Despesa miúda de pronto pagamento	2013/RO/NU-CAD-114	1.500,00
Valor Total utilizado pela UG							70.011,58
Código UG1: 090039		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de Roraima					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Luiz Marcelo Bastos M.De Souza	546383643-49	82	07/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	51/2013	158,00
Luiz Marcelo Bastos M.De Souza	546383643-49	188	11/03/2013	339039	despesas de pequeno vulto	51/2013	209,80
Nancis Tereza Danieli Lima	241817652-53	306	10/06/2013	339030	despesas de pequeno vulto	91/2013	170,00
Nancis Tereza Danieli Lima	241817652-53	307	10/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	91/2013	79,00

Luiz Marcelo Bastos M.De Souza	546383643-49	455	02/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	227/2013	80,00
Nancis Tereza Danieli Lima	241817652-53	492	17/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	242/2013	189,15
Nancis Tereza Danieli Lima	241817652-53	553	21/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	268/2013	430,00
Luiz Marcelo Bastos M.De Souza	546383643-49	590	28/10/2013	339030	despesas de pequeno vulto	282/2013	170,00
Luiz Marcelo Bastos M.De Souza	546383643-49	591	28/10/2013	339039	despesas de pequeno vulto	282/2013	40,00
Valor Total utilizado pela UG							1.525,95
Código UG1: 090038		Nome da UG: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Tocantins					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor
Gilmar Cintra De Araujo	577424561-68	2013NE000032	28/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	23/2013	999,60
Gilmar Cintra De Araujo	577424561-68	2013NE000033	28/01/2013	339039	despesas de pequeno vulto	23/2013	160,00
Gilmar Cintra De Araujo	577424561-68	2013NE000541	01/08/2013	339030	despesas de pequeno vulto	278/2013	800,00
Gilmar Cintra De Araujo	577424561-68	2013NE000542	01/08/2013	339039	despesas de pequeno vulto	278/2013	0,00
Gleucilaine F. Da Silva Tavares	396882081-91	2013NE000471	05/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	182/2013	1.000,00
Gleucilaine F. Da Silva Tavares	396882081-91	2013NE000472	05/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	182/2013	80,00
Jorge Felix Coelho	339813531-53	2013NE000218	04/04/2013	339030	despesas de pequeno vulto	146/2013	60,00
Jorge Felix Coelho	339813531-53	2013NE000219	04/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	146/2013	1.000,00
Jorge Felix Coelho	339813531-53	2013NE000767	06/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	378/2013	174,18
Jorge Felix Coelho	339813531-53	2013NE000823	21/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	378/2013	1.158,74
Jorge Felix Coelho	339813531-53	2013NE001032	31/12/2013	339030	despesas de pequeno vulto	146/2013	370,16
Luzimar Silva Reis	771219611-72	2013NE000029	25/01/2013	339030	despesas de pequeno vulto	34/2013	385,35
Luzimar Silva Reis	771219611-72	2013NE000296	02/05/2013	339030	despesas de pequeno vulto	177/2013	991,26
Luzimar Silva Reis	771219611-72	2013NE000394	06/06/2013	339039	despesas de pequeno vulto	218/2013	380,00
Luzimar Silva Reis	771219611-72	2013NE000608	02/09/2013	339030	despesas de pequeno vulto	310/2013	616,00
Luzimar Silva Reis	771219611-72	2013NE000609	02/09/2013	339039	despesas de pequeno vulto	310/2013	1.000,00
Luzimar Silva Reis	771219611-72	2013NE000808	18/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	394/2013	690,00
Luzimar Silva Reis	771219611-72	2013NE000809	18/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	394/2013	442,20
Thiago Henrique Gomes	056923374-79	2013NE000191	03/04/2013	339039	despesas de pequeno vulto	201343152079	835,00
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	980829301-87	2013NE000119	26/02/2013	339039	despesas de pequeno vulto	201343152037	100,00
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	980829301-87	2013NE000122	28/02/2013	339030	despesas de pequeno vulto	201343152049	996,20
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	980829301-87	2013NE000521	23/07/2013	339030	despesas de pequeno vulto	270/2013	988,92
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	980829301-87	2013NE000522	23/07/2013	339039	despesas de pequeno vulto	270/2013	697,08
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	980829301-87	2013NE000762	05/11/2013	339030	despesas de pequeno vulto	2013431520495	95,00
Thyago Rodrigo Cabral Barbosa	980829301-87	2013NE000763	05/11/2013	339039	despesas de pequeno vulto	2013431520495	850,00
Valor Total utilizado pela UG							14.869,69
Código UG1: 090027		Nome da UG: Tribunal Regional Federal da 1ª Região - TRF1					
Suprido	CPF	NºEmpenho	Data Emp.	ND	Finalidade	Nº Processo	Valor

Washington Cardoso Da Cunha	266486951-53	2013NE800002	09/01/13	339030	viagem a serviço	0004/2013	559,34
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE800003	09/01/13	339030	despesas de pequeno vulto	0068/2013	1.050,42
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE800235	09/01/13	339030	despesas de pequeno vulto	0068/2013	243,36
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE800038	22/01/13	339030	despesas de pequeno vulto	0389/2013	262,32
Carlos Rafael Ferreira	581085486-91	2013NE800045	24/01/13	339030	viagem a serviço	0549/2013	844,67
Carlos Rafael Ferreira	581085486-91	2013NE800231	24/01/13	339039	viagem a serviço	0549/2013	18,00
Carlos Rafael Ferreira	581085486-91	2013NE800232	24/01/13	339030	viagem a serviço	0549/2013	31,00
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE000106	08/02/13	339030	despesas de pequeno vulto	0924/2013	2.939,14
Jadson Nobrega De Araujo	696781621-72	2013NE800518	21/05/13	339039	viagem a serviço	0761/2013	80,00
Jadson Nobrega De Araujo	696781621-72	2013NE800141	15/02/13	339030	viagem a serviço	0761/2013	424,18
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE800186	27/02/13	339030	despesas de pequeno vulto	1326/2013	2.604,00
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE000209	06/03/13	339030	despesas de pequeno vulto	1369/2013	173,40
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE000210	06/03/13	339039	despesas de pequeno vulto	1369/2013	383,00
Manoel Almir M. Dos Santos	103589865-91	2013NE800208	06/03/13	339030	viagem a serviço	1518/2013	538,28
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	201NE3800269	20/03/13	339030	despesas de pequeno vulto	2116/2013	954,90
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	201NE3800839	25/09/13	339039	despesas de pequeno vulto	2116/2013	33,87
Bruno Curvello Mello	705422521-04	2013NE800278	21/03/13	339030	viagem a serviço	2199/2013	383,01
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE800315	04/04/13	339030	despesas de pequeno vulto	2424/2013	69,66
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE800528	22/05/66	339030	despesas de pequeno vulto	4062/2013	1.406,67
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE000818	27/09/13	339039	despesas de pequeno vulto	4062/2013	1.307,40
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE800399	24/04/13	339030	despesas de pequeno vulto	3195/2013	2.545,44
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE800639	25/06/13	339030	despesas de pequeno vulto	4927/2013	1.377,60
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE800559	28/05/13	339030	despesas de pequeno vulto	4174/2013	1.423,92
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE000815	25/09/13	339039	despesas de pequeno vulto	4174/2013	1.054,43
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE800840	25/09/13	339047	despesas de pequeno vulto	4174/2013	60,00
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE800578	04/06/13	339030	despesas de pequeno vulto	4355/2013	345,70
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE800638	25/06/13	339030	despesas de pequeno vulto	4926/2013	803,53
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE000816	25/09/13	339039	despesas de pequeno vulto	4926/2013	100,00
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE800723	30/07/13	339030	despesas de pequeno vulto	4927/2013	1.374,20
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE800673	10/07/13	339030	despesas de pequeno vulto	5306/2013	727,32
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE800779	27/08/13	339030	despesas de pequeno vulto	5801/2013	2.759,62
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE801140	13/12/13	339039	despesas de pequeno vulto	5801/2013	350,00
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE800735	02/08/13	339030	despesas de pequeno vulto	5937/2013	996,69
Bruno Curvello Mello	705422521-04	2013NE800755	14/08/13	339030	viagem a serviço	6145/2013	1.326,65

André Nogueira De Aquino	885473961-87	2013NE800762	16/08/13	339030	viagem a serviço	6403/2013	370,15
Rubens Do Rego Barros	443513131-53	2013NE800761	16/08/13	339030	viagem a serviço	6405/2013	132,81
Manoel Almir M. Dos Santos	103589865-91	2013NE800763	16/08/13	339030	viagem a serviço	6404/2013	132,74
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE800871	03/10/13	339030	despesas de pequeno vulto	6553/2013	1.276,72
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE800872	03/10/13	339039	despesas de pequeno vulto	6553/2013	500,00
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE800777	27/08/13	339030	despesas de pequeno vulto	6600/2013	160,00
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE800778	27/08/13	339039	despesas de pequeno vulto	6600/2013	100,00
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE800796	04/09/13	339030	despesas de pequeno vulto	6743/2013	1.440,40
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE800981	25/10/13	339030	despesas de pequeno vulto	7537/2013	1.810,46
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE801159	17/12/13	339039	despesas de pequeno vulto	7537/2013	110,00
Carlos Rafael Ferreira	581085486-91	2013NE800875	04/10/13	339030	viagem a serviço	7695/2013	440,81
Carlos Rafael Ferreira	581085486-91	2013NE801129	12/12/13	339039	viagem a serviço	7695/2013	160,00
Bruno Curvello Mello	705422521-04	2013NE800886	08/10/13	339030	viagem a serviço	7694/2013	556,69
Bruno Curvello Mello	705422521-04	2013NE801151	16/12/13	339039	viagem a serviço	7694/2013	15,00
Reinaldo Martins Gama	093167791-20	2013NE800900	10/10/13	339030	viagem a serviço	7861/2013	300,00
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	20103NE800901	04/10/13	339030	despesas de pequeno vulto	7808/2013	708,12
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	20103NE800902	04/10/13	339039	despesas de pequeno vulto	7808/2013	656,00
Manoel Almir M. Dos Santos	103589865-91	2013NE800911	11/10/13	339030	viagem a serviço	7917/2013	590,98
Saulo Rodrigues Cavalcante	665538141-04	2013NE800910	11/10/13	339030	viagem a serviço	7918/2013	800,00
Carlos Rafael Ferreira	581085486-91	2013NE800995	29/10/13	339030	viagem a serviço	8497/2013	1.195,02
Carlos Rafael Ferreira	581085486-91	2013NE801109	29/10/13	339039	viagem a serviço	8497/2013	128,00
Bruno Curvello Mello	705422521-04	2013NE801047	19/11/13	339030	viagem a serviço	8498/2013	1.307,54
Bruno Curvello Mello	705422521-04	2013NE801250	28/12/13	339039	viagem a serviço	8498/2013	40,00
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE801027	08/11/13	339030	despesas de pequeno vulto	8594/2013	1.457,06
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE801028	08/11/13	339039	despesas de pequeno vulto	8594/2013	1.000,00
Juarez Pereira Santos	313687271-15	2013NE801048	19/11/13	339030	viagem a serviço	9061/2013	1.344,88
Manoel Almir M. Dos Santos	103589865-91	2013NE801049	19/11/13	339030	viagem a serviço	9060/2013	1.531,79
Manoel Almir M. Dos Santos	103589865-91	2013NE801160	17/12/13	339039	viagem a serviço	9060/2013	60,00
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE801056	22/11/13	339030	despesas de pequeno vulto	9135/2013	2.200,00
Paloma Leal Coutinho Boros	579553011-53	2013NE801057	22/11/13	339039	despesas de pequeno vulto	9135/2013	800,00
Paulo Alberto Rezende	385264921-87	2013NE800885	08/10/13	339030	despesas de pequeno vulto	7732/2013	802,29
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE801069	28/11/13	339030	despesas de pequeno vulto	9.189/2013	1.500,00
João Henrique Serra Azul Junior	381609861-49	2013NE801070	28/11/13	339039	despesas de pequeno vulto	9.189/2013	500,00
Marcio Antonio O. Fonseca	665134481-15	2013NE801030	11/11/13	339030	despesas de pequeno vulto	9373/2013	1.000,00

Marcio Antonio O. Fonseca	665134481-15	2013NE801096	11/11/13	339039	despesas de pequeno vulto	9373/2013	1.000,00
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE801152	08/11/13	339030	despesas de pequeno vulto	9775/2013	1.000,00
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE801126	28/12/13	339039	despesas de pequeno vulto	8594/2013	210,00
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE801223	12/12/13	339039	despesas de pequeno vulto	6743/2013	790,00
Rodrigo Pinto De Menezes	844734521-15	2013NE801153	08/11/13	339039	despesas de pequeno vulto	9775/2013	2.000,00
Valor Total utilizado pela UG							59.679,18
Valor Total utilizado pela UJ							840.940,12

4.4.3 Prestações de contas de suprimento de fundos

QUADRO 18 – PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B”)

Suprimento de Fundos	Conta Tipo B					
	2013		2012		2011	
Situação - AC	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	2	552,38	14	4.013,65	12	6.683,38
Situação - AM	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	5	10.416,51	6	11.300,00	5	7.100,00
Situação - AP	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas	2	3.000,00				
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	8	15.599,80	11	31.618,88	10	18.691,36
Situação - BA	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise	3	10.253,92				
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	67	102.195,87	65	112.820,39	71	143.864,42
Situação - DF	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise	1	8.000,00				
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	17	65.620,54	18	55.039,21	14	42.841,52
Situação - GO	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						

Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	28	41.502,45	28	41.177,31	13	18.259,67
Situação - MA	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas	9	25.501,45	11	32.550,00	7	21.300,00
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	35	115.288,73	22	80.573,97	39	67.704,42
Situação - MG	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	191	125.812,47	187	121.279,58	172	110.170,04
Situação - MT	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	44	91.199,03	35	49.849,66	31	28.132,48
Situação - PA	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise			2	5.500,00	1	1.500,00
Prestações de Contas em análise	1	1.800,00	4	772,58		
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	31	47.150,00	29	30.797,76	26	22.884,17
Situação - PI	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas	1	3.000,00			1	1.400,00
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise	1	3.000,00	2	5.500,00	4	8.900,00
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	18	49.200,00	26	62.400,00	23	51.900,00
Situação - RO	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise	1	3.500,00	1	26.447,74	1	3.500,00
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	14	66.511,58	11	52.500,00	11	62.111,82
Situação - RR	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	9	1.525,95	10	3.685,50	8	2.458,93
Situação - TO	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						

Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	24	14.869,69	22	15.165,15	18	15.921,27
Situação - TRF1	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas						
Prestações de Contas aguardando análise						
Prestações de Contas em análise						
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	48	59.679,18	22	30.258,36	28	15.090,54
Situação - Total	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Prestações de Contas não apresentadas	12	31.501,45	11	32.550,00	8	22.700,00
Prestações de Contas aguardando análise			2	5.500,00	1	1.500,00
Prestações de Contas em análise	7	26.553,92	7	32.720,32	5	12.400,00
Prestações de Contas não aprovadas						
Prestações de Contas aprovadas	541	807.124,18	506	702.479,42	481	613.814,02

Fonte: SIAFI 2011, SIAFI 2012, SIAFI 2013 e documentos de concessões expedidas em 2011, 2012 e 2013, constantes dos processos de concessão de suprimento de fundos.

4.4.4 Análise crítica

UG 090024 - Seção Judiciária do Estado do Acre

O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução/CJF n. 583/2007, proibiu a utilização de cartão corporativo no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus. Por essa razão, esta Seccional possui contas do tipo “B” abertas no Banco do Brasil para concessão de suprimento de fundos.

Durante o exercício de 2013, foram autuados 02 (dois) processos de suprimento de fundos, para atender despesas de pequena monta e que exigiam pronto pagamento em espécie.

Ressalte-se que as verbas de suprimento de fundos, na SJAC, são utilizadas em caráter de exceção para situações atender que não poderiam aguardar o decurso de um processo de aquisição normal, tendo sido observados os critérios de eventualidade, imprevisibilidade e valor envolvido, ou, nas quais se torna antieconômico realizar os procedimentos de praxe para realização da contratação.

UG 090002 - Seção Judiciária do Estado do Amazonas

As despesas realizadas com suprimento de fundos em 2013 mantiveram a média dos últimos anos.

Foram concedidos cinco suprimentos de fundos, com os seguintes valores:

	01	02	03	04	05
Material	1.500,00	1.500,00	1.700,00	2.000,00	1.500,00
Serviço	500,00	500,00	800,00	500,00	500,00

As medidas necessárias, e não menos importantes, a serem tomadas pela Justiça Federal do Amazonas, dizem respeito ao aprimoramento da gestão de suprimento de fundos como um todo, notadamente quanto à aquisição de pequenas despesas, que devem, em muitos casos, serem planejadas e adquiridas através de procedimento licitatório.

Assim, devem ser estabelecidas as seguintes metas para os próximos suprimentos:

- a) aprimorar o planejamento de compras do almoxarifado;
- b) nos atos da concessão de suprimentos de fundos, fundamentar a excepcionalidade do gasto que não possa se submeter ao curso normal da execução orçamentária;
- c) reunir um maior número de itens, a fim de que a compra possa ser realizada por dispensa de licitação ou outra modalidade, conforme o caso.

UG 090037 - Seção Judiciária do Estado do Amapá

No exercício de 2013, foram emitidas 10 (dez) concessões de suprimento de fundos, 06 (seis) a servidores lotados em Macapá e 04 (quatro) a servidores lotados nas Subseções Judiciárias de Oiapoque e Laranjal do Jari. Desse total, houve apresentação de 08 (oito) prestações de contas que, após análise do setor financeiro, tiveram os registros do SIAFI emitidos, com recebimento de valores não aplicados, ajustes quanto à execução das despesas, quando necessário, e baixa de responsabilidade.

Em relação às duas concessões cujas prestações de contas não foram apresentadas até 31 de dezembro de 2013, esclarecemos que uma delas ainda encontrava-se no prazo regulamentar de justificação, qual seja, 15 de janeiro de 2014.

As concessões de suprimento de fundos foram emitidas em Macapá para atender a despesas de pequeno valor e a necessidades prementes, que não poderiam aguardar os prazos de um processo normal de aquisição. As concessões para servidores das Subseções Judiciárias se justifica pela dificuldade de aquisição, por processo normal, de alguns materiais ou prestação de serviços no comércio local.

UG 090012 - Seção Judiciária do Estado da Bahia

O adiantamento do numerário de suprimento de fundos na modalidade Conta Tipo “B”, durante o exercício financeiro de 2013, alcançou um total de 70 concessões, totalizando o valor de R\$ 112.449,70.

Por outro lado, no exercício de 2012, observa-se que foi autorizado pelo ordenador de despesas um total de 65 concessões que alcançaram um valor global de R\$ 112.820,39. Nesse sentido, observa-se que apesar do acréscimo no pedido de concessões em 2013, em relação ao exercício anterior (crescimento de 8%), o valor utilizado pelos Agentes Supridos obteve decréscimo de 0,33%, muito embora mais Varas tenham sido instaladas em 2013 em Salvador (24^a) e no interior (Bom Jesus da Lapa). Este decréscimo fez com que a gestão do numerário de suprimento de fundos se tornasse eficiente, eficaz, bem assim, também, efetiva no exercício de 2013, tendo em vista que essa redução denota dizer que a regra das aquisições, compras e serviços, seguiram o rito da Carta Magna conforme preceitua o art. 37, XXI e o da Lei 8.666/93 art. 2^o; enquanto que a utilização do suprimento de fundos se constituiu a exceção.

UG 090023 - Seção Judiciária do Distrito Federal

A modalidade Suprimento de Fundos é regulamentada pela Resolução n. 583/2007, do Conselho da Justiça Federal, e consiste em medida excepcional de pagamento, porém necessária para o andamento célere da Administração. Assim, são feitos pagamentos de pequeno vulto e de pronto pagamento, limitado a duas concessões por mês por servidor.

UG 090022 - Seção Judiciária do Estado de Goiás

As apropriações relacionadas aos suprimentos de fundos foram realizadas dentro das normativas pertinentes. Não houve problemas nas prestações de contas dos supridos, que utilizaram os valores para gastos de pequenos vultos, dentro dos prazos legais.

UG 090004 - Seção Judiciária do Estado do Maranhão

As despesas com suprimento de fundos destinaram-se a atender despesas urgentes decorrentes de mutirões, material para pequenos serviços emergenciais que podem ser efetuados pelo artífice contratado, nas Subseções pequenos serviços emergenciais em função de atrasos em licitações.

UG 090013 - Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

Os recursos utilizados por meio de suprimento de fundos foram aplicados na aquisição de materiais e contratação de serviços imprescindíveis ao bom funcionamento da Administração nos casos em que não foi possível efetuar a contratação por dispensa de licitação.

UG 090021 - Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Observa-se um aumento no valor gasto em 2013 em comparação com o utilizado em 2012 devido a instalação de novas varas federais no interior, o que gerou despesas extras e emergenciais.

UG 090003 - Seção Judiciária do Estado do Pará

Na Seção Judiciária do Pará, em 2013, foram concedidos 32 suprimentos de fundos, quantidade 9,37% menor em relação a 2012 (35). Entretanto em valores, houve o aumento de 32,04% (2012: R\$ 37.070,34 e 2013: R\$ 48.950,00).

Observamos que desde 2010 a despesa aumentou 147,48% (em 2010: R\$ 19.779,32 e em 2013: R\$ 48.950,00). Em 2010 havia 9 (nove) varas, 1 (uma) turma recursal e 4 (quatro) subseções judiciárias. Em 2013 esta Unidade Jurisdicionada passou a contar com 11 varas, 1 turma recursal e 8 subseções judiciárias, sendo que as Subseções de Marabá e Santarém contam com duas varas cada uma, o que justifica o aumento desse tipo de despesa.

Esclarecemos que as análises das prestações de contas pendentes nos exercícios de 2012 já se encontram aprovadas e as de 2013 que estavam em processo de análise no final do exercício também foram aprovadas e a responsabilidade dos servidores no SIAFI devidamente baixada.

UG 090005 - Seção Judiciária do Estado do Piauí

No último triênio (2013/2012/2011) foram autorizados em média 25 suprimento de fundos entre servidores da Seccional e Subseções Vinculadas. Observa-se no exercício 2013(R\$55.200,00) uma diminuição em torno de 15% em relação aos anos de 2012 e 2011, que mantiveram uma média de R\$ 65.050,00.

UG 090025 - Seção Judiciária do Estado de Rondônia

O controle do uso de tais recursos vem sendo regularmente realizado, desde sua concessão pelo Ordenador de Despesas, sua obrigatoriedade de prestação de contar pelo suprimento e conferência de todos os atos pela Seção de Controle Interno, na forma da Resolução n. 583/2007-CJF e demais normas vigentes.

UG 090039 - Seção Judiciária do Estado de Roraima

No ano de 2013, foram concedidos 09 suprimentos de fundos, no total de R\$ 1.525,95.

O suprimento de fundos foi utilizado em 0,01% da execução, para despesas eventuais de pequeno vulto e pronto pagamento e obedeceu às disposições legais previstas.

Com ele foram pagos serviços de áudio, vídeo e foto, revelações e reproduções, assim como adquiridos materiais para acondicionamento e embalagens, manutenção de bens móveis e imóveis, material elétrico e de sinalização visual – tudo dentro das normas previstas em lei.

UG 090038 - Seção Judiciária do Estado do Tocantins

Os recursos utilizados por meio de suprimento de fundos foram aplicados na aquisição de materiais e contratação de serviços imprescindíveis ao bom funcionamento da Administração, os quais não poderiam aguardar o decurso de um processo de aquisição normal, tendo sido observados os critérios de eventualidade, imprevisibilidade e valor envolvido.

O controle do uso de tais recursos vem sendo regularmente realizado, desde sua concessão pelos Ordenadores de Despesas até a obrigatoriedade de prestação de contas pelo suprimento e conferência de todos os atos pelas áreas de Controle Interno, na forma da Resolução n. 583/2007-CJF e demais normas vigentes.

UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

O Conselho da Justiça Federal, por meio da Resolução/CJF n. 583/2007, proibiu a utilização de cartão corporativo no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º Graus. Por tal razão, com amparo no art. 3º, §§ 1º e 2º, do Decreto n. 6.370/2008, que permite os órgãos do Poder Judiciário optar pela utilização de contas bancárias destinadas à movimentação de suprimento de fundos, nos termos das normas vigentes, esta UJ possui contas do tipo “B” para concessão de suprimento de fundos aos seus servidores.

Os recursos utilizados por meio de suprimento de fundos foram aplicados na aquisição de materiais e contratação de serviços imprescindíveis ao bom funcionamento da Administração, os quais não poderiam aguardar o decurso de um processo de aquisição normal, tendo sido observados os critérios de eventualidade, imprevisibilidade e valor envolvido.

O controle do uso de tais recursos vem sendo regularmente realizado, desde sua concessão pelos Ordenadores de Despesas até a obrigatoriedade de prestação de contas pelo suprimento e conferência de todos os atos pelas áreas de Controle Interno, na forma da Resolução n. 583/2007-CJF e demais normas vigentes.

4.5 Gestão de precatórios

5.5.1 Requisições e precatórios da administração direta

QUADRO 19 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Precatórios - Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	3.553	351.464.198,79	5.131	517.294.514,93	11.347	1.189.863.568,77	3.546	351.062.514,11	5.123	519.371.616,34	11.311	1.197.842.427,69
Comum	404	313.932.998,21	515	403.108.707,33	710	740.194.390,00	400	279.734.643,32	513	391.129.963,21	701	156.597.704,57
Total	3.957	665.397.197,00	5.646	920.403.222,26	12.057	1.930.057.958,77	3.946	630.797.157,43	5.636	910.501.579,55	12.012	1.354.440.132,26
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Alimentícia				316.467.139,51	488.003.817,18	1.141.003.488,34	34.595.374,60	31.367.799,16	56.838.939,35	0,00		
Comum				11.416.676,41	21.926.049,72	19.339.762,68	268.317.966,91	369.203.913,49	137.257.941,89	0,00		
Total	-	-	-	327.883.815,92	509.929.866,90	1.160.343.251,02	302.913.341,51	400.571.712,65	194.096.881,24	0,00		

(1ª) As informações relativas à dotação orçamentária para pagamento de precatório deverão ser obtidas junto a Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária (SECOR/TRF1).

(2ª) O saldo a pagar dos precatórios de natureza comum apresentado no ano de 2010, submetidos à regra do pagamento parcelado nos termos do art. 78 ADCT (incluso pela EC 30/2000) é de R\$449.720.445,74 em jul/2010

4.5.2 Requisições e precatórios da administração indireta

QUADRO 20 – REQUISIÇÕES E PRECATÓRIOS - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Precatórios - Requisição												
Administração Indireta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	5.612	343.106.493,57	5.862	340.108.581,05	8.618	403.257.598,79	5.569	340.829.583,96	5.814	338.778.260,38	8.526	401.389.106,94
Comum	213	131.984.504,60	187	62.597.696,22	340	83.239.530,91	211	131.374.410,29	184	55.838.409,21	335	14.758.214,02
Total	5.825	475.090.998,17	6.049	402.706.277,27	8.958	486.497.129,70	5.780	472.203.994,25	5.998	394.616.669,59	8.861	416.147.320,96
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Física			Pessoa Jurídica					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011			
Alimentícia				332.000.556,80	329.752.931,65	384.190.784,78	8.829.027,16	9.025.328,73	17.198.322,16	0,00		
Comum				115.013.246,89	42.762.255,87	10.107.700,79	16.361.163,40	13.076.153,34	4.650.513,23	0,00		
Total	-	-	-	447.013.803,69	372.515.187,52	394.298.485,57	25.190.190,56	22.101.482,07	21.848.835,39	0,00		

Observações:

(1ª) As informações relativas à dotação orçamentária para pagamento de precatório deverão ser obtidas junto a Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária (SECOR/TRF1).

(2ª) O saldo a pagar dos precatórios de natureza comum apresentado no ano de 2010, submetidos à regra do pagamento parcelado nos termos do art. 78 ADCT (incluso pela EC 30/2000) é de R\$49.013.796,66 em jul/2010.

Fonte: Coordenadoria de Execução Judicial - COREJ/TRF1

4.5.3 Análise crítica

A Coordenadoria de Execução Judicial do Tribunal Regional Federal da Primeira Região tem como função precípua coordenar, orientar e uniformizar os procedimentos relativos ao processamento das requisições de precatório visando a assegurar aos beneficiários o recebimento de seus créditos dentro do prazo legal e na estrita ordem cronológica de pagamento, cujo objetivo é a efetiva prestação jurisdicional, otimização dos custos e contribuir para a celeridade e eficiência no cumprimento da decisão judicial transitada em julgado.

Tem-se como dificuldades o processamento manual de milhares de requisições oriundas da Justiça Estadual, que atua no uso da competência delegada (§3º do artigo 109 da Constituição Federal), somado à escassez de servidores lotados na Unidade. Mesmo assim, todas as requisições expedidas em formulário padrão são digitalizadas manualmente e posteriormente armazenadas no sistema eletrônico do Tribunal, de forma que os demais documentos vinculados também sejam armazenados eletronicamente. Com essa medida, deixaram de ser impressos milhares de documentos durante o ano de 2013, contribuindo diretamente para o desenvolvimento ambiental sustentável.

Tem-se como facilidades o processamento das requisições oriundas da justiça federal adotando o sistema eletrônico para a expedição de requisição de pagamento com assinatura certificada digitalmente. Vale destacar que é grande a responsabilidade do gestor para gerenciar o sistema eletrônico, exigindo constantemente a manutenção das rotinas pelo setor de informática deste Tribunal para adequá-las as legislações vigentes, bem como garantir a integridade dos dados a ser entregue ao destinatário.

É importante esclarecer que ambas as formas de processamento não exime a Unidade processante da responsabilidade de conferência de todos os dados exigidos por lei para a formalização da requisição de pagamento.

No âmbito da estrutura de controle interno do Tribunal, não existe riscos e problemas que levem ao descumprimento do art. 100 da CF/1988. Todavia, é importante frisar que o único risco existente é a não liberação dos recursos orçamentários pela Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPO/MPOG) e dos recursos financeiros pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF), como ocorreu com as requisições de pequeno valor autuadas em outubro e novembro de 2013, que foram pagas com atraso.

O controle das requisições é feito mediante sistema informatizado do próprio Tribunal e pelo Sistema de Administração Financeiro (SIAFI), além do controle mediante registro em Processo Administrativo, para fins de análise pela Secretaria de Controle Interno e pela Secretaria de Orçamento do Tribunal, cujo objetivo é dar transparência na aplicação dos recursos públicos. E ainda, para fins de prestação de contas junto aos órgãos externos, a relação de pagamento é enviada por meio eletrônico ao CJF e aos órgãos devedores, inclusive à Advocacia Geral da União e à Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da LDO.

QUADRO 21 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.009	1.243	102	69
1.1. Membros de poder e agentes políticos	614	457	0	2
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.009	1.243	102	69
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1.110	59	38
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		5	2	

1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		118	41	31
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	37	35	3	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.046	1.278	105	74

Fonte: DICAP

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

QUADRO 22 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	54
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	13
1.2. Exercício de Função de Confiança	41
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	1
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	9
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	9
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	13
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	12
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	77

Fonte: DICAP

Magistrados

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	18
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	16
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	146
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	146
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	1
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	2
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	168

Fonte: ASMAG

Fonte: ASMAG

5.1.2 Qualificação da força de trabalho

5.1.2.1 Estrutura de cargos e funções

QUADRO 23 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO APURADA EM 31/12)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		(No Exercício)	
	Autorizada	Efetiva	Ingressos	Egressos
1. Cargos em Comissão	169	168	9	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0			
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	169	168	9	1
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	125	6	0

1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	6	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	37	3	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	1
2. Funções Gratificadas	905	872	51	1
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	760	38	
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	112	13	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1074	1040	60	3

Fonte: DICAP

5.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

QUADRO 24 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA (SITUAÇÃO APURADA EM 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até	De 31	De 41	De 51 a	Acima
	30 anos	a 40 anos	a 50 anos	a 60 anos	de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	70	330	670	287	54
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	24	192	168	49	23
1.2. Servidores de Carreira	46	138	502	238	31
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	32	193	579	224	44
2.1. Cargos de Natureza Especial	2	7	7	9	10
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	26	85	40	12
2.3. Funções Gratificadas	25	160	487	175	22
3. Totais (1+2)	102	523	1249	511	98

5.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

QUADRO 25 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE (SITUAÇÃO APURADA EM 31/12)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	12	141	930	195	85	27	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	329	35	67	25	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	12	141	601	160	18	2	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	8	14	160	700	173	17	1	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	29	6	1	0	0

2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	1	2	132	29	5	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	8	13	158	539	138	11	1	0
3. Totais (1+2)	0	0	8	26	301	1630	368	102	28	0
Legenda: Nível de Escolaridade - 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto;										
4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação;										
8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.										
Fonte: DICAP e AS MAG										

Fonte: DICAP e AS MAG

5.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

QUADRO 26 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Ano	Despesas Variáveis								Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
	Venciment. e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenc.	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
2013	130.910.273,73	2.464.470,59	9.568.250,05	6.208.206,43	24.213.348,36	9.382.468,95	1.834.334,84	11.677.335,63	555.116,92	196.813.805,50	
2012	114.191.439,43	0	10.674.830,06	6.343.968,85	10.388.640,21	1.085.150,70	0	1.143.349,70	303.528,10	144.130.907,05	
2011	110.746.555,26	1.155.302,28	10.292.352,69	5.721.720,71	7.542.535,25	1.473.336,11	0	6.202.794,67	281.766,51	143.416.363,48	
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
2013	292.579.308,08	12.689.814,79	102.206.912,64	23.512.425,88	62.113.229,82	13.977.780,99	8.492.154,18	4.397.805,06	271.515,49	520.240.946,93	
2012	159.605.810,00	0	45.738.236,54	5.311.478,90	13.730.329,30	1.125.740,00	0	857.806,60	263.254,12	226.632.655,46	
2011	203.517.370,31	7.773.693,77	169.331.157,84	34.919.338,50	43.330.987,44	4.095.979,29	0	1.197.680,90	226.348,96	464.392.557,01	
Servidores com Contratos Temporários											
2013											
2012											
2011											
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
2013	27.421.385,74	525.854,51	11.228.192,68	1.903.623,69	2.973.151,91	363.715,19	103.699,71	74.062,14	32.739,08	44.626.424,65	
2012	25.697.162,20	0	2.358.370,90	758.101,80	2.019.240,10	55.269,10	0	76.559,40	0	30.964.703,50	
2011	17.444.197,40	455.724,91	9.226.244,41	1.939.684,21	2.048.492,23	195.359,34	0	108.616,35	25.951,45	31.444.270,30	
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
2013											
2012											
2011											
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
2013	18.914.989,53	47.617.839,76	10.445.972,85	2.281.841,46	8.472.102,91	3.079.390,74	1.159.236,09	340.347,85	27.654,79	92.339.375,98	
2012	48.007.188,80	34.237.782,70	4.117.088,70	3.022.311,00	6.602.593,80	324.029,80	1.500.273,82	161.432,30	0	97.972.700,92	
2011	17.115.352,37	20.729.381,86	9.486.579,16	2.414.521,00	3.837.710,86	156.155,78	551.503,69	203.789,85	15.517,80	54.510.512,37	
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
2013	237.452.008,54	136.762.399,31	137.006.752,29	22.806.840,08	85.610.787,98	30.069.821,17	17.063.871,74	5.825.197,11	300.162,01	672.897.840,23	
2012	447.244.336,36	115.822.321,50	80.710.550,10	27.700.405,70	70.575.467,10	3.603.050,10	2.329.232,55	2.486.664,70	0	750.472.028,11	
2011	168.519.028,91	117.328.125,15	88.369.434,06	20.181.453,26	27.650.837,89	1.661.639,41	689.279,85	900.427,74	35.633,86	425.335.860,13	

Fonte: SECRE/TRF1 e Seções Judiciárias da 1ª Região

5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

QUADRO 27 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade de Servidores	Quantid. de Aposentadorias
	Aposentados até 31/12	Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	640	69
1.1 Voluntária	472	52
1.2 Compulsória	5	0
1.3 Invalidez Permanente	162	17
1.4 Outras	1	0
2. Proporcional	282	18
2.1 Voluntária	238	6
2.2 Compulsória	15	3
2.3 Invalidez Permanente	25	6
2.4 Outras	4	3
3. Totais (1+2)	922	87

Fonte: DILEP e SECCIONAIS

MAGISTRADOS

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade de Magistrados	Quantid. de Aposentadorias					
	Aposentados até 31/12/2013	Iniciadas no Exercício de Referência					
1. Integral	4						
1.1 Voluntária	3						
1.2 Compulsória	1						
1.3 Invalidez Permanente							
1.4 Outras							
2. Proporcional	1						
2.1 Voluntária							
2.2 Compulsória	1						
2.3 Invalidez Permanente							
2.4 Outras							
3. Totais (1+2)	5						

Fonte: ASMAG

Fonte: ASMAG

5.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

QUADRO 28 – INSTITUIDORES DE PENSÃO – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciadas no Exercício de Referência
1. Aposentado	149	14
1.1 Integral	141	8
1.2 Proporcional	8	6
2. Em Atividade	143	13
3. Totais (1+2)	292	27

Fonte: DILEP E SECCIONAIS

MAGISTRADOS

Regime de Proventos do Magistrado Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12/2013	Iniciadas no Exercício de Referência
1. Aposentado	1	
1.1 Integral	1	

1.2	Proporcional		
2.	Em Atividade		
3.	Totais (1+2)	1	
Fonte: ASMAG			

5.1.5 Cadastramento no Sisac

5.1.5.1 Atos sujeitos à comunicação ao tribunal por intermédio do sisac

QUADRO 29 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de Atos			
	Sujeitos a Registro no TCU		Cadastrados no SISAC	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	462	651	462	651
Concessão de aposentadoria	95	110	85	110
Concessão de pensão civil	18	18	17	18
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	10	53	9	53
Total	585	832	573	832

MAGISTRADOS

Tipos de Atos	Quantidade de Atos			
	Sujeitos a Registro no TCU		Sujeitos a Cadastro no SISAC	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	50	0	50	0
Concessão de aposentadoria	4	5	4	5
Concessão de pensão civil				
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total	54	5	54	5

Fonte: ASMAG

5.1.5.2 Atos sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO 30 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	272	111	272	111
Cancelamento de concessão	3	10	3	10
Cancelamento de desligamento				
Totais	275	121	275	121

5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

QUADRO 31 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

SERVIDORES

Tipos de Atos	Quantidade de Atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC - Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	132	247	52	31
Concessão de aposentadoria	21	61	3	0
Concessão de pensão civil	5	12	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	3	6	0	0
Total	161	326	55	31
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	122	7	1	142
Cancelamento de concessão	1	2	0	0
Cancelamento de desligamento				
Total	123	9	1	142

MAGISTRADOS

Tipos de Atos	Quantidade de Atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC - Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão		50		
Concessão de aposentadoria		3		
Concessão de pensão civil		1		
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Total		54		
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento		2		
Cancelamento de concessão				
Cancelamento de desligamento				
Total		56		

5.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Não há registros, no TRF e Seccionais vinculadas, de casos referentes à acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos ocorridas no exercício de 2013 na Justiça Federal da 1ª Região.

5.1.7 Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

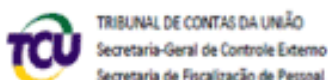
Prejudicado, em face do constante no subitem 5.1.6

5.1.8 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

No âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região não há, ainda, indicadores de desempenho formalmente instituídos.

Foram informados, entretanto, indicadores relacionados à área de gestão de pessoas, os quais fizeram parte do Questionário de Governança de Pessoal do Tribunal de Contas da União – Perfil GovPessoal 2013, itens 96 e 97 – arquivo anexo.

Ainda no exercício de 2013, foi realizada oficina de capacitação dos servidores para a elaboração dos indicadores de desempenho denominada “Indicadores Gerenciais de Recursos Humanos”, os quais ainda passarão pelo processo de validação.



Questionário
Perfil GovPessoal 2013

Preencha os campos da Tabela II, informando a quantidade atual de pessoas em cada categoria, de forma que toda a força de trabalho da Unidade de Gestão de Pessoas da sua instituição esteja incluída (ex. unidades de treinamento e desenvolvimento, recrutamento e seleção, qualidade de vida no trabalho, gestão de desempenho, pagamento de ativos e inativos):

Tabela II – Força de trabalho na Unidade de Gestão de Pessoas	Quantidade atual
91. Total de colaboradores lotados na Unidade de Gestão de Pessoas (excluir os gestores, descritos no item 92)	29
91.1. Colaboradores do quadro efetivo da instituição lotados na Unidade de Gestão de Pessoas (excluir os gestores, descritos no item 92)	29
92. Total de gestores (membros da instituição que têm outros membros formalmente subordinados a eles – ex. diretores, gerentes, chefes, supervisores) lotados na Unidade de Gestão de Pessoas	23
92.1. Gestores (membros da instituição que têm outros membros formalmente subordinados a eles – ex. diretores, gerentes, chefes, supervisores) do quadro efetivo da instituição lotados na Unidade de Gestão de Pessoas	23

Preencha os campos da Tabela III, informando a quantidade atual de pessoas em cada categoria:

Tabela III – Outras categorias	Quantidade atual
93. Colaboradores e gestores da instituição submetidos a processo formal e regular de avaliação de desempenho (excluir os casos de avaliação do período probatório)	102
94. Colaboradores e gestores da instituição com previsão de se tornarem inativos por aposentadoria, reforma ou reserva até 31/12/2015	67
95. Colaboradores e gestores da Unidade de Gestão de Pessoas que efetivamente prestam apoio direto ao desenvolvimento e implementação de ações estratégicas de gestão de pessoas	5

Preencha os campos da Tabela IV, utilizando a seguinte fórmula: $X \div Y$

Tabela IV - Índices	Índice
96. Índice de perdas da instituição por iniciativa dos seus colaboradores e gestores, onde: • X = colaboradores e gestores que pediram exoneração, demissão ou vacância durante o exercício de 2012 • Y = total de colaboradores e gestores da instituição em atividade em 1ª/1/2012	7,52
97. Índice de perdas da Unidade de Gestão de Pessoas por iniciativa dos seus colaboradores e gestores, onde: • X = colaboradores e gestores lotados na Unidade de Gestão de Pessoas que foram transferidos/movimentados a pedido, assim como os que pediram exoneração, demissão ou vacância, durante o exercício de 2012 • Y = total de colaboradores e gestores lotados na Unidade de Gestão de Pessoas em 1ª/1/2012	11,32

5.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

5.2.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada

QUADRO 32 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Observações: O contrato 39/2012 foi revogado unilateralmente pela Administração e a empresa foi penalizada na forma do art. 87-III, da Lei n. 8.666/93. Os postos de servente, o contrato exige leitura/escrita, foram incluídos em "ensino fundamental". Quanto à escolaridade para vigilantes, a contratada obriga-se a empregar pessoal preparado, em especial conforme arts. 16 e 17, da Lei n. 7.102/1983.													
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de 1ª Grau - Seção Judiciária do Estado de Roraima													
UG/Gestão: 090039/00001							CNPJ: 05.438.430/0001-03						
Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva													
				CNPJ da	Período Contrat. de Exec.		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						
Ano do	Área	Natur.	Identificação	Empresa	das Atividades Contratadas		Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		Situação do
Contrato			do Contrato	Contratada	Início	Fim	P	C	P	C	P	C	Contrato
2012	L	O	22/2012	10.631.850/0001-41	05/11/2012	04/02/2014	10	10					P
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de 1ª Grau - Seção Judiciária do Estado do Tocantins													
UG/Gestão: 090038/00001							CNPJ: 05.446.379/0001-81						
Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva													
				CNPJ da	Período Contrat. de Exec.		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						
Ano do	Área	Natur.	Identificação	Empresa	das Atividades Contratadas		Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		Situação do
Contrato			do Contrato	Contratada	Início	Fim	P	C	P	C	P	C	Contrato
2009	L	O	09/2009	04.829.840/0001-12	03/07/2012	02/01/2013	13	13	18	18			E
2010	L	O	15/2010	07.116.584/0001-04	26/04/2013	24/07/2013	3	3	6	6			E
2011	L	O	8/2011	08.531.933/0001-17	16/05/2013	15/05/2014	3	3	3	3			P
2012	L	O	18/2012	09.384.382/0001-79	03/01/2013	02/01/2014	20	20	30	30			A
2013	L	O	11/2013	00.482.840/0001-38	25/07/2013	24/07/2014	3	3	6	6			A
2010	V	O	10/2010	03.601.036/0003-80	16/10/2013	15/2014	4	4					P
2011	V	O	11/2011	03.601.036/0003-80	30/05/2013	29/05/2014	4	4					P
2012	V	O	12/2012	03.601.036/0003-80	03/11/2013	02/11/2014	9	9					P
Unidade Contratante													
Nome: Tribunal Regional Federal da 1ª Região													
UG/Gestão: 090027/00001							CNPJ: 03.658.507/0001-25						
Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva													
				CNPJ da	Período Contrat. de Exec.		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						
Ano do	Área	Natur.	Identificação	Empresa	das Atividades Contratadas		Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		Situação do
Contrato			do Contrato	Contratada	Início	Fim	P	C	P	C	P	C	Contrato
2010	L	O	0015/2010	02.843.359/0001-56	27/01/2010	27/01/2015	177	177	175	175			P
2012	V	O	0054/2012	04.689.445/0001-81	26/04/2012	25/04/2014	138(1)	114(1)					P
Observações: (¹) Não consta no contrato informação relacionada ao nível de escolaridade.													
Legenda: -- Área: (L) Limpeza; (V) Vigilância Ostensiva -- Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial													
Quant.de Trabalh.: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado													
Fonte:													

5.2.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

QUADRO 33 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Acre													
UG/Gestão: 090024/00001							CNPJ: 05.429.148/0001-60						
Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra													
Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados				Situação do Contrato		
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2008	4,5,6,121	O	05/2008	01.175.513/0001-04	27/05/2008	27/11/2013	24	3		20		1	E
2009	9	O	10/2009	02.606.033/0001-05	02/11/2009	01/11/2014			2	2	2	2	P
2011	12	O	12/2011	12.263.256/0001-70	08/09/2011	08/09/2014			1	1	1	1	P
2011	3	O	13/2011	58.069.360/0001-20	19/10/2011	19/10/2014			2			2	P
2011	12	O	15/2011	10.900.050/0001-89	09/01/2012	09/01/2014					1	1	P
2013	4,5,6,12	O	15/2013	13.637.847/0001-23	28/11/2013	28/11/2014	12	3	13	22			A
Observações: Contrato 27/2013: Contrato destinado à prestação de serviços continuados de mão-de-obra especializada, compreendendo Médico (01 unidade), Odontólogo (01 unidade) e Auxiliar de Consultório Dentário (01 unidade) rescindido a partir de 20/12/2013, a pedido da Contratada em decorrência de irregularidade fiscal e aplicação da penalidade de Suspensão Temporária prevista no art. 87, inc. III da Lei 8.666/93, aplicada pela Boa Vista Energia S/A, sendo que a nova contratação será firmada somente em 2014.													
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Amazonas													
UG/Gestão: 090002/00001							CNPJ: 05.419.225/0001-09						
Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra													
Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados				Situação do Contrato		
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	27/2013	02.760.172/0001-99	31/12/2012	19/12/2013			1	1	2	2	E
2011	3	O	14/2011	58.069.360/0001-20	20/10/2011	19/10/2014			5	5			p
2010	8	O	09/2010	01.426.994/0001-75	26/05/2010	25/05/2014			1	1			P
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Amapá													
UG/Gestão: 090037/00001							CNPJ: 05.426.574/0001-40						
Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra													
Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados				Situação do Contrato		
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2013	4	O	19/2013	10.448.193/0001-00	20/11/2013	19/11/2014				2			P
2012	4	O	3/2012	03.110.313/0001-90	24/01/2013	23/01/2014				1			P
2012	4	O	4/2012	03.110.313/0001-90	24/01/2013	23/01/2014				1			P
2012	4	O	9/2012	10.448.193/0001-00	01/07/2013	30/06/2014				2			P
2012	9	O	18/2012	10.448.193/0001-00	17/12/2012	17/12/2013				7		1	P
2011	11	O	4/2011	23.006.228/0001-80	28/02/2013	27/02/2014				2			P
2011	3	O	8/2011	58.069.360/0001-20	18/10/2012	18/10/2013				3			P
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária da Bahia													
UG/Gestão: 090012/00001							CNPJ: 05.442.957/0001-01						

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra													
Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2009	9	O	53/09	00.632.068/0001-93	30/07/2009	29/07/2014		3	1	7			P
2010	12	O	60/09	04.496.288/0001-98	09/09/2009	31/12/2013					12	12	E
2010	12	O	36/10	15.194.004/0001-25	01/06/2010	30/09/2014	0	0	6	6	5	5	P
2011	3	O	77/11	58.069.360/0001-20	19/10/2011	18/10/2014	0	0	11	8	0	3	P
2012	12	O	84/11	04.370.972/0001-29	01/12/2011	30/11/2013	6	6	17	17			E
2012	12	O	01/nov	08.172.890/0001-20	01/02/2012	31/01/2013			20	20			E
2013	12	O	36/12	04.370.972/0001-29	16/03/2012	13/01/2014		51		3		1	E
2014	12	O	64/12	12.710.647/0001-96	16/07/2012	15/07/2014			18	18			P
2015	12	O	65/12	12.710.647/0001-96	16/07/2013	15/07/2014			11	11			P
2013	12	E	18/13	10.749.339/0001-49	01/02/2013	30/07/2013			21	21			E
2013	11	O	25/13	40.561.243/0001-13	20/02/2013	19/02/2015					1	1	P
2013	12	E	49/13	10.749.339/0001-49	31/07/2013	05/01/2014			21	21			E
2013	12	O	53/13	04.994.627/0001-66	02/09/2013	01/09/2014			10	10			A
2013	12	O	67/13	10.956.539/0001-72	01/12/2013	30/11/2014	6	6	17	17			A
2011	3	O	77/11	58.069.360/0001-20	19/10/2013	18/10/2014			1	1			P
2012	11	O	24/2012	03.445.187/0001-25	01/03/2013	28/02/2014			2	2			P
2012	9	O	31/2012	40.696.627/0001-43	12/03/2013	11/03/2014	3	3					P
2012	8	O	76/2012	13.623.102/0001-05	30/09/2012	29/09/2014	1	1					A
2012	9	O	77/2012	13.623.102/0001-05	16/09/2012	15/09/2014	1	1					A

Observação: Para o contrato 86/2011, o Executor informa que, como se trata de serviço de manutenção de ar condicionado, não pode afirmar o quantitativo de escolaridade, Subseção de campo Formoso. Os contratos pagos pelo convênio com a CEF foram inseridos na planilha, porém, sem indicação do quantitativo de pessoal

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Distrito Federal

UG/Gestão: 090023/00001

CNPJ: 05.456.457/0001-57

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2011	11	O	07/2011	10.704.092.0001-44	01/01/2011	31/03/2013	134	134					E
2013	11	E	10/2013	06.090.065/0001-51	01/04/2013	27/09/2013	134	134					E
2013	11	O	17/2013	04.356.735/0001-03	11/11/2013	10/05/2016	134	134					A
2010	9	O	26/2010	04.248.842/0001-18	16/11/2010	15/11/2014	36	36					P
2011	12	O	21/2011	08.878.823/0001-26	01/09/2011	31/08/2014			5	5	13	13	P

Observações: O Contrato SJ/DF nº 07/2011 foi rescindido unilateralmente, tendo assumido, em caráter emergencial, nova empresa, conforme Contrato SJ/DF nº 10/2013. O Contrato SJ/DF nº 10/2013 - emergencial - encerrou em 27/09/2013, porém a empresa continuou a prestar os serviços, recebendo por indenização até 10/11/2013, enquanto prosseguia a licitação para a nova contratada, que assumiu a prestação dos serviços em 11/11/2013. O Contrato SJ/DF nº 21/2011 refere-se a terceirização de mão-de-obra na área de saúde (com recursos pagos pelo PróSocial). Além dos Contratos listados acima, esta Seccional firmou o Contrato SJ/DF nº 22/2011, para contratação de serviços especializados na área de Tecnologia da Informação - TI, tendo hoje 8 técnicos realizando atividades de suporte técnico.

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Goiás

UG/Gestão: 090022/00001

CNPJ: 05.439.950/0001-30

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

				CNPJ da	Período Contrat. de Exec.	Nível Escolarid. Exigido dos Contratados	
--	--	--	--	---------	---------------------------	--	--

Ano do	Área	Natur.	Identificação	Empresa	das Atividades Contratadas		Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		Situação do
Contrato			do Contrato	Contratada	Início	Fim	P	C	P	C	P	C	Contrato
2008	9	O	32/2008	00.478.727/0001-89	03/12/2008	02/12/2014			16	16			P
2013	11	O	37/2013	11.381182/0001-04	28/08/2013	27/08/2014			51	51			A
2012	9	O	46/2012	00.482.840/0001-38	05/11/2012	04/11/2014			8	8			p
2013	7	O	05/2013	12.916.218/0001-70	16/01/2013	15/01/2015			2	2			P
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Maranhão													
UG/Gestão: 090004/00001						CNPJ: 05.424.667/0001-35							
Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra													
				CNPJ da	Período Contrat. de Exec.		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						
Ano do	Área	Natur.	Identificação	Empresa	das Atividades Contratadas		Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		Situação do
Contrato			do Contrato	Contratada	Início	Fim	P	C	P	C	P	C	Contrato
2008	9	O	10/2008	00.875.943/0001-68	10/03/2008	09/03/2014				3			P
2009	11	O	13/2009	06.234.467/0001-82	05/05/2009	04/05/2014				5		1	P
2009	12	O	15/2009	07.404.939/0001-60	19/06/2009	18/06/2014			1	1	3	3	P
2009	9	O	23/2009	00.875.943/0001-68	01/10/2009	30/09/2014		1		1			P
2010	9	O	18/2010	00.875.943/0001-68	10/06/2010	09/02/2014				2			P
2010	11	O	24/2010	05.485.352/0001-06	13/09/2010	12/03/2014				1		2	P
2011	9	O	10/2011	11.399.787/0001-22	14/06/2011	13/06/2014				1			P
2011	4	O	19/2011	09.611.589/0001-39	03/10/2011	02/10/2014				2			P
2011	3	O	20/2011	58.069.360/0001-20	19/10/2011	18/10/2014				5		2	P
2012	9	O	14/2012	07.800.844/0001-66	01/08/2012	31/07/2014		1					P
2012	11	O	16/2012	09.529.151/0001-06	01/09/2012	28/02/2013				29			E
2012	11	O	18/2012	13.014.490/0001-27	10/08/2012	09/08/2013				1			E
2012	11	O	19/2012	14.219.460/0001-10	20/08/2012	19/08/2014				20		1	P
2012	5	O	21/2012	08.489.384/0001-60	11/10/2012	11/10/2014				2			P
2012	4	O	22/2012	07.800.844/0001-66	05/11/2012	04/11/2014				1			P
2012	11	O	27/2012	08.779.593/0001-48	17/12/2012	16/04/2014				2			P
2012	9	O	28/2012	07.800.844/0001-66	31/12/2012	30/12/2014		1					P
2013	9	O	4/2013	07.800.844/0001-66	21/01/2013	20/01/2015				7			P
2013	11	O	9/2013	00.211.921/0001-01	01/03/2013	31/05/2013				29			E
2013	11	O	11/2013	11.108.152/0001-29	01/06/2013	17/11/2013				32			E
2013	11	O	17/2013	07.800.844/0001-66	12/08/2013	12/08/2014				1			A
2013	11	O	24/2013	14.219.460/0001-10	18/11/2013	18/11/2014				32			A
Unidade Contratante													
Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Minas Gerais													
UG/Gestão: 090013/00001						CNPJ: 05.452.786/0001-00							
Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra													
				CNPJ da	Período Contrat. de Exec.		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						
Ano do	Área	Natur.	Identificação	Empresa	das Atividades Contratadas		Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		Situação do
Contrato			do Contrato	Contratada	Início	Fim	P	C	P	C	P	C	Contrato
2013	11	O	038/2013	01.232.808/0001-67	15/04/2013	14/04/2014	7						A
2012	11	O	090/2012	01.232.808/0001-67	03/09/2012	02/09/2014				8			P
2012	11	O	091/2012	01.232.808/0001-67	03/09/2012	02/09/2014				1			P
2011	11	O	028/2011	21.247.010/0001-04	01/04/2011	31/03/2014	3						P
2011	11	O	007/2011	07.981.691/0001-09	01/02/2011	31/01/2014	3						P
2013	12	O	061/2013	16.685.361/0001-59	20/08/2013	19/08/2014				2		9	A

2009	11	O	083/2009	29.262.052/0002-07	10/08/2009	09/08/2014			7				P
2013	11	E	031/2013	13.386.914/0001-84	01/03/2013	27/08/2013			22				E
2013	11	O	064/2013	13.386.914/0001-84	28/08/2013	27/08/2014			25				A
2011	11	O	055/2011	12.922.080/0001-11	09/06/2011	08/06/2014	1						P
2011	3	O	087/2011	58.069.360/0001-20	19/10/2011	18/10/2014			43				P
2009	9	O	099/2009	03.887.016/0001-56	01/10/2009	31/12/2013	3						E

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Mato Grosso

UG/Gestão: 090021//00001

CNPJ: 05.437.178/0001-18

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados				Situação do Contrato		
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio			Ens.Superior	
							P	C	P	C		P	C
2010	4	O	43/2010	10.919.956/0001-45	14/09/2013	14/09/2013	1	1					E
2010	4	O	52/2010	10.919.956/0001-45	09/11/2010	09/11/2013	1	1					E
2011	4	O	46/2011	01.294.164/0001-31	02/09/2011	01/09/2014	7	7					P
2011	11	O	46/2011	01.294.164/0001-31	02/09/2011	01/09/2014	20	20					P
2013	4	O	010/2013	02.436.240/0001-69	01/06/2013	01/06/2014	1	1					A
2013	4	O	77/2013	11.742.048/0001-91	13/11/2013	12/11/2014	3	2					A
2013	5	O	19/2013	09.576.957/0001-55	28/02/2013	28/02/2014	10	10					A
2013	12	O	34/2013	01.424.685/0001-66	11/04/2013	11/04/2014	1	1					A
2013	11	O	61/2013	01.294.164/0001-31	23/09/2013	23/09/2014	3	3					A
2012	9	O	18/2012	01.424.685/0001-66	11/04/2012	10/04/2014			1	1			P
2012	9	O	16/2012	05.105.880/0001-84	08/03/2012	08/03/2014			1	1			P
2011	3	O	57/2011	58.069.360/0001-20	19/10/2011	19/10/2014			9	9			P

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Pará

UG/Gestão: 090003/00001

CNPJ:05.421.948/0001-34

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados				Situação do Contrato		
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio			Ens.Superior	
							P	C	P	C		P	C
2010	5	O	02/2010	04.558.234/0001-00	08/01/2010	08/06/2014			8	8			P
2010	11	O	02/2010	04.558.234/0001-00	08/01/2010	08/06/2014			33	33			P
2010	5	O	08/2010	83.353.912/0001-74	19/07/2010	18/07/2014			2	2			P
2010	5	O	08/2010	83.353.912/0001-74	19/07/2010	19/07/2014			2	2			P
2013	5	O	22/2013	02.295.753/0001-05	25/07/2013	25/07/2014			4	4			A
2013	4	O	22/2013	02.295.753/0001-05	25/07/2013	25/07/2014	1	1					A
2010	11	O	16/2010	05.753.028/0001-13	07/01/2011	07/01/2014			1	1			P
2010	5	O	16/2010	05.753.028/0001-13	07/01/2011	07/01/2014			1	1			P
2012	11	O	07/2012	05.393.490/0001-57	01/02/2012	01/02/2014	3	3					P
2012	5	O	07/2012	05.393.490/0001-57	01/02/2012	01/02/2014			2	2			P
2009	9	O	35/2009	03.543.374/0001-41	23/11/2009	23/11/2013			3	3	2	2	P
2009	9	O	14/2009	03.534.028/0001-05	02/03/2009	02/03/2014	2	2			1	1	P
2009	4	O	18/2009	83.353.912/0001-74	08/05/2009	08/05/2014	3	3					P
2012	4	O	06/2012	08.064.978/0001-29	1/2/2012	1/2/2013	1	1					P
2009	7	O	19/2009	05.642.330/0001-02	11/5/2009	11/5/2013	1	1					E
2012	4	O	34/2012	11.143.979/0001-73	01/01/2013	01/01/2014	3	3					P

2012	4	O	06/2012	08.064.978/0001-29	01/02/2012	01/02/2013	1	1					E
2012	5	O	16/2012	13.096.822/0001-60	02/05/2012	02/05/2014			1	1			P
2012	11	O	16/2012	13.096.822/0001-60	02/05/2012	02/05/2014	2	2					P
2011	11	O	30/2011	13.003.398/0001-61	01/02/2012	01/02/2014	2	2					P
2013	9	O	25/2013	14.785.189/0001-80	01/11/2013	31/10/2014	2	2					A
2012	11	O	29/2012	07.270.170/0001-35	23/11/2012	23/03/2013	2	2	1	1			P
2009	12	O	02/2009	01.045.966/0001-08	07/01/2009	06/01/2014			2	2			P
2009	12	O	02/2009	01.045.966/0001-08	07/01/2009	06/01/2014			1	1	1	1	P
2011	3	O	22/2011	58.069.360/0001-20	19/10/2011	18/10/2014			9	9			p

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Piauí

UG/Gestão: 090005/00001

CNPJ: 05.445.642/0001-18

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	18	07.404.939/0001-60	03/08/2009	03/08/2014			1		1	2	A
2009	12	O	23	07.404.939/0001-60	16/11/2009	16/11/2014					1	1	A
2010	5	O	21	05.343.561/0001-07	05/07/2010	05/07/2014			2	2			P
2010	12	O	22	97.336.895/0001-71	05/07/2010	05/07/2014	1					1	P
2010	9	O	23	10.194.586/0001-26	05/07/2010	05/07/2014	1		1	1		1	P
2010	11	O	24	05.695.725/0001-65	07/07/2010	07/07/2014			1			1	P
2010	5	O	27	05.343.561/0001-07	23/08/2010	23/08/2014			1	1			P
2010	11	O	28	97.336.895/0001-71	23/08/2010	23/08/2014	2	1		1	5	5	P
2011	3	O	31	58.069.360/0001-20	23/11/2011	23/11/2014			7	3		4	P
2012	11	O	32	05.695.725/0001-65	06/09/2012	06/09/2014	12			3		9	P
2013	8	O	2	06.837.991/0001-48	24/01/2014	24/05/2014			1	1	2	2	P
2012	8	O	35	00.881.053/0001-69	02/10/2012	02/10/2014			1	1			P

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Rondônia

UG/Gestão: 090025/00001

CNPJ: 05.429.264/0001-89

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2011	3	O	N. 17/2011	58.069.360/0001-20	19/10/2013	18/10/2014			6	6			P
2010	6	O	N. 26/2010	01.456.852/0001-50	06/12/2010	06/12/2014	2	2					P
2010	5	O	N. 26/2010	01.456.852/0001-50	06/12/2010	06/12/2014			12	12			P
2010	12	O	N. 26/2010	01.456.852/0001-50	06/12/2010	06/12/2014	16	16					P
2011	12	O	N. 12/2011	01.166.235/0001-10	03/08/2011	02/08/2014			4	4			P
2007	12	O	N. 19/2007	00.869.194/0001-66	03/09/2007	02/09/2013					1	1	E
2007	12	O	N. 20/2007	458.792.737-68	03/09/2007	02/09/2013			1	1	1	1	E
2013	12	O	N. 28/2013	00.869.194/0001-66	06/09/2013	05/09/2015					1	1	A
2013	12	O	N. 29/2013	458.792.737-68	09/09/2013	08/09/2015			1	1	1	1	A
2012	4	O	N. 36/2012	04.105.439/0001-30	01/01/2013	31/12/2013	3	3					A
2012	5	O	N. 36/2012	04.105.439/0001-30	01/01/2013	31/12/2013			3	3			A
2012	9	O	N. 36/2012	04.105.439/0001-30	01/01/2013	31/12/2013	1	1					A
2012	12	O	N. 36/2012	04.105.439/0001-30	01/01/2013	31/12/2013	3	3					A

2012	4	O	N. 39/2012	10.828.575/0001-50	01/01/2013	14/06/2013	2	2					E
2012	9	O	N. 39/2012	10.828.575/0001-50	01/01/2013	14/06/2013	4	4	1	1			E
2012	12	O	N. 39/2012	10.828.575/0001-50	01/01/2013	14/06/2013	2	2					E
2012	4	O	N. 40/2012	13.344.554/0001-58	01/01/2013	31/12/2013	1	1					A
2012	5	O	N. 40/2012	13.344.554/0001-58	01/01/2013	31/12/2013			2	2			A
2012	9	O	N. 40/2012	13.344.554/0001-58	01/01/2013	31/12/2013	1	1					A
2012	12	O	N. 40/2012	13.344.554/0001-58	01/01/2013	31/12/2013	1	1					A
2013	4	E	N. 09/2013	01.456.852/0001-50	17/06/2013	13/12/2013	2	2					E
2013	9	E	N. 09/2013	01.456.852/0001-50	17/06/2013	13/12/2013	4	4	1	1			E
2013	12	E	N. 09/2013	01.456.852/0001-50	17/06/2013	13/12/2013	2	2					E
2013	4	O	N. 23/2013	04.105.439/0001-30	16/09/2013	15/09/2014	1	1					A
2013	5	O	N. 23/2013	04.105.439/0001-30	16/09/2013	15/09/2014			1	1			A
2013	12	O	N. 23/2013	04.105.439/0001-30	16/09/2013	15/09/2014	1	1					A
2013	4	O	N. 42/2013	04.105.439/0001-30	16/12/2013	15/12/2013	2	2					A
2013	9	O	N. 42/2013	04.105.439/0001-30	16/12/2013	15/12/2013	4	4	1	1			A
2013	12	O	N. 42/2013	04.105.439/0001-30	16/12/2013	15/12/2013	2	2					A

Observações:

- 1) A área definida como '12' refere-se aos postos de office boys e prepostos.
- 2) O Contrato n. 12/2011 foi firmado com a ASDEFARI - Associação dos Deficientes Físicos de Ariquemes, com fundamento na Lei nº 8.666/93, art. 24, inciso XX, e disponibiliza pessoal com deficiência física para Digitalizar os documentos referentes aos processos virtuais.
- 3) Os Contratos n. 19 e 20/2007, substituídos pelos de n. 28 e 29/2013 referem-se, respectivamente, à prestação de serviços médicos e odontológicos mediante disponibilização de dos profissionais, inclusive perícias, na sede da Justiça Federal, em Porto Velho/RO. Os Contratos 20/2007 e 29/2013 incluem, ainda, uma Auxiliar de Serviço Dentário (ASD).

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária de Roraima

UG/Gestão: 090039/00001

CNPJ:05.438.430/0001-03

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados				Situação do Contrato		
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio			Ens.Superior	
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	22/2012	10.631.850/0001-41	05/11/2012	04/02/2014	3	3					P
2012	8	O	22/2012	10.631.850/0001-41	05/11/2012	04/02/2014	1	1	1	1			P
2012	5	O	20/2012	02.043.066/0001-94	07/02/2012	06/01/2014			3	3			E
2012	6	O	20/2012	02.043.066/0001-94	07/02/2012	06/01/2014			4	4			E
2012	12	O	20/2012	02.043.066/0001-94	07/02/2012	06/01/2014			10	10			E
2012	12	O	20/2012	02.043.066/0001-94	07/02/2012	06/01/2014			2	2			E

Unidade Contratante

Nome: Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Tocantins

UG/Gestão: 090038/00001

CNPJ: 05.446.379/0001-81

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados				Situação do Contrato		
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio			Ens.Superior	
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	13/2009	04.795.101/0001-57	02/10/2013	01/10/2014					2	2	P
2012	12	O	01/2012	04.795.101/0001-57	02/02/2013	01/02/2014					1	1	P

Observações: Contrato n. 13/2009 – Contratação de Profissionais de Saúde para atuarem como Perito: 1 (um) médico e 1(um) odontólogo. Contrato n. 01/2012 – Contratação de Profissional de Saúde para atendimento clínico na área de Psicologia: 1 (um) psicólogo.

Unidade Contratante

Nome: Tribunal Regional Federal da 1ª Região

UG/Gestão: 090027/00001

CNPJ: 03.658.507/0001-25

Informações sobre os Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra													
Ano do Contrato	Área	Natur.	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período Contrat. de Exec. das Atividades Contratadas		Nível Escolarid. Exigido dos Contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	Ensino Fund.		Ens.Médio		Ens.Superior		
							P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	0088/2009	05.058.935/0001-42	04/09/2009	04/09/2014	2	2					P
2010	11	O	0012/2010	05.058.935/0001-42	04/01/2010	03/01/2015			5	5			P
2010	4-5-11-12	O	0015/2010	02.849.359/0001-56	27/01/2010	27/01/2015	177	177	175	175			P
2010	11	O	0031/2010	26.444.653/0001-53	27/01/2010	26/01/2015	50(1)	50(1)	2	2			P
2010	12	O	0084/2010	09.243.050/0001-74	06/12/2010	05/12/2014			17	17	14	14	P
2011	11	O	0110/2011	10.704.092/0001-14	17/11/2011	25/02/2013			124	124			E
2011	12	O	0114/2011	09.072.538/0001-86	01/01/2012	31/12/2014	4(1)	4(1)					P
2012	10	O	0032/2012	08.414.767/0001-79	01/02/2012	31/01/2014	14	14					P
2012	1	O	0054/2012	04.689.445/0001-81	26/04/2012	25/04/2014	138(1)	114(1)					P
2012	8-9	O	0065/2012	36.529.998/0001-63	01/08/2012	31/07/2013	50(1)	50(1)			3	3	E
2012	12	O	0084/2012	37.998.358/0001-65	01/11/2012	28/04/2014			8	8	4	4	P
2013	11	E	0011/2013	06.090.065/0001-51	25/02/2013	23/08/2013			124	124			E
2013	8	O	0013/2013	14.972.268/0001-08	26/02/2013	25/02/2015	13(1)	13(1)			1	1	P
2013	8-9	O	0034/2013	07.533.840/0001-69	01/08/2013	31/07/2014	53(1)	53(1)			2	2	A
2013	11	O	0036/2013	06.090.065/0001-51	24/08/2013	23/08/2014			124	124			A

Observações: (*) Não consta no contrato informação relacionada ao nível de escolaridade.

Legenda: -- Área: (1) Segurança; (2) Transporte; (3) Informática; (4) Copeiragem; (5) Recepção; (6) Reprografia; (7) Telecomunicações;

(8) Manutenção de Bens Móveis; (9) Manutenção de Bens Imóveis; (10) Brigadistas; (11) Apoio Administrat./Menores Aprendizes; (12) Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial -- Quant.de Trabalhad.: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado

Fonte:

5.2.3 Análise crítica sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene, vigilância ostensiva e de locação de mão de obra

UG 090024 – Seção Judiciária do Estado do Acre

Os contratos de prestação de serviços, cujo objeto enseja a disponibilização de mão de obra, foram levados a efeito na Ação Julgamento de Causas. Visando propiciar as condições materiais e humanas necessárias à consecução das atividades da área fim dessa Seção Judiciária, mormente no que tange a uma prestação jurisdicional mais eficiente e eficaz.

Nesse sentido, foi providenciada a renovação do Contrato N. 13/2011 (licitação realizada pelo TRF1), celebrado com empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A, para prestação de serviços especializados na área de tecnologia da informação, com a disponibilização de mão de obra para realizar manutenção de equipamentos e sistemas utilizados pela JFAC. Inicialmente, os serviços eram prestados por dois técnicos de informática, mas no final do exercício de 2012 a mencionada empresa passou a disponibilizar apenas um técnico de informática para realização dos serviços. Esse quantitativo insuficiente para atender a demanda das unidades administrativas e judiciais do edifício-sede, havendo, portanto, necessidade de contratação de pelo menos outro técnico para 2014. O referido contrato foi aditado no final de 2013, para atender a Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul, cuja implantação ocorreu no dia 13/12/2013, tendo sido disponibilizado um técnico que até o momento tem atendido satisfatoriamente as necessidades dessa Unidade Judicial.

Em 2013 esta UG, providenciou a renovação do Contrato N. 12/2011, de prestação de serviços odon-

tológicos, com a empresa João Renato P. Moura, e do Contrato N. 15/2011, de prestação de serviços médicos, com a empresa Consult Assessoria Ocupacional Ltda., para atendimentos dos beneficiários do Pro Social e para a realização de perícias médicas, homologação de atestados e autorizações de procedimentos médico-odontológicos. Até o momento, os serviços têm sido prestados a contento, não havendo nenhuma observação a ser feita.

Objetivando realizar a manutenção do sistema de ar condicionado central e das instalações elétricas do edifício-sede, foi renovado o Contrato N. 10/2009, com a empresa Tekios Engenharia Ltda., até o momento, os serviços têm sido prestados a contento, não havendo nenhuma observação a ser feita.

Quanto aos serviços de vigilância armada, Contrato N. 08/2010, celebrado com a empresa Transeguro Ltda., algumas ponderações se fazem necessárias. Inicialmente, durante o exercício foi realizada uma alteração no quadro de postos de serviço, o que anteriormente era de 03 postos diurnos e 03 postos noturnos, passou para 04 postos diurnos e 02 noturnos.

O contrato sofreu também a inserção do Adicional de Periculosidade e da Hora Extra Feriado (Súmula n. 444 TST), ambos previstos na Convenção Coletiva o que, por conseguinte, gerou a necessidade de reatuação contratual formalizada pela Administração, mediante assinatura de termo aditivo para reequilibrar a equação econômico-financeira do contrato, com fundamento respectivamente, no art. 37, inciso XXI da Carta Política de 1988, no art. 65, inc II, “d” e, § 5º da Lei 8.666/93, art. 5º do Decreto nº. 2.271/97, art. 38 inciso II, art. 40, § 2º e art. 41, §2º da Instrução Normativa nº 2/2008 e, art. 3º da Portaria nº 13 da secretaria de logística e tecnologia da informação do MPOG, de 15 de maio de 2013.

No final do exercício de 2013, aconteceu o Pregão Eletrônico N. 34/2013 que na contratação da empresa Inviacre Segurança Ltda. (Contrato N. 17/2013), para prestação de serviços de vigilância na Subseção Judiciária de Cruzeiro do Sul, com a disponibilização de um posto 24 horas, sete dias por semana. Até o momento, os serviços têm sido prestados a contento, não havendo nenhuma observação a ser feita.

No que tange ao Contrato N. 05/2008, celebrado com a empresa Líder Serviços Gerais Ltda., de prestação de serviços de apoio administrativo (cofeira, artífice de serviços gerais e mensageiro), sua vigência expirada no dia 26/11/2013. Os serviços foram novamente licitados através do Pregão Eletrônico N. 22/2013 que teve como vencedora do certame no respectivo item, a empresa Mil Service Ltda. – ME, tendo sido celebrado o Contrato N. 15/2013, com o valor anual estimado de R\$ 488.675,56. Considerando os dois contratos, até o momento, os serviços têm sido prestados a contento, não havendo nenhuma observação a ser feita.

O contrato N. 06/2008, celebrado com a empresa C. da Silva Vieira – ME, de prestação de serviços de limpeza e conservação, teve sua vigência expirada no dia 26/11/2013. Os serviços foram novamente licitados através do Pregão Eletrônico N. 22/2013, que teve como vencedora do respectivo item, a empresa FN Serviços e Comércio Ltda. – ME, tendo sido celebrado o Contrato N. 14/2013, com o valor anual estimado de R\$ 423.497,70. Considerando os dois contratos, até o momento, os serviços têm sido prestados a contento, não havendo nenhuma observação a ser feita.

Quanto ao pagamento das verbas trabalhistas pelas empresas contratadas, os executores dos contratos têm sido orientados para acompanharem de forma rigorosa os recolhimentos estabelecidos em lei, ademais, em cumprimento à Resolução CNJ N. 169/2013, esta Seccional providenciou para que as empresas promovessem a abertura de contas vinculadas, no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, para todos os contratos que envolvam locação de mão de obra, a fim de assegurar o pagamento das aludidas verbas e resguardando a Administração contra possíveis ações trabalhistas.

Por fim, cumpre frisar que é imprescindível a provisão de recursos para manutenção dos mencionados contratos, que devem ser prestados de forma contínua, pois a interrupção de qualquer um deles, mesmo que temporariamente, poderão prejudicar ou mesmo paralisar a prestação de serviços à população, podendo causar transtornos e prejuízos materiais, em alguns casos, de modo irreparável.

UG 090002 – Seção Judiciária do Estado do Amazonas

O contrato de conservação e limpeza, com 40 (quarenta) empregados, encontra-se no segundo período de vigência.

Enfatiza-se que a contratada tem demonstrado dificuldades de gestão, a exemplo dos constantes atrasos na entrega de documentos, na entrega irregular de fardamentos, o que foi objeto de glosa e de aplicação de penalidade deferida pela Administração.

Salienta-se, contudo, que a prestação do serviço nunca foi interrompida.

Além do contrato acima aludido, encontra-se no quarto período de vigência o Contrato n. 09/2010, cujo objeto é a manutenção do sistema de refrigeração do Edifício Rio Negro, com apenas um empregado. Não foram identificadas dificuldades nesse contrato.

Subseção Judiciária de Tabatinga:

Os serviços de conservação e limpeza das dependências da Justiça Federal são realizados por uma empresa terceirizada, estando no contrato incluídos os serviços de jardinagem, manutenção elétrica e hidrossanitária, pequenas obras civis de reparo, limpeza das caixas d'água, cisternas e sistema de filtros d'água e limpeza e conservação das dependências.

Os serviços de vigilância e segurança também são realizados por uma empresa terceirizada, que mantém nesta Subseção um total de 10 vigilantes, numa escala de 12 x 36, sendo 03 postos diurnos e 02 noturnos.

Mesmo com a localização estratégica da Subseção (entre a Marinha e a Polícia Federal), observa-se a necessidade de contratação de mais um posto noturno, enquanto não se instalarem novos sistemas de segurança, pois a iluminação pública é precária e a lateral direita da Subseção faz fronteira com uma rua deserta.

A maior dificuldade encontrada em todos os contratos é a comunicação falha, haja vista que todas as empresas estão localizadas fora da sede do município, justamente pelo fato da escassez de empresas locais competitivas.

Subseção Judiciária de Tefé:

A atual contratada para os serviços de conservação e limpeza da Subseção Judiciária de Tefé apresenta uma grande resistência em seguir as orientações passadas pela Administração. Até a presente data foram feitos três pareceres da SEVAN/NUCOI, além da análise de um pedido de reconsideração para tratar da repactuação do referido contrato.

Apesar de previsão no Contrato n°. 18/2012 que também trata dos serviços de conservação e limpeza, ainda não prestados os serviços de Eletricista e Motoboy à Subseção. Em especial, a ausência de um eletricista é sentida pela Subseção em razão das frequentes oscilações de energia que ocorrem na cidade.

Finda a análise de algumas das principais dificuldades, relata-se que as pendências desta Subseção estão relacionadas ao Contrato de Conservação (N°.18/2012) que, como supracitado, ainda não foi repactuado e ainda possui duas Notas Fiscais de Serviço pendentes de pagamento, do exercício de 2012, em razão de a empresa ainda não ter apresentado os documentos probatórios que devem acompanhá-las.

UG 090037 – Seção Judiciária do Estado do Amapá

Os serviços de limpeza, higiene e conservação, realizados nesta Seção Judiciária, são prestados pela empresa Alvorada Comércio e Serviços Ltda – ME.

Eventuais atrasos no pagamento de salários e créditos de benefícios aos funcionários da referida empresa, tais como, Vales-Transporte e Auxílio-Alimentação, são observados no decorrer da execução do

contrato, entretanto, são regularizados em curto prazo.

Quanto ao serviço de vigilância, o contrato nº 02/2012, celebrado entre a Justiça Federal e a empresa VIGEX - Vigilância e Segurança Ltda, com vigência de 02/02/2012 a 01/02/2013, foi marcado por várias ocorrências, com destaque para o o atraso do pagamento (salário) dos funcionários. Diante dos fatos, esta Administração não teve interesse em renovar o referido contrato.

Por se tratar de serviço indispensável, celebrou-se contrato, em caráter emergencial, com a empresa LMS - Segurança e Vigilância Privada Ltda, sob o nº 02/2013, com vigência de 02/02/2013 a 01/08/2013, ou até a conclusão do processo licitatório para contratação de empresa para tal fim.

Atualmente os serviços de vigilância e segurança são prestados pela empresa L M S - Segurança e Vigilância Privada Ltda, sob o contrato nº 9/2013, com vigência de 21/06/2013 a 20/06/2014. Observa-se que o processo licitatório foi concluído antes de findar o prazo de vigência do contrato emergencial.

Na Subseção Judiciária de Laranjal do Jari, tais serviços são prestados pela empresa A.K.E. Monteiro -ME. E os Serviços de Vigilância armada pela Empresa L.M.S. Vigilância e Segurança Armada LTDA. Até o momento, não se registrou atrasos no pagamento de salários e créditos de benefícios aos funcionários da referida empresa, tais como, Vales-Transporte e Auxílio-Alimentação, férias, 13º Salário, etc. Eventuais situações/problemas são observados no decorrer da execução do contrato, entretanto, são regularizados em curto prazo.

Por fim, a Subseção Judiciária de Oiapoque tem como prestador de serviço de limpeza a empresa Fênix Serviços Especializados e, para o de vigilância, a LMS Vigilância e Segurança Privada Ltda. Eventuais atrasos no pagamento de salários e créditos de benefícios aos funcionários da referida empresa foram observados no decorrer da execução do contrato.

UG 090012 – Seção Judiciária do Estado da Bahia

Contrato nº 36/2012 (limpeza edifício sede Salvador) – Empresa: Delta Locação de Serviços e empreendimentos Ltda.

Várias irregularidades foram constatadas, durante 2013, neste contrato, que resultaram na rescisão antecipada em 13/01/2014. As irregularidades foram gerais, desde o não pagamento aos funcionários, de salários, vales transportes e tickets alimentação. O não pagamento de seguro saúde e seguro de vida dos funcionários terceirizados e recolhimento das verbas trabalhistas. Foi aberto processo de apuração de penalidade, mas o contrato tornou-se muito desgastante. Foi necessário abrir processo administrativo para adquirir materiais de limpeza, que deveriam ser fornecidos pela contratada. O pagamento aos funcionários foi feito diretamente pela Justiça. Dois meses não recebemos nem a folha de pagamento, que teve que ser calculada pela Executora do Contrato, que não tem conhecimento específico na área contábil e trabalhista, tornando ainda mais trabalhosa a execução do contrato.

Contrato nº 53/2009 (manutenção predial edifício sede Salvador) – Empresa: Tectenge Tecnologia e Serviços Ltda.

Subseção Judiciária de Teixeira de Freitas:

Análise do serviço de limpeza: Algumas considerações são relevantes, porque comprometem a execução contratual. Primeiramente, os prepostos não costumam ficar in loco, pois as empresas alegam não ser economicamente viável mantê-los para servir a um único contrato na cidade. Há dificuldade em se designar substitutos para ausências de um, dois dias de trabalho, ou para saídas antecipadas de funcionários, que são exigências pactuadas, mas, na prática, consideradas difíceis de cumprir. É imprescindível

um serviço de apoio administrativo e de copeiragem, paralelos ao de limpeza e conservação, para impedir conflitos de atividades, já que a limpeza e conservação, como serviços gerais, se assemelham muito a outras funções, que também são indispensáveis. Seria interessante avaliar a possível contratação de cessão de mão de obra, com esta finalidade, através de licitação unificada para toda a Bahia, pois melhoraria a qualidade do serviço, prestado por organizações com aporte financeiro e credibilidade de mercado, evitando pendências e inadimplências irrisórias que costumam ser cometidas por quem não dispõe da mesma organização e de quadro de pessoal.

Subseção Judiciária de Juazeiro:

A empresa Katre Mão de Obra Terceirizada LTDA. atua desde 2012 junto à Subseção Judiciária de Juazeiro, prestando serviço de mão de obra para limpeza e conservação do Imóvel. A referida empresa, desde o início de sua atuação, tem desempenhado de forma bastante satisfatória o que fora pactuado mediante contrato 93/2012. Não existem atrasos nos salários dos prestadores, bem como são recolhidas as contribuições previdenciárias que são apresentadas mensalmente, juntamente com a nota fiscal de serviços. Também não existe problema, tampouco demora na entrega do material de limpeza, correndo conforme pactuado em contrato.

Subseção Judiciária de Guanambi:

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza para a Subseção Judiciária de Guanambi é de substancial importância, não só para os servidores que aqui trabalham, mas também para os jurisdicionados. A conservação do ambiente de trabalho e do local onde os cidadãos transitam favorece a higiene e preserva a saúde.

Atualmente, há duas prestadoras de serviço que trabalham oito horas diárias, com intervalo para almoço, vinculadas à ADAPE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, empresa contratada pela Justiça Federal de 1º Grau, através do contrato nº 98/2012. A limpeza das dependências é feita durante a semana, de forma subdividida.

O número de empregados é suficiente para os serviços de limpeza. No entanto, registre-se a necessidade de adequação do contrato para que seja possível a contratação de profissional de copeiragem, já que a Subseção dispõe de uma copa e os servidores solicitam serviços adstritos a esta função.

No que tange à execução do contrato, apesar de recentes pequenos entraves relativos à emissão de nota fiscal, demora na entrega de material de limpeza, pagamento de empregados e envio de documentação para pagamento mensal por parte da contratada, em geral a prestação dos serviços é feita de maneira satisfatória e a empresa tem se esforçado em responder aos questionamentos e solicitações da Administração.

Recentemente, o contrato foi renovado pelo período de mais um ano (PA 6795/2013) e o preço mensal repactuado (PA 5817/2013).

Subseção Judiciária de Vitória da Conquista:

Há dificuldade em se comunicar com as pessoas responsáveis pela empresa. O acesso por telefone tem sido difícil. Houve, também, descumprimento de algumas obrigações contratadas:

- 1- indicação formal de preposto;
- 2- documento assinado pelos funcionários em que fazem opção por receber o vale-transporte;
- 3- ausências de reposição;
- 4- atraso no pagamento do salário relativo ao mês de novembro/2013 e também janeiro/2014;
- 5- recibo de pagamento assinado pela funcionária Joice, na ocasião em que substituiu funcionário ausente.

O descumprimento de tais deveres foram informados no ofício 104/2013 em 18 de dezembro de 2013. Nesse ofício solicitava-se a aplicação de penalidades à empresa.

Subseção Judiciária de Itabuna:

Trata-se de contrato (94/2012) firmado entre a Justiça Federal de Primeiro Grau na Bahia e a empresa Alliance Manutenção e Serviços Ltda. para prestação de serviço de limpeza e conservação do prédio que abriga a Subseção Judiciária de Itabuna.

O contrato prevê a locação de mão de obra de 02 (dois) serventes de limpeza, que prestam seus serviços de segunda a sexta, a partir das 7 horas, com 02 (duas) horas de descanso, finalizando seus expedientes às 17 horas.

Devido à dimensão do prédio desta SSJ, por diversas vezes foi solicitado o aumento do quadro de contratados, sem obtenção de êxito.

Este contrato será finalizado em 16/02/2014, tendo em vista a instalação da 2ª Vara Federal nesta Subseção Judiciária em 17/02/2014, que gerou a contratação de uma nova empresa de serviços de manutenção e limpeza, visto o acréscimo que se fez necessário extrapolar o limite legal de aditamento deste contrato.

Subseção Judiciária de Eunápolis:

Primeiramente destaca-se a excelente comunicação com a empresa contratada, que atende de forma eficiente todas as solicitações encaminhadas pela da Subseção, que seja por email, telefone ou ofício, o que facilita o cumprimento das obrigações pela contratada. Também não há dificuldades para designação de substitutos para ausências, seja por atestados ou férias. Por outro lado, destacamos a necessidade de ampliação do contrato, mediante a contratação de um serviço de copeiragem, para impedir conflitos de atividades, já que a limpeza e conservação se assemelham muito a outras funções.

Quanto à destinação de resíduos, não há coleta seletiva, em Eunápolis. Além disso, o contrato não prevê baldes seletores. Todos os resíduos são acondicionados em sacos plásticos, ou seja, papéis vidros, lâmpadas fluorescentes e pilhas, não têm como serem descartados, porque não há instituições sem fins lucrativos na cidade ou nas proximidades para a doação. Atualmente, os tonner de impressora usados estão armazenados no almoxarifado aguardando contato com entidades que possam recebê-los.

Subseção Judiciária de Irecê:

O contrato 79/2012, firmado com a empresa Alliance Manutenção e Serviços Ltda, está em vigor desde 10/09/2012 e foi prorrogado em 2013 até o dia 09/09/2014. Ele contempla o fornecimento de 02 (dois) agentes de limpeza para prestação de serviços de conservação e limpeza nas dependências da Subseção Judiciária de Irecê.

A prestação do serviço vem sendo realizada de forma satisfatória e sem maiores problemas do ponto de vista de cumprimento das obrigações pela contratada.

Considerando que os mesmos empregados que realizam o trabalho de limpeza vêm executando tarefas de copeiragem, o que além de anti-higiênico poderá configurar desvio de função, sugire-se o acréscimo de (01) uma funcionária para executar os serviços de copeira.

Subseção Judiciária de Bom Jesus da Lapa:

Apesar dos prepostos não ficarem in loco, no ano de 2013 as pendências foram resolvidas de forma bastante eficiente via e-mail, ou contato via fone. Houve, porém, um processo aberto para apuração de penalidade (6.116/2013) pelo fato da empresa não ter cumprido as seguintes obrigações:

- 1- fornecimento de todo o material de limpeza previsto no Anexo I do contrato 58/13;
- 2- apresentação da relação dos funcionários com os respectivos postos;
- 3- envio de folha de ponto relativa aos prestadores de serviços;
- 4- envio de cópia das CTPS dos prestadores de serviços; e

5- comprovação de que foram realizados os exames médicos admissionais.

Vale ressaltar que o processo 6.116/13 foi arquivado após a empresa ter cumprido as exigências contratuais.

Subseção Judiciária de Jequié:

Trata-se de contrato firmado entre a Justiça Federal de Primeiro Grau na Bahia e a empresa KATRE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA LTDA., para prestação de serviço de limpeza e conservação do prédio que abriga a Subseção Judiciária de Jequié. O contrato prevê a locação de mão de obra de 02 (dois) agentes de limpeza, que prestam seus serviços de segunda a sexta.

A contratação desses serviços de limpeza e conservação, que são serviços comuns e tem caráter contínuo, visa o provimento a esta SSJ de Jequié/BA de uma empresa prestadora de serviços com profissionais qualificados que dão apoio a realização das atividades essenciais ao cumprimento de nossa missão institucional, contribuindo ainda, para a melhoria dos serviços prestados por esta Subseção. Além disso, trata-se do cumprimento da obrigação da Administração em conservar e manter os bens públicos.

Subseção Judiciária de Campo Formoso:

Algumas considerações são relevantes, porque comprometem a execução contratual. Primeiramente, os prepostos não ficam in loco, pois as empresas alegam não ser economicamente viável mantê-los para servir a um único contrato na cidade. Poder-se-ia permitir a comunicação com preposto por e-mail, telefone e uma visita trimestral, para facilitar o cumprimento das obrigações pela contratada. Há dificuldade em se designar substitutos para ausências de um, dois dias de trabalho, ou para saídas antecipadas de funcionários, que são exigências pactuadas, mas, na prática, difíceis de cumprir. É imprescindível um serviço de apoio administrativo e de copeiragem, paralelos ao de limpeza, para impedir conflitos de atividades, já que a limpeza e conservação se assemelham muito a outras funções. Seria interesse avaliar a possível contratação de cessão de mão de obra, com esta finalidade, através de licitação unificada para toda a Bahia, pois melhoraria a qualidade do serviço, prestado por organizações com aporte financeiro e credibilidade de mercado, evitando pendências e inadimplências irrisórias que costumam ser cometidas por quem não dispõem da mesma organização e de quadro de pessoal. Quanto à coleta seletiva, em Campo Formoso, o serviço não existe. As Unidades poderiam encaminhar seus materiais para as Seções Judiciárias, para descarte conjunto. Avaliadas em tempo, estas observações permitirão um cumprimento satisfatório do contrato e minimizarão registros de faltas e possíveis penalidades, agregando eficiência, qualidade e economicidade para a Administração.

Subseção Judiciária de Ilhéus:

Contrato 101/2011 – Limpeza e Copeiragem – A Subseção Judiciária de Ilhéus possui cerca de 2.700 m² de área construída e cerca de 3.000 m² de área externa (jardins e estacionamento). O presente contrato abrange 01 Supervisor, 02 telefonistas, 01 copeira e 7 serventes que fazem os trabalhos de limpeza interna, externa, vidraças e demais serviços do gênero. O contrato abrange todo o fornecimento de material que é consumido tais como materiais de limpeza em geral, baldes, vassouras, panos, sacos de lixo, cortador de grama, mangueiras, escadas, papel higiênico, papel toalha etc. O contrato de limpeza vem sendo executado de forma satisfatória e atende as necessidades da subseção.

Contrato 31/2012 – Manutenção Predial – O contrato de manutenção predial é executado com 03 profissionais: 01 pedreiro, 01 eletricista e 01 servente geral. Esse contrato é de vital importância para a manutenção das instalações físicas do prédio da Subseção de Ilhéus, tendo em vista que a manutenção periódica e preventiva que é feita preserva e valoriza o bem imóvel. O contrato prevê o fornecimento das ferramentas utilizadas pelos profissionais, porém não contempla os materiais utilizados nos serviços os quais são comprados pela Subseção.

Contrato 24/2012 – Mensageiros – O contrato de mensageiros é executado por 02 profissionais que fazem os serviços externos da Subseção como coleta e entrega de correspondências nos Correios, reprodução de cópias em máquinas copadoras (Xerox) e demais serviços do tipo “ Office boy”.

Subseção Judiciária de Barreiras:

Contrato 68/2013 – Trata-se de contrato firmado entre a Justiça Federal de Primeiro Grau na Bahia e a empresa Bahia Serviços Ltda. – EPP, para prestação de serviços de limpeza e conservação do prédio que abriga a Subseção Judiciária de Barreiras.

O contrato prevê a locação de mão de obra de 02 (dois) agentes de limpeza, que prestam seus serviços de segunda a sexta, a partir das 7 horas, com 02 (duas) horas de descanso, finalizando seus expedientes às 17h30.

Tendo em vista a área útil do prédio o quadro de contratados está adequado e os serviços estão sendo realizados a contento, em muito contribuindo para o bom andamento dos demais serviços da Subseção.

Análise sobre os serviços de segurança armada na SJBA:

Atualmente, a segurança armada é realizada por empresas privadas especializadas na área. No nosso Estado, temos 135 vigilantes, divididos entre a capital e 15 subseções, conforme Anexo I Na capital temos um efetivo razoável, totalizando em 56 vigilantes distribuídos pelos prédios sede, dos juizados e arquivo judicial, nas escalas administrativas e nos turnos de 12x36 h diurno e noturno. No entanto, têm-se diversas subseções possuem apenas um vigilante por turno de 12x36h, e algumas possuem um acréscimo de um posto administrativo, que geralmente são ocupados por uma vigilante feminina.

No mesmo seguimento, há a carência de servidores Agentes de Segurança Judiciários nas subseções, apenas um servidor por Vara, e são responsáveis pelas seguintes atribuições:

Realizar atividades de nível intermediário a fim de zelar pela segurança dos magistrados, servidores, visitantes, instalações e bens patrimoniais do órgão, como também garantir a adequada condução de veículos oficiais. Compreende o controle de entrada e saída de pessoas e bens, a realização de rondas para verificação das condições das instalações, a direção defensiva de veículos oficiais, o registro de ocorrências que fogem à rotina e de incidentes ocorridos com veículos, a execução de atividades de prevenção e combate a incêndios, e outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade.

Por sua vez, a Administração deve rever o seu efetivo de agentes de segurança judiciários, pois, considerando que na SJBA há apenas 46 agentes, a maioria lotada nas Varas exercendo funções administrativas e apenas 13 servidores no setor de segurança são encarregados para atender a toda a área administrativa e apoio para todas as subseções, ou seja, houve um grande aumento do número de Varas, em decorrência da interiorização da Justiça Federal e criação de outras na capital, além da criação de turmas recursais, estas, aqui na Bahia são localizadas em um prédio independente juntamente como o Juizados Especiais Federais, que por horas não são criados o cargo de agente de segurança para Vara de Juizado Especiais.

Outro ponto a considerar é o controle de acesso das instalações, na capital existe um bom sistema de controle, através de revista de malas por aparelho de Raio-X, portal detector de metal, câmeras de segurança filmando 24 horas por dia em diversos pontos das instalações e identificação nominal de todos que queiram ter acesso ao prédio da justiça. Diferentemente ocorre no interior do Estado, em que apenas algumas subseções possuem câmeras de segurança ou portal detector de metal, fato este que deixa em situação crítica a segurança do local e controle de acesso.

O contrato de vigilância armada atende todas as Subseções e a Sede, ou seja, é unificado, diante dessa situação apresentam-se alguns problemas, tanto na comunicação pela distância quanto pela demora a atender as demanda solicitadas, uma vez que a administração da empresa atuando de longe deixa muita coisa a desejar. Nessa área já tivemos nos últimos 10 anos varias empresas do ramo, e apenas uma empresa conseguiu se manter na Administração e foi renovando até 60 meses, finalizando o contrato com pequenas pendências, mas em regra, apesar de se tratar de um contrato de grande porte, somente empresas de pequeno porte venceram as ultimas licitações, fato este que se reproduz a cada ano, mo-

mentos de angústias para os trabalhadores, atrasos de pagamentos, descumprimentos contratuais entre outros.

A administração está atenta a estas empresas, visto que a anterior de vigilância foi punida com pena de multa e proibida de licitar com administração pública pelos próximos dois anos. Devemos adotar medidas no sentido de dificultar que pequenas empresas participem das nossas licitações, para que possamos evitar que os mesmos problemas recorrentes se repitam.

Sugestões para solução dos problemas elencados: Aumento do efetivo de vigilantes conforme a planilha do Anexo II; Aumento do efetivo de Agentes de Segurança Judiciários; Criação do cargo de Agente de Segurança Judiciário para as Varas de Juizado Especiais; Instalação de câmeras de CFTV em todas as Subseções; Instalação de portal detector de metais em todas as Subseções; Aparelhar o efetivo de segurança com o armamento letal e qualificando-o; Aparelhar com equipamentos auxiliares, tais como armas de menor potencial ofensivo; Programas de qualificação continuada com todos agentes; Dificultar que pequenas empresas participem da licitação.

UG 090023 – Seção Judiciária do Distrito Federal

Os contratos de prestação de serviços firmados por esta Seccional, de um modo geral, vêm sendo executados sem maiores problemas.

A Seção Judiciária do Distrito Federal conseguiu formar um corpo de prestadores de serviços de bom nível, tanto do ponto de vista pessoal quanto profissional, razão pela qual vem sendo mantido há vários anos nos contratos que se sucedem.

Em passado recente, enfrentou-se alguns problemas com empresas que não honraram os compromissos contratuais, mormente os de natureza trabalhista, porém, em face da introdução de cláusulas contratuais mais rígidas, as últimas mudanças de empresas prestadoras de serviços transcorreram sem dificuldades em relação ao pagamento das verbas rescisórias, todas homologadas pelos respectivos sindicatos.

Quanto ao pagamento dos salários e demais benefícios legais aos prestadores de serviços, todos vêm sendo efetuados regularmente e nos prazos estabelecidos.

UG 090022 – Seção Judiciária do Estado de Goiás

O aumento no atendimento das atividades jurisdicionais tem gerado aumento de espaço, servidores, materiais e equipamentos, proporcionalmente ao aumento de serviços relacionados à limpeza, higiene, conservação e vigilância.

Entretanto, o acréscimo de pessoal nas referidas áreas não tem crescido na mesma proporção, o que acarreta prejuízos aos serviços de apoio administrativo.

UG 090013 – Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Houve dificuldade nos Contratos de Prestação de serviço de officeboy, especialmente pela falta de cumprimento pelas contratadas de certas obrigações especialmente no que se refere ao pagamento dos salários em dia. Não houve interrupção dos serviços prestados em virtude do gerenciamento pelo executor do Contrato. Somente em um dos casos restou verbas trabalhistas pendentes de pagamento, no entanto, foi acionado o seguro que já sinalizou com a regularização do pagamento.

UG 090013 – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

Os contratos desta natureza são firmados com o objetivo de suprir as necessidades da Justiça Federal/MG quanto à prestação de serviços acessórios ao seu objetivo principal, que é o da prestação jurisdicional. Assim, a terceirização se caracteriza pela contratação de empresas que disponibilizam a mão de obra para os serviços de limpeza, higiene, conservação, manutenção, vigilância, digitação, entre outros.

O exercício de 2013 foi marcado pelo grande número de inadimplência referente às empresas terceirizadas, principalmente com relação ao cumprimento das obrigações trabalhistas.

Neste exercício, inclusive, houve a participação do Supervisor da SETRA em reunião no Ministério Público do Trabalho para acordo entre uma empresa, os sindicatos e os funcionários, visando à disponibilização pela JFMG de valores empenhados e correspondentes aos contratos para as contas bancárias dos respectivos sindicatos, para que estes quitassem as obrigações trabalhistas diretamente com os funcionários, a pedido da própria empresa, que mantinha dois contratos. Coube à JFMG, em um destes contratos, o pagamento diretamente em conta dos funcionários, de salários mensais e das respectivas rescisões dos contratos de trabalho, utilizando, inclusive, valor depositado em conta vinculada.

Foram rescindidos unilateralmente pela JFMG, cinco contratos, sendo quatro referentes à conservação e limpeza e um contrato referente à digitação. Ainda não foi prorrogado outro contrato de conservação e limpeza face à inadimplência da empresa contratada.

Foram firmados neste período, três contratos emergenciais e três contratos pelo remanescente dos serviços, para suprir as rescisões ocorridas.

UG 090021 – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

As contratações de serviços de limpeza e conservação, vigilância e locação de mão de obra atenderam à Seção Judiciária de Mato Grosso, sede em Cuiabá e às seis subseções instaladas no interior do Estado, para suprir as necessidades com manutenção dos imóveis onde são prestados os serviços aos jurisdicionados. Os serviços têm sido prestados regularmente.

UG 090003 – Seção Judiciária do Estado do Pará

Todos os contratos de limpeza e vigilância formalizados por esta Unidade Jurisdicionada derivam do devido processo licitatório. Não há ocorrência relevante na execução dos serviços durante o exercício de 2013. O pagamento dos créditos trabalhistas vem sendo acompanhado pelos executores mensalmente a fim de evitar o acionamento da União na seara trabalhista.

UG 090005 – Seção Judiciária do Estado do Piauí

Os contratos de prestação de serviços terceirizados da Justiça Federal – PI em vigor no ano de 2013 contemplam, além da mão de obra responsável pela limpeza e conservação e vigilância armada de sua sede e de suas Subseções Judiciárias, outras categorias profissionais que também não estão previstas no plano de cargos do Órgão, tais como as de Médico, Odontólogo, Auxiliar de Consultório Dentário, Recepcionista, Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais, Técnico em Informática, Técnico em Refrigeração, Técnico Operacional Nível Médio, Copeira, Garçom, Eletricista, Bombeiro-Eletricista e Secretária de Nível Superior.

A força de trabalho disponibilizada pelas empresas contratadas tem prestado grande auxílio no desenvolvimento das atividades da Justiça Federal no Piauí. No entanto, sua importância tem aumentado sobremaneira, já se revelando insuficiente para o atendimento das necessidades diárias de serviços, sobretudo em face do crescimento acentuado da estrutura da Seção judiciária do Piauí verificado nos últimos três anos, por força da instalação de novas varas federais na capital e de novas Subseções Judiciárias no interior do Estado do Piauí.

UG 090025 – Seção Judiciária do Estado de Rondônia

A Justiça Federal em Rondônia, com nove Varas Federais, dentre as quais se incluem três Subseções Judiciárias, terceiriza os serviços de Limpeza e Conservação, Apoio Administrativo e Vigilância Armada. Exclusivamente na Sede da Seção Judiciária, em Porto Velho/RO, consta ainda a prestação de serviço de informática que atende a todo o Estado, de digitalização de documentos, de perícia médica e odontológica.

As contratações seguem a legislação atinente às licitações e contratos administrativos, determinam o provisionamento dos encargos trabalhistas, na forma definida pelo Conselho Nacional de Justiça-CNJ, e condicionam a prorrogação contratual à amortização dos custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação, dentre outros.

São contratados unicamente postos de serviço para a realização de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal da Justiça Federal, conforme Decreto n. 2.271/1997, evitando-se terceirizar as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos, assim como atitudes que denotem pessoalidade e subordinação direta.

A gestão contratual mostra-se eficaz, na medida em que os problemas existentes são de pronto detectados, possibilitando a tomada de decisões que evitem prejuízos à prestação jurisdicional ou ao erário, como a responsabilização subsidiária trabalhista da União.

Em 2013, a Justiça Federal em Rondônia rescindiu unilateralmente o Contrato n. 39/2013, destinado à prestação de serviço de copeiragem, limpeza e higienização, manutenção predial e jardinagem na Sede da Seccional, em Porto Velho/RO, e aplicou à contratada as penalidades de multa no valor total de R\$ 41.733,43 e de Suspensão Temporária de participação em licitação e impedimento de contratam por sete (07) meses, conforme Decisão de 29/5/2013, às f. 597/599 do Processo Administrativo n. 407/2012, art. 87-III, da Lei n. 8.666/93.

A rescisão foi motivada pela incidência de atrasos no pagamento de salários a seus funcionários, pela falta de material de limpeza e pela falha na entrega dos uniformes, vales-transporte e máquina de limpeza previstos em contrato, mas se efetivou apenas após se formalizar contratação emergencial.

Destaque-se como medida preventiva que, conforme previsão contratual, dentre as condições impostas à contratada para a liberação do pagamento mensal constava a comprovação do pleno cumprimento das suas obrigações trabalhistas, inclusive o pagamento dos salários, o que evitou o repasse de valores indevidos à empresa.

Detectada a falha, e após regular processo administrativo, a Justiça Federal passou a pagar diretamente aos funcionários da empresa seus salários e a recolher seus encargos, liberando à contratada unicamente o saldo.

De igual forma, passou a administrar a aquisição dos itens de limpeza faltantes, glosando os gastos da fatura da contratada, situação que perdurou até que fosse efetivada a contratação emergencial que precedeu à contratação ordinária proveniente de regular licitação. Com isso, não houve falha de continuidade na prestação do serviço.

Em face do provisionamento das verbas trabalhistas, a rescisão contratual foi plenamente efetivada pela Justiça Federal, com o acompanhamento do sindicato da categoria (SINTELPES – Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Terceirização em geral e Prestação de Serviço do Estado de Rondônia).

Houve acordo entre a empresa e cinco de seus ex-fempregados que recorreram à Justiça Trabalhista. O montante acordado foi pago com as verbas provisionadas ainda em poder da Justiça Federal, garantindo-se, de pleno, a defesa do erário em face da não responsabilização subsidiária da União.

UG 090039 – Seção Judiciária do Estado de Roraima

No exercício de 2013, a empresa Vitória Construções, por intermédio do Contrato nº 22/2012, realizou de forma satisfatória os serviços de limpeza, conservação e higiene, sem interrupções e, até o momento, não identificamos nenhuma falta de pagamento de verbas trabalhistas.

O mesmo ocorreu em relação à empresa M. do Espírito Santo Lima, Contrato nº 10/2012, responsável pela prestação de serviços de apoio administrativo.

No que diz respeito aos serviços de vigilância ostensiva, estes estão sendo prestados a contento pela empresa Transvig – Transporte de Valores e Vigilância Ltda., mediante Contrato nº 03/2013 (com vigência até 25/09/2014), não sendo constatada, até o presente momento, nenhuma ocorrência de não pagamento de verbas trabalhistas por parte da referida empresa de vigilância.

UG 090038 – Seção Judiciária do Estado do Tocantins

Em virtude da conclusão do Projeto 7K63 - Construção do edifício sede da Justiça Federal de Primeiro Grau no Tocantins, com recebimento definitivo em 08/08/2013, e área construída de 6.545,85m², houve a necessidade de aumento do pessoal terceirizado para serviços de limpeza, higiene e conservação, bem como o aumento do número de postos de serviço de vigilância ostensiva. Verificou-se, pois, um incremento de 40% no total de terceirizados trabalhando na Seção Judiciária.

Todas as contratações foram feitas por meio de Pregão Eletrônico, nos quais foram rigorosamente observadas as instruções constantes da IN 02/2008 – MPOG, principalmente no que diz respeito à elaboração das planilhas de formação de preços das proponentes e da Lei nº 8.666/1993.

Foram observados também os níveis de escolaridade mínima exigida para todos os postos de trabalho.

Não há empregados terceirizados desenvolvendo atividades típicas da área-fim.

A regularidade fiscal é exigida de todas as empresas contratadas tanto no ato da contratação, como durante toda a vigência dos contratos e no pagamento mensal de cada fatura.

Foi observada e realizada rigorosamente a retenção da provisão de encargos trabalhistas prevista nas Resoluções CNJ – nº 98/2009, CNJ – nº 169/2013 e alterações posteriores e IN CJF Nº 001/2013.

UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Atualmente as empresas prestadoras de serviços sofrem um controle maior da Administração Pública, imposto por um incremento na fiscalização, execução e gestão. Em decorrência disso, percebem-se as seguintes inconsistências:

- em relação aos salários e benefícios dos prestadores: atraso no pagamento, descontos indevidos e pagamentos de substituição a menor;

- desorganização operacional, em especial quanto a entregas de documentos, insumos e cumprimento de diligências;

- dificuldade de reposição de prestadores em se tratando de faltas justificadas e das não justificadas;

- dificuldade e demora na solução de problemas quando a matriz localiza-se em outros estados.

O controle do descumprimento das obrigações contratuais provocou um aumento no número de processos de aplicação de penalidades. Verifica-se que houve uma registro elevado de demandas impetradas na Justiça do Trabalho durante o ano de 2013, decorrente do não pagamento das verbas rescisórias pela empresas que tiveram seu contrato rescindido ou expirado por decurso de prazo sem a prorrogação da avença.

5.2.4 Composição do quadro de estagiários

QUADRO 34 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	362	374	384	350	3.403.547,20
1.1 Área Fim	140	135	137	123	1.238.706,00
1.2 Área Meio	222	239	247	227	2.164.841,20
2. Nível Médio	119	131	126	117	869.152,61
1.1 Área Fim	38	36	35	34	252.107,01
1.2 Área Meio	81	95	91	83	617.045,60
3. Total (1+2)	481	505	510	467	4.272.699,81
Fonte: DIREH					
SECCIONAIS					
Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	1849	1908	2006	1937	14.950.038,75
1.1 Área Fim	1378	1412	1494	1448	11.055.116,33
1.2 Área Meio	471	496	512	489	3.894.922,42
2. Nível Médio	233	196	193	193	1.053.143,74
1.1 Área Fim	115	97	90	89	491.298,51
1.2 Área Meio	118	99	103	104	561.845,23
3. Total (1+2)	2082	2104	2199	2130	16.003.182,49
Fonte: SECCIONAIS					
TOTAL: TRF + SECCIONAIS					
Nível de Escolaridade	Quantitativo de Contratos de Estágio Vigentes				Despesa no Exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	2211	2282	2390	2287	18.353.585,95
1.1 Área Fim	1518	1547	1631	1571	12.293.822,33
1.2 Área Meio	693	735	759	716	6.059.763,62
2. Nível Médio	352	327	319	310	1.922.296,35
1.1 Área Fim	153	133	125	123	743.405,52
1.2 Área Meio	199	194	194	187	1.178.890,83
3. Total (1+2)	2563	2609	2709	2597	20.275.882,30

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

6.1.1 Informações sobre a frota de veículos

QUADRO 35 – VEÍCULOS PRÓPRIOS

Unidade	Classificação	Quantidade	Média Km Rodados	Idade Média	Custos
	Veículos de representação	5	35.000	4	19.094,77
090027/TRF1	Veículos de transporte institucional	38	108.000	8	97.182,00
	Veículos de serviço	36	68.000	10	137.447,10
	Subtotal	79			253.723,87
	Veículos de representação				
090002/JFAM	Veículos de transporte institucional	1	137	4	5.577,28
	Veículos de serviço	16	2.010	7	89.236,51
	Subtotal	17			94.813,79
	Veículos de representação	0			
090003/JFPA	Veículos de transporte institucional	6	45.660	7	9.489,47
	Veículos de serviço	24	28.427	5	50.219,02
	Subtotal	30			59.708,49
	Veículos de representação				
090004/JFMA	Veículos de transporte institucional				
	Veículos de serviço	29	4.081	8	179.972,07
	Subtotal	29			179.972,07
	Veículos de representação				
090005/JFPI	Veículos de transporte institucional	12	5.854	7	66.358,85
	Veículos de serviço	10	6.655	6	45.884,24
	Subtotal	22			112.243,09
	Veículos de representação	2	3.100	6	8.173,97
090012/JFBA	Veículos de transporte institucional	14	4.850	8	62.436,22
	Veículos de serviço	48	5.230	7	214.067,04
	Subtotal	64			284.677,23
	Veículos de representação	70	20.000	6	52.850,00
090013/JFMG	Veículos de transporte institucional	2	15.000	3	1.950,00
	Veículos de serviço	17	45.000	4	9.617,00
	Subtotal	89			64.417,00
	Veículos de representação				
090021/JFMT	Veículos de transporte institucional	12	3.542	8	35.738,36
	Veículos de serviço	17	4.548	9	50.432,60
	Subtotal	29			86.170,96
	Veículos de representação				
090022/JFGO	Veículos de transporte institucional	9	1.253	4	23.294,18
	Veículos de serviço	19	3.936	6	49.176,18
	Subtotal	28			72.470,36
	Veículos de representação				
090023/JFDF	Veículos de transporte institucional	1	10.800	8	1.701,17
	Veículos de serviço	65	3.515	12	110.576,48
	Subtotal	66			112.277,65
	Veículos de representação				
090024/JFAC	Veículos de transporte institucional	1	271	1	460,00
	Veículos de serviço	9	4.344	7	53.681,86
	Subtotal	10			54.141,86

	Veículos de representação				
090025/JFRO	Veículos de transporte institucional	10	59.456	8	222.769,00
	Veículos de serviço	7	52.648	6	431.296,00
	Subtotal	17			654.065,00
	Veículos de representação				
090037/JFAP	Veículos de transporte institucional	2	2.071	6	5.642,21
	Veículos de serviço	6	7.669	4	17.693,33
	Subtotal	8			23.335,54
	Veículos de representação				
090038/JFTO	Veículos de transporte institucional	3	2.336	6	3.768,37
	Veículos de serviço	7	3.333	8	22.556,02
	Subtotal	10			26.324,39
	Veículos de representação	0			
090039/JFRR	Veículos de transporte institucional	2	19.356	5	945,56
	Veículos de serviço	7	33.553	4	11.168,20
	Subtotal	9			12.113,76
	Veículos de representação	77			80.118,74
Totais	Veículos de transporte institucional	113			537.312,67
	Veículos de serviço	317			1.473.023,65
	Subtotal	507			2.090.455,06

6.1.1.1 Análise crítica

UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

1. Os quantitativos de veículos por categoria não sofreram alteração no decurso operacional do exercício de 2013.

2. A média anual de quilômetros rodados da categoria de veículos de representação apresentou aumento significativo em razão dos trabalhos de segurança de autoridades aos eventos de inauguração das Subseções Judiciárias durante o ano de 2013. Houve deslocamentos de veículos dessa categoria para acompanhamento/segurança das autoridades participantes dos eventos, devidamente autorizados pela Administração do TRF. Os serviços foram realizados pelos agentes de segurança lotados nas Seções de Segurança e Transporte.

3. Relativamente aos veículos de serviço administrativo, houve um pequeno incremento na quilometragem rodada desta categoria. Destaque-se a idade média dessa frota (10 anos), o que demanda mais manutenção preventiva e corretiva e o conseqüente aumento dos gastos com manutenção, peças de reposição e consertos em geral.

4. A idade média da frota no tocante a veículos de transporte institucional também chegou ao limite de aceitabilidade, considerando-se o zelo e a preocupação com a Segurança de autoridades, pois se apresenta com uma média de quase 08 anos de uso. Nas demais categorias, com exceção do veículo disponível em atividade no Grupo Apoio Especial (ambulância), o restante se encontra em condições plenas de operacionalidade, requerendo das áreas de Transporte e Manutenção uma atenção especial no quesito manutenção. A renovação da frota deste Tribunal é regulada pelas resoluções do Conselho da Justiça Federal – CJF, que tratam da utilização, renovação/expansão de frota do judiciário Federal.

5. O plano de renovação/substituição de elementos da frota oficial vem sendo proposto de forma antecipada em todos os exercícios, observando as recomendações previstas nas Resoluções 072/CJF e 083/CNJ, cuja efetivação vem sendo realizada de forma lenta, por motivos de contingenciamento de despesas.

6. As despesas totais com peças de reposição e abastecimento de veículos aumentaram em relação ao exercício anterior, visto que a frota a cada ano fica mais antiga, com categorias que já ultrapassaram 7 anos de uso, demandando desta forma um custo maior em manutenção.

7. O consumo de combustível se manteve praticamente estável, considerando-se o aumento médio nos preços de combustíveis no exercício de 2013, que foi de 9,12%. Destacamos que em razão do aumento gradual dos veículos flex na frota, na escolha do tipo de combustível utilizado, vêm-se optando pelos menos poluentes, atendendo-se as normas de política ambiental.

6.2 Gestão do patrimônio imobiliário

6.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

QUADRO 36 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quant.de Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	ACRE	2	2
	Rio Branco	2	2
AMAZONAS	Manaus	4	4
	Tabatinga	1	1
	Tefé	0	1
	AMAPÁ	1	1
	Macapá	1	1
	BAHIA	10	10
DISTRITO FEDERAL	Barreiras	1	1
	Feira de Santana	1	1
	Guanambi	1	1
	Ilhéus	2	2
	Itabuna	1	1
	Jequié	1	1
	Salvador	2	2
	Vitória da Conquista	1	1
	Brasília	12	12
	GOIÁS	10	10
MARANHÃO	Goiânia	8	8
	Jataí	1	1
	Luziânia	1	1
	São Luis	3	3

	Caxias	2	2
	Imperatriz	2	2
	MINAS GERAIS	18	17
	Belo Horizonte	10	10
	Juiz de Fora	1	1
	Passos	1	1
	Pouso Alegre	1	1
	São João Del Rei	1	1
	São Sebastião do Paraíso	1	1
	Uberaba	1	1
	Uberlândia	2	1
	MATO GROSSO	5	5
	Cuiabá	2	2
	Rondonópolis	1	1
	Sinop	1	1
	Cáceres	1	1
	PARÁ	11	10
	Altamira	1	1
	Belém	6	5
	Castanhal	1	1
	Marabá	1	1
	Santarém	2	2
	PIAUI	3	3
	Teresina	3	3
	RONDÔNIA	5	5
	Porto Velho	4	4
	Vilhena	1	0
	Ji-Paraná	1	1
	RORAIMA	4	3
	Boa Vista	4	3
	TOCANTINS	2	2
	Palmas	2	2
	Araguaína	1	0
	Subtotal Brasil	95	93
EXTERIOR	Subtotal no Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	95	93

6.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóveis funcionais

QUADRO 37 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEIS FUNCIONAIS

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor Hist. do Imóvel	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Despesa com Reforma (*)	Despesa com Manut. (*)
90024	013900266500-1	13	3	10.503.449,76	12/09/2012	17.031.180,68		127.868,32
90002	025500588500-0	11	3	344.176,00	25/11/2013	4.256.270,29		204.549,89
90002	025500743500-2	11	3	386.926,50	29/11/2013	480.955,13		9.505,90
90002	ainda não cadastr.(1)	11	3					33.354,90
90037	60500253500-8	13	1	49.061.740,47	29/08/2012			361.420,95
90012	336300024500-7**	13	3	326.038,00	19/06/2012			
90012	351500201500-1**	13	4	175.572,11	10/10/2007			
90012	353300018500-5**	13	3	787.680,00	29/05/2012			
90012	357500159500-1	13	3	727.166,31	27/04/2001			28.518,92
90012	357300160500-7**	13	4	109.882,34	18/07/2005			
90012	359700052500-7	13	2	2.574.860,88	28/10/2011			31.607,57
90012	366100110500-7**	13	3	128.500,00	09/04/2010			
90012	396500047500-7**	13	3	680.400,00	20/12/2007			
90012	384900554500-5	13	3	12.876.351,06	27/12/2002		644.910,29	562.886,43
90012	384900705500-5**	13	3	2.623.152,54	05/01/2005			
90023	970121252500-1	13	3		04/02/2013	14.172.406,69	246.942,59	1.005.001,49
90023	970121254500-2	13	3		04/02/2013	1.025.347,32	34.898,97	552.474,88
90023	970122156500-2	13	3		04/02/2013	139.172,58		
90023	970123085500-0	13	3		04/02/2013	16.689.699,94	326.178,26	1.256.871,29
90022	937300552500-8	13	4	427.857,90	28/05/2013	882.056,52	93.667,72	
90022	937300321500-1	13	2	7.441.154,70	19/09/2013	19.484.118,64		604.018,20
90022	937300546500-5	13	8	159.517,42	29/08/2013	467.098,06		
90022	937300548500-6	13	8	186.999,89	28/05/2013	564.963,84		
90022	937300550500-7	13	8	164.944,46	28/05/2013	481.992,00		
90022	943300042500-2	13	8	600.000,00	06/02/2013	600.000,00		
90022	947100059500-4	13	8	313.869,00	30/12/2013			
90022	944500026500-9	13	8	80.537,15	21/05/2012	275.000,00		
90004	092100583500-3	13	3	4.280.500,71	26/04/2012	10.791.876,84	75.030,00	638.299,36
90004	092100385500-7	13	3	793.920,24	26/04/2012	5.175.114,74	60.151,73	
90004	092100683500-7	13	1	1.150.600,00	26/04/2012	3.433.556,82	23.726,83	
90004	075700042500-0	11	terreno	20.000,00	31/10/2005	20.000,00		190.558,85
90004	07570044500-0	13	3	1.680.433,87	17/12/2012	2.190.000,00		
90004	080300280500-1	13	1		18/01/2013	6.867.000,00		165.942,01
90004	080300074500-1	13	terreno		2009	15.660,00		
90013	412300241500-0	13	4	637.250,22	01/08/2012			
90013	412300242500-6	13	4	452.781,23	01/08/2013			
90013	412300243500-1	13	4	184.611,22	01/08/2012			
90013	412300244500-7	13	4	1.274.804,19	01/08/2012			
90013	412300245500-2	13	4	637.159,56	01/08/2012			
90013	412300307500-9	13	3	42.914.828,17	01/08/2012		3.109.936,61	316.727,99
90013	ainda não cadastr.	12	3	25.000.000,00				336.650,67
90013	ainda não cadastr.	12	3	18.762.000,00				434.253,43

90013	ainda não cadastr.	12	3	1.000.000,00				10.159,00
90013	473300118500-7	18	2	12.018.608,72			16.587,16	159.387,44
90013	ainda não cadastr.	12	4	7.481.424,80				
90013	495700007500-3	13	4	559.664,00	01/08/2012			
90013	504900072500-5	13	4	35.155,71				
90013	529300018500-0	13	4	480.698,40	01/08/2012			
90013	ainda não cadastr.	10	2	9.260.138,78	2008			169.537,65
90013	540300266500-7	13	3	15.614.563,94	01/08/2012			59.771,55
90013	ainda não cadastr.	10	4	161.939,20				
90013	540300434500-0	10	4	1.656.000,00	terreno			
90021	915100095500-0	13	1	143.830,00	04/12/2012	143.830,00		225,00
90021	906700176500-0	13	4	900.000,00	13/08/2012	26.495.181,00	265.029,83	943.124,50
90021	906700173500-4	13	1	2.139.400,00	13/08/2012	2.139.400,00	50.683,97	
90003	041100366500-4	13	3		23/09/2009	1.419.999,87		354,00
90003	042700573500-6	13	3		14/11/2011	165.120,00		
90003	042700800500-9	13	3		10/11/2011	158.992,00		
90003	042700810500-3	13	3		17/11/2011	178.104,00		
90003	042700727500-2	13	4		15/09/2011	9.350.029,66	163.282,86	102.728,49
90003	042700939500-5 (2)	13	3					
90003	042700661500-4	13	3		23/11/2011	1.132.631,45		
90003	044700197500-7	13	3		18/02/2010	311.489,75		73,00
90003	048300202500-9	13	3		01/10/2008	540.782,00	5.513,55	12.352,14
90003	053500113500-1	13	3		01/08/2012	1.919.665,42		
90003	053500117500-3	13	3		27/12/2005	173.221,88		4.386,59
90005	121900120.500-4	21	3	1.702.727,23	07/11/2013	6.113.724,29		88.713,68
90005	121900202.500-0	13	3	22.051.378,59	07/11/2013	34.378.319,00		254.026,96
90005	ainda não cadastr.	12	terreno	530.000,00	24/08/2010	530.000,00		
90025	000300359500-0	13	3	3.471.829,04	25/04/2013	14.965.097,00	339.688,05	16.008,39
90025	000300358500-4	18	8	21.905,23	25/04/2013	1.079.100,00		
90039	030100109500-2	11	3	13.057,13	17/09/2012	6.527.905,66		44.240,00
90038	973300040500-0	13	3		17/12/2009	2.300.439,20	836.915,06	83.619,68
90038	973300059500-4	13	3		17/12/2009	360.000,00		
90038	ainda não cadastr.	12	terreno		02/07/2013	779.021,40		
90027	9701.17471.500-7	13	3		01/01/2013	16.482.116,44	669.968,47	611.227,19
90027	9701.17785.500-4	13	3		01/01/2013	14.649.115,52	614.673,11	604.595,04
90027	9701.21248.500-0	13	3		01/01/2013	10.792.338,27		319.626,68
90027	9701.21380.500-8	13	3		01/01/2013	8.034.583,35	268.505,30	230.413,61
90027	9701.21383.500-4	13	3		01/01/2013	139.172,56		21.435,33
90027	9701.21411.500-5	13	Construção		01/01/2013	4.467.475,80		
90027	9701.22535.500-2	13	3		01/01/2013	7.167.724,15		217.791,13
90027	9701.18887.500-1	13	3		01/01/2013	2.012.945,22		42.930,66

Total

Observações: (1) O imóvel é ocupado pela Subseção Judiciária de Tabatinga e o processo de registro imobiliário está em fase de regularização sob a responsabilidade do Departamento do Patrimônio da União. - O imóvel RIP 3849.00705.500-5 consta como terreno mas trata-se do prédio já construído onde funciona o JEF em Salvador. Em janeiro de 2014 foi cadastrado o edifício no SPIUNET sob o RIP 3849.00706.500-0, com valor do imóvel avaliado em R\$ 9.500.183,34. - O imóvel RIP 3965.00047.500-7 consta como terreno mas trata-se do prédio construído onde funciona a Subseção Judiciária de Vitória da Conquista. - (2) Terreno entregue à Justiça Federal do Pará medindo 360,00m².

(*) Despesa no Exercício

Fonte:

6.2.3 Análise crítica sobre os bens imóveis de uso especial, exceto imóveis funcionais

UG 090024 – Seção Judiciária do Estado do Acre

A Seção Judiciária do Estado do Acre tem sua sede (RIP 013900266.500-1) composta por um terreno com área de 9.230m² (nove mil, duzentos e trinta metros quadrados), situado na BR - 364, sentido Sena Madureira/AC, desmembrado da área do Centro Administrativo do Estado do Acre e doado pelo Governo do Estado do Acre à União/TRF – 1ª Região – Seção Judiciária do Estado do Acre para a construção do edifício-sede da Justiça Federal.

O prédio, inaugurado em abril de 2003, possui 3 pisos (subsolo, térreo e 1º andar), fachada de vidro e concreto aparente, com uma área construída de 9.440,33 m² (nove mil, quatrocentos e quarenta vírgula trinta e três metros quadrados), onde funcionam a Secretaria Administrativa; quatro Varas Federais, com dois gabinetes de Juiz Federal cada uma, e uma Turma Recursal. Além disso, possui amplo estacionamento coberto, um estacionamento no subsolo do prédio com capacidade para 44 (quarenta e quatro) vagas e áreas para jardins internos e externos.

Para as pessoas portadoras de deficiência e idosas, há rampas de acesso, tanto externa como internamente, dois elevadores, banheiros especiais e vagas nos estacionamentos do prédio.

O estado de conservação do imóvel é bom e suas instalações propiciam um ambiente agradável tanto para usuários quanto para o corpo funcional. Objetivando recuperar a claraboia do hall central, que vem apresentando goteiras e trincas no policarbonato aplicado, bem como a apresentação de diversos pontos de ferrugem em sua estrutura metálica, esta SJAC realizou certame licitatório no final de 2012, todavia, a empresa vencedora desistiu do empreendimento, sendo necessária a realização de novo procedimento licitatório, acontecido em dezembro/2013. A nova empresa contratada começará a execução dos serviços na segunda quinzena de janeiro/2014, com prazo para conclusão de 45 (quarenta e cinco) dias.

Em abril de 2013 foi finalizada a reforma dos jardins externos e transformação dos espelhos d'água em área de jardins, licitada no final de 2012. O referido projeto visa a manter e modernizar os aspectos arquitetônicos da construção, que, ao longo do tempo, foi perdendo a sua forma original, principalmente pelo significativo grau de mortalidade das plantas no decorrer dos anos.

Atualmente, o imóvel está avaliado em R\$ 17.031.180,68 (dezessete milhões, trinta e um mil, cento e oitenta reais e sessenta e oito centavos), conforme registro no SPIUnet.

UG 090002 – Seção Judiciária do Estado do Amazonas

A Seção Judiciária do Amazonas, incluindo as Subseções Judiciárias de Tabatinga e de Tefé, ocupa seis (06) imóveis, conforme descrito a seguir:

a) Prédio-Sede da Justiça Federal no Amazonas (Fórum Ministro Waldemar Pedrosa): com o Registro Patrimonial Imobiliário de nº 0255.00588.500-0, está situado na Avenida André Araújo, n.º 25, no bairro do Aleixo. É imóvel próprio, possui uma área de 1.600 m² tendo 2.165,20 m² de área construída. O prédio é estruturado em subsolo, térreo e dois andares. Está murado e dispõe de garagem externa que abriga os veículos destinados aos serviços cartorários e administrativos.

b) Prédio Anexo I (Rio Negro): com o Registro Patrimonial Imobiliário – RIP de nº 0255.00743.500-2. O imóvel possui 01 (um) subsolo, 01 (um) térreo e 04 (quatro) andares, com área construída de 4.998,35 m².

c) Prédio Anexo II (Rio Solimões): está localizado ao lado do Prédio-Sede, no mesmo endereço deste. Este prédio possui área de 1.432,48 m² construída em um terreno de 750,00 m², aproximadamente. O

registro do imóvel está em fase de finalização no Cartório de Registro de Imóvel.

d) Imóvel Tocaia: localizado na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, no bairro de Adrianópolis, com uma área aproximada de 30.000 m², constando de uma edificação de pavimento único com área construída de 321m², abrigando, atualmente, o Arquivo Judicial. Considerando, ainda, a grande área do terreno, existe a perspectiva da construção da sede definitiva desta Seção Judiciária. O imóvel ainda não possui o Registro Imobiliário Patrimonial (RIP) em função de tratativas entre esta Seccional e o Departamento de Patrimônio da União – DPU.

e) Imóvel no Município de Tabatinga/AM está situado na Rua Aires da Cunha, s/n, no bairro Ibirapuera, com área de 7.000 m², sendo 2.522,44 m² de área construída, contígua à sede da Delegacia de Polícia Federal. O terreno pertence à Superintendência Regional de Polícia Federal do Estado do Amazonas, que o cedeu por 10 (dez) anos para a instalação da Subseção de Tabatinga, através do Termo de Cessão nº 01/2001, que venceu em 15 de maio de 2011. Já existe processo administrativo em trâmite (0768.37827/75/MF) na GRPUAM - Gerência Regional do Patrimônio da União para desmembramento e regularização do Registro Imobiliário Patrimonial (RIP).

O prédio construído apresenta alguns problemas que demandam soluções urgentes:

a) o sistema de drenagem projetado/executado para a área da Subseção Judiciária é ineficiente para esgotar o fluxo pluviométrico, motivando a acumulação de água na partes gramadas em dias de chuva. Este acúmulo repercute no sistema de esgotos, causando refluxo das águas servidas e dos gases orgânicos, provocando odores desagradáveis nos banheiros do primeiro pavimento;

b) a caixa d'água existente não possui estrutura suficiente para operar com capacidade total. Verificam-se rachaduras e infiltrações logo abaixo de sua base, motivo pelo qual atualmente ela opera com apenas 1/3 de sua capacidade, ou seja, 20.000 litros;

c) pintura externa e interna desgastada pelo tempo. Verificam-se manchas negras e esverdeadas na área externa, ocasionadas pela constante exposição às intempéries. A cor original ficou desbotada, visto que a pintura da Subseção foi realizada há 9 anos;

d) cobertura apresenta problemas de vedação em diversos pontos, o que ocasiona goteiras em algumas salas e prejudica o sistema elétrico;

e) a guarita secundária encontra-se próxima ao sistema de tratamento de esgoto, o que ocasiona bastante desconforto devido ao odor gerado pela liberação de gases.

f) imóvel no Município de Tefé/AM, situado na Rua Daniel Sevalho, s/n, é cedido pelo Governo do Estado do Amazonas.

UG 090037 – Seção Judiciária do Estado do Amapá

Dos aspectos avaliados no Relatório de Gestão referentes à tomada de contas do exercício de 2013, não foram constatados fatos relevantes que interferissem nas contas da Seção Judiciária do Amapá, em razão da Nova Sede ter sido concluída a pouco tempo, exceto, no que diz respeito ao cadastramento no SPIUnet, pois: tanto o edifício Sede da Seção Judiciária do Amapá, quanto as Subseções de Laranjal do Jarí e Oiapoque (imóveis locados), ainda estão em processo de regularização documental.

As despesas com manutenção inseridas para a Sede da Seção Judiciária do Amapá (imóvel de natureza especial) foram extraídas das contas 333903704 e 333903916 – (Manutenção e Conservação de Bens Imóveis).

UG 090023 – Seção Judiciária do Distrito Federal

A Justiça Federal do DF possui 4 (quatro) registros no sistema SPIUnet. Os saldos entre o Inventário de Bens Imóveis, SIAFI e SPIUnet estão devidamente conciliados, sendo que a última reavaliação dos imóveis foi realizada no mês de fevereiro/2013.

O imóvel localizado na W3 Norte, SEPN 510, Bloco C, Lote 08 – Edifício Cabo Frio (atual Ed. Sede III), com área total construída de 10.689,55 m², foi cedido a esta Seccional pelo TRF/1ª Região. A despesa com manutenção em 2013 foi de R\$ 1.127.062,09.

As instalações prediais se encontram em bom estado de conservação devido a constantes manutenções corretivas e preventivas decorrentes de rotinas básicas diárias e de planos de ações específicos.

No entanto, em razão da escassez orçamentária, as obras e serviços de manutenção e conservação de grande porte não têm sido realizados.

Há necessidade de redefinição do espaço físico desta Seção Judiciária para atender à expansão das atividades das Varas Federais e dos Juizados Especiais Federais e das unidades administrativas.

Notas: a) para definição da despesa com manutenção no exercício, foram utilizadas as seguintes contas do SIAFI: 33.90.30.24, 33.90.30.26, 33.90.30.44, 33.90.37,04, 33.90.39.16 e 44.90.51.92. Como a Justiça ainda não possui sistema de custos, algumas despesas foram rateadas em função da área construída; b) RIP: 9701212525001 (SAS Q. 04 lote 07, área 9.040,70 m²); Valor da manutenção: R\$1.005.001,49; c) RIP: 9701212545002 (SGON Q. 02 lotes 30/40, área 1.277,67 m²); Valor da manutenção: R\$ 552.474,88; d) RIP: 9701221565002 (SGON Q. 02 lotes 50/60), Valor da manutenção: R\$ 0; e) RIP: 9701230855000 (SAS Q. 2 lotes 5 e 8, área 11.941,56 m²), Valor da manutenção: R\$1.256.871,29.

UG 090022 – Seção Judiciária do Estado de Goiás

A Justiça Federal em Goiás conta hoje com dois imóveis de RIPs 93700552500-8 e 937300321500-1, onde estão instaladas 12 varas federais e a administração desta Seccional. Entretanto as instalações atuais não tem comportado todas as varas desta capital, em decorrência deste fato, foram alugados mais 3 imóveis para suprir esta necessidade.

Este fato tem causado prejuízo tanto do ponto de vista financeiro como humano, pois há uma constante necessidade de deslocamento de pessoal de um imóvel para outro para cumprir as obrigações de serviço.

Os demais imóveis referem-se a terrenos que foram doados para esta Seccional, dos quais apenas um, que pertence a Subseção de Jataí, conta hoje com a licitação finalizada para dar início ao projeto para construção da nova sede.

UG 090004 – Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Todos os imóveis, sob a responsabilidade da Seção Judiciária do Maranhão, encontram-se devidamente registrados no Serviço de Patrimônio da União - SIPUnet. A administração os mantém de forma adequada com observância das reformas necessárias. O imóvel atual em São Luís mostra-se insuficiente para o crescimento da Seção Judiciária sendo necessária a aquisição ou construção de outro imóvel.

UG 090013 – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

A Seção Judiciária de Minas Gerais desenvolve suas atividades nos endereços abaixo, sendo cinco em Belo Horizonte e o restante no interior do Estado:

1- Belo Horizonte:

1.1- Edifício I: imóvel próprio, sede da Justiça Federal, denominado Edifício Antônio Fernando Pinheiro, cadastrado no SPIUnet sob RIP 4123.00307.500-9). Situado na Avenida Álvares Cabral nº 1.805, bairro Santo Agostinho, sendo composto de 16 andares e 02 subsolos, tendo 04 lojas no térreo e aproximadamente 126 vagas de garagem. Neste prédio encontram-se instaladas 4 Varas Federais (4ª, 9ª, 11ª e 35ª), a Diretoria do Foro e grande parte da Secretaria Administrativa, sala de Representação do TRF-1ª Região, agência da Caixa Econômica Federal, além de uma sala destinada à AJUFEMG. O prédio possui área construída de 12.172,36m², em terreno de 1.803,75m². O imóvel encontra-se em bom estado de conservação, tendo recebido investimentos nos últimos anos, que possibilitaram sua modernização. No final de 2013 foram contratados os serviços de substituição do revestimento das fachadas e varandas, conforme projeto contratado em 2012. O prazo estimado para a conclusão do serviço é de 12 meses

1.2- Edifício II: imóvel próprio denominado Edifício Euclides Reis Aguiar, incorporado em função de desapropriação realizada em dezembro de 2006, situado na Av. Álvares Cabral, 1.741, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG, composto de 19 pavimentos incluído o piso térreo e os 5 subsolos com 368 vagas de garagem. Abriga as 16 Varas Federais Cíveis e a Vara Agrária/Cível. O terreno possui 3.834m² e área construída de 16.814,80m². O imóvel está em bom estado de conservação.

1.3- Edifício III: imóvel próprio denominado Edifício Oscar Dias Corrêa, incorporado em função de desapropriação realizada em dezembro de 2006, situado na Rua Santos Barreto, nº 161, bairro Santo Agostinho (próximo ao edifício sede). Composto por 17 andares, numerados de 07 a 23, oito lojas, duas salas e quatro pavimentos destinados às vagas de garagem. O imóvel possui terreno de 2.171,50 m² e área construída de 16.130,96m². Está em bom estado de conservação, necessitando, entretanto, de reforma geral do sistema de ar condicionado central. Ali se encontram instaladas 5 Varas de Execução Fiscal, 9 Varas dos Juizados Especiais Federais, 4 Turmas Recursais, Coordenação do JEF e Secretaria das Turmas Recursais, salas de perícias e parte da Secretaria Administrativa (Contadoria, SEMAT e SECAM).

1.4- Casa: imóvel próprio, incorporado em função de desapropriação realizada em dezembro de 2006, situado na Rua Santos Barreto, nº 181, bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG. Possui terreno de 546m², área construída de 351m², em três níveis. No imóvel, está funcionando a Central de Conciliação da Justiça Federal.

1.5- Edifício Bolsa de Valores: situado na Rua dos Carijós, nº 126, Centro. Composto por 05 andares de propriedade da Justiça Federal (7º, 10º, 11º, 12º e 13º andares), sem garagens, onde está instalada parte do Arquivo Judicial. O imóvel encontra-se devidamente registrado em cartório e no SPIUNET sob RIP's 4123.00241.500-0, 4123.00242.500-6, 4123.00242.500-1, 4123.00244.500-7, 4123.00245.500-2. Os 05 andares totalizam uma área construída de 2.507,50 m² e o estado de conservação é regular.

2- Subseção Judiciária de Juiz de Fora:

Encontra-se instalada em sua sede própria desde outubro de 2008. O edifício foi construído no terreno de 3.810,38m² doado pela Prefeitura Municipal, localizado na Rua Leopoldo Schimitz, nº 145, Praça dos Poderes. Possui área construída de 5.764,42m² e abriga as cinco Varas Federais, Juizado Especial e Administração. Em 2012 foi contratada a obra destinada à construção de uma cantina visando a atender necessidades do quadro de pessoal da Subseção, obra esta que se encontra em fase final de construção. Embora se trate de prédio novo, faz-se necessária a contratação de serviço de impermeabilização do subsolo, para evitar problemas de infiltração (terreno cadastrado no SPIUNET sob RIP 4733.00118.500-7).

3- Subseção Judiciária de Uberlândia:

Prédio próprio, sede da Subseção, situado na Avenida Cesário Alvim, nº 3.390 – bairro Brasil. Compos-

to de 03 andares e 02 de subsolos, com 5.573,30m² de área construída em terreno de 1.750,00m², que abrigam 04 Varas Federais, o Juizado Especial Federal e a área administrativa. O estado de conservação do imóvel é bom e encontra-se registrado no Cartório e no SPIUNET sob RIP 5403.00266.500-7. Em 2013 o prédio recebeu intervenções visando à sua adequação para receber a 4ª Vara Federal.

4- Subseção Judiciária de Uberaba:

Prédio próprio, nova sede da Subseção desde o final de 2008, construída em terreno de 2.067,62m² doado pela Prefeitura Municipal de Uberaba, localizado na Avenida Maria Carmelita de Castro Cunha, 30 – Vila Olímpica. Possui área de 5.639m² e abriga as quatro Varas Federais, o Juizado Especial e a área administrativa.

5- Terrenos:

5.1- Belvedere – Um terreno com área aproximadamente 17.705 metros quadrados, localizado no Quarteirão 85, no Bairro Belvedere, destinado à União, para a construção da sede definitiva da Seção Judiciária de Minas Gerais. Declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, conforme Decreto de 29.12.2003, do Presidente da República, publicado no Diário Oficial da União de 30.12.2004.

5.2 – Passos – Terreno com 1.998,80m², situado na Rua Benedita da Silveira Maia, s/nº, Residencial Jardim Pinheiros – Passos – MG, doado pela Prefeitura Municipal de Passos para a construção da sede própria da Subseção daquela cidade, cujo projeto foi contratado no final de 2009. A licitação da obra, fracassada em 2012, foi repetida em 2013 por três vezes, sem sucesso. (terreno cadastrado no SPIUNET sob RIP 4957.00007.500-3).

5.3 – Pouso Alegre – Terreno com 7.031,63m², situado na Av. Marechal Castelo Branco, s/nº, doado pela Gerência Regional de Patrimônio da União para construção da Sede da Subseção Judiciária de Pouso Alegre. (terreno cadastrado no SPIUNET sob RIP 5049.00072.500.5).

5.4 - São Sebastião do Paraíso – terreno com 2.002,91 m², situado no loteamento Jardim Mediterrâneo, município de São Sebastião do Paraíso, doado pela Prefeitura Municipal para a construção da sede própria da Subseção daquela cidade, cujo projeto foi contratado no final de 2009. Aguarda-se dotação específica para contratação da obra. (terreno cadastrado no SPIUNET sob RIP 5293.00018.500.0).

5.5 – São João Del Rei – Terreno com 2.530,30 m², situado na Rua José Eustáquio Gonçalves Pimenta, Vila Belizário, doado pela Prefeitura Municipal para a construção da sede própria da Subseção daquela cidade.

5.6 – Uberlândia – Terreno com 2.250,00m², cadastrado no SPIUNET sob RIP 5403.00434.500-0, situado no Bairro Custódio Pereira, doado pela Prefeitura Municipal para ampliação da sede própria da Subseção daquela cidade, nos termos do Projeto contratado para este fim.

UG 090021 – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Os bens imóveis que integram o patrimônio da Seção Judiciária de Mato Grosso e que se encontram registrados no SPIUNet são os seguintes:

- um edifício com área construída de 9.207,99 m² e área do terreno de 10.000 m², onde se encontra instalada a sede da Seção Judiciária em Cuiabá, localizado na Av. Rubens de Mendonça, n. 4888, Centro Político Administrativo de Cuiabá/MT;

- um terreno medindo 5.753,20 m², onde foi construída a sede da Subseção de Rondonópolis/MT, localizado na Rua Dom Pedro II, lote 02, Quadra 02-B, área do CEPAC, em Rondonópolis/MT, doado à União por esse Município. A atualização dos registros, com inclusão do recebimento da obra, será providenciada após conclusão do 2º piso do prédio;

- terreno localizado na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nesta Capital, com área de 5.000,00 m²,

onde foi construído o Arquivo Judicial e está em execução a obra de ampliação do estacionamento da SJMT. A atualização dos registros será providenciada após conclusão da obra.

Outros dois terrenos, situados nas cidades de Cáceres e Sinop, foram doados à Seção Judiciária de Mato Grosso, mas ainda não estão registrados no Sistema de Gerenciamento de Bens Imóveis de Uso Especial da União - SPIUnet:

- terreno em Cáceres: aguardando correção do donatário na escritura do terreno. O terreno foi utilizado para construção da sede da Subseção Judiciária de Cáceres;

- terreno em Sinop: aguardando correção do donatário do terreno doado pela Prefeitura de Sinop, que está sendo utilizado para construção da futura sede da Subseção Judiciária de SINOP;

Há também dois termos de cessão de uso referente a um terreno situado na cidade de Diamantino e outro na cidade de Barra do Garças, para construção da sedes naqueles municípios, de Subseções Judiciárias da Justiça Federal de Mato Grosso.

O Termo de Cessão de Diamantino tem validade até 06/10/2012 ou até a conclusão da obra. O terreno de Diamantino foi aprovado para construção durante a análise de viabilidade. Atualmente, o projeto executivo da construção da sede se encontra em fase final de elaboração pela empresa contratada.

O Termo de Cessão de Barra do Garças, tem validade de 2 (dois) anos, a partir de 2012. Durante a avaliação da viabilidade para a construção, devido ao terreno ser muito acidentado a empresa projetista contratada, via laudo, manifestou a inviabilidade demonstrando elevado custo para edificação naquele imóvel. A Prefeitura se prontificou a fazer a terraplenagem no terreno que foi formalizado através da assinatura de um Convênio. Atualmente está sendo aguardado a conclusão dos serviços de terraplenagem para que a Justiça Federal possa emitir a Ordem de Serviço de execução para a empresa contratada para elaborar o projeto executivo da construção da sede.

UG 090003 – Seção Judiciária do Estado do Pará

A entrega dos imóveis pertencentes ao patrimônio imobiliário da União para a Seção Judiciária do Pará foi realizada mediante termo próprio, sendo que esses imóveis possuem Registro Imobiliário Patrimonial – RIP no Sistema Spiunet da Secretaria do Patrimônio da União. Os imóveis de uso especial sob a responsabilidade da Seção Judiciária do Pará estão relacionados no quadro da planilha 6.2.2 à exceção do imóvel localizado na Rua Domingos Marreiros nº 582, o qual foi objeto de desapropriação por meio de decreto presidencial, cujo processo ainda não foi concluído, sendo que o valor avaliado, já devidamente depositado, foi de R\$ 333.000,00 (trezentos e trinta e três mil reais).

Os imobilizados sob a responsabilidade desta UJ encontram-se em estado satisfatório de manutenção.

UG 090005 – Seção Judiciária do Estado do Piauí

- Prédio sede onde funciona a Seção Judiciária do Piauí, é um imóvel em bom estado de conservação, com estrutura boa, com boa parte do mobiliário novo;

- Prédio de uso compartilhado com a Universidade Federal do Piauí e Prefeitura Municipal, em bom estado de conservação, necessitando de pequena reforma, com parte do mobiliário usado cedido por esta Seção Judiciária Federal;

- Terreno contíguo ao estacionamento sede da Justiça Federal, murado, doado pelo Governo do Estado do Piauí, em fase de regularização; funcionando como estacionamento II.

UG 090025 – Seção Judiciária do Estado de Rondônia

No município de Vilhena há área de terras de aproximadamente 3.500 m² doada pela prefeitura municipal para a construção da Sede da Subseção.

Em Ji-Paraná/RO, há área de terras da União destinada igualmente à construção da Sede, cuja entrega à Justiça Federal está em trâmite.

A sede da Justiça Federal, em Porto Velho/RO, com 9.111,33 m², encontra-se construída sobre área de terras da União regularmente entregue pela Secretaria do patrimônio da União.

O imóvel RIP 0003.00358.500-4, constituído de área de terras, foi doado pela Prefeitura Municipal de Porto Velho à União, representada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, através do Decreto 4.449, de 04/09/1991, sem vincular condições de uso. À época, pretendia-se construir no local a Sede da Seccional, fato que não se verificou.

Em 13/04/2005, tal área foi cedida pela SJRO à Associação dos Servidores da Justiça Federal em Rondônia – AJUF/RO, por Termo de Autorização de Uso, exclusivamente para a realização de atividades esportivas e culturais.

Entretanto, por meio da Lei Municipal 1.609, de 27/05/2005 e do Decreto 9.920, de 14/06/2005, a Prefeitura de Porto Velho doou o mesmo imóvel à AJUF/RO sem o conhecimento da Justiça Federal, revogando, assim, a legislação anterior que o doara à União.

A ocorrência encontra-se na Advocacia-Geral da União, bem como na Gerência Regional do Patrimônio da União em Rondônia, para as providências cabíveis.

UG 090039 – Seção Judiciária do Estado de Roraima

Edifício-Sede da Seção Judiciária de Roraima, localizado na Av. Getúlio Vargas n.º 3999, Bairro Canarinho, com aproximadamente 4.700m² de área construída, onde funcionam as 03 (três) Varas Federais e a Turma Recursal instaladas na Capital, havendo para 2014 a previsão de instalação da 4ª Vara Federal.

No início de 2012, o estado de conservação do imóvel era bastante precário e as instalações estavam bastante desgastadas em função do uso e do decurso do tempo, além do aumento na estrutura organizacional, que não foi precedida de planejamento, razão pela qual em 2012 houve a reforma do edifício-sede da Seção Judiciária de Roraima.

Atualmente estamos trabalhando na fase do recebimento provisório da mencionada obra de reforma do edifício sede da SJRR.

UG 090038 – Seção Judiciária do Estado do Tocantins

Sede da Seção Judiciária do Tocantins:

A Seção Judiciária do Estado do Tocantins possui 02 (dois) imóveis, devidamente registrados no SPIU-net, a saber:

a) edifício-sede da Seção Judiciária do Estado do Tocantins - Lotes 3 e 4, Conjunto 1, Quadra 201 Norte, Plano Diretor Norte, com área total de 3.600,00 m² e área construída de 3.183,43 m², doados à União pelo Estado do Tocantins, conforme o disposto na Lei n. 194, de 18/10/90, registrados no Cartório de Registro de Imóveis de Palmas (TO), sob os números 4.815 e 4.817, respectivamente;

b) lote destinado à ampliação das instalações da Seção Judiciária do Estado do Tocantins, onde foi construído o edifício anexo, Projeto 7K63 – Construção do Edifício Anexo da Justiça Federal em Palmas

– TO, com área de 6.506,01 m², situado no Lote 2, Conjunto 1, Quadra 201 Norte, Plano Diretor Norte, com área total de 1.800,00 m², doado à União pelo Estado do Tocantins, conforme o disposto na Lei n. 1.170, de 02/08/2000, registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Palmas (TO), sob número R-03, matrícula 4.813, ficha 01, livro 02, em 19/09/2001.

Importa ressaltar que, após a conclusão da obra do edifício anexo, os referidos lotes foram lembrados, passando a constar como Lote 2-A, Conjunto, Quadra 201 Norte, Plano Diretor Norte, com área total de 5.400,00 m², com área construída de 9.729,28m², devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Palmas (TO), sob a matrícula n. 115.257, do Livro 2, do Registro Geral.

Subseção Judiciária de Araguaína:

Pela Lei n. 2.825, de 20/12/2012, o município de Araguaína/TO doou à União um imóvel urbano denominado Lote 01-A, da Quadra 01, situado na Avenida Neif Murad, integrante do desmembramento da Chácara 47-A, em Araguaína/TO, com área de 3.754,32m², sem benfeitorias, para a construção da sede da Justiça Federal em Araguaína/TO.

A Secretaria do Patrimônio da União encaminhou o Contrato de Doação firmado entre o Município de Araguaína/TO e a União, lavrada no Processo SPU/TO n. 05560.000134/2013-21, datado de 12/09/2013, o qual foi averbado no Cartório de Registro de Imóveis de Araguaína/TO, sob a Matrícula nº AV-1-M-64.333, do Livro 2, do Registro Geral, em 11 de novembro de 2013. No entanto, até o encerramento do exercício de 2013, não havia sido cadastrado no SPIUnet.

UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Os imóveis de uso especial foram destinados ao TRF mediante termos de entrega emitidos pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, com os devidos registros no SPIUnet e SIAFI.

A partir de 2012, o TRF1 passou a ocupar os Ed. Anexo I e Anexo III – SAS Quadra 01, Bloco C – Brasília DF - antigos Ed. Sede e Anexo do TSE, em decorrência de acordo de cessão assinado entre as duas Cortes.

Em decorrência da dispersão das atividades do órgão em nove diferentes endereços da capital federal, com forte impacto negativo sobre as condições de tramitação processual e sobre os custos administrativos, o Tribunal decidiu por construir sua nova sede no Setor de Administração Federal SUL, Quadra 5, Lote 3, em Brasília.

Além dos imóveis de propriedade da União, o Tribunal permanece ocupando o Ed. D. Marta – SAU Sul Quadra 2, lote 7 – Brasília DF: alugado pelo Tribunal e pago pela Caixa Econômica Federal, decorrente do Contrato n. 92/2009 (Contrato de Repasse, sem transferência financeira).

6.2.4 Discriminação de imóveis funcionais da União sob a responsabilidade da UJ

QUADRO 38 – DISCRIMINAÇÃO DE BENS IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel				Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data de Avaliação	Valor Reavaliado	Despesa com Reforma	Despesa com Manutenção	

Ocupados	013900262500-0	3	121.199,23	12/09/2012	294.486,69		
	970116466500-7	3		30/10/2012	442.675,58		
	970118720500-2	3		18/10/2012	411.818,02		
	000300349500-5	3	58.489,94	25/04/2013	1.024.000,00		
	000300356500-3	3	144.947,15	25/04/2013	426.937,50		
	030100179500-4	3	40.000,00	17/09/2012	360.826,53		
	9701 24355.500-0	3		12/12/2012	633.621,42	35.000,00	
	9701 22569.500-8	3		28/11/2012	432.689,38	4.250,00	
	9701 24155.500-2	3		25/10/2012	418.315,42	6.720,00	
	9701 18990.500-1	3		23/10/2012	501.519,62	4.320,00	
	9701 18534.500-1	3		21/02/2013	411.477,54	2.400,00	
	9701 18486.500-1	3		20/11/2012	581.227,50	6.000,00	
	ainda não cadastr. (*)					2.280,00	
	9701 18026.500-0	3		21/11/2012	1.137.408,45		
	Vazios	9701 18018.500-6	3		21/11/2012	980.697,51	
9701 17999.500-8		3		21/11/2012	616.956,98	2.640,00	
	970118447500-9	3		15/10/2012	412.781,06		
	0301000180500-0	3	81.235,50	17/09/2012	353.672,93		
	9701 18447.500-9	3		15/10/2012	412.781,06	1.950,00	
	9701 17792.500-2	3		13/11/2012	621.564,50		
Total						65.560,00	0,00
(*) imóvel funcional não cadastrado na SPIUnet, localizado na SQN 108, Bloco H, Apto 102, Brasília / DF							
Fonte: SPIUnet/UG							

6.2.4.1 Análise crítica

UG 090024 – Seção Judiciária do Estado do Acre

Além de seu edifício-sede, a Seção Judiciária do Estado do Acre possui um imóvel funcional (RIP 013900262.500-0), adquirido em janeiro de 1995. É composto de um terreno com área de 636,66m² (seiscentos e trinta e seis vírgula sessenta e seis metros quadrados) e área construída de 260,84m² (duzentos e sessenta vírgula oitenta e quatro metros quadrados), situado no Residencial Invernada, s/n, quadra 03, terreno 01, bairro Invernada, nesta Cidade.

Em 2011, foi constatada a necessidade de realização de reforma dos banheiros e de substituição de esquadrias, portas, janelas e dos pilares de sustentação da cobertura das áreas de varanda e de lazer, cuja madeira encontrava-se apodrecida devido às intempéries da natureza, ação de cupins e excesso de umidade do terreno, pondo em risco a integridade física de eventuais ocupantes. No início de 2012 foram executados os referidos serviços, que promoveram a recuperação das instalações do imóvel em apreço e proporcionaram sua valorização, estando atualmente avaliado em R\$ 294.486,69 (duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e sessenta e nove centavos), conforme registro no SPIU.

Atualmente, o imóvel funcional foi cedido, desde 01/11/2013, por meio da assinatura do Termo de Outorga de Permissão de Uso, ao Juiz Federal Náiber Pontes de Almeida.

UG 090023 – Seção Judiciária do Distrito Federal

A Justiça Federal do DF administra 3 (três) imóveis funcionais que são ocupados por juízes e servidores da Seção Judiciária do Distrito Federal, conforme OFÍCIO/PRESI/600-763, do TRF 1ª Região de 26/10/2005 (PA 368/2006), que atribuiu a esta Seccional a responsabilidade da sua administração.

O cadastro dos 3 imóveis funcionais no SPIUNET está na UG 170021 – Gerência Regional do Patrimônio da União – DF (GRPU/DF).

O imóvel localizado na SQN 108 BLOCO “G” APTO 407 – ASA NORTE, RIP 9701 18720.500-2, está atualmente ocupado pelo Juiz Federal Rui Costa Gonçalves, CPF: 135.718.422-00, conforme Portaria PRESI n. 640-39/TRF1, de 13/02/2007, publicada na Seção 2 do DJ de 16/02/2007 – Outorga a permissão de uso do imóvel (PA 819/2007). Data de ocupação: 14.02.2007.

O imóvel localizado na SQN 308 BLOCO “C” APTO 502 – ASA NORTE, RIP 9701 18447.500-9, foi ocupado pelo Juiz Federal Hamilton de Sá Dantas, CPF: 004.064.304-20, conforme Termo e Outorga de Permissão de Uso n. 3/99/TRF1, de 1º /04/1999 e Portaria 107, de 30/03/99, publicada na Seção 2 do DJ de 12/04/99 (PA 1847/2010). Data de ocupação: 01.04.1999. O Magistrado desocupou o imóvel em setembro de 2013 e esta Seccional quitou as despesas até o mês de outubro de 2013.

O imóvel localizado na SQS 104 BLOCO “G” APTO 402 – ASA SUL, RIP 9701 16466.500-7, está ocupado pelo servidor aposentado Edson Ferreira da Silva, CPF: 091.388.891-53, conforme decisão judicial no processo 0001534-14.1991.4.01.3400. Data de ocupação: 01.03.1983.

UG 090025 – Seção Judiciária do Estado de Rondônia

A Justiça Federal em Rondônia possui os seguintes imóveis utilizados como residências funcionais de magistrados, ambos localizados no município de Porto Velho:

- o imóvel de RIP 0003.00349.500-5, foi reformado em 2004, transformando uma única residência contida na área em duas residências geminadas menores, sem necessidade de acréscimo de área, atendendo, assim, a dois juízes federais;
- o imóvel de RIP 0003.00356.500-3, “uni-residencial”.

Os imóveis são utilizados mediante termos de permissão de uso. Por esses instrumentos, os ocupantes dos imóveis responsabilizam-se pela manutenção das residências, inclusive pagamento de Taxa de Resíduos Sólidos Domiciliares.

UG 090039 – Seção Judiciária do Estado de Roraima

Imóvel funcional localizado na Rua Coronel Ricardo Franco nº 963, Bairro Aparecida, com área construída de 223,40 m², composta de sala de estar, copa/cozinha, lavabo, depósito, circulação, uma suíte, dois quartos, banheiro social, dependência de empregada, dispensa, área de serviço, mezanino, varandas, garagem e hall. O estado de conservação do imóvel é considerado satisfatório, isso após reforma, com o fito de realizar reparos no telhado (que apresentava goteiras e infestação por pombos), pintura geral e manutenção nos portões automáticos, cerca elétrica e sistema de alarme, todos necessários à manutenção das condições de habitação do imóvel. O imóvel destina-se a moradia de Juízes Federais e Substitutos desta Seccional.

Imóvel funcional localizado na Rua Capitão Franco de Carvalho nº 272, Bairro São Francisco, com área construída de 209,39 m², composta de salão, biblioteca, uma suíte, dois quartos, cozinha, banheiro social, circulação, dependência de empregada, área de serviço, varanda, garagem. O estado de conservação

do imóvel é muito satisfatório, principalmente após a reforma que consistiu na substituição de pisos e azulejos dos banheiros, substituição de portas, pintura, manutenção nos telhados, entre vários outros reparos. A destinação do imóvel é a moradia de Juízes Federais e Substitutos desta Seccional.

UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Os 12 imóveis funcionais que estão sob responsabilidade do TRF1 foram vistoriados pela SPU/DF em 2012. Naquela oportunidade, tiveram seus valores atualizados e foram considerados em bom estado de conservação. Refere-se a 11 apartamentos localizados nas Asas Sul e Norte do Plano Piloto e a uma casa localizada no Lago Sul.

Entre esses imóveis, sete estão sendo ocupados por desembargadores federais, três por assessores de gabinetes de desembargador e os últimos dois encontram-se temporariamente desocupados em decorrência de aposentadoria de seus antigos ocupantes.

Entre as despesas lançadas a título de reforma na planilha “Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ”, destaca-se o valor de R\$35.000,00, despendidos com o imóvel funcional de RIP 9701.24355.500-0, referente a uma casa doada à União pela extinta SIDERBRÁS, localizada na QL 6, Conjunto 6, casa 6. Uma vez que suas esquadrias, armários em madeira, bem como sua rede de distribuição de energia e de água (ainda em ferro) eram muito antigos e encontravam-se em avançado estágio de deterioração, eles precisaram ser substituídos e/ou reformados por questão de segurança e habitabilidade do imóvel.

Quanto às despesas com reformas lançadas na mesma planilha para oito demais imóveis sob responsabilidade do TRF1 (apartamentos), referem-se a taxas extras, pagas mensalmente aos condomínios que os administram, destinadas a modificações ou incrementos na estrutura dos edifícios onde estão localizados, os quais têm o potencial de afetar o valor de mercado desses apartamentos.

6.3 Bens imóveis locados de terceiros

6.3.1 Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial locados de terceiros

QUADRO 39 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quant.de Imóveis de Terceiros pela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	ACRE	0	0
	AMAZONAS	1	0
	Tefé	1	0
	AMAPÁ	2	2
	Laranjal do Jari	1	1
	Oiapoque	1	1
	BAHIA	10	9
	Alagoinhas	1	1

	Barreiras	1	1
	Bom Jesus da Lapa	1	0
	Campo Formoso	1	1
	Eunápolis	1	1
	Feira de Santana	1	1
	Guanambi	1	1
	Irecê	1	1
	Salvador	1	1
	Teixeira de Freitas	1	1
	DISTRITO FEDERAL	1	1
	Brasília	1	1
	GOIÁS	12	9
	Goiânia	3	2
	Luziânia	2	2
	Anápolis	2	1
	Rio Verde	2	1
	Formosa	1	1
	Uruaçu	1	1
	Aparecida de Goiânia	1	1
	MARANHÃO	3	2
	Bacabal	1	1
	São Luís	1	1
	Balsas	1	0
	MINAS GERAIS	33	31
	Belo Horizonte	2	2
	Contagem	1	1
	Divinópolis	2	2
	Governador Valadares	3	3
	Ipatinga	1	1
	Juiz de Fora	1	1
	Lavras	1	1
	Manhuaçu	1	1
	Montes Claros	3	3
	Muriáe	1	1
	Paracatu	1	1
	Passos	2	2
	Patos de Minas	1	1
	Ponte Nova	1	1
	Pouso Alegre	3	2
	São João Del Rei	2	2
	São Sebastião do Paraíso	1	1
	Sete Lagoas	1	1
	Teófilo Otoni	1	1

	Unaí	1	1
	Varginha	2	1
	Viçosa	1	1
	MATO GRASSO	3	3
	Cuiabá	1	0
	Cáceres	0	1
	Sinop	1	1
	Juína	1	1
	PARÁ	5	4
	Castanhal	1	1
	Redenção	1	1
	Paragominas	1	1
	Tucuruí	1	1
	Itaituba	1	0
	PIAUI	5	3
	Picos	1	1
	Parnaíba	1	1
	Florianópolis	1	1
	São Raimundo Nonato	1	0
	Corrente	1	0
	RONDÔNIA	3	2
	Ji-Paraná	1	1
	Guajará-Mirim	1	1
	Vilhena	1	0
	RORAIMA	0	0
	TOCANTINS	2	2
	Araguaína/TO	1	1
	Gurupi/TO	1	1
	Subtotal Brasil	80	68
EXTERIOR	Subtotal no Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	80	68

6.3.2 Discriminação de bens imóveis de uso especial locados de terceiros

QUADRO 40 – DISCRIMINAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

UG	Localização Geográfica do Imóvel	Finalidade da Locação	Despesa no Exercício	
			com Locação	com Manutenção
90024	Cruzeiro do Sul/AC	sede de subseção		
90002	Tefé/AM	sede de subseção	cedido pelo Estado	32.999,00
90037	Laranjal do Jari/AP	sede de subseção	53.249,42	19.228,32
90037	Oiapoque/AP	sede de subseção	100.934,16	32.269,51
90012	Teixeira de Freitas/BA	sede de subseção	171.954,57	24.369,00
90012	Barreiras/BA	sede de subseção	112.731,78	30.141,48

90012	Alagoinhas/BA	sede de subseção	156.783,03	2.400,00
90012	Campo Formoso/BA	sede de subseção	103.295,00	0,00
90012	Eunápolis/BA	sede de subseção	88.295,98	7.653,47
90012	Feira de Santana/BA	sede de subseção	105.698,52	24.889,24
90012	Guanambi/BA	sede de subseção	237.450,00	
90012	Irecê/BA	sede de subseção	97.828,00	
90012	Bom Jesus da Lapa/BA	sede de subseção	65.500,00	
90012	Salvador/BA	arquivo judicial	175.017,67	
90022	Anapolis/GO	1ª e 2ª vara	74.700,00	
90022	Anápolis/GO	sede de subseção	107.553,47	48.823,50
90022	Aparecida de Goiânia/GO	sede de subseção	124.159,90	39.757,96
90022	Formosa/GO	sede de subseção	111.534,78	37.425,29
90022	Goiânia/GO	arquivo judicial	78.776,90	35.523,04
90022	Goiânia/GO	juizados esp.fed.	608.661,72	164.570,20
90022	Luziânia/GO	sede de subseção	15.172,91	181.118,80
90022	Luziânia/GO	sede de subseção	72.244,10	37.253,16
90022	Rio Verde/GO	juizados esp.fed.	33.700,21	38.262,08
90022	Rio Verde/GO	sede de subseção	56.753,53	38.262,08
90022	Goiânia/GO	arquivo judicial	36.000,00	31.994,56
90022	Uruaçu/GO	sede de subseção	102.136,00	37.421,16
90004	Bacabal/MA	sede de subseção	40963,80	80106,13
90004	São Luís/MA	arquivo judicial	278514,75	
90004	Balsas/MA	sede de subseção	21466,67	
90013	Belo Horizonte/MG	arquivo judicial	93.921,75	
90013	Belo Horizonte/MG	arquivo judicial	208.451,36	
90013	Contagem/MG	sede de subseção	428.382,87	6.691,67
90013	Divinópolis/MG	sede de subseção	249.566,66	62.698,88
90013	Divinópolis/MG	estacionamento	2.665,33	
90013	Governador Valadares/MG	sede de subseção	352.727,24	18.408,95
90013	Governador Valadares/MG	juizados esp.fed.	29.643,85	
90013	Governador Valadares/MG	arquivo judicial	7.651,84	
90013	Ipatinga/MG	sede de subseção	156.666,18	21.781,27
90013	Juiz de Fora/MG	estacionamento	20.009,65	
90013	Lavras/MG	sede de subseção	109.424,62	2.319,06
90013	Lavras/MG	arquivo judicial	21.639,82	
90013	Manhuaçu/MG	sede de subseção	141.177,73	4.970,89
90013	Montes Claros/MG	parte sede da sub.	235.426,92	
90013	Montes Claros/MG	parte sede da sub.	cedido pela CEF	
90013	Montes Claros/MG	arquivo judicial	17.647,63	
90013	Muriaé/MG	sede de subseção	225.736,40	3.296,14
90013	Paracatu/MG	sede de subseção	cedido pela Prefeitura	402,80
90013	Passos/MG	sede de subseção	cedido pela Prefeitura	2.810,10
90013	Passos/MG	estacionamento	1.800,00	
90013	Patos de Minas/MG	sede de subseção	248.813,19	4.168,70
90013	Ponte Nova/MG	sede de subseção	236.371,76	562,18
90013	Pouso Alegre/MG	parte sede da sub.	160.053,17	527,66
90013	Pouso Alegre/MG	parte sede da sub.	Cedido pela Pref.	
90013	Pouso Alegre/MG	arquivo judicial	773,33	
90013	São João Del Rei/MG	sede de subseção	62.821,85	240,3

90013	São João Del Rei/MG	arquivo judicial	15.270,61	
90013	São Sebastião do Paraíso/MG	sede de subseção	41.165,47	175,35
90013	Sete Lagoas/MG	sede de subseção	291.557,89	19.603,54
90013	Teófilo Otoni/MG	sede de subseção	237.910,73	19.274,48
90013	Unai/MG	sede de subseção	215.794,47	1.006,59
90013	Varginha/MG	sede de subseção	Imóvel da CEF	
90013	Varginha/MG	sede de subseção	108.913,31	2.369,10
90013	Viçosa/MG	sede de subseção	248.543,19	5.078,40
90021	Cuiabá/MT	arquivo judicial	48.000,00	
90021	Sinop/MT	sede de subseção	255.473,43	1.815,00
90021	Juína/MT	sede de subseção	110.796,12	448.874,59
90003	Castanhal/PA	sede de subseção	108.000,00	73,00
90003	Redenção/PA	sede de subseção	96.717,09	6.675,00
90003	Paragominas/PA	sede de subseção	141.180,84	9.820,00
90003	Tucuruí/PA	sede de subseção	162.000,00	524,00
90003	Itaituba/PA	sede de subseção	120.000,00	4.373,06
90005	Picos/PI	sede de subseção	54.000,00	9.712,37
90005	Parnaíba/PI	sede de subseção	40.159,96	
90005	Floriano/PI	sede de subseção	84.000,00	
90005	São Raimundo Nonato/PI	sede de subseção	15.000,00	
90005	Corrente/PI	sede de subseção	3.000,00	
90025	Ji-Paraná/RO	sede de subseção	73.963,72	15.030,00
90025	Guajará-Mirim/RO	sede de subseção	70.701,20	0,00
90025	Vilhena/RO	sede de subseção	60.000,00	0,00
90038	Araguaína/TO	sede de subseção	Cedido pela Pref.	8.053,10
90038	Gurupi/TO	sede de subseção	Cedido pela Pref.	3.215,00
90027	Distrito Federal - Brasília	unid.admin./sv.méd.	1.440.000,00	156.483,31
Total			10.284.598,05	1.785.502,47
Fonte:				

6.3.3 Análise crítica

UG 090024 – Seção Judiciária do Estado do Acre

No dia 22/11/2012, foi assinado o Termo de Cessão de Uso n. 01 com o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, objetivando a cessão de espaço físico medindo 743,27m² de área interna e 1.500m² de área externa, na “Cidade Judiciária” de Cruzeiro do Sul/AC, para a instalação da Subseção Judiciária daquela localidade. Essa parceria se mostrou de extrema relevância, uma vez que proporcionou significativa economia de recursos públicos com a cessão gratuita do imóvel, além de dispensar, a curto e médio prazo, a realização de licitação para contratação de obra de construção de edifício para comportar a referida Unidade Jurisdicional.

O imóvel comporta 2 Gabinetes de Juízes Federais, 1 sala de audiência, 1 sala de atermação, 1 sala de perícias médicas, amplo espaço para a Secretaria da Vara Única e para as unidades administrativas e 1 sala para o CPD. Os serviços de adaptação do imóvel totalizaram R\$ 701.197,40, estando na fase de recebimento provisório dos serviços contratados.

UG 090037 – Seção Judiciária do Estado do Amapá

Em razão da inauguração das novas Subseções criadas para dar suporte a Seção Judiciária do Amapá e pela necessidade primária de garantir o funcionamento e atendimento ao público, prazos e as normas de implantação, após os estudos de viabilidade espacial e econômica, foram locados dois imóveis para atender as subseções de Laranjal do Jarí e Oiapoque.

Devido a demanda motivada pela urgência de realização da implantação e inauguração das Subseções nas referidas jurisdições, as informações referentes a: medida do terreno, medida de área construída, valor atualizado do terreno, benfeitorias e outras igualmente relevantes, ainda não foram cadastradas no SPIUnet, entretanto estão em processo de arrolamento pela assessoria técnica de engenharia da Seccional.

A manutenção do aluguel dos imóveis, sede provisória das Subseções Judiciárias de Oiapoque e Laranjal do Jarí, são regulamentados por intermédio dos Contratos nº 06/2011 e 02/2011, respectivamente.

UG 090012 – Seção Judiciária do Estado da Bahia

A manutenção da locação do galpão que abriga o arquivo judicial se faz imperiosa, vez que os espaços próprios no Edifício Sede e Prédio dos JEFs não mais suportam o grande quantitativo de autos findos (em torno de 700.000), bem como a grande quantidade de bens permanentes, tanto para atender à Seccional como as Subseções, que são controlados pela SEPAT.

A maior parte das Subseções Judiciárias que funcionam em imóveis alugados aguardam a possibilidade de ampliação ou remanejamento para área adequada, com exceção de Bom Jesus da Lapa, que foi instalada em prédio novo, construído com a finalidade de abrigar a sede desta Subseção.

UG 090022 – Seção Judiciária do Estado de Goiás

Foram acrescentados dois imóveis alugados, sendo um imóvel para as instalações da Subseção de Anápolis e a nova instalação do arquivo judicial.

O primeiro imóvel alugado se deve a instalação da segunda vara para a Subseção de Anápolis. O imóvel atual onde está instalada a Subseção não comporta duas varas, em face disto, a administração entendeu ser mais benéfico apenas um imóvel que possa receber as duas varas Federais.

Quanto ao segundo imóvel alugado para a instalação do arquivo judicial, foi imprescindível, em face da superlotação do imóvel onde está instalado o arquivo atualmente. O número de processos tem aumentado a cada dia e as instalações já não atendiam a necessidades daquela Seção.

Recomenda-se que as Subseções Judiciárias tenham sedes próprias que atendam às necessidades desta instituição, pois os imóveis alugados não foram projetados para os fins da atividade jurisdicional, de modo que se percebe a necessidade de realização de várias reformas ou obras de adaptação para atender as necessidades da Justiça Federal.

UG 090004 – Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Houve o acréscimo da locação de imóvel em Balsas para instalação de nova Subseção Judiciária, não tendo sido possível a cessão de imóvel por órgão público na região mesmo após tratativas com Prefeitura e Governo do Estado. Mesmo motivo persiste em Bacabal. Em São Luís, em virtude do crescimento da

Seção Judiciária foi necessário o aluguel de galpão, sendo que no ano de 2013, foi possível local imóvel mais barato e mais próximo da Seção Judiciária para o Arquivo Judicial.

UG 090013 – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

A Seção Judiciária de Minas Gerais desenvolveu suas atividades em imóveis locados, nos endereços abaixo, sendo dois localizados em Belo Horizonte e o restante no interior do Estado:

1 - Belo Horizonte:

1.1- Edifício Bolsa de Valores: situado na Rua dos Carijós, nº 126, Centro. - 2 (dois) andares locados – 5º e 8º, com área total de 946,72m², destinados a abrigar parte do Arquivo Judicial, cujo acervo vem crescendo vertiginosamente.

1.2- Galpão – Bairro Nova Suíça: Imóvel locado a partir de 01/11/11, com 1.200,22m² de área construída, localizado na Rua Desembargador Barcelos, nº 345, Bairro Nova Suíça, destinado também a abrigar parte do Arquivo Judicial da Seccional de Minas Gerais, parte do Arquivo Administrativo, bem como armazenamento de bens móveis sob a responsabilidade da Seção de Administração de Patrimônio.

2- Subseção Judiciária de Contagem

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Contagem. Trata-se de prédio com quatro pavimentos, 3.018,22 m² de área construída, localizado na Av. José Faria da Rocha, nº 5021, Bairro Eldorado. No geral a construção apresenta bom estado de conservação. No entanto, faz-se necessárias intervenções no telhado para sanear problemas de infiltrações e goteiras, o que vem sendo tratado com o proprietário do imóvel.

3- Subseção Judiciária de Divinópolis

3.1 - Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Divinópolis, composta por 2 Varas Federais. Trata-se de prédio com dois pavimentos, 1.277,05m² de área construída, localizado na Praça Dom Cristiano, 298 – Centro, com bom estado de conservação. Em 2011 foram efetuadas obras pelo proprietário e pela Justiça Federal com a construção de mezanino visando à ampliação das instalações da Subseção.

3.2 - Imóvel locado para ser utilizado como estacionamento da Subseção Judiciária de Divinópolis

4 - Subseção Judiciária de Governador Valadares

4.1 - Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Governador Valadares, composta por 2 (duas) Varas Federais. Trata-se de prédio com dois pavimentos, 1.298,38m² de área construída, localizado na Praça Serra Lima, 550 – Centro, com bom estado de conservação.

4.2 - Imóvel locado para abrigar a Secretaria do Juizado Especial Federal da Subseção Judiciária de Governador Valadares, composto de uma sala com área total de 55m², contígua à Sede da Justiça Federal, situada no imóvel localizado na Praça Serra Lima nº 560, Centro, Governador Valadares/MG, de propriedade da locadora, com bom estado de conservação.

4.3 - Imóvel locado a partir de 01/06/11 para abrigar o arquivo judicial da Subseção Judiciária de Governador Valadares, composto de uma loja com área total construída de 46,63m² localizado na Av. Minas Gerais, nº 700, loja nº 5, no pavimento térreo do Edifício Plaza Center, Centro. Encontra-se em bom estado de conservação.

5- Subseção Judiciária de Ipatinga

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Ipatinga. Trata-se de prédio com quatro pavimentos e área construída de 1.606m², localizado na Av. Selim José de Sales, 895 – Bairro Canaã, com bom estado de conservação. As despesas de aluguel são compartilhadas pela Justiça Federal e Caixa Econômica Federal, mediante convênio próprio (50% para cada parte).

6- Estacionamento Subseção Judiciária de Juiz de Fora:

A partir de 2013 foi efetuado convênio oneroso com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora visando a continuidade da utilização de área anexa à sede da Subseção Judiciária, conforme Termo de Cessão de Uso nº 04.2011.156. A área disponibilizada para a Justiça Federal é de 1.219,18 m², utilizada como estacionamento da referida Subseção.

7- Subseção Judiciária de Lavras

7.1 - Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Lavras. Trata-se de pavimento, com aproximadamente 1.006,40m² de área construída, localizado na Rua Kennedy dos Santos, 40 – Bairro Santa Efigênia, apresentando bom estado de conservação.

7.2 - Imóvel locado a partir de 07/01/2013 para abrigar o arquivo judicial. Trata-se de um cômodo de 173,40 m², localizado na Rua Kennedy dos Santos, 60, Bairro Santa Efigênia, em bom estado e conservação.

8 - Subseção Judiciária de Manhuaçu

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Manhuaçu. Trata-se de uma casa constituída de 2 pavimentos com 734 m² de área construída e 6 vagas de garagem, localizada na rua Duarte Peixoto, nº 70, Bairro Coqueiro. Encontra-se em bom estado de conservação.

9- Subseção Judiciária de Montes Claros

9.1- Imóvel locado para abrigar parte da Subseção Judiciária de Montes Claros. Trata-se de dois andares de imóvel locado pela CEF e cedido à JFMG, com 1.207,58m² de área construída, localizado na Av. Deputado Esteves Rodrigues, 852 – Centro, apresentando bom estado de conservação.

9.2 – Imóvel locado para abrigar o Arquivo Judicial. Trata-se de um cômodo de 86m², localizado na Rua São Sebastião 33 – Bairro Todos os Santos, em bom estado de conservação. Referido imóvel foi entregue em 01/12/13, data do término da vigência do contrato, visto que a atual diretoria da Subseção Judiciária reavaliou a área disponível e optou por não remanejar o Arquivo Judicial para as outras áreas locadas.

9.3 - Imóvel locado pela JFMG a partir de 01/02/11 para abrigar parte da estrutura da Subseção Judiciária de Montes Claros que recebeu a 2ª Vara em abril/2011 e a 3ª Vara em março/2013. Trata-se de um andar com 535,80 m² de área construída, localizado na Av. Deputado Esteves Rodrigues, 852 – Centro, apresentando bom estado de conservação.

10- Subseção Judiciária de Muriaé

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Muriaé. Trata-se de prédio constituído de 2 pavimentos, 679 m² de área construída, localizado na rua Dr. Mário Inácio Carneiro, nº 535, Centro. Encontra-se em bom estado de conservação.

11- Subseção Judiciária de Paracatu

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Paracatu. Trata-se de prédio com quatro pavimentos, 739,20m² de área construída, localizado na Av. Olegário Maciel, 138 – Centro, com bom estado de conservação. As despesas de aluguel são custeadas pela prefeitura local, mediante convênio.

12- Subseção Judiciária de Passos

12.1- Imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Passos e cedido à Justiça Federal mediante convênio. Trata-se de prédio com dois pavimentos, com aproximadamente 600m² de área construída, localizado na Av. Arlindo Figueiredo, 128 – Centro, apresentando bom estado de conservação. No entanto, a área disponível não comporta satisfatoriamente a Subseção Judiciária.

12.2 - Imóvel locado para ser utilizado como estacionamento da Subseção Judiciária de Passos, localizado na Rua Coronel João de barro, nº 262 – Centro.

13 - Subseção Judiciária de Patos de Minas

Imóvel locado para transferência da sede da Subseção Judiciária de Patos de Minas a partir de janeiro de 2011. Trata-se de salas com aproximadamente 1.259,56m² de área construída, localizado na Rua José de Santana, 506 – Centro, apresentando bom estado de conservação. O espaço foi suficiente para abrigar a 2ª Vara inaugurada no primeiro semestre de 2013.

14-Subseção Judiciária de Ponte Nova

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Ponte Nova. Trata-se de um Prédio onde a Justiça utiliza 2 pavimentos (Térreo e 1º Andar) com 617 m² de área construída e 4 vagas de garagem, localizada na Avenida Caetano Marinho, nº 268, Centro. Encontra-se em bom estado de conservação.

15- Subseção Judiciária de Pouso Alegre

15.1 – Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Pouso Alegre. Trata-se de prédio com dois pavimentos, com 854,47m² de área construída, localizado na Rua Santo Antônio 105 – Centro, apresentando bom estado de conservação. Até 30/04/2009 o aluguel era pago pela Prefeitura do Município, mediante convênio.

15.2 – Imóvel locado pela Prefeitura Municipal de Pouso Alegre em dezembro/2011 e cedido à JFMG para abrigar a 2ª Vara Federal da Subseção, inaugurada em abril/2012. Trata-se de imóvel com 1 pavimento e mezanino construído em terreno de 329,40 m².

15.3 – Imóvel locado a partir de 02/12/13 para abrigar o arquivo judicial. Trata-se de um cômodo de 170m², localizado na Rua Daniel José da Silveira, nº 71, Bairro Primavera, em bom estado de conservação.

16- Subseção Judiciária de São João Del Rei

16.1 - Imóvel locado pela Justiça Federal para abrigar a Subseção Judiciária de São João Del Rei. Trata-se de edificação com dois pavimentos, 355,52m² de área construída, localizado na Rua Margarida Neves, 170 – Bairro Jardim Central, com bom estado de conservação. No entanto, faz-se necessária algumas intervenções visando melhorar o acesso dos portadores de necessidades especiais ao prédio.

16.2- Imóvel locado para abrigar o arquivo judicial da Subseção, situado na Rua José Procópio, nº 283, primeiro andar, Bairro Jardim Central, com área total de 110,54m².

17- Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de São Sebastião do Paraíso. Trata-se de prédio com dois pavimentos, 531,17m² de área construída, localizado na Av. Doutor Delfim Moreira 1804/1805 – Centro, em bom estado de conservação. No entanto, a área disponível não comporta satisfatoriamente a Subseção Judiciária.

18- Subseção Judiciária de Sete Lagoas

Imóvel locado para transferência da sede da Subseção Judiciária de Sete Lagoas, a partir de dezembro/2011. Trata-se prédio novo, com 3 andares e 6 vagas de garagem. O terreno possui 721,35 m² e a área total construída é de 1.308,32 m², localizado na Rua Santos Dumont, nº 140, Bairro Canaan. Encontra-se em bom estado de conservação.

19- Subseção Judiciária de Teófilo Otoni

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Teófilo Otoni. Trata-se de prédio com três andares, 1.259,56m² de área construída, localizado na rua Dr. Reinaldo, 89 – Centro, com bom estado de conservação.

20- Subseção Judiciária de Unaí

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Unaí. Trata-se de prédio com três andares, 966,31 m² de área construída, localizado na Av. Joao Pinheiro, 548 – Centro, com bom estado de conservação.

21- Subseção Judiciária de Varginha

21.1 - Imóvel cedido pela Caixa Econômica Federal para abrigar a Subseção Judiciária de Varginha.

Trata-se de prédio com três pavimentos, com 1.065,92m², localizado na Rua Delfim Moreira 451 – Centro, apresentando estado regular de conservação.

21.2 - Imóvel locado pela JFMG a partir de 01/10/2013, localizado na Av. Princesa do sul, nº 1855, Bairro Rezende, com 2.100 m² de área construída, constituído de 03 andares e 10 vagas de garagem, visando a transferência da sede da Subseção Judiciária de Varginha, diante da instalação da 2ª Vara, prevista para março de 2014.

22- Subseção Judiciária de Viçosa

Imóvel locado para abrigar a Subseção Judiciária de Viçosa. Trata-se de uma Prédio constituído de 4 pavimentos com 1.180,07 m² de área construída e 9 vagas de garagem, localizado na rua Joaquim Lopes de Farias, nº 505, Bairro Santo Antônio. O prédio foi construído para abrigar a Subseção Judiciária de Viçosa.

UG 090021 – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Para o melhor funcionamento do Arquivo Judicial, encontra-se locado um imóvel com uma área total de 746,30m², sendo 550m² na parte inferior e 196m² na parte superior, localizado na Av. Coronel Escolástico, n. 310, Bairro Bandeirantes, Cuiabá/MT (Proc Adm nº 749/2012, Contrato nº 58/2012).

Para o funcionamento da Subseção Judiciária de Sinop, que possui 02 Varas, encontra-se locado um imóvel com espaço interno de 1.160m² e um espaço externo de 450m² na Avenida Júlio Campos, nº 1230, Centro, Sinop/MT (Proc Adm nº 740/2011, Contrato nº 45/2011).

Para o funcionamento da Subseção Judiciária de Juína, encontra-se locado um imóvel com área construída de 750m² e um espaço externo de 253m² na Avenida Gabriel Müller, Lote n. 65 do Projeto Expansão Comercial AR-1, Centro, Juína/MT, (Proc Adm nº 343/2012, Contrato nº 28/2012). Essa área de 253m² ainda não foi registrada no SPiUNet, pois está aguardando envio da documentação necessária.

UG 090003 – Seção Judiciária do Estado do Pará

A locação dos imóveis que abrigam as sedes das Subseções Judiciárias de Castanhal, Redenção, Paragominas, Tucuruí e Itaituba decorre do fato de a Superintendência do Patrimônio da União não possuir imóveis nesses municípios passíveis de entrega à esta Unidade Jurisdicionada. Informo, no entanto, que os imóveis locados estão em condição satisfatória para uso.

UG 090005 – Seção Judiciária do Estado do Piauí

1. Prédio onde funciona a Subseção Judiciária de Picos/PI, é um imóvel locado há 8(oito) anos, e embora reformado não possui estrutura totalmente adequada para servidores, magistrados e jurisdicionado;

2. Prédio onde funciona a Subseção Judiciária de Parnaíba/PI é um imóvel locado desde 2010, com estrutura e layout inadequadas para servidores, magistrados e jurisdicionado, o que motivou o aluguel de outro imóvel a partir de setembro/2013, com previsão de mudança em abr/2014, após reforma.

3. Prédio onde funciona a Subseção Judiciária de Floriano/PI é um imóvel bom, com estrutura e layout adequados para servidores, magistrados e jurisdicionado;

4. Prédio onde funciona a Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato/PI, é um imóvel bom, com estrutura e layout adequados para servidores, magistrados e jurisdicionados.

5. Prédio onde funcionará a Subseção Judiciária de Corrente/PI, locado a partir de novembro/2013,

está sob reforma para estrutura e layout adequados aos servidores, magistrados e jurisdicionados, com previsão de inauguração da Subseção em março/2013.

UG 090025 - Seção Judiciária do Estado de Rondônia

Os três imóveis locados nos municípios de Ji-Paraná, de Guajará-Mirim e de Vilhena funcionam como sede das respectivas Subseções Judiciárias.

Em Ji-Paraná, o imóvel possui 1.000 m² de área construída para acolher 02 Varas Federais, 04 gabinetes e assessorias de Juízes Federais, área administrativa, além de espaço para posto bancário. O já reduzido espaço da Subseção impossibilita a futura instalação de mais Varas Federais.

A Subseção Judiciária de Guajará-Mirim foi implantada em imóvel locado com 10.000 m² de terreno, sendo 1.506,57 m² de área construída, atendendo com tranquilidade à Subseção e permitindo futuras ampliações. Possui amplo espaço para estacionamento, sendo, portanto, de interesse que a Subseção Judiciária se mantenha, em definitivo, no atual endereço mediante aquisição por desapropriação.

Em setembro de 2013, a Justiça Federal foi instalada em Vilhena/RO, com uma Vara Federal, além da área administrativa. Trata-se de imóvel novo, erguido pelo proprietário conforme as necessidades da Justiça Federal, sob promessa de locação posterior. O imóvel possui acabamento de primeira linha, mas a área de apenas 800 m² impede a instalação de novas varas federais no futuro.

UG 090038 – Seção Judiciária do Estado do Tocantins

Subseção Judiciária de Araguaína

No dia 05/05/2010, foi firmado Termo de Convênio entre a Justiça Federal e o Município de Araguaína/TO para o estabelecimento de mútua cooperação, com a locação de imóvel, de forma a dinamizar a instalação da Vara Federal naquele município.

A Subseção Judiciária de Araguaína, instalada em 16/11/2010, funciona em prédio locado pela Prefeitura Municipal de Araguaína/TO e cedido para o funcionamento da Subseção, sem ônus para esta Seccional.

No exercício de 2013, foram efetuadas despesas com serviços de manutenção do edifício sede no valor de R\$ 8.053,10 (oito mil e cinquenta e três reais e dez centavos).

Subseção Judiciária de Gurupi/TO

No dia 10/01/2011, foi firmado Termo de Convênio entre a Justiça Federal e o Município de Gurupi/TO para o estabelecimento de mútua cooperação, com a cessão de imóvel em regime de comodato, localizado na Av. São Paulo, n. 1680, centro, em Gurupi/TO, constituído pelos Lotes n. 15 e 16, da Quadra 255, com área de 1.225m², registrado no CRI local, sob o nº 7.113, livro 3-F, Transcrição de Transmissões, fls. 41, em 27/12/1972, sobre o qual consta uma edificação de 614,05m², de forma a dinamizar a instalação da Vara Federal naquele município.

A Subseção Judiciária de Gurupi foi instalada em 22/06/2011 e encontra-se em pleno funcionamento no aludido prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Gurupi (TO), sem ônus para esta Seccional.

No exercício de 2013, foram efetuadas despesas com serviços de manutenção do edifício sede no valor de R\$ 3.215,00 (três mil e duzentos e quinze reais).

UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Além dos imóveis de propriedade da União, o Tribunal permanece ocupando o Ed. D. Marta – SAU Sul Quadra 2, lote 7.ª – Brasília DF: alugado em nome do Tribunal e custo pago pela Caixa Econômica Federal, decorrente do Contrato n. 92/2009 (Contrato de Repasse, sem transferência financeira).

A ocupação desse edifício destina-se às instalação do Serviço Médico/Berçário, além de 2 Turmas e Central de Digitalização. A área ocupada nessa edificação não seria alocada em outro edifício de propriedade da União e sob responsabilidade do TRF1, considerando que não há áreas disponíveis em nenhuma edificação em uso.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da tecnologia da informação

7.1.1 Gestão de TI

QUADRO 41 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UJ

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	

	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	—
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.cjf.jus.br/cjf/cjf/tecnologia-da-informacao/gestao-documental/Resolucao%20207%20-%20PDTI.pdf
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	

Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.

7.1.2 Análise crítica

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região aderiu ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI e ao Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI da Justiça Federal, instituído pelo Conselho da Justiça Federal. A Portaria Presi 411 de 26/9/2011 instituiu o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TRF 1ª Região (CGTI).

O objetivo da Gestão de TI é suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e de sistemas de informação, adequando-os e promovendo a integração entre os órgãos da Justiça Federal, de modo a reduzir a heterogeneidade, permitindo a interoperabilidade, a melhoria na execução das rotinas de trabalho e a segurança da informação (integridade, confidencialidade e disponibilidade de serviços), garantindo a convergência tecnológica.

No tocante ao objetivo estratégico, que é garantir soluções tecnológicas efetivas, foram realizadas as seguintes ações em 2013.

e-Mandado

Em agosto de 2013, foi implantado em todas as unidades judiciárias da 1ª Região o Sistema e-Mandado, integrado ao BNMP - Banco Nacional de Mandados de Prisão do CNJ por meio de WebServices. O e-Mandado viabiliza o cadastro dos mandados de prisão em cumprimento à Resolução 137/2011 do CNJ. Foram cadastrados 1.095 mandados de prisão no sistema e-Mandado.

Sistema de Conciliação

Os sistemas Processual, JEF-Virtual, Juris e GPD sofreram adaptações diversas em atendimento à Portaria Conjunta PRESI/COGER/COJEF/SISTCON N. 86, de 7 de maio de 2013, que dispõe sobre o lançamento das movimentações processuais referentes aos processos que tramitam no Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região.

e-Siest – Sistema de Informações Gerenciais da Justiça Federal da 1ª Região

Foi implantado em agosto de 2013 a 1ª versão do sistema, contendo diversos relatórios que possibilitam gerenciar o acervo de processos dos magistrados, pesquisar os processos sem movimentação no período informado, bem como listar os processos nas diversas unidades, agrupados por assunto, órgão julgador ou classe. O e-Siest foi desenvolvido utilizando recursos de Business Intelligence - BI.

e-Orçamento

Em 2013, foi implantado na Secor/Dipor o módulo de Controle de Despesas - Execução Orçamentária. O sistema e-Orçamento é integrado ao SIAFI, evitando assim as ações repetitivas no controle das despesas orçamentárias. Foram desenvolvidas as funcionalidades de carga automática de dados do SIAFI e me-

Ihorias nas funcionalidades de Saldo, Empenho de Despesas, Movimentação de Crédito, Carga da Nova Proposta para 2014, Gerenciamento de Exercícios Financeiros e Bloqueios de Movimentações.

Jurisprudência de Decisões da Presidência e Vice-Presidência

Foi criada uma base de dados exclusiva para as decisões da Presidência e Vice-Presidência. A pesquisa é realizada no texto integral das decisões e está disponível na Intranet.

Distribuição Automática de Processos

A distribuição dos processos do Tribunal passou a ocorrer de forma automática, atendendo ao disposto na Emenda Regimental nº 9, de 08/08/2013. Foi também criada funcionalidade que permite configurar o agendamento das sessões de distribuição para que ocorram de acordo com a periodicidade definida.

Certificação Digital no e-Proc

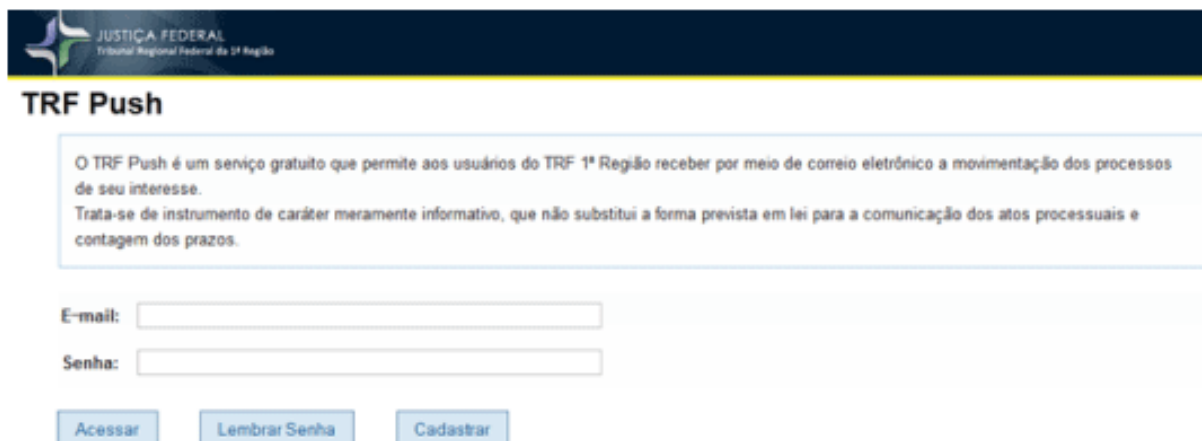
Foi disponibilizada em 30/09/2013 a funcionalidade para possibilitar a validação do cadastro dos advogados que utilizam o sistema.

Peticionamento Eletrônico – e-Proc por meio de certificado digital

Antes dessa implementação a validação era feita exclusivamente de forma presencial nas unidades da Justiça Federal da 1ª Região. Foram realizadas 1.037 validações por certificado digital até 18/12/2013.

Sistema Push

O sistema Push foi reestruturado visando padronizar, modernizar e tornar mais amigável sua utilização pelos 217.816 usuários cadastrados para receber as movimentações de 1.621.733 processos. Foi também inserido um link para acesso direto à consulta processual no e-mail que informa sobre a movimentação processual.



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

TRF Push

O TRF Push é um serviço gratuito que permite aos usuários do TRF 1ª Região receber por meio de correio eletrônico a movimentação dos processos de seu interesse.
Trata-se de instrumento de caráter meramente informativo, que não substitui a forma prevista em lei para a comunicação dos atos processuais e contagem dos prazos.

E-mail:

Senha:

Implantação do Spark

Foi disponibilizado para o TRF1 e seções judiciárias um chat corporativo denominado Spark, que visa a estabelecer melhor comunicação entre as diversas unidades da 1ª Região.

Instalação dos Novos Aceleradores de WAN no TRF1

Foi concluída a substituição e configuração dos equipamentos aceleradores de WAN nas seções e sub-seções judiciárias, com objetivo de tornar a rede de comunicação com a internet mais disponível e veloz.

Instalação de Novas Varas

Para atender às necessidades de instalação das 22 novas varas federais inauguradas em 2013, coube à Secin a estruturação dos CPDs, fornecimento de equipamentos de microinformática e interligação da localidade à Rede WAN. Foram instaladas novas varas nas seguintes localidades: Belém, Itaituba, Palmas, Alagoinhas, Patos de Minas, Juína, Cruzeiro do Sul, Bom Jesus da Lapa, Uberaba, Uberlândia, Vilhena, São Raimundo Nonato e Macapá.

PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

e-PrecWeb – Sistema de Precatório Web

Está em etapa de homologação pela Corej um sistema que possibilitará o cadastramento das requisições de pagamento via internet pelas Comarcas, propiciando um grande ganho de tempo e de confiabilidade. Atualmente as requisições são preenchidas manualmente pela Justiça Estadual e os formulários são encaminhados à Corej, que cadastra cerca de 4.000 requisições por mês.

SNCJ – Sistema Nacional de Cálculos Judiciais

Está em andamento o projeto de evolução do SNCJ, iniciado com o desenvolvimento do módulo de Benefício Previdenciário, nos termos do novo Manual de Cálculos do CJF, e de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Comitê Gestor do Sistema.

Redistribuição de Processos

Está em fase de desenvolvimento um projeto visando a automatizar os mecanismos envolvidos nas redistribuições de processos decorrentes da implantação de novas Varas e Turmas Recursais. Os procedimentos serão configurados de acordo com os provimentos da Coger. Esse projeto é de grande relevância para o Tribunal, pois propiciará diminuição no tempo necessário para a execução da redistribuição, além de redução significativa nos gastos com pontos de função.

Certidões de Distribuição Emitidas pela Internet

Encontra-se em etapa de homologação a reestruturação da rotina de emissão de certidões visando a modernizar, padronizar os modelos, conferir o CPF/CNPJ na Receita Federal bem como possibilitar a validação na web das certidões emitidas por meio dos sistemas internos.

Inteiro Teor das Decisões

Está sendo reformulada a pesquisa ao inteiro teor das decisões e acórdãos visando a apresentar os documentos que compõem o acórdão de forma agrupada bem como promover o acesso por meio da consulta processual.

Consulta Processual Web Unificada

A nova interface da consulta processual, com os parâmetros de pesquisa unificados na tela principal do portal está em fase de homologação pelos gestores do sistema. O resultado da consulta da 2ª instância será padronizado e passará a utilizar o modelo em abas, adotado no 1º grau.

TRF1Doc

Está em desenvolvimento a funcionalidade de envio para publicação visando à implantação desse editor de textos no 2º grau, proporcionando ao TRF maior controle e agilidade na publicação de documentos judiciais. A utilização dessa ferramenta, em sua versão para processos físicos, está sendo expandida para as Subseções Judiciárias, contribuindo para a melhoria da produtividade dos magistrados.

e-Admin

O Sistema de Gestão Administrativa Integrada - permite a criação, controle e guarda de documentos e processos administrativos digitais da 1ª Região, com integração aos sistemas internos e externos. Está em fase de homologação o sistema e-Laboratório – Sistema de Controle de Suprimentos de Informática. Encontram-se em etapa de levantamento de requisitos os seguintes sistemas que compõem o e-Admin: e-Orçamento – Módulo de Programação Orçamentária; e-Arquivo – Sistema de Controle de Guarda de Documentos e Processos Administrativos e e-Serviços Gerais – Sistema de Controle e Empréstimo de Bens de Copa e Cozinha.

Integração entre os Sistemas Processuais da 1ª Região

As atividades relativas ao aperfeiçoamento da integração entre os sistemas de 1º e 2º graus continuaram a ser realizadas em 2013. Está sendo construído um mecanismo de contingência para evitar que eventuais indisponibilidades comprometam o intercâmbio de informações entre os sistemas processuais.

Integração com o STF via SmartClient

A solução desenvolvida pelo Supremo Tribunal Federal para remessa e recebimento de processos digitais foi implantada na Corec em julho de 2013. Foi também instalada, como piloto, para Turma Recursal da SJDF e após o período de homologação será estendida às demais Turmas Recursais da 1ª Região.

Projeto de Licenciamento Windows para Equipamentos Servidores

Para fornecer serviços de gerenciamento de usuários, estações de trabalho, conexão de rede, armazenamento, entre outros serviços inerentes ao ambiente computacional, faz-se necessária a utilização de servidores (computadores com alta capacidade de processamento e armazenamento) com o sistema operacional Windows. O objetivo deste projeto é a aquisição de licenças de uso para os servidores do Tribunal.

Prospecção Tecnológica de Sistema de Auditoria

Análise de soluções de mercado visando ao aprimoramento da auditoria das ações realizadas pelos usuários dentro de um servidor de arquivos, desde criação de arquivos, alteração, exclusão e movimentação de arquivos, seja dentro do mesmo diretório/servidor ou para gravação externa, tais como dispositivos móveis. Permite que sejam identificados os autores de cada ação.

Prospecção Tecnológica de Sistemas para Escritório Virtual

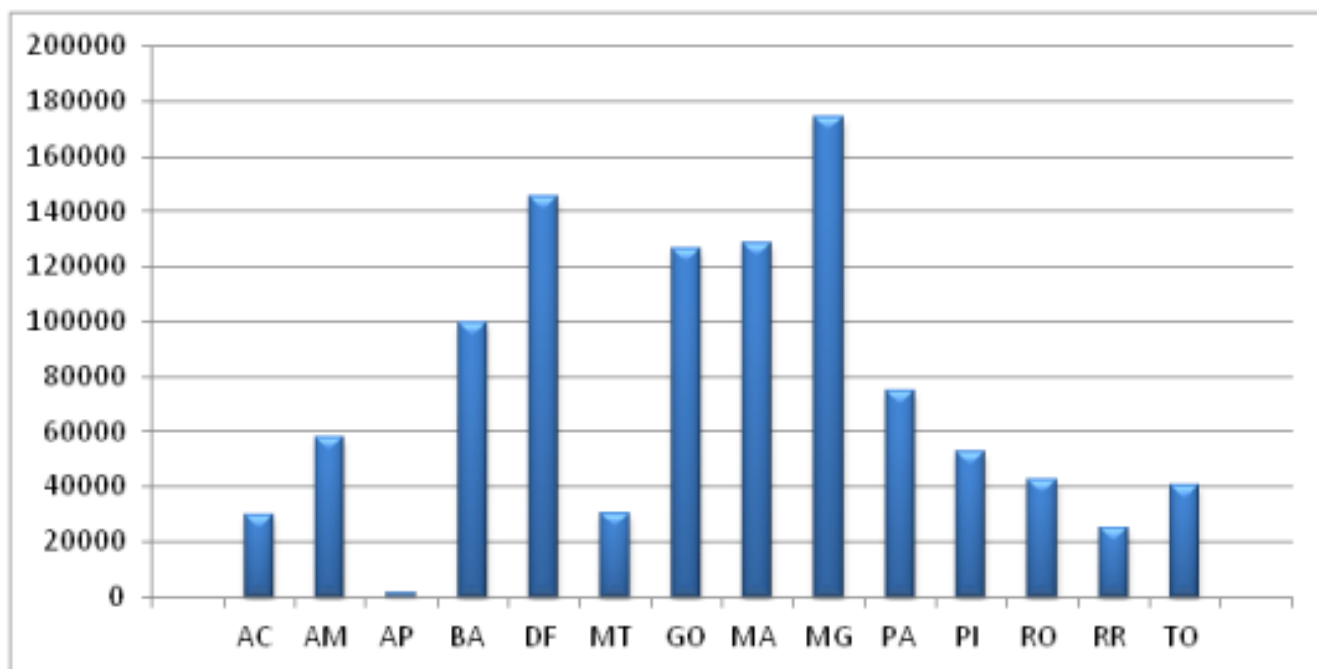
O sistema de escritório virtual é um ambiente informatizado que permite ao usuário trabalhar remotamente. Neste escritório podem ser executados programas institucionais, além de ser possível manusear arquivos da organização. Desta forma, é possível simular, de forma segura, o ambiente de trabalho do usuário em qualquer computador com conexão à internet, permitindo que servidores e magistrados possam acessar os dados e aplicativos do Tribunal em casa ou em qualquer outro local.

ATUALIZAÇÕES DE SISTEMAS E MELHORIAS

e-Cint

Sistema de Citação e Intimação Eletrônica que permite o envio de citações e intimações via internet às entidades e advogados. O e-Cint foi disponibilizado neste ano para as Seções Judiciárias da Bahia e Mato Grosso, como piloto, e está sendo expandido para as demais seções judiciárias. Estão sendo finalizadas as adequações no sistema visando implantá-lo no 2º grau. Principais melhorias: permitir que uma entidade possa se associar a mais de uma seção judiciária; modificação na rotina que verifica se os prazos foram perdidos e a atualização do manual do sistema. Estão cadastrados no sistema 210 entidades com 1.874 advogados vinculados e 12.840 advogados particulares. Foram realizadas este ano 1.037.845 citações e intimações por meio do e-Cint.

Intimações e citações em 2013



Sistema GPD

Sistema para Gerência de Processos Digitais implantado no TRF e nas Seções Judiciárias. As principais melhorias realizadas nesse período foram: novo recurso para identificar os processos com Marcadores e Sinalizadores, resumo do processo na tela de Gerenciar Documentos, permitir filtrar processo pela última lotação, alterar sigilo dos documentos de um lote de processos, exibição de mensagens no “Você Sabia” para o 1º grau. Constam no GPD 157.508 processos digitais no TRF e 78.889 nas seções judiciárias.

RED – Repositório Eletrônico de Documentos

Permite a gravação de documentos em sistemas de arquivos. Em 2013, foi disponibilizada a alteração na rolagem única para permitir exibição mesmo com documentos protegidos ou corrompidos. Melhorias no robô que cuida dos eventuais problemas na replicação dos documentos. Parâmetros de configuração do sistema foram exportados para arquivos externos que ficam armazenados no servidor visando a garantir flexibilidade e agilidade na manutenção do sistema.

TRF1Doc – Editor de Textos do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Foram realizadas diversas evoluções em 2013: inclusão do número do processo antigo na consulta/filtro, possibilidade de restaurar minutas excluídas, módulo de gerenciar certidões, impressão de documentos em lote, utilização da leitura ótica para informar número dos processos, inclusão da localização do processo na listagem de minutas e integração com o e-CVD.

PJD-EF – Processo Judicial Digital Execução Fiscal

Destinado à tramitação dos processos judiciais das varas de execução fiscal da SJDF. As principais melhorias foram a criação de recurso para permitir o cancelamento de processos e a alteração na funcionalidade de marcadores de documentos. Existem no PJD-EF cerca de 140 mil processos digitais.

Juris

O Sistema de Acompanhamento de Processos Judiciais do TRF 1ª Região permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 2º grau. Principais implementações realizadas: reformulação do módulo de Certidão de Nada Consta dispensando a necessidade de assinatura manual; atendimento à demanda da inspeção pelo CJF visando a registrar o histórico de impedimentos em distribuições de processos; redistribuições de processos entre juízes das Turmas Suplementares – Mutirão Judiciário em Dia; revisão nos critérios de busca dos processos para redistribuição de acervo; criação de mecanismo indicador de autoridades cadastradas como parte processual com vistas a cumprir determinação do CNJ; adaptação dos relatórios estatísticos gerenciais de vinculações e assinaturas realizadas pela Asret.

Processual

O Sistema de Registro e Acompanhamento das Movimentações Processuais de 1º grau permite o gerenciamento e o controle da tramitação dos processos judiciais de 1º grau. Principais implementações em 2013: registro de reclamações pré-processuais e definição do fluxo dos processos remetidos aos Núcleos de Conciliação; ajustes no fluxo processual entre JEF – TR; construção de mecanismo para os casos de declínio de competência; levantamento de informações e realização de procedimentos para os Mutirões da COJEF-TRF; ajustes na rotina de triagem de petições oriundas do e-Proc, ajustes quanto à baixa de petições de processos redistribuídos para novas varas; ajustes na rotina de retorno dos processos remetidos à Turma Recursal/TRF e declínio de competência por equívoco; ajustes no tratamento de apensamento de processos e levantamento de informações para criação de sistema de prescrição penal.

JEF-Virtual – Sistema dos Juizados Especiais Federais e Turmas Recursais

Conta hoje com 1.799.422 processos digitais. Principais implementações em 2013: Adaptação do sistema para contemplar as classes Pré-Processuais; correção de problemas de declínio entre processos do JEF virtual e Processual; aperfeiçoamento do serviço que converte documentos inseridos no JEF Virtual para PDF; otimização do programa e retomada da conversão de documentos para o formato PDF para os bancos do DF e de MG; aproveitamento nas Turmas dos dados dos advogados cadastrados nas Varas e redistribuições realizadas em decorrência de criação de novos juizados e Turmas Recursais.

Precatórios/Requisição de Pagamento – Sistema de Criação, Acompanhamento e Pagamento de Requisições do TRF 1ª Região

Permite o gerenciamento e processamento dos Precatórios e Requisições de Pequeno Valor. Principais melhorias: rotina para atualizar o CPF/CNPJ dos beneficiários de precatórios antigos; melhorias na con-

sulta/cadastro de advogado; alterações no sistema de Precatórios necessárias para o funcionamento do e-PrecWeb; ampliação do módulo de geração automática de RPV/Precatórios; preenchimento automático para as requisições complementares/suplementares; melhorias no cadastro de requisições; implementação de novas regras para reembolso de custas e para o cadastro de Precatório/RPV complementar/suplementar.

SNCJ – Sistema Nacional de Cálculo Judicial

O Sistema Nacional de Cálculo Judicial disponibiliza recursos e ferramentas de apoio à elaboração dos cálculos judiciais. É destinado às contadorias das cinco regiões da Justiça Federal. Foi implementado o convênio TRF1-CJF-MPOG para carga das folhas de pagamento do Executivo Federal – base do SIAPE, por meio dos arquivos disponibilizados pelo Serpro.

Integração Judiciária

Aplicação desenvolvida conforme especificações contidas no Modelo Nacional de Interoperabilidade, definido pelo CNJ, que possibilitam integração das informações processuais entre o TRF1 com órgãos externos via WebServices. Em 2013 foi desenvolvida a operação 3, relativa à consulta.

e-AVS – Sistema de Autorização de Viagem a Serviço

Utilizado para gerenciar os procedimentos efetuados na realização de viagem a serviço, controlar os valores adiantados para as diárias, o suprimento de fundos, a prestação de contas e controle de passagens. Neste ano foram implantadas melhorias, tais como: inclusão da funcionalidade para acompanhante de magistrado; gravação dos cálculos no banco de dados; integração com o e-Calendário; melhorias nas consultas e na geração de logs para auditoria; inclusão de dados na análise da prestação de contas e tratamento de indisponibilidade do RED.

e-Siam

O Sistema de Afastamento de Magistrados é destinado exclusivamente aos pedidos de afastamento de magistrados, quando são inferiores a 30 dias e em território nacional. Principais evoluções: disponibilização do sistema para acesso via internet; melhorias nas funcionalidades de login e de consulta; exibir a situação do usuário no sistema; implementação do relatório da Asmag para os magistrados e alteração no cálculo de movimentação de processos com mais de 60 dias.

e-Proc

Sistema de Peticionamento Eletrônico que permite encaminhar petições via internet à Justiça Federal da Primeira Região, tanto para processos digitais, quanto para os físicos. Foram feitas diversas melhorias técnicas visando aperfeiçoar o desempenho e a segurança da aplicação, bem como executar procedimentos de validação dos arquivos recebidos. Foram implementadas a validação de cadastro pela internet por meio de certificação digital e a verificação online da situação cadastral dos advogados, bloqueando

o acesso ao sistema por advogados como OABs suspensas ou canceladas. Em 2013 foram encaminhadas pelo e-Proc cerca de 1.650.000 petições.

Portal do TRF1 e Seccionais

As principais evoluções realizadas em 2013 foram: criação dos hotspots (mini portais) para as Subseções Judiciárias; desenvolvimento do serviço de Autenticação Integrada; melhorias do serviço de Notícias (contador e ranking de notícias), melhorias do serviço de Newsletter (disparo de informativos de publicações hospedadas no portal); novo módulo de publicação de Licitações e Compras; filtro da página de Varas Federais transformado em busca; criação de Serviço de publicação em lote de documentos; categorização da busca do portal, permitindo busca por assuntos ou áreas do portal; melhoria no serviço da Revista Jurídica; modificação no serviço de Julgamento Histórico.

Consulta Processual

Sistema que permite acesso aos dados processuais da Primeira Região e aos documentos dos processos digitais. Foi implantado, na consulta processual do segundo grau, o captcha visando a aumentar a segurança, evitando o acesso aos documentos processuais por softwares “maliciosos”. No log de acesso aos documentos processuais foi adicionado o endereço IP utilizado. A consulta processual teve cerca de 28.300.000 (vinte e oito milhões e trezentos mil) acessos em 2013, mantendo uma média de 122 mil acessos em dias úteis e 23 mil nos finais de semana e feriados. (Fonte: Google Analytics).

SARH – Sistema de Administração de Recursos Humanos

Permite o gerenciamento dos dados funcionais de magistrados, servidores, estagiários e mantém o cadastro dos prestadores de serviço. Principais melhorias realizadas neste ano: criação de sistema WEB para cadastrar plantão judiciário nas Varas; criação de sistema WEB para os magistrados informarem semestralmente as atividades de magistério exercidas e se exerce alguma atividade incompatível com a magistratura; atualização dos programas da ATUARIA para adequação ao novo leiaute; alteração no Sistema de Remoção para incluir servidores removidos do SINAR e redistribuídos; reestruturação organizacional do TRF1 e Seções judiciárias; criação de rotinas para o sistema de Estagiários e de módulo para a adesão ao novo regime de previdência.

SFP – Sistema de Folha de Pagamento

Realiza o cálculo da folha de pagamento dos servidores e magistrados ativos, inativos e pensionistas; permite a disponibilização de relatórios gerenciais financeiros, a manutenção e controle das informações, e a exportação de informações para sistemas externos (DIRF – RAIS – GFIP). Principais melhorias em 2013: alteração do procedimento para e regras de descontos da contribuição do Pro-Social; elaboração de programa para cálculo de diferença de vencimentos (PCS); implementação de rotina que permite efetuar o somatório de várias folhas diferentes; desenvolvimento de programa para apuração e cálculo de valores de incorporações de funções comissionadas.

e-Sisad – Sistema de Gerenciamento e Controle de Documentos e Processos Administrativos Digitais.

Em 2013, foi implementado o módulo de leitura de documentos e processos

Sicam – Sistema de Aquisição e Controle de Bens e Serviços

O módulo de Depreciação foi concluído e será implantado em fevereiro de 2014, com retroatividade a janeiro de 2014. A data da implantação foi definida em função da realização do inventário patrimonial.

e-Eleição – Sistema de Eleições Eletrônicas do TRF1

Em 2013 foram realizadas melhorias na arquitetura da aplicação que refletiram positivamente na agilização das votações realizadas pelos magistrados.

e-Sosti – Sistema de Atendimento a Solicitações de TI

As principais melhorias realizadas foram o desenvolvimento do módulo de Faturamento e a alteração no fluxo de trabalho implementado no sistema. Constam na base de dados do e-Sosti cerca de 380 mil chamados de toda a 1ª Região, restando em aberto aproximadamente 4 mil solicitações.

AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Aquisição de certificado de segurança (HTTPS) para serviços de internet e correio eletrônico.

Subscrição de suporte técnico para solução de monitoramento de aplicações Java, solução de virtualização Oracle VM, sistema operacional Oracle Linux e respectivos treinamentos.

Aquisição de 45 (quarenta e cinco) unidades de videoconferência, voltados à estruturação dos polos descentralizados da Unicorp e atendimento ao Provimento 13 do CJF.

Aquisição de ativos de rede para instalação das novas varas federais de 2014.

Aquisição de 13 (treze) unidades de armazenamento de dados – storages, destinados às seções judiciárias.

Aquisição de 51 (cinquenta e uma) unidades de armazenamento de dados – storages, destinados às subseções judiciárias.

Aquisição de 22 (vinte e dois) Racks e 63 (sessenta e três) consoles de controle de servidores voltados à ampliação de centros de processamento de dados da 1ª Região, bem como o material necessário à readequação da instalação lógica dos centros de processamento de dados da 1ª Região.

Aquisição de equipamentos de microinformática, conforme descrição abaixo:

- 1.448 (hum mil e quatrocentos e quarenta e oito) microcomputadores
- 87 (oitenta sete) scanners com mesa e 87 sem mesa
- 55 (cinquenta e cinco) Impressoras Código de Barras;
- 934 (novecentos e trinta e quatro) leitores de código de barras;
- 12 (doze) impressoras coloridas A3;
- 43 (quarenta e três) impressoras coloridas A4;

- 17 (dezessete) Impressoras Cartão PVC;
- 365 (trezentos e sessenta e cinco) impressoras laser;
- 210 (duzentos e dez) impressoras xerox Phaser;
- 150 (cento e cinquenta) distribuidores de sinal de vídeo;
- 10 (dez) duplicadoras de DVD.

MANUTENÇÕES E ATUALIZAÇÕES REALIZADAS

No decorrer do exercício foram registrados no e-Sosti um total de 59.146 solicitações de atendimento de TI, apresentando uma média de 4.819 atendimentos mensais e finalização de aproximadamente 98% dos atendimentos no próprio exercício.

Projeto de aquisição de novos equipamentos de armazenamento de dados (storages) com vistas à substituição de unidades que tiveram o prazo de garantia expirado em 2013, bem como prover as demandas de crescimento de todo o ambiente da 1ª Região.

Implantação da nova área de armazenamento em 13 (treze) seccionais e 25 (vinte e cinco) subseções judiciárias.

Emissão das Novas Certificações Digitais para todos os desembargadores, juízes em auxílio e servidores do TRF1.

Substituição dos microcomputadores de uso dos desembargadores e dos gabinetes por equipamentos Core i3 – Positivo.

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

QUADRO 42 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 1.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).					X

4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 1.			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 1.					X
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 1.					X
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 1.					X
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).	X				
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. •	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					X
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados

UG 090024 – Seção Judiciária do Estado do Acre

A partir da assinatura do Termo de Adesão N. 01, de 10/11/2006, com a Prefeitura Municipal de Rio Branco, com base na Lei n. 9.608, de 18/02/1998, esta Seção Judiciária aderiu ao “Projeto Catar” consistindo, em suma, na doação de papéis decorrentes do descarte anual de documentos e processos administrativos e judiciais, nos termos da Portaria/PRESI n. 600-247 de 15/09/2008 TRF – 1ª REGIÃO e Processos Administrativos n. 295/2001-AC e 109/2009, bem como na coleta de outros materiais recicláveis gerados pela Seccional e pelos originários das residências dos magistrados e servidores.

Os materiais recicláveis são depositados em caixas coletoras localizadas no estacionamento externo e nos contêineres dispostos no estacionamento do subsolo. Esses materiais são doados para a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis do Acre, que faz parte do Projeto Catar. Dentre os materiais doados se destacam os seguintes: plásticos em geral (sacos de açúcar, feijão, farinha, arroz etc.) garrafas “pet”, alumínio em geral (baldes, bacias, panelas etc.), papelão e embalagens tipo “Tetrapark”.

Periodicamente é realizada conscientização dos magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço por meio do informativo interno, e-mail’s e orientação verbal, com o objetivo de estimular a separação dos materiais e destinação correta dos mesmos para as caixas coletoras localizadas no prédio da Seccional, como também a participação em campanhas específicas.

Essas atividades fazem parte da política implantada pelas normas do Programa de Gestão Ambiental na Seção Judiciária do Estado do Acre, denominado JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL, criado pela Portaria/DIREF n. 131, de 22/10/2009.

UG 090002 – Seção Judiciária do Estado do Amazonas

A Justiça Federal no Amazonas possui formalmente instituído o Programa de Coleta Seletiva dos Materiais Recicláveis desde o exercício de 2008. Referido Programa objetiva o melhor gerenciamento dos recursos materiais disponíveis e dos resíduos produzidos nas atividades da Seção Judiciária.

Nos termos do Decreto 5.940/2006, as ações de implantação, acompanhamento e supervisão da coleta, separação e destinação dos resíduos recicláveis descartados, com vistas ao repasse às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da Seccional são coordenadas pela Comissão de Coleta Seletiva Solidária da Seccional.

Não obstante as dificuldades concernentes à destinação dos resíduos, causadas principalmente pela escassez em Manaus de associações e cooperativas que atendam aos requisitos exigidos pelo Decreto supra, a Seção Judiciária firmou termo de compromisso com a Associação de Reciclagem e Preservação Ambiental (ARPA) no período de novembro/2009 a junho/2011, a qual, no referido período, foi a única associação habilitada para recolher os resíduos recicláveis. A partir do segundo semestre de 2011, após a realização de dois procedimentos habilitatórios sem associações que dispunham dos requisitos determinados pela legislação, a Seccional passou a disponibilizar os materiais recicláveis para a Prefeitura de Manaus, que os encaminha às cooperativas e associações de catadores de resíduos recicláveis atendidos pelo programa municipal de coleta seletiva.

No ano de 2013, a Seccional destinou cerca de 1.700 kg de papel para a reciclagem, sendo 500 kg na coleta regular de resíduos e cerca de 1.200 kg no Descarte Central de Documentos e Processos.

Em relação à gestão ambiental e licitações sustentáveis, a Justiça Federal do Amazonas aplica, ainda que em um estágio inicial, critérios sustentáveis em seus procedimentos licitatórios.

Algumas ações já vêm sendo implementadas na Seccional, como por exemplo: aquisição de lâmpadas mais econômicas, destinação ambientalmente adequada de resíduos de construção, aquisição de papel reciclado, aquisição de materiais de expedientes ecoeficientes, aquisição de torneiras automáticas e condicionadores de ar com o sistema “inverter”, que permite operar com economia de energia de até 40% em relação ao sistema convencional.

Atualmente, os Termos de Referência relativos a serviços de limpeza e conservação, já contêm práticas de sustentabilidade, como por exemplo, o uso obrigatório de produtos chancelados pela ANVISA e realização de programa de treinamento visando à redução do consumo de água e energia e da produção de resíduos sólidos.

No que se refere às contratações de obras e/ou serviços de engenharia, vêm sendo inseridas nos instrumentos convocatórios ou contratos, cláusulas que estabeleçam medidas para a economia da manu-

tenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental, além da observância às diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil, nos termos da Resolução n. 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/1/2010.

Ainda assim, torna-se imprescindível a adoção de campanhas destinadas à conscientização de magistrados, servidores e colaboradores quanto à necessidade de proteção ao meio ambiente e preservação de recursos naturais, bem como da redução do consumo de água e energia.

Para 2014, está prevista a elaboração do Plano de Logística Sustentável - PLS, em atendimento à Instrução Normativa n. 10/2012 e Decreto n. 7.746/2012. O PLS é uma ferramenta de planejamento que permite ao órgão público estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública. Entre outras ações, estão previstas:

1. atualização do inventário de bens e materiais e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
2. práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
3. adoção da logística reversa nos procedimentos licitatórios; e
4. ações de divulgação, conscientização e capacitação.

Para tanto, um referencial normativo acerca da matéria em comento é pressuposto básico para a promoção de um trabalho coordenado de supervisão e harmonização dos diversos setores da Justiça Federal no sentido de otimizar a eficiência e eficácia de suas atividades com o menor dispêndio de recursos naturais possível.

Nesse aspecto, o PLS pretende inserir critérios socioambientais na especificação técnica do objeto, nos requisitos de habilitação e nas obrigações impostas à contratada.

Ainda que a Justiça Federal não tenha adotado integralmente os critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de bens e serviços, ficou comprovado o esforço no sentido de conseguir maior aderência às normas regulamentadoras da matéria.

UG 090037 – Seção Judiciária do Estado do Amapá

A Seção Judiciária do Amapá não aderiu a programas de Sustentabilidade, entretanto, no exercício de 2008, ainda na antiga Sede. Já estudava por intermédio de Comissão constituída a elaboração do plano de necessidades objetivando subsidiar futuramente o projeto básico da Nova Sede. Todos os possíveis benefícios visando à sustentabilidade, com utilização e preservação dos recursos naturais disponíveis foram discutidos.

Hoje com a perpetuação de parte desses objetivos a nova sede da Justiça Federal do Amapá dispõe de inovações tecnológicas, que respeitam o meio ambiente e promovem a sustentabilidade, como: reutilização da água da chuva nos vasos sanitários; sistema de refrigeração que utiliza gás 410, que não agride o meio ambiente (diferente dos demais aparelhos, que utilizam o gás 22); utilização de lâmpadas fluorescentes que tem excelente luminosidade e baixo consumo energético (exceção: auditório). Por orientação do Diretor do Foro as centrais de ar condicionado são programadas para desligamento após o horário de expediente do último servidor do setor, bem como determinação expressa para se utilizar o mínimo possível a iluminação artificial.

No que diz respeito ao consumo de papeis, a Secretaria Administrativa da Seção Judiciária do Amapá, para cada três resmas utilizadas, uma, obrigatoriamente deve ser de matéria prima reciclada.

UG 090012 – Seção Judiciária do Estado da Bahia

1. A Subseção judiciária de Ilhéus não faz coleta de lixo seletiva/reciclável tendo em vista que o município de Ilhéus não possui estrutura compatível de carros coletores; também não é do nosso conhecimento o interesse de alguma empresa de iniciativa privada, na cidade de Ilhéus, que o faça.

2. Quanto à coleta seletiva, em Teixeira de Freitas, o tratamento é precário. Não há coleta seletiva, embora, na Unidade, tenhamos os baldes seletores (exigência nossa), mas subutilizados efetivamente. Os resíduos de papéis são recolhidos por catadores que trabalham por conta própria, mas os demais, como vidro, toner de impressora, lâmpadas fluorescentes e pilhas, não têm como serem descartados, porque não há instituições sem fins lucrativos na cidade ou nas proximidades para a doação. Atualmente, estão armazenados no almoxarifado de limpeza, aguardando contato com entidades que possam recebê-los. Em cidades do interior, estes descartes costumam ser realizados por particulares de outras cidades e de capitais. As Unidades poderiam encaminhar seus materiais para as Seções Judiciárias, para descarte conjunto. Avaliadas em tempo, estas observações permitirão um cumprimento satisfatório e regular do contrato e minimizarão registros de faltas e possíveis penalidades, agregando eficiência, qualidade e economicidade para a Administração.

3. Subseção de Juazeiro: não adotou política de separação de resíduos recicláveis no ano de 2013. (processo a ser implantado em 2014).

4. Em Salvador há o programa “RECICLA CAB” onde uma instituição recolhe o papel reciclável em vários órgãos da redondeza, incluindo a Justiça Federal.

5. Também na capital há empresa contratada para recolher entulhos de obras.

UG 090023 – Seção Judiciária do Distrito Federal

A SJDF realiza a coleta seletiva de resíduos recicláveis, que são retirados por cooperativa credenciada por meio de processo público (PA-0425/2009), nos termos do Decreto 5.940/2006. No ano de 2013, foram recolhidos os resíduos recicláveis, entretanto, não foram registrados o volume ou o peso dos materiais recolhidos.

UG 090022 – Seção Judiciária do Estado de Goiás

O material reciclável descartado é separado e descartado da seguinte forma:

Orgânicos são colocados na lixeira para recolhimento de lixo comum pela Prefeitura.

Entulhos (restos de madeira, tinta, alvenaria e tubulação) de manutenção predial são recolhidos em caçamba fornecida por empresa contratada em processo administrativo.

Papéis, caixas e papelões são recolhidos por entidade sem fins lucrativos ou pelo caminhão de reciclagem da Prefeitura.

Vidros, ferragens e outros materiais perigosos ou que causam danos ao meio ambiente são recolhidos pelo caminhão de reciclagem da Prefeitura ou empresas do ramo que prestam serviço à Seccional.

UG 090004 – Seção Judiciária do Estado do Maranhão

Na Seção Judiciária ocorre a separação de resíduos recicláveis descartados, com o fornecimento pela

contratada pelo serviço de limpeza de lixeiras adequadas.

No âmbito socioambiental a Seção realiza a Coleta Seletiva Solidária desde o ano de 2009, tendo assinado Termo de Compromisso n. 01/2008, após realização de certame licitatório, com a Associação de Catadores de Material Reciclável – ASCAMAR, que atendeu a todos os requisitos proposto pelo Decreto n. 5.940/2006.

UG 090013 – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais

A Seccional de Minas Gerais, nos últimos exercícios, tem implementado campanhas de separação dos resíduos sólidos nas unidades de trabalho, inclusive com repasse de instruções de procedimentos ao pessoal de manutenção e conservação e limpeza.

A medida ainda em fase de implantação e educação, apesar de não ter alcançado resultados amplos, já vem apresentando mudança de postura e reeducação no ambiente de trabalho. Foram realizadas campanhas internas com a confecção de material gráfico e etiquetas de identificação dos materiais para descarte, a fim de replicar a intenção de reaproveitamento de materiais e diminuição do lixo produzido.

O uso do papel reciclável foi difundido nas unidades de trabalho da Seccional, bem como outras ações com vistas à economia de recursos naturais, tais como a nova sistemática de distribuição de agendas que permitiu uma economia de 50% com a aquisição dos materiais, além das vantagens relacionadas às questões ambientais. A medida visa incentivar o uso de mecanismos digitais, evitando recursos impressos.

Como base no Decreto nº 5.940/2006, com vistas à destinação de resíduos de forma ambientalmente adequada, através de Edital de Doação com Encargo de Bens Recicláveis Reversos, foi habilitada a sociedade de utilidade pública sem fins lucrativos ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS APAE JUATUBA/MG para efetuar a coleta, por meio de doação, de resíduos eletrônicos e seus componentes, em consonância com as determinações contidas nas legislação vigente, notadamente pela Lei nº 12.305/2010.

E, por fim, desde 26/07/2011 esta Seccional adotou o sistema de descarte ecológico de toners, resultando na entrega de 5.260 unidades aos fabricantes. Ressalte-se, que com a disponibilização do sistema de descarte por meio de logística reversa pelo fabricante Samsung, a Seção Judiciária de Minas Gerais passará a descartar aproximadamente 98% de todo o volume de toners e cartuchos de maneira ecologicamente recomendável.

UG 090021 – Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Em 2013, a Seção Judiciária de Mato Grosso deu continuidade ao programa de separação de papéis para reciclagem. Foram enviados a uma associação de catadores de lixo, que separam papéis para reciclagem, aproximadamente 1800 Kg de papel. Em 2014 será dada continuidade e ampliação ao programa de gestão ambiental, com a emissão de portaria regulamentadora e adoção de novos projetos para redução de consumo de água, energia e materiais.

UG 090003 – Seção Judiciária do Estado do Pará

No âmbito da Seção Judiciária do Pará foi expedida a Portaria DIREF 355/2007, designando comissão de servidores responsáveis pela elaboração de um estudo de viabilidade de implantação de políticas de racionalização do uso de recursos materiais, visando, principalmente, à sua reciclagem/reutilização/

reaproveitamento, de forma a agredir minimamente o meio ambiente, bem como outras que possam contribuir para a melhoria da qualidade de vida e trabalho. Contudo, em razão da escassez de servidores os trabalhos da comissão estão suspensos, mas ressalto que existe o cuidado em separar os resíduos recicláveis de papel para doar a cooperativa devidamente cadastrada.

UG 090005 – Seção Judiciária do Estado do Piauí

A Seção Judiciária do Piauí instituiu por meio da Portaria DIREF N. 153/2011-DIREF uma comissão para desenvolver estudos de viabilidade e implantação de programa para coleta seletiva, nascendo assim o projeto JUSTA RECICLAGEM (Coleta Seletiva Solidária) que tem por objetivo geral o gerenciamento adequado dos resíduos produzidos no âmbito da Justiça Federal no Piauí, bem como, fomentar a adoção de práticas administrativas direcionadas ao desenvolvimento sustentável. Atualmente este programa enfrenta dificuldades na implementação no que se refere ao convênio com instituições sociais para tratamento e coleta dos resíduos.

UG 090025 – Seção Judiciária do Estado de Rondônia

A Justiça Federal em Rondônia disponibiliza a seus servidores, usuários e colaboradores, para coleta seletiva do lixo, lixeiras formalmente identificadas como destinadas para papel e para plástico, os dois maiores itens descartados diariamente, as quais foram colocadas em lugares estratégicos de seus prédios-sede.

O lixo, assim separado, é recolhido diariamente pela Prefeitura Municipal, a qual se responsabiliza pelo seu reaproveitamento.

Os servidores e colaboradores foram orientados e descartar os resíduos recicláveis de forma seletiva, utilizando-se das citadas lixeiras e de coletores específicos para papéis que foram colocadas em todas as salas de trabalho. Entretanto, não há campanhas regulares de esclarecimento sobre o tema.

Foi criado, no âmbito da Justiça Federal em Rondônia, o Comitê de Gestão Socioambiental, para estudos destinados à seleção entidade para o recolhimento e destinação útil do lixo reciclável (Coleta Seletiva Solidária).

UG 090039 – Seção Judiciária do Estado de Roraima

Todo o procedimento licitatório de aquisição de bens na seccional observa as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, na forma do que dispõe a instrução normativa n. 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretaria de logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Inclusive, o papel reciclado é utilizado preferencialmente na apresentação de documentos físicos, copiados ou impressos.

Ademais, na aquisição de bens, primamos que estes sejam constituídos, no topo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15488-1 e 15448-2, que sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cro-

mo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

UG 090038 – Seção Judiciária do Estado do Tocantins

A Justiça Federal do Tocantins, desde o ano de 2008, implantou um sistema de coleta seletiva de lixo nas suas instalações físicas, e, posteriormente, em 6 de dezembro de 2011, celebrou um Termo de Cooperação Técnica, firmado com a entidade sem fins lucrativos, denominada Cooperativa de Produção e Recicláveis do Tocantins Ltda. - COOPERAN, CNPJ n. 07.017.592/0001-01, tendo por objeto a doação de material reciclável, para fins de reciclagem, pelo prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

UG 090027 – Tribunal Regional Federal da 1ª Região

A gestão ambiental no TRF – 1ª Região encontra-se sob a coordenação da equipe do Programa “Vida Legal” – Direh/Secre, que tem como objetivo promover a sustentabilidade ambiental e social na Justiça Federal da Primeira Região, mediante a adoção de mecanismos internos tais como gestão de resíduos sólidos; inclusão de parâmetros de sustentabilidade nas aquisições de produtos; política de qualidade de vida no trabalho; construção sustentável e gestão de recursos hídricos e energéticos; promoção de campanhas de conscientização acerca da necessidade de proteção do meio ambiente.

Pela análise das pontuações, constantes no anexo documento, Aspectos Sobre Gestão Ambiental, assim como dados fornecidos pelas unidades diretamente envolvidas nos projetos de gestão ambiental apresentamos os resultados a seguir:

Aquisições de bens/produtos em geral:

O Tribunal vem aprimorando os processos de compras buscando adequar as especificações, para a aquisição de bens, pautados por critérios de sustentabilidade ambiental, conforme elencados a seguir:

- exigência de que as embalagens sejam produzidas com materiais reciclados e/ou recicláveis;
- substituição de bens ecologicamente inadequados por outros menos agressivos ao ambiente (tinta a base d'água no lugar de tintas a base de hidrocarbonetos, por exemplo);
- aquisição de papel de reflorestamentos ou de reciclagem;
- aquisição de papel não alvejado;
- preferência por produtos de menor tamanho tais como impressoras e outros componentes de TI, assim como mobiliários mais leves e mais ajustados aos locais de trabalho, os quais pressupõem serem fabricados com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável;
- substituição de lâmpadas quentes por lâmpadas frias, o que reduz a necessidade de climatização dos ambientes e apresenta maior durabilidade do bem e de seus componentes;
- exigência aos licitantes de apresentação de certificação ambiental, especialmente em relação aos bens à base de papel que deve ser reciclado ou oriundo de matas de reflorestamento;
- preferência pela aquisição de lâmpadas compactas eletrônicas ou por LEDs nos locais onde há possibilidade de substituição de lâmpadas incandescentes, sem troca de bocais;
- estabelecimento de ações com vistas ao alongamento da vida útil de bens a serem descartados, especialmente equipamentos de informática obsoletos, mediante doações a escolas públicas, as quais após pequenos ajustes os utilizam em laboratórios;
- doação de sucatas, com grande potencial poluidor (cartuchos de toner vazios, por exemplo) a institui-

ções certificadas pela esfera de governo responsável e credenciando-a(s) para esse propósito;

- realização de testes de durabilidade de produtos, bem como o acompanhamento de sua vida útil, conforme indicação do fabricante, com vistas a balizar aquisições futuras tais como cadeiras, poltronas e canetas.

Destarte, o TRF vem direcionando esforços na gestão de aquisições de materiais e produtos ecologicamente mais adequados, bem como tem dado o tratamento correto aos resíduos e bens descartados.

Contratação de obras e serviços de engenharia:

Nos termos de referência/ editais das obras e serviços de engenharia, são adotados critérios de sustentabilidade, os quais buscam adequar a contratação ao consumo sustentável, considerando não apenas o menor preço, mas, sobretudo, o custo como um todo, ou seja, observam-se os custos de manutenção predial e operação dos equipamentos. As especificações constantes dos termos de referência/editais visam à licitação sustentável enquanto solução para integrar todas as fases do processo, desde a compra dos materiais, transporte e acondicionamento, assim como a sua utilização e manutenção durante o seu uso, com vistas a reduzir impactos à saúde do usuário e ao meio ambiente.

Os critérios de sustentabilidade estabelecidos nos termos de referências/editais são precedidos de análise técnica de aspectos tais como motivação e especificações de obras/serviços, impactos da utilização, condições de produção e transporte, embalagens e descarte dos resíduos. A área de projetos avalia o comportamento dos produtos pretendidos e suas aplicações, estudando sua fase útil e priorizando soluções que alonguem o descarte decorrente de substituição futura — o chamado ciclo de vida do produto ou equipamento.

A redução do consumo de água e energia tem sido pensada desde a cadeia produtiva dos insumos e seus impactos com transporte e manuseio até a chegada no canteiro de obras. As especificações técnicas visam ainda o uso de produtos de maior durabilidade, pensando na sustentabilidade prévia à reciclagem, visto pensar no projeto com o menor descarte de restos de obra e contemplar o uso prolongado dos materiais.

Coleta Seletiva de resíduos recicláveis descartados e sua destinação:

A separação dos resíduos descartados, bem como sua destinação, nas unidades do TRF tem sido realizada em conformidade com o disposto no Decreto n. 5.940/2006, por meio de ações de recolha, separação e destinação à cooperativas/associações de catadores de materiais para fins de reciclagem, devidamente habilitadas.

Os resultados apresentados demonstram que este Tribunal tem envidado esforços no sentido de se inserir de forma mais efetiva no processo de gerenciamento de sustentabilidade ambiental, com a realização de diversas ações pontuais. Observa-se, contudo, que há necessidade de um incremento nessas ações agrupando-as em programas e agendas, bem como de ampliar o envolvimento dos servidores na consecução dos objetivos delineados nos instrumentos normativos.

8.3 Consumo de papel, energia elétrica e água

QUADRO 43 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
90024 - AC						
Papel	1.557	1.528	1.676	15.398,73	14.877,59	15.785,30
Água	3.551	4.326	5.152	30.000,00	31.437,93	37.437,96
Energia Elétrica	1.083.840	1.220.560	1.196.419	456.185,88	587.290,89	621.779,72
90002 - AM						
Papel	3.585	3.121	3.147	34.021,65	28.245,05	32.078,42
Água	2.718	2.685	1.939	67.139,68	42.999,43	36.445,00
Energia Elétrica	1.898.637	1.808.335	1.932.332	749.672,80	905.638,31	807.953,50
90037 - AP						
Papel	2.500	2.200	2.400	32.599,77	18.370,00	20.448,00
Água	1.260	1.260	1.260	435,05	2.355,18	4.211,83
Energia Elétrica	252.915.945	789.897	825.466	544.942,43	338.661,47	210.920,70
90012 - BA						
Papel	16.159	17.194	13.530	147.617,14	151.801,16	121.741,91
Água	10.800	11.353	10.041	191.045,67	184.708,90	142.937,47
Energia Elétrica	2.531.419	2.447.944	2.471.723	971.281,85	1.137.391,00	1.070.506,40
90023 - DF						
Papel	13.936	13.771	12.848	102.659,50	106.984,78	100.616,76
Água	24.076	21.603	25.381	413.468,38	341.500,00	362.200,00
Energia Elétrica	3.656.981	3.743.700	3.941.077	1.394.006,55	1.556.858,20	1.533.083,45
90022 - GO						
Papel	8.104	8.155	10.985	63.248,17	62.567,65	81.179,15
Água	16.219	7.000	7.056	120.347,16	69.600,00	68.000,00
Energia Elétrica	385.274	143.900	142.700	883.626,96	483.600,00	467.040,00
90024 - MA						
Papel	8.868	7.985	6.297	79.773,31	75.047,27	59.568,35
Água	8.144	8.001	7.352	68.522,22	55.121,35	42.125,28
Energia Elétrica	1.130.306	1.161.694	1.142.024	628.642,68	652.381,12	543.004,80
90013 - MG						
Papel	32.650	14.200	17.300	293.564,70	118.273,00	141.440,00
Água	42.407	45.039	43.382	462.525,67	387.585,64	384.500,00
Energia Elétrica	5.664.666	5.219.507	4.727.954	2.433.003,52	2.656.272,47	2.360.062,25
90021 - MT						
Papel	3.181	2.021	3.095	30.219,50	19.179,29	32.837,95
Água	5.307	5.309	5.881	32.151,13	32.390,17	35.571,32
Energia Elétrica	1.845.292	1.679.865	1.488.899	939.634,01	1.012.586,19	1.003.320,56
90003 - PA						
Papel	9.991	6.716	7.288	89.899,95	61.380,31	66.447,85
Água	1.746	1.404	620	12.423,59	8.632,51	2.901,72
Energia Elétrica	2.754.144	2.522.053	2.217.391	1.247.674,60	1.078.047,00	824.127,20
90005 - PI						
Papel	5.512	4.736	4.300	64.214,80	38.456,32	38.442,00
Água	13.690	14.065	14.664	185.849,56	180.425,95	140.658,07
Energia Elétrica	2.345.333	2.459.165	2.177.390	888.669,46	1.008.482,69	812.989,31
90025 - RO						

Papel	4.755	4.680	3.850	51.068,57	44.156,20	31.321,00
Água	1.256	915	384	15.632,60	11.825,57	4.930,53
Energia Elétrica	1.592.627	1.468.420	1.457.242	610.484,56	559.686,72	518.397,42
90039 - RR						
Papel	1.434	1.992	1.860	14.849,54	18.031,58	16.861,02
Água	99	148	512	887,30	1.010,97	3.093,68
Energia Elétrica	722.400	681.600	635.040	227.889,95	268.935,20	237.053,16
90038 - TO						
Papel	500	1.425	4.700	5.600,00	15.888,00	51.700,00
Água	7.540	5.668	4.591	76.368,43	49.849,00	39.593,23
Energia Elétrica	1.239.883	908.745	876.411	795.866,72	541.610,00	485.947,74
90027 - TRF1						
Papel	22.848	22.857	21.986	183.777,52	177.260,64	162.476,90
Água	48.423	67.400	52.154	741.734,70	995.269,65	669.970,35
Energia Elétrica	6.396.531	5.383.357	4.572.530	2.242.548,87	2.168.345,92	1.722.163,70
TOTAL						
Papel	135.580	112.581	115.262	1.208.513	950.519	972.945
Água	187.236	196.176	180.369	2.418.531	2.394.712	1.974.576
Energia Elétrica	286.163.278	31.638.742	29.804.598	15.014.131	14.955.787	13.218.350
			Total	18.641.174,83	18.301.018,27	16.165.870,96
Fonte:						

9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

QUADRO 44 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO 44 – DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 002.745/2011-9	25/2013-1ª C	-	DE	Ofício Memo
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
TRF1					
Descrição da Deliberação					
Negou provimento ao pedido de reexame do servidor aposentado JOAQUIM JACINTHO (TRF1) ordenando a ciência do interessado					

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DILEP/SECRE	
Síntese da Providência Adotada	
Envio de Ofício/DILEP nº 002, de 18/02/2012; Memo /DILEP/630-017 para DIVEA (aguardando AR)	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Atendimento à determinação do TCU	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não há	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 031.797/2012-1	1.814/2013-2ª C	-	DE	Memo E-mail
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJGO					
Descrição da Deliberação					
Considerou ilegal o ato de pensão de Ruth Maria de Souza Martins da Seccional de GO					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
Envio de E-mail SJGO, Parecer e Ato de Pensão retificando para incluir EC 70/2012 e ficha de concessão de pensão para envio a DIVEA/TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 010.245/2013-8-1	3.314/2013-2ª C	-	DE	Memo E-mail
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJPI					
Descrição da Deliberação					
Considerou ilegal o ato de pensão do menor sob guarda José Teixeira de Carvalho Neto, beneficiário de pensão de Maria das Graças Silveira Marques.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					

Envio de E-mail SJPI, Parecer e Apostila de Alteração de Benefício excluindo o menor sob guarda e emissão de ficha de concessão de pensão para envio a DIVEA e TCU.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 021.798/2008-1	3.326/2013-2ª C	-	DE	E-mail
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJAM					
Descrição da Deliberação					
Deu provimento a pedido de reexame contra o Acórdão 8.756/2012-2ª C					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
Emissão de Parecer e revogação do Ato de cancelamento da pensão para restabelecimento da cota de pensão de Hanna Louise Luna Rodrigues de Sá.					
E-mail para as Seccionais para restabelecimento da cota da pensionista.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 003.738/2013-2	OF. SEFIP-12522/2013	-	DE	Memo
					e-mail
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJMT					
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

DILEP/SECRE
Síntese da Providência Adotada
Diligência TCU - Ofício SEFIP- 12522/2013- Solicita esclarecimentos e envio de documentos referentes à aposentadoria da servidora da SJ/MT - SYLVIA VICTORINO ALVES CORRÊA
Envio de Memo/DILEP nº 56, de 06/09/2013
- Envio de E-mail a SJMT
Síntese dos Resultados Obtidos
Atendimento à determinação do TCU
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 12210/2013	OF. SEFIP-12.2102013	-	DE	Memo e-mail
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJMG					
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
Diligência TCU - Ofício SEFIP- 12210/2013- Solicita esclarecimentos e envio de documentos referentes à aposentadoria da servidora da SJ/MG – RENI BATISTA DE ANDRADE					
Envio de Memo/DILEP nº 57, de 06/09/2013					
- Envio de E-mail a SJMG					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 025.087/2013-4	Ofício 1380/2013	-	DE	Memo
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJDF					
Descrição da Deliberação					
Solicita o esclarecimento e o envio de documentos do servidor aposentado LUIZ GUSTAVO LINS CAVALCANTI da Seccional do DF					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
Envio do Memo/DILEP nº 061, de 14/10/2013 a DIVEA/SECOI com os documentos solicitados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 026.330/2006-0	Ofício 14315/2013	-	DE	E-mail e Memo
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJRO					
Descrição da Deliberação					
Audiência referente ao cumprimento do item 9.3.3 do Acórdão 2.771/2007-1ª Câmara, que trata da devolução da vantagem Dif. Pessoal da Lei 9.421/96 da pensionista CLEMILDES VERÍSSIMO OLIVEIRA CAMURÇA da Seccional de Rondônia.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
Envio de E-mail a SJRO solicitando os documentos.					
Envio do Memo/DILEP nº , de a DIVEA/SECOI com os documentos solicitados.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Aguardando ciência da interessada.					

Atendimento à determinação do TCU
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não há

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 021.798/2008-1	Ofício SEFIP-15391/2013	-	DE	E-mail Ofício SECOI-TCU
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJAM					
Descrição da Deliberação					
Solicita ciência da beneficiária de Pensão Hanna Louise Luna Rodrigues de Sá					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
E-mail para a Seccional solicitando ciência da beneficiária.					
Ofício SECOI para TCU encaminhando documentos de ciência.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 0007.366/2008-6	Ofício SEFIP-17363/2013	-	DE	E-mail MEMO/DILEP – 079 MEMO/DILEP -- 009
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJMG					
Descrição da Deliberação					
Solicita ciência dos servidores aposentados Ângela dos Santos Menezes e Edvaldo Magalhães Dantas e comprovante de devolução da VPNI integral.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
E-mail para a Seccional solicitando ciência e documentos à Seção Judiciária de MG					
Memos/DILEP encaminhando documentos e ciência dos servidores.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 023.310/2013-8	Ofício SEFIP-17191/2013	-	DE	E-mail MEMO/DILEP - 075
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJMT					
Descrição da Deliberação					
Solicita ciência documentos e ciência da servidora aposentada NAIRA RODRIGUES DE MELO.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
E-mail para a Seccional solicitando ciência e documentos à Seção Judiciária de MT					
Memo/DILEP 075, de 05/12/2013 e 004, de 14/01/2014 encaminhando documentos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
TRF1					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	TC 023.310/2013-4	Ofício SEFIP-16848/2013	-	DE	E-mail MEMO/DILEP - 076
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SJAP					
Descrição da Deliberação					
Solicita ciência retificação de 1/5 de CJ-2 para 1/5 de FC-05 servidora aposentada MARIA DAS GRAÇAS VILHENA DE OLIVEIRA.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
DILEP/SECRE					
Síntese da Providência Adotada					
E-mail para a Seccional solicitando ciência e documentos.					
Memo/DILEP encaminhando documentos.					
Emissão de Nova Ficha para posterior envio ao TCU..					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Atendimento à determinação do TCU					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não há					

9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não há pendências quanto às deliberações do TCU.

9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno

9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

QUADRO 45 – RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	DILIGÊNCIA SECOI - 01/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ADÃO LEITE MOREIRA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	DILIGÊNCIA SECOI - 02/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO - HILDA FERNANDES DA GRAÇA (INSTITUIDORA)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG

TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	DILIGÊNCIA SECOI - 03/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - LUIZ CARLOS SOARES SILVA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	DILIGÊNCIA SECOI - 04/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO - JOSANE XAVIER VEIGA (INSTITUIDORA)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	DILIGÊNCIA SECOI - 144/2012		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

DIVEA/SECOI/TRF	
Descrição da Recomendação	
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - JASCE LUCIANO DA SILVA	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DILEP	
Síntese da Providência Adotada	
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
NÃO HÁ	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	DILIGÊNCIA SECOI - 09/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - SARA JANE DE RESENDE			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	DILIGÊNCIA SECOI - 10/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ORLANDO FERRER DE SANTANA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			

Síntese da Providência Adotada
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS
Síntese dos Resultados Obtidos
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	DILIGÊNCIA SECOI - 11/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - RONALDO ROSA SILVA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	DILIGÊNCIA SECOI - 12/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - JÚLIO CÉSAR FURTADO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	DILIGÊNCIA SECOI - 14/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - IRACY CRISTINA BARBOSA DOS SANTOS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	DILIGÊNCIA SECOI - 15/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - CLEONICE DOS SANTOS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

12	DILIGÊNCIA SECOI - 16/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - TÂNIA RODRIGUES DE SOUZA ENOKIBARA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	DILIGÊNCIA SECOI - 17/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - LENIR FERREIRA DA SILVA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	DILIGÊNCIA SECOI - 18/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - SÔNIA MARIA PAULINO			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DILEP	
Síntese da Providência Adotada	
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
NÃO HÁ	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	DILIGÊNCIA SECOI - 19/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - VANDA LÚCIO VIEIRA DOS SANTOS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	DILIGÊNCIA SECOI - 20/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARIÂNGELA MARINHO RODRIGUES DA SILVA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			

Síntese dos Resultados Obtidos
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	DILIGÊNCIA SECOI - 21/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - JOSUÉ DA CUNHA E SILVA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	DILIGÊNCIA SECOI - 22/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - KAREN DE SOUZA VELASCO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	DILIGÊNCIA SECOI - 23/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARCUS PESSOA DE ARAÚJO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	DILIGÊNCIA SECOI - 24/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - FRANCISCO VALMIR DE SOUZA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

21	DILIGÊNCIA SECOI - 25/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - RENE DA SILVA CRUZ			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	DILIGÊNCIA SECOI - 26/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - JANUÁRIA RAMOS ARDASSE			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	DILIGÊNCIA SECOI - 28/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - HELOÍSA DE RESENDE OLIVEIRA			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DILEP	
Síntese da Providência Adotada	
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
NÃO HÁ	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	DILIGÊNCIA SECOI - 29/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO - PAULO SÉRGIO CARVALHO PINHEIRO (INSTITUIDOR)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	DILIGÊNCIA SECOI - 30/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ISMAELEUGÊNIO DOS REIS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	DILIGÊNCIA SECOI - 31/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - JOSÉ DO CARMO SILVA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	DILIGÊNCIA SECOI - 32/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO - MURILO LIZARDO DE SOUZA FILHO (INSTITUIDOR)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG

TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	DILIGÊNCIA SECOI - 33/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO - PAULO ROBERTO CAVALCANTI DE CARVALHO (INSTITUIDOR)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	DILIGÊNCIA SECOI - 35/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARIA DE FÁTIMA DA SILVA FARIA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	DILIGÊNCIA SECOI - 36/2013		MEMORANDO

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF		
Descrição da Recomendação		
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - WILSON VIDAL LOPES		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
DILEP		
Síntese da Providência Adotada		
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS		
Síntese dos Resultados Obtidos		
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
NÃO HÁ		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	DILIGÊNCIA SECOI - 37/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - DALVINA ABREU DA SILVA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	DILIGÊNCIA SECOI - 38/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - JESUS DE CARVALHO CASTRO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

DILEP
Síntese da Providência Adotada
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS
Síntese dos Resultados Obtidos
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	DILIGÊNCIA SECOI - 43/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARCUS PESSOA DE ARAÚJO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	DILIGÊNCIA SECOI - 44/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARIA DAS GRAÇAS COSTA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	DILIGÊNCIA SECOI - 45/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ROSÂNGELA RIBEIRO EVANGELISTA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	DILIGÊNCIA SECOI - 46/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ANA GLÁUCIA QUEIROZ			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	DILIGÊNCIA SECOI - 54/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MÔNICA DE ALMEIDA BELISÁRIO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	DILIGÊNCIA SECOI - 62/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ROSÂNGELA ANDRADE MIRANDA SOARES ASÉVEDO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

DIVEA/SECOI/TRF	
Descrição da Recomendação	
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - TÂNIA MARA CARVALHO RODRIGUES	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DILEP	
Síntese da Providência Adotada	
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
NÃO HÁ	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARIA JÚLIA MACEDO DE PAIVA DOURADO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	DILIGÊNCIA SECOI - 27/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - LAÉSIO PAIVA DE ANDRADE			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

DILEP
Síntese da Providência Adotada
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS
Síntese dos Resultados Obtidos
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
TRF 1				
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
42	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF				
Descrição da Recomendação				
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ANA DO CARMO SOARES DE OLIVEIRA				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
DILEP				
Síntese da Providência Adotada				
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS				
Síntese dos Resultados Obtidos				
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
NÃO HÁ				

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
TRF 1				
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
43	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF				
Descrição da Recomendação				
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ROSÂNGELA MARIA FRECHIANI VIEIRA				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
DILEP				
Síntese da Providência Adotada				
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS				
Síntese dos Resultados Obtidos				
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				

NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
TRF 1				
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
44	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF				
Descrição da Recomendação				
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO - MÁRCIO MAGNO DE MOURA (INSTITUIDOR)				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
DILEP				
Síntese da Providência Adotada				
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS				
Síntese dos Resultados Obtidos				
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
NÃO HÁ				

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
TRF 1				
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
45	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF				
Descrição da Recomendação				
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO - GUILHERME ANDRADE DE OLIVEIRA (PENSIONISTA)				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
DILEP				
Síntese da Providência Adotada				
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS				
Síntese dos Resultados Obtidos				
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
NÃO HÁ				

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
TRF 1				

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO - ED'ELMANO GOMES MARTINS (INSTITUIDOR)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	DILIGÊNCIA SECOI - 70/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - CARLOS HENRIQUE MOURA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			

Descrição da Recomendação	
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ADANIZETE DAS GRAÇAS BENEDITO	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DILEP	
Síntese da Providência Adotada	
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
NÃO HÁ	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - RAIMUNDA ROSEMARY MEDEIROS DE OLIVEIRA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - LEUSINA MÁXIMO DOS SANTOS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			

Síntese da Providência Adotada
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS
Síntese dos Resultados Obtidos
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - OLGA VALENTIM MOREIRA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARIA GORETTI CAIXETA RASSI PORTO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
53	DILIGÊNCIA SECOI - 74-2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - FRANCISCO COSTA LIMA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
54	DILIGÊNCIA SECOI - 75-2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - JESUS VIEIRA COSTA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

55	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - LUCIANE BORGES DE AZEVEDO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
56	DILIGÊNCIA SECOI - 79/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ADEMAR DE AZEVEDO PINTO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
57	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - CARLOS HENRIQUE MOURA			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DILEP	
Síntese da Providência Adotada	
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
NÃO HÁ	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
58	DILIGÊNCIA SECOI - 88/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - CELINA DA SILVA MOURA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
59	DILIGÊNCIA SECOI - 90/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - SILVONE MAGALHÃES BARBOSA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
60	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - IMA SANTOS DE OLIVEIRA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
61	DILIGÊNCIA SECOI - 2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ANA LÚCIA DA SILVA SANTOS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG

TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
62	DILIGÊNCIA SECOI - 86/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARIA DE LOURDES VILELA DE LIMA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
63	DILIGÊNCIA SECOI - 94/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - JUBERLITA LIRA DA SILVA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
64	DILIGÊNCIA SECOI - 95/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

DIVEA/SECOI/TRF	
Descrição da Recomendação	
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - GISELE BANDEIRA MARTINS DUARTE	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DILEP	
Síntese da Providência Adotada	
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS	
Síntese dos Resultados Obtidos	
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
NÃO HÁ	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
65	DILIGÊNCIA SECOI - 96/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - WAGNER DE OLIVEIRA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	DILIGÊNCIA SECOI - 97/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - ANA GLÁUCIA DE QUEIROZ			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			

Síntese da Providência Adotada
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS
Síntese dos Resultados Obtidos
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
NÃO HÁ

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
67	DILIGÊNCIA SECOI - 109/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - BERNADETE SEIXAS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
68	DILIGÊNCIA SECOI - 110/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - MARCUS AURÉLIO LUSTOSA DE MEDEIROS			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
69	DILIGÊNCIA SECOI - 108/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - PAULO ROBERTO TEIXEIRA ALBUQUERQUE			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF 1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
70	DILIGÊNCIA SECOI - 107/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA - GIZELENE ROMANO SALVALAGGIO			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Síntese da Providência Adotada			
EMISSÃO DE NOVO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COM AS CORREÇÕES SOLICITADAS			
Síntese dos Resultados Obtidos			
ATENDIMENTO ÀS DETERMINAÇÕES DO CONTROLE INTERNO			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
NÃO HÁ			

9.2.2 Recomendações do órgão de controle interno pendentes de atendimento ao final do exercício

QUADRO 46 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Acre			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	44/2012	1.1.1	Ofício/Secoi/TRF n. 65/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria do Foro/Secretaria Administrativa			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>Providenciar, se ainda pendente, a instalação dos extintores de combate a incêndio retirados para recarga, bem como sinalização dos pisos, a fim de facilitar o acesso aos equipamentos, em atendimento ao disposto na IN CJF 06-01, Módulo 04, fl. 02, e IN TRF1 14-14, Módulo 06, item 03, alínea "b", observadas as normas do Corpo de Bombeiros do Estado e da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para proteção contra incêndio.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEVIT			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>No período em que a equipe de auditoria esteve na Seccional parte dos extintores estava em fase de recarga. O procedimento de recarga é feito anualmente em duas etapas, com a saída de 50% dos equipamentos em cada etapa e não há como realizar esse procedimento nas dependências da Seccional. Atualmente, todos os extintores estão instalados nos respectivos locais indicados pelo Corpo de Bombeiros. Com relação à sinalização dos pisos, existe processo administrativo para aquisição de faixas de sinalização, no entanto, não houve disponibilidade orçamentária no exercício de 2013, de modo que implantação acontecerá até o final do mês de abril de 2014.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Ausência de disponibilidade orçamentária			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	44/2012	1.1.2	Ofício/Secoi/TRF n. 65/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria do Foro/Secretaria Administrativa			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>Avaliar o nível de exposição a riscos dos materiais em estoque e, se for o caso, adequar a segurança do almoxarifado, como por exemplo, reforço da porta de acesso aos depósitos e instalação de câmeras de Vídeo com Infravermelho, à vista do disposto na IN TRF1 14-14, módulo 06, fl. 01, item 01, "c" e IN CJF 06-01, módulo 04, fl. 01, item 2, "c".</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEVIT			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Atualmente o nível de segurança do almoxarifado é satisfatório, uma vez que o acesso é restrito ao responsável pela unidade e a dois auxiliares lotados na SEMAP/AC, também, existem câmeras instaladas no local. Objetivando aumentar o nível de segurança do Almoxarifado, dentre outros lugares do edifício sede, foi aberto processo administrativo para aquisição de mais câmeras de vídeo, inclusive com lentes infravermelho, desde que haja disponibilidade orçamentária, a implementação dessa medida acontecerá até o final do mês de abril de 2014.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Ausência de disponibilidade orçamentária			
Recomendações Expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	44/2012	1.4.4	Ofício/Secoi/TRF n. 65/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria do Foro/Secretaria Administrativa			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Avaliar os materiais com data de validade vencida, ou próxima a vencer, com vistas à sua utilização, se ainda possível, ou destiná-los para desfazimento, nos termos do Decreto 99.658/1990 c/c IN CJF 06-01, IN TRF1 14-14, módulo 07, fl. 01, item 01, e IN-SEDAP 205/1988.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEMAP			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Conforme informação do responsável pela SEMAP, existem materiais em estoque com data de validade vencida. Será aberto procedimento administrativo para desfazimento desses materiais. Além disso, será feita uma verificação objetivando apurar a existência de materiais com data de vencimento próxima, para que sejam tomadas as devidas providências. Por fim, convém ressaltar sobre o teor do § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 que estabelece que, no ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. Razão pela qual não poderá ser iniciado o processo de desfazimento dos bens no exercício de 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Legislação eleitoral impede o procedimento de desfazimento desses materiais.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	44/2012	1.5.1	Ofício/Secoi/TRF n. 65/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria do Foro/Secretaria Administrativa			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Planejar a aquisição dos materiais de consumo com a participação das diversas unidades administrativas requisitantes, visando a alcançar à adequação dos quantitativos em estoque e a evitar a obsolescência, o perdimento por desuso e o vencimento dos prazos de validade, em observância ao disposto na IN CJF 06-01, módulo 02, item 04.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEMAP			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação será observada a partir do próximo exercício.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Seção já vem trabalhando visando essa finalidade, formalizando a medida no exercício de 2014.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	44/2012	1.5.3	Ofício/Secoi/TRF n. 65/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria do Foro/Secretaria Administrativa			Não se aplica
Descrição da Recomendação			

Providenciar, se ainda pendente, a reutilização e, mediante a autuação de processo administrativo, o desfazimento de materiais de consumo inservíveis obsoletos, ociosos e com prazo de validade vencido, a exemplo dos cartuchos, pilhas, disquetes e jalecos descartáveis detectados em auditoria, que estão estocados no Almoxarifado da Seção Judiciária, nos moldes do Decreto 99.658/1990 c/c IN TRF1 14-14, Módulo 07, fl. 01, item 01, IN CJF 06-01 e IN-SEDAP 205/1988, observando o seguinte:

- a- Conjuguar o desfazimento dos cartuchos, tonners, formulários contínuos e fitas p/ impressoras matriciais com as respectivas impressoras em desuso.
- b- Ceder o material classificado como ocioso, após instrução de processo administrativo, preferencialmente, aos órgãos integrantes da Justiça Federal da Primeira Região (IN CJF 06-01, Módulo 06, fl. 02, item 07 e IN TRF1 14-14, Módulo 07, subitem 03.1 c/c IN-SEDAP 205/1998, Decreto 99.658/1990 e Acórdão TCU 2.144/2005 – 2ª Câmara);
- c- Realizar levantamento de interesse desses órgãos por meio eletrônico como, por exemplo, mensagens SIAFI-COMUNICA (Informação/DICOC 011, de 06/03/2007) ou edital no sítio da Seccional na Internet;
- d- Definir data-limite para manifestação dos órgãos interessados, com vistas ao aperfeiçoamento de eventual alienação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SEMAP	Não se aplica

Justificativa para o seu não Cumprimento

Será realizada avaliação dos materiais considerados obsoletos e ociosos, caso seja passível, serão aproveitados. Os inservíveis serão descartados mediante abertura de procedimento administrativo, de acordo com a legislação própria e as recomendações da auditoria operacional.
 Por fim, convém ressaltar sobre o teor do § 10 do art. 73 da Lei n. 9.504/1997 que estabelece que, no ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa. Razão pela qual não poderá ser iniciado o processo de desfazimento dos bens no exercício de 2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Legislação eleitoral impede o procedimento de desfazimento desses materiais.

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	44/2012	2.4.3	Ofício/Secoi/TRF n. 65/2013

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Diretoria do Foro/Secretaria Administrativa	Não se aplica

Descrição da Recomendação

Utilizar a rotina MPFMO02 – Termo de Responsabilidade / Transferência do SICAM para aperfeiçoar o controle da devolução dos Termos de Responsabilidade, devidamente assinados pelos Agentes Consignatários, solicitando à Seção de Tecnologia de Informação os procedimentos para utilização da rotina.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SEMAP	Não se aplica

Justificativa para o seu não Cumprimento

A rotina MPFMO02 foi adequada no sistema para aperfeiçoar o controle de devolução dos termos de responsabilidades, sendo esta recomendação atendida a partir de janeiro/2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O Sistema apresentava uma falha que foi corrigida em janeiro de 2014, sendo implementada a medida.

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	44/2012	2.4.4	Ofício/Secoi/TRF n. 65/2013

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
---------------------------------------	--------------

Diretoria do Foro/Secretaria Administrativa			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>Proceder à regularização do registro no SICAM, se ainda pendente, de 875 ocorrências de Termos de Responsabilidade não assinados, emitidos no período de 2006 a 2012, conforme relatório MPFMO06 - Termos de Responsabilidade NÃO Assinados - Lotação Ano e Número.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEMAP			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A providência foi adotada para a regularização do registro no SICAM			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Sistema apresentava uma falha que foi corrigida em janeiro de 2014, sendo implementada a medida.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	44/2012	3.5.1	Ofício/Secoi/TRF n. 65/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria do Foro/Secretaria Administrativa			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>Verificar a possibilidade de contratação de seguro com a exclusão dos acessórios e equipamentos adicionais, e com cobertura de responsabilidade civil, para o veículo Ônibus VW (Tombo 12.710), placa MZU-2221, considerando o disposto no art. 22 da IN/SEDAP 183/1986 c/c IN CJF 04-01/2010, III, 01 e art. 122 da Lei 8.112/1990, em face da dificuldade de contratação do seguro para o veículo modificado, fazendo constar dos autos as justificativas para contratação parcial.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEVIT			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Em exercícios anteriores, houve ações da Administração no sentido de contratar seguro para o ônibus, entretanto, não acutiram interessados em apresentar, sequer, proposta prévia de preços. Em 2013, foi aberto novo processo administrativo n. 60/2013 com o objetivo de contratar seguro, porém não acudiram interessados em apresentarem proposta de preços. A SEVIT autuou processo objetivando a contratação de seguro apenas para o "casco" do ônibus, porém, não houve cotação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Ausência de propostas de preços.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Amazonas			NÃO SE APLICA
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1			Informações SECOB-NUCOI Nº 35 e 76/2013
2			Informações SECOB/NUCOI nº 37/2013 e SEVAN/NUCOI nº 28/2013.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SECRETARIA ADMINISTRATIVA			NÃO SE APLICA

Descrição da Recomendação	
1- Não foi emitida Nota de Empenho específica para efetuar pagamento de multas, juros e atualizações monetárias, sendo utilizado o empenho do contrato. P.A.'s nºs 2012/000016 (Contrato 016/2012/SSJ/TFF-Serviços de correspondência); 2013/00004 (Contrato 06/2011/SJAM- SFTC) P.A.'s nºs 2012/000016 (Contrato 016/2012/SSJ/TFF-Serviços Postais); 2013/000004 (Contrato 06/2011/SJAM/SFTC)	
2 -Não foi observada a vigência do contrato, bem como o valor estimado, ocorrendo despesas sem cobertura contratual, pagas através de indenização. P.A nº 2012/000017 (Contrato 21/2012/SSJ/TFF-STFC)	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SECRETARIA ADMINISTRATIVA	NÃO SE APLICA
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A excessiva demanda de serviços, agravada principalmente no final do ano, por conta do encerramento do exercício, contribui de forma determinante para o não atendimento das mencionadas recomendações do Núcleo de Controle Interno - NUCOI.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A falta de um acompanhamento mais rigoroso por parte do executor do contrato aliada à crescente demanda constituíram-se em fatores negativos que contribuíram para o não cumprimento das recomendações da UCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Amapá			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	DICOC/SECOI 67/2013	2,3,4,5,6	67/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Descrição da Recomendação			
<p>1. Trata-se de análise sobre o ressarcimento, por meio de expedição de Requisições de Pequeno Valor, das despesas com honorários de peritos das Seções Judiciárias que compõem a Primeira Região em processos de Juizados Especiais Federais (§ 1.º do art. 12 da Lei 10.259/2001).</p> <p>2. Segue abaixo, resumo do relatório extraído, pela DICOC, do Sistema de Controle de Precatórios deste Tribunal, módulo Relatório – Depósitos sem Levantamento – F164(R166), no qual constam os valores dos depósitos judiciais transferidos ao Banco do Brasil e à CEF por este Tribunal, referentes aos reembolsos de honorários periciais efetuados no período de setembro/2005 a dezembro/2012 e não repassados para a União por meio de GRU pelas Seções Judiciárias.</p> <p>3. Esclarecemos que os valores depositados em favor dessa Seccional devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional por meio de GRU, código 18862-0 – Ressarcimento de Pagamento de Honorários Técnicos Periciais, conforme solicitações anexas.</p> <p>4. Esclarecemos, ainda, que esses depósitos devem ser recolhidos ao Tesouro Nacional, mensalmente, logo após o repasse das RPVs pelo TRF/1ª Região.</p> <p>5. Consoante informado pela COREJ, basta que o servidor responsável pela gestão financeira da Seção Judiciária se dirija ao Banco do Brasil e à CEF e informe o respectivo CNPJ, pois todos os repasses são feitos em nome da própria Seção Judiciária com a identificação do juízo requisitante.</p> <p>6. Por fim, solicita-se ainda, o acompanhamento dos procedimentos por essa SECOI, tendo em vista o Processo de Prestação de Contas do exercício de 2012.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação não atendida pelo setor responsável, até o Encerramento do Exercício de 2012, continuando pendentes durante todo o exercício de 2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

A Unidade encerrou o exercício com saldo na conta de Receita de Honorários Peciciais			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não atendimento da Recomendação do Controle Interno à época, ficando pendente de atendimento e por se tratar de um acerto envolvendo Contas de Resultado(Receita), não será possível atendimento em exercícios posteriores.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	DICOC/SECOI 1118/2013	2, 3	1118/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Descrição da Recomendação			
<p>1. Trata-se de análise realizada no SIAFI, transação >BALANCETE, constatando-se impropriedades nos saldos da conta 19972.01.00 – Contratos de Seguros:</p> <p>2. A impropriedade decorre de registro de contrato efetuado em junho/2013 sem movimentação nos meses seguintes, indicando registro indevido ou uso de situação não vinculada a contrato quando da liquidação da despesa.</p> <p>3. Ante o exposto, recomenda-se, se for o caso, proceder à baixa do saldo com o evento 54.0.419 – Baixa assinatura contratos de seguros, aluguéis e serviços.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação não atendida em parte pelo setor responsável.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Conta sem baixa de saldo referente aos meses de jul/ago/nov/dez/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Registro nas contas de controle fora do CPR (NL), o que tornou o controle das baixas forma manual e não sistemática em todos os meses até o término da vigência do contrato.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	DICOC/SECOI 1120/2013	2, 3, 4	1120/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Descrição da Recomendação			
<p>1. Da análise do SIAFI, por meio da transação CONRAZAO – Consulta Razão, conta 21145.00.00 – Depósitos retidos sobre fornecedores, verifica-se permanência de valores retidos a título de encargos trabalhistas de que trata a Resolução CNJ 98/2009.</p> <p>2. Consoante arquivo anexo, trata-se de valores retidos a partir de 2012, os quais estão pendentes de repasse para a conta específica.</p> <p>3. Ademais, convém destacar:</p> <p>3.1. Conta corrente 07304842000186 – Andrade e Monteiro Ltda – ME: o valor de R\$ 331,49, retido por meio do documento 2013NP000482, foi repassado para a mesma conta bancária de pagamento do líquido devido à empresa, conforme 2013OB801113 e 2013OB801107.</p> <p>3.2. Conta corrente 08531731000175 - L. M. S. Vigilância e Segurança Privada Ltda.: do montante retido, apenas R\$ 28.276,10, foram repassados para a conta vinculada, restando pendente R\$ 87.036,26.</p> <p>4. Ante o exposto, recomenda-se, reiterando os termos da Solicitação DICOC/SECOI 447 de 5/4/2013:</p> <p>4.1. Verificar o motivo do atendimento parcial da Resolução CNJ 98/2009, considerando que os valores retidos e não repassados para as contas vinculadas permanecem como recursos integrantes da Conta Única, sem a atualização monetária prevista nesse normativo.</p> <p>4.2. Verificar o motivo do repasse efetuado por meio da 2013OB801113 para a mesma conta de pagamento do líquido à empresa.</p> <p>4.3. Adotar providências para registro dos valores retidos e repassados para as contas específicas no SIAFI nas contas 11112.99.02 – Banco do Brasil e 21144.00.00 – Depósitos Especiais, por meio de NL com os eventos 55.0.505 e 80.0.889.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação não atendida até o encerramento do exercício de 2013.			

Síntese dos Resultados Obtidos			
A Unidade encerrou o Exercício de 2013 com saldo pendente de regularização na conta objeto da recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Saldos mantidos na conta em referência, tendo em vista ausência de contas abertas em nome das empresas, para transferências de valores.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	DICOC/SECOI 1123/24-2013	2, 3, 4, 5	1123/1124-2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Descrição da Recomendação			
<p>Considerando a publicação pela Secretaria do Tesouro Nacional das normas relacionadas ao encerramento do exercício de 2013, cópias anexas, encaminhamos planilhas com o demonstrativo dos saldos de restos a pagar não processados a liquidar.</p> <p>2. Em análise preliminar realizada por esta SECOI, verificam-se:</p> <p>2.1. Empenhos inscritos em 2012, sem movimentação em 2013.</p> <p>2.2. Saldos residuais após a realização de pagamentos.</p> <p>3. O Manual do SIAFI, Código 02.03.17 – Restos a Pagar estabelece em seu item 3.2:</p> <p>3.2 - O empenho de despesa não liquidada deverá ser anulado antes do processo de inscrição de Restos a Pagar, salvo quando:</p> <p>a) vigente o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor, nele estabelecida;</p> <p>b) vencido o prazo de que trata o item anterior, mas esteja em curso a liquidação da despesa, ou seja, de interesse da Administração exigir o cumprimento da obrigação assumida pelo credor;</p> <p>c) se destinar a atender transferências a instituições públicas ou privadas;</p> <p>d) corresponder a compromissos assumidos no exterior.</p> <p>4. O Tribunal de Contas da União, no Acórdão 4.759/2013 – TCU - 1ª Câmara, Ministro Relator Benjamin Zymler, recomendou a revisão e o cancelamento de valores não justificados inscritos em restos a pagar:</p> <p>1.7.4. recomendar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano que:</p> <p>a) revise os valores inscritos em restos a pagar não processados, com vistas a cancelar o saldo excedente não justificado;</p> <p>5. Ante o exposto, recomenda-se a esse NUCOI adotar providências com relação aos saldos de empenhos inscritos em restos a pagar pendentes de liquidação, no sentido de cancelar os saldos indevidos ou residuais, evitando reinscrições incorretas no encerramento do exercício de 2013 e apresentação de ressalvas no Relatório de Gestão desse exercício.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Síntese da Providência Adotada			
Em análise			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não consta registro na conta objeto da recomendação no Encerramento do Exercício de 2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Análise das contas de Restos a Pagar Não Processados, objeto das Recomendações DICOC/SECOI 1123 e 1124/2013, pendentes de confirmação. Resposta			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	DICOC/SECOI 1112/2013	2, 3	1112/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP			
Descrição da Recomendação			

1. Trata-se de análise contábil realizada nessa UG, transação >BALANCETE, constatando-se impropriedade no saldo da conta 11318.08.00 – Material de Expediente, conforme a seguir:
 2. O valor refere-se a liquidação de despesa realizada em janeiro e fevereiro de 2013, com informação nos documentos do CPR da 11318.08.00, não utilizada no âmbito da JF, em vez da 11318.01.00 – Material de consumo (estoque interno).
 3. Ante o exposto, recomenda-se a essa SECOI:
 3.1. Emitir NL com os eventos 55.0.530 (conta correta – 11318.01.00) e 55.5.530 (conta incorreta – 11318.08.00).
 3.2. Dado o tempo transcorrido, confirmar se os materiais permanecem estocados e, no caso de consumidos, proceder à baixa da conta por meio de NL com o evento 54.0.445 – Saída de material de consumo (RMA).
 3.3. Promover, mensalmente, a conciliação dos saldos do SIAFI com o Relatório de Movimentação do Almojarifado, efetuando os devidos ajustes no mês de competência, antes do fechamento do mês no Sistema.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
SEOFI/NUCAD/SECAD/SJAP	
Síntese da Providência Adotada	
Recomendação atendida	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Conta regularizada antes do Encerramento do Exercício de 2013.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Classificação contábil incorreta da apropriação da despesa, mas regularizada em atendimento à recomendação do Controle Interno.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado da Bahia			N/A
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria 02/2013	01 a 03	Recomendações
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Subseção Judiciária de Juazeiro			N/A
Descrição da Recomendação			
<p>02.1 – Que o executor do contrato da Subseção de Juazeiro mantenha integral observância ao que estabelece o Manual do TRF1 constituído para esse fim, notadamente no que se refere às responsabilidades a si pertinentes; 02.2 - Relativamente ao item 04 dos Achados, esta Auditoria propõe que a SESAP daquela Subseção avalie todos os equipamentos de informática e demais móveis como mesas e cadeiras, que se encontram em situação de possível obsolescência, a fim dar-lhes encaminhamento adequado a eventual devolução à Seção de Patrimônio; 2.3 – Quanto às documentações parcialmente faltantes nas pastas funcionais, recomenda-se adotar medidas para sanar as inconsistências apontadas, visando adequar-se à Resolução nº 03 de 2008 do Conselho da Justiça Federal; 03 – Propõe-se que, para os itens 06, 09, 11, 12, 13, 14 e 15 dos Achados de Auditoria que tiveram acolhimento integral pela Unidade auditada, sejam concluídas as providências já iniciadas e/ou que se adotem iniciativas saneadoras para aquelas que eventualmente ainda não tenham provocadas;</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Apoio Administrativo e Operacional – SESAP da Subseção de Juazeiro			N/A
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Neste momento, por necessidade de preenchimento deste quadro, esta Seção de Auditoria solicitou o processo administrativo nº 2425/2013 para fins de acompanhamento das Recomendações expedidas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A análise crítica que se faz até este momento é a ausência de manifestação da Unidade auditada sobre o cumprimento das Recomendações expedidas.			

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Distrito Federal			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	SCI 23/2011 - Depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável de bens. Processos 259/2012 e 145/2013	-	E-mail e INFORMAÇÕES NUCOI 77/2013 E 674/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa – SECAD			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Verificar se estão sendo cumpridas as determinações da MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.30 referente à depreciação, reavaliação e redução ao valor recuperável de bens móveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial - NUCAF			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os registros da depreciação no SIAFI estão sendo realizados com base nos dados do sistema SICAM, gerenciado pelo TRF da 1ª Região. Entretanto, foram verificadas divergências nos percentuais de saldos residuais e, por conseguinte, erros na apuração dos valores da depreciação, conforme processos 259/2012 e 145/2013. A reavaliação ou redução ao valor recuperável de bens, conforme cronograma previsto na MACROFUNÇÃO SIAFI 02.03.30, não foi efetuada em razão da grande quantidade de itens no imobilizado e da carência de pessoal na Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT/NUCAF.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em relação à depreciação, cabe ao TRF da 1ª Região promover os ajustes necessários no sistema SICAM. A reavaliação ou redução ao valor recuperável de bens ainda não foi realizada em razão da grande quantidade de itens no imobilizado e da carência de pessoal na Seção de Administração de Patrimônio - SEPAT/NUCAF.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	SCI 08/2012, 18/2012, 06/2013, 13/2013, 15/2013 - Avaliação dos registros de passivos sem cobertura orçamentária/financeira no SIAFI. Processos 488/2010, 583/2012 e 1591/2013	-	E-mail e INFORMAÇÕES NUCOI 130/2012, 148 / 2012, 769/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa – SECAD			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Registrar os passivos sem cobertura orçamentária/financeira no SIAFI, bem como promover a atualização dos valores de quintos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial - NUCAF e Núcleo de Recursos Humanos - NUCRE			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação atendida, exceto em relação à atualização dos valores de quintos devido à carência de pessoal da Seção de Pagamento de Pessoal - SEPAG/NUCRE.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O cumprimento da recomendação ainda não ocorreu devido à carência de pessoal na Seção de Pagamento de Pessoal - SEPAG/NUCRE.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	SCI 16/2012 - Ressarcimento de Despesas de Honorários Periciais – RPV - Solicitação DICOC/SECOI 147/2012 e 319/2012. E-mail COREJ/TRF1, de 19/03/2013	-	E-mail
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa – SECAD			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>Providenciar o ressarcimento, por meio de expedição de Requisições de Pequeno Valor - RPV, das despesas com honorários periciais, visando à conciliação dos pagamentos efetuados pelo TRF da 1ª Região e as GRUs emitidas. Adoção de procedimentos com vistas ao recolhimento trimestral dos valores ao Tesouro Nacional pelo Banco do Brasil, observando-se inclusive o encerramento do exercício. Observa-se que a Coordenadoria de Execução Judicial - COREJ recomendou o levantamento mensal dos valores depositados a partir de janeiro/2013, conforme e-mail COREJ/TRF1, de 19/03/2013.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial – NUCAF			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Os valores foram recolhidos em favor do Tesouro Nacional. Entretanto, em função da carência de pessoal na Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOFI e da dificuldade operacional de conciliação dos saldos não foi possível a adoção de um calendário periódico de recolhimento.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O cumprimento da recomendação ainda não ocorreu devido à carência de pessoal na Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOFI. Observa-se que foi criada a Seção de Pagamentos de Honorários e de Assistência Médica - SEPAM, conforme Portarias TRF/SECGE 144/2013 e 152/2013, que contribuirá para melhoria do controle interno administrativo do NUCAF.</p>			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Informação DICOC/SECOI 1121/2013	-	E-mail
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa – SECAD			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>Reclassificar a despesa com a remuneração de cargo em comissão da conta 331901133 - Gratificação por Exercício de Funções Comissionadas para a conta 331901136 - Gratificação por Exercício de Cargo em Comissão.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial - NUCAF e Núcleo de Recursos Humanos - NUCRE			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Recomendação atendida parcialmente. A partir da folha de pagamento de pessoal do mês novembro/2013, a despesa com a remuneração de cargo em comissão passou a ser contabilizada na conta 331901136 - Gratificação por Exercício de Cargo em Comissão. Entretanto, por falha no controle interno administrativo, não foi possível a reclassificação da despesa do período de janeiro a outubro/2013, haja vista a falta de orçamento no mês de dezembro/2013.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>O cumprimento da recomendação não ocorreu devido à falha no controle interno administrativo, bem como o encerramento do exercício de 2013.</p>			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Diligências SECOB/NUCOI 8/2012 e 20/2013	-	E-mail

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa – SECAD			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Informar se houve ou haverá execução dos projetos registrados no SIAFI na conta 142118000 - ESTUDOS E PROJETOS, para fins de ajuste do saldo de R\$ 122.915,00.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Administração de Serviços Gerais - NUASG e Núcleo de Tecnologia da Informação – NUTEC			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação atendida parcialmente com prestação de informações em 2011 pelo NUASG e NUTEC. Como o projeto do NUTEC foi executado em 2013, restam pendente as informações complementares do NUASG. Por falha no controle interno administrativo, o ajuste do saldo da conta 142118000 - ESTUDOS E PROJETOS será realizado em 2014.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O cumprimento da recomendação não ocorreu devido à falha no controle interno administrativo.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	-	-	SCI n. 16, de 18.12.2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa – SECAD			não se aplica
Descrição da Recomendação			
Cessar o pagamento mensal da Gratificação de Atividade Externa - GAE de todos os servidores inativos que estejam recebendo cumulativamente com a Função Comissionada opção, bem como proceder ao levantamento dos valores pagos retroativamente para fins de reposição ao erário, tendo em vista que o Conselho da Justiça Federal – CJF, em sessão de 21.10.2013, PA-2013/00012, decidiu pela impossibilidade de o servidor aposentado receber cumulativamente a Gratificação de Atividade Externa – GAE, de que trata o art. 16, da Lei 11.416/2006, com a vantagem do art. 193, da Lei 8.112./90.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Recursos Humanos – NUCRE			não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foram levantados os casos existentes, conforme processos nºs 0769/2013, 2858/2012, 3050/2012, 11/2014, 10/2014, 12/2014, 2131/2011, 611/2012, 14/2014, 13/2014, 770/2013, 2857/2012, 39/2014 e 40/2014. Os servidores serão devidamente notificados, com vistas ao exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos da Res. CJF 68/2009.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A decisão do CJF foi de outubro/2013 e a recomendação do OCI foi expedida em 18.12.2013, portanto, não houve tempo hábil para a tomada de todas as providências.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	PA 2.637/2013	-	Mensagem eletrônica, acompanhada de planilha.
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Núcleo de Recursos Humanos – NUCRE			não se aplica
Descrição da Recomendação			
Providências quanto às inconsistências apontadas nos valores das contribuições do Pró-Social dos servidores e de seus dependentes diretos e indiretos, em virtude da nova fórmula de cálculo determinada pela Resolução PRESI/SECBE n. 6, de 30/04/2013 e n. 31, de 18.12.2013, que tratam do Regulamento-Geral do Pró-Social.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Recursos Humanos – NUCRE			não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Considerando o encaminhamento do processo identificado acima em novembro/2013, portanto final do exercício, não houve tempo hábil a corrigir as inconsistências apuradas pelo Controle Interno, ante ao grande volume de demandas a cargo da SEPAG neste período, bem como à quantidade expressiva de divergências levantadas nos autos sob referência.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A falta de tempo hábil, acrescida da insuficiência de servidores em exercício na SEPAG são causas relevantes e significativas que justificam o não cumprimento da recomendação respectiva até o presente momento.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	-	-	Inf. NUCOI n. 334 de 01/07/2013, no Proc. Administrativo n. 3.110/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa – SECAD			não se aplica
Descrição da Recomendação			
3.1.10. Deste modo, entende este NUCOI que, ao vigia e ao vigilante noturno são assegurados os mesmos direitos dos demais trabalhadores noturnos, ou seja, além da redução da hora noturna para 52 minutos e 30 segundos, haverá o pagamento do adicional noturno de no mínimo 20% sobre a hora diurna. 3.1.11. Com referência ao Adicional de Risco de Vida ou Periculosidade informamos que o mesmo incide sobre o salário básico e integra a base de cálculo do adicional noturno. Segundo a interpretação da Súmula nº 132, I, do TST e da Orientação Jurisprudencial nº 259 da SDI-1 do mesmo Tribunal, o adicional de periculosidade integra a base de cálculo das horas extras e do adicional noturno, in verbis: 3.2.2. Igualmente, entende este NUCOI que o intervalo intrajornada deve ser calculado para pagamento aos vigilantes, nos casos em que for verificado o direito.			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Adm. Financeira e Patrimonial - NUCAF e Núcleo de Adm. De Serviços Gerais - NUASG			não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O assunto encontra-se em análise pela Assistência Jurídica - ASJUR desta Seccional, nos autos do PA 2.110/2011.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As recomendações precisam ser melhor discutidas entre as áreas jurídica e técnica da Seccional, visando definir quanto à sua aplicação nas futuras licitações e nos contratos em vigor.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Processo Administrativo N. 285/2013		Inf.NUCOI N.170 de 19/04/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa -SECAD/DF			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
5.3. ...exigência de tempo de serviço mínimo na função, comprovado através de registro na Carteira de Trabalho. 5.4. Entende-se, s.m.j., que tal exigência poderia ser adicionada aos editais, pois: • No momento da contratação de uma nova empresa, este requisito não traria prejuízos aos empregados que já prestam serviço nas dependências desta Justiça Federal, visto que os mesmos atenderiam facilmente a esta exigência; • Impediria que fossem alocados, nos postos de trabalho, novos empregados sem nenhuma experiência anterior, o que diminui a qualidade dos serviços prestados; • A experiência anterior exigida robustece a motivação do edital convocatório, quanto à prefixação de salários mínimos a serem pagos em valores acima dos praticados em Convenções Coletivas de Trabalho. • A exigência de, no mínimo, 6 (seis) meses de experiência, em média, comprovada em carteira de trabalho é prática adotada nas contratações públicas. 5.5... cláusulas específicas quanto à apresentação de certidões de nada consta criminal da Justiça Federal e Estadual, bem como folhas de antecedentes emitidas pela Polícia Federal e Estadual.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Administração de Serviços Gerais - NUASG			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Aguarda-se novos editais de contratação de serviços terceirizados, oportunidade em que serão observadas as recomendações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As recomendações do OCI contribuem para o aperfeiçoamento das práticas administrativas na contratação de serviços terceirizados.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Processo Administrativo N. 489/2013		Inf.NUCOI N.335 de 01/07/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa -SECAD/DF			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
<p>3.1. Quando da elaboração dos Termos de Referência/Projetos Básicos, pela Unidade Solicitante, nos casos de contratação de serviços contínuos desta Seccional, bem como do preenchimento das Planilhas de Custos e Formação de Preços de tais avenças recomendamos que, após a emissão de parecer pela assessoria jurídica, quanto à aprovação dos mesmos, os autos do respectivo processo sejam encaminhados a esta UCI, para análise e emissão de parecer técnico, de acordo com o disposto no Inciso VI, do artigo 38, da Lei 8.666/93 .</p> <p>3.2. Inclua, como anexo ao edital de licitação, a Planilha de Custos e Formação de Preços preenchida, demonstrando analiticamente o valor adotado pela Seccional quanto ao preço estimado para a referida contratação. 3.3. Do mesmo modo, inclua-se, no referido edital, Memória de Cálculos, trazendo as fórmulas utilizadas para o preenchimento de itens específicos das Planilhas, a fim de serem observados pelos licitantes quando do preenchimento de suas propostas.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial - NUCAF			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Por tratar-se de contratação emergencial, por dispensa de licitação, de empresa para prestação de serviços de apoio administrativos e tendo em vista que o termo de referência e o edital já tinham sido aprovados sem as planilha preenchidas e estes já tinham sido encaminhados às empresas para cotação de preços, julgamos, mais prudente e célere a continuação dos procedimentos sem o encaminhamento de novas planilhas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
É de competência da unidade gestora a confecção do termo de referência com as planilhas de custos. Para maior segurança destes servidores, dos pregoeiros e demais unidades envolvidas em contratação de empresas terceirizadas é essencial treinamento destes servidores visando maiores conhecimentos e familiaridade com as fórmulas e legislação utilizadas nas planilhas.			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Processo Administrativo N. 2.912/2012		Inf.NUCOI N.684 de 13/12/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria Administrativa -SECAD/DF			Não se aplica
Descrição da Recomendação			

3.1. No encaminhamento das notas fiscais de prestação de serviços de suporte técnico de informática, por parte do NUTEI, deve ser anexado o respectivo relatório de glosas, conforme procedimento adotado às fls. 140, 170/172 e 199/202, bem como o respectivo cálculo do valor a ser glosado, se for o caso.

3.4 Ressalte-se, de oportuno, que tal assunto já foi abordado por este Núcleo, conforme Informação NUCOI n. 258/2013, no PA-0600/2012, a qual destacamos:

5. Em relação aos pagamentos efetuados por esta JF/DF em favor da contratada, referentes às competências do período de outubro/2011 a abril/2013, no montante de R\$ 569.885,09 (2011NE000700, 2012NE000055 e 2013NE000039), observa-se que embora haja previsão contratual de glosa em função dos Indicadores de Níveis de Serviço (Cláusula Oitava – Do Preço - fl.09 e Anexo III do Contrato 22/2011 - fl. 40v), esta JF/DF vem reconhecendo a despesa pelo valor mensal bruto sem qualquer abatimento.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Núcleo de Tecnologia da Informação – NUTEC	Não se aplica

Justificativa para o seu não Cumprimento

Em atenção às informações acima:

- 3.1 e 3.4 - informamos que nos meses em que não houve glosa, a empresa justificou os casos e a comissão analisou e acatou tais justificativas, entretanto, não anexamos as justificativas da contratada. Porém, anexamos as referidas justificativas, no P.A. 2.912/2012, bem como adotaremos como prática esse procedimento para os meses seguintes.

Especificamente, no que diz respeito ao índice de chamados solucionados no mesmo dia, referente ao mês de setembro, informamos que a não ocorrência de glosa, deu-se em razão de inconsistência no relatório.

- 5 e 5.1 - informamos que, conforme item 10.2 do contrato nº 022/2011, celebrado entre a Justiça Federal de 1º Grau e a Empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática, consideramos que os serviços vêm sendo prestados de acordo com os Princípios da Administração Pública, sem transgredir alguma recomendação do TCU, uma vez que o princípio da eficiência está ligado à prestação do serviço pactuado, sendo a glosa um instrumento de controle da administração utilizada quando não são atendidos os níveis de serviços exigidos em contrato, e, esta tem sido a prática da comissão especial instituída pela Ordem de Serviço n. 64 – SECAD de 19 de outubro de 2011.

Informamos também que nos meses de novembro e dezembro de 2013, houve glosa a ser aplicada, conforme relatórios que acompanham as notas fiscais dos respectivos meses, no P.A. 2.412/2012.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Acreditamos que, em razão do contrato nº 022/2011, celebrado entre a Justiça Federal de 1º Grau e a Empresa Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática, ter sido elaborado pelo TRF1, sem que as particularidades desta Seccional tenham sido levadas em consideração de forma minuciosa, acarrete em maior dificuldade para a gestão do contrato em questão.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais			Não se aplica
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Resumo de Análise nº 071/13	1	09/07/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SEPAT/NUCAF - Seção de Patrimônio/Núcleo de Administração Financeira e Patrimonial			Não se aplica
Descrição da Recomendação			
Assunto: Conciliação entre RMB - Relatório de Movimentação de Bens e respectivos saldos do SIAFI. Apuramos uma diferença no saldo da conta 1.4.2.1.2.52.24 – Equipamentos de Proteção e Segurança – no balancete de abril, de R\$12.663,94, onde o saldo inicial (abril) é menor que o saldo final do período anterior (março). Recomendamos retificação ou ratificação dos valores com as devidas justificativas e/ou esclarecimentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
SEPAT - Seção de Patrimônio			Não se aplica
Justificativa para o seu não Cumprimento			

A diferença encontrada entre os saldos das contas dos Sistemas SICAM (patrimônio) e o SIAFI (contabilidade) advém de erro no SICAM quando do transporte do saldo final de março/13 para o saldo inicial de abril/13. Esta Unidade Jurisdicionada não tem competência para realizar acertos e/ou manutenção no referido Sistema.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Uma vez que a UJ não realiza acertos no SICAM, a divergência encontrada foi comunicada ao órgão superior competente.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Judiciária do Estado do Piauí			-
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2013/PI/NUCAD/48	-	Manifestação no corpo do processo
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Empresa contratada por meio do termo n. 32/2012 para prestação de serviços de locação de mão-de-obra no edifício-sede.			-
Descrição da Recomendação			
Oficiar empresa sobre utilização de código equivocado da lista de serviços da lei Complementar Municipal 3.606/2006. O código equivocado está gerando aplicação de alíquota a menor quando da liquidação do pagamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gestor de Contratos - Núcleo de Administração			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Não há.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Justiça Federal de Primeiro Grau - Seção Juciária do Estado de Roraima			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RAOp 005/2013	1.2.1.2	RAOp 005/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RR			
Descrição da Recomendação			
1.2.1.2 Agilizar a instalação do sistema de chuveiros automáticos - sprinklers.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Serviços Gerais e Seção de Vigilância e Transporte / Seção Judiciária de Roraima			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Está em andamento um estudo mais amplo para adequação dos sistemas automatizados de prevenção e combate a incêndios, de maior alcance, visando a proteção de outras áreas estratégicas do Edifício Sede da Seção Judiciária de Roraima.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações Expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	RAOp 005/2013	1.3.2	RAOp 005/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RR			
Descrição da Recomendação			
Corrigir no SIGAM, se ainda pendente, a data de emissão da Nota Fiscal 345 do Fornecedor J.A. Diniz - ME no SIGAM, de 17/07/2009 para 17/07/2008, conforme consta da nota fiscal apresentada à equipe de auditoria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Material e Patrimônio / Seção Judiciária de Roraima			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi encaminhado a membro da própria comissão de auditoria para que nos auxiliasse na troca de datas, porém, até o presente momento, não obtivemos retorno. Apenas a troca parecia um procedimento simples, pois se acreditava que a troca de data de emissão da Nota só poderia ser salva se houvesse a alteração do atesto. Mesmo constatado, houve tentativa de correção da inconsistência, atribuindo novo atesto porém o sistema acusa erro e não conclui a mudança. Não encontramos solução, nesta alçada, para dar cabo à demanda. Apesar da continuidade do registro não se vislumbra prejuízos a administração pelo erro auferido no registro da emissão de Nota Fiscal, esta que se encontra disponível no processo administrativo específico.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	RAOp 005/2013	1.6.2	RAOp 005/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RR			
Descrição da Recomendação			
Providenciar, se ainda pendente, o desfazimento de materiais de consumo inservíveis estocados no Almoarifado da Seção Judiciária, mediante autuação de processo administrativo, nos moldes do Decreto 99.658/1990 c/c IN TRF1 14-14, Módulo 07, fl. 01, item 01, IN CJF 06-01 e IN SEDAP 205/1988, observando o seguinte:			
1.6.2.1 Conjuguar o desfazimento de cartuchos, tonners, formulários contínuos e fitas para impressoras com as respectivas impressoras em desuso.			
1.6.2.2 Ceder o material classificado como ocioso ou recuperável, após instrução do processo administrativo, preferencialmente, aos órgãos integrantes da Justiça Federal da Primeira Região (IN CJF 06-01, Módulo 06, fl. 02, item 07 e IN TRF1 14-14, Módulo 07, subitem 03.1).			
1.6.2.3 Realizar levantamento de interesse desses órgãos por meio eletrônico como, por exemplo, mensagens SIAFI-COMUNICA (Informação/DICOC 011, de 06/03/2007) e correios eletrônicos.			
1.6.2.4 Promover a divulgação, por meio de edital, da listagem dos materiais inservíveis da Seção Judiciária para desfazimento na modalidade doação, observada a ordem de prioridade estabelecida no Decreto 99.658/1990 c/c IN CJF 06-01, de forma a garantir a observância aos princípios constitucionais da isonomia, impessoalidade e publicidade. Utilizar como referência as práticas adotadas pela Justiça Federal quanto a critérios e disposições do edital e divulgação na Internet.			
1.6.2.5 Definir data-limite para manifestação dos órgãos interessados, com vistas ao aperfeiçoamento da alienação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Material e Patrimônio / Seção Judiciária de Roraima			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Para os itens 1.6.2 a 1.6.2.5, informamos que os procedimentos são adotados em cada processo de desfazimento que se faz necessário. Informamos que no que diz respeito aos materiais de consumo em desuso, elaboramos, no relatório de inventário de 2013, recomendação de avaliação para possível desfazimento nos moldes apresentados. Após a visita da equipe de auditoria houve 6 Termos de Doação mais 3 Termos de Baixa, o que descartou boa parte dos equipamentos ociosos, obsoletos, antieconômicos e irre recuperáveis constantes nas dependências da SJRR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	RAOp 005/2013	3.1.1	RAOp 005/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RR			
Descrição da Recomendação			

Providenciar, se ainda pendente: 3.1.1.1 A correção do número do chassi do veículo oficial GM ASTRA 2004, Tombo 2374, Placa NAP-3780 no SISTRA, em vista dos dados registrados no sítio do DETRAN-RR. 3.1.1.2 A atualização da lista de veículos oficiais utilizados pela Seccional, disponível no portal TRF1 " http://portal.trf1.ius.br/portalf1/transparencia/relatorios-cnj ", em atendimento ao Artigo 5º da Resolução CNJ 83, de 10/06/2009.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Vigilância e Transporte / Secretaria Administrativa / Seção Judiciária de Roraima			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	RAOp 005/2013	3.2.2	RAOp 005/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - RR			
Descrição da Recomendação			
Providenciar, se ainda pendente, o termo de responsabilização por infrações praticadas na condução de veículo oficial para assinatura do servidor de matrícula RR20059, conforme estabelece a IN TRF1 14-08, Módulo 09, fl. 01, subitem 01.2.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Cadastro de Pessoal / Secretaria Administrativa / Seção Judiciária de Roraima			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A previsão contida na norma aplica-se no caso de autorização de servidores não lotados na Unidade de Transporte, eventualmente autorizados para conduzir veículo oficial. O servidor em questão é Titular da SEVIT - Seção de Vigilância e Transporte. Portanto, a recomendação não é incompatível com a disposição normativa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	DILIGÊNCIA SECOI 101/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
AUMENTO DAS OBRIGAÇÕES			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
DIMINUIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF1			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	DILIGÊNCIA SECOI 102/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
AUMENTO DAS OBRIGAÇÕES			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
DIMINUIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	DILIGÊNCIA SECOI 105/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
AUMENTO DAS OBRIGAÇÕES			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
DIMINUIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
TRF1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	DILIGÊNCIA SECOI 106/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
DILEP				
Justificativa para o seu não Cumprimento				
AUMENTO DAS OBRIGAÇÕES				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
DIMINUIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES				
Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
TRF1				
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
5	DILIGÊNCIA SECOI 99/2013		MEMORANDO	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF				
Descrição da Recomendação				
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
DILEP				
Justificativa para o seu não Cumprimento				
AUMENTO DAS OBRIGAÇÕES				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
DIMINUIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES				
Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa				Código SIORG
TRF1				
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
6	DILIGÊNCIA SECOI 100/2013		MEMORANDO	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF				
Descrição da Recomendação				
ALTERAÇÃO DE DADOS NO FORMULÁRIO DE CONCESSÃO DE PENSÃO				
Providências Adotadas				
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG
DILEP				
Justificativa para o seu não Cumprimento				
AUMENTO DAS OBRIGAÇÕES				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
DIMINUIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES				
Unidade Jurisdicionada				

Denominação Completa			Código SIORG
TRF1			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	INFORMAÇÃO SECOI/DIVEA 1046/2013		MEMORANDO
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DIVEA/SECOI/TRF			
Descrição da Recomendação			
TORNAR SEM EFEITO APOSTILAMENTO DE VANTAGEM			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
DILEP			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
AUMENTO DAS OBRIGAÇÕES			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
DIMINUIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES			

9.3 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei 8.730/93

9.3.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 47 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

TRF 1ª REGIÃO

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	474*		
	Entregaram a DBR	381		
	Não cumpriram a obrigação	93		
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1073		
	Entregaram a DBR	1073		
	Não cumpriram a obrigação	0		

Fonte: SECRE e ASMAG
* Esse quantitativo abrange todos os magistrados da 1ª região - 1º e 2º graus.

SECCIONAIS

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro

Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	1078	539	4998
	Entregaram a DBR	1073	539	4953
	Não cumpriram a obrigação	5	0	45
Fonte: SECAP/NUCRE				

9.3.2 Situação do cumprimento das obrigações

A Secretaria de Recursos Humanos (SECRE) é a unidade responsável por gerenciar a recepção das declarações de bens e rendas dos servidores do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, enquanto as Seções de Cadastro de Pessoal dos Núcleos de Recursos Humanos (SECAP/NUCRE) das Seções Judiciárias da 1ª Região são as unidades responsáveis para receber as declarações dos seus servidores. A Assessoria de Assuntos da Magistratura (ASMAG) é a unidade responsável para receber as declarações dos magistrados.

De acordo com a Portaria/Presi/Cenag nº 48 de 25.04.2013, a entrega foi feita por meio físico devidamente assinado, por via eletrônica na rotina existente no SARH do Oracle ou pelo preenchimento do formulário que autoriza o TCU a ter acesso aos dados de bens e rendas apresentados à Secretaria da Receita Federal.

Há exigência de entrega de DBR quando o servidor entra em exercício de cargo, função comissionada ou cargo em comissão e quando é desligado do quadro do órgão. Não há entrega por ocasião do início e fim do exercício de cargo/função comissionada, quando se trata de servidor do quadro, sendo exigido no final de cada exercício financeiro.

Quando entregues pelo sistema, as declarações de bens e rendas ficam arquivadas no próprio sistema de Recursos Humanos, cujo acesso somente é permitido a pessoas designadas. No caso de entrega por meio físico, as declarações e autorizações, depois de cadastradas no sistema, são arquivadas na pasta funcional, cujo acesso somente é permitido aos servidores dos Recursos Humanos e dos Controles Interno.

Não existe análise com intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida. Entretanto, existindo indícios de irregularidades, essa análise é feita prontamente.

Em 2013, a SECRE recebeu as Declarações IR 2012/2013 de todos os servidores ocupantes de FC/CJ, naquele exercício, tendo o documento sido enviado por meio eletrônico e, em casos excepcionais de dificuldades para o envio eletrônico, foram recebidas declarações por meio físico. Dessa maneira, não ocorreram pendências no ano de 2013.

No que se refere às pendências dos magistrados, o TCU, por meio do Ofício nº 19/SEFIP-Circular, de 14 de março de 2014, solicitou que os magistrados, no prazo de 15 dias, remetam cópia da autorização de acesso ou cópia da declaração de bens apresentada à Receita Federal, referentes ao ano calendário 2011 (exercício 2012) e ano calendário 2012 (exercício 2013).

O TRF 1ª Região já tomou as medidas cabíveis, enviando e-mails e ofícios aos magistrados solicitando o cumprimento da obrigação.

9.4 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

QUADRO 48 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

QUADRO 48 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de Dano	Tomadas de Contas Especiais							
Objeto	Não Instauradas			Instauradas e Não Remetidas ao TCU				
de Medidas	Dispensadas			Arquivamento			Não Enviadas	Remetidas
Administrativas	Débito	Prazo	Outros	Recebimen- to	Não	Débito	> 180 dias do Prazo	ao TCU
Internas	< R\$75000	> 10 Anos	Casos	Débito	Comprova- ção	< R\$75000	de Instauração	
8								

Observação: Para todos as indicações de possíveis ocorrências de danos ao erário, a Administração do Tribunal procede a apurações e/ou sindicâncias investigativas com o objetivo de caracterizá-las como danos ou elidí-las. Todos os casos em que restam comprovadas a existência de danos imputados aos responsáveis, sem haver o respectivo recebimento do débito apurado, são enviados diretamente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, vinculada à Advocacia Geral da União, para apurar e inscrever a dívida ativa para fins de cobrança judicial.

Proc. Adm. Apuração Débito	Encaminhados à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional		
	Devedor	CPF / CNPJ	Valor Originário da Dívida
5580/2011	Modern Service Locação de Mão de Obra Ltda.	08.594.305/0001-80	R\$ 245.805,80
5203/2012	Lisiane Maria Pinheiro de Almeida	340.606.851-00	R\$ 1.675,14
3257/2007	Maria Carolina de Freitas e Cia Ltda.	07.449.024/0001-71	R\$ 52.103,34
8740 e 66/2011	Megaluz Engenharia e Representações Ltda.	06.200.377/0001-70	R\$ 13.540,90
5380/2012	Raditel Equipamentos de Telecomunicações Ltda.	08.602.291/0001-08	R\$ 1.026,00
5045/2011	TCI BPO - Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A.	03.311.116/0001-30	R\$ 2.010,42
4463/2009 (*)	TECON - Tecnologia em Construções Ltda.	05.502.281/001-02	R\$ 99.616,58
5195/2009	WISE - Vigilância e Segurança Ltda.	42.146.902/0001-80	R\$ 16.282,06

(*) Medida encaminhada à Procuradoria Regional da União - 1ª Região / AGU

9.5 Alimentação Siasg – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais e Siconv – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

QUADRO 49 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E NO SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Luiz Maurício Penna da Costa, CPF nº 109.315.622-87, Diretor da Secretaria de Administração, exercido no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Em 2013, não foram firmados instrumentos passíveis de cadastramento no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Luiz Maurício Penna da Costa
Diretor da Secretaria de Administração

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões etc, contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas

Em 4 de junho de 2007, foi inaugurado o Serviço de Ouvidoria Administrativa do TRF-1ª Região, instituído pela Portaria-Presi 600-117 de 22/05/2007, com a finalidade de servir de canal de comunicação ágil e interativo com o público interno e externo no âmbito dos serviços administrativos do Tribunal.

Em 28/05/2012, por meio da Portaria/Presi/CENAG – 204, coube também à Ouvidoria Administrativa a responsabilidade pelo cumprimento, atendimento e orientação ao público interno e externo dos pressupostos estabelecidos pela Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública-LAI).

Constitui missão da Ouvidoria Administrativa a promoção e a defesa dos direitos e interesses dos servidores e cidadãos contra atos ou omissões cometidas pela administração do Tribunal, bem assim a colaboração para o aprimoramento da prestação dos serviços visando à segurança e satisfação do requerente/denunciante, assegurando-lhe o sigilo de sua identificação e das informações prestadas, quando se tratar de assunto de caráter pessoal ou confidencial.

São atribuições da Ouvidoria Administrativa, entre outras, o gerenciamento do fluxo de atendimento ao servidor e ao cidadão por meio do recebimento, análise, processamento e encaminhamento de solicitações, reclamações, críticas, denúncias, sugestões e elogios no âmbito dos serviços administrativos do Tribunal, Seções e Subseções Judiciárias Jurisdicionadas. Registro de dados e informações por meio eletrônico (SIOUV - Sistema Informatizado da Ouvidoria); por telefone; presencial; ou por correspondência. Acompanhamento dos assuntos repassados para as Unidades Administrativas e geração de relatórios estatísticos.

No que tange à Lei 12.527/2012 (Lei de Acesso à Informação Pública) são atribuições da Ouvidoria Administrativa receber o pedido de informação, proceder ao registro do atendimento (pessoal, eletrônico, por telefone ou correspondência); responder diretamente ao requerente ou, quando não for possível, repassar para a respectiva Unidade Administrativa competente o pedido e monitorá-lo; orientar o requerente sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação primária já disponibilizada publicamente pelo Tribunal, Seções e Subseções (salários, patrimônio público, licitações e contratos administrativos, entre outras); disponibilizar, quando possível, informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com o Tribunal, Seções ou Subseções Judiciárias, mesmo que esse vínculo já tenha cessado.

No exercício de 2013 foram recebidas, analisadas, processadas, encaminhadas e respondidas as seguintes quantidades de manifestações no âmbito do TRF-1ª Região.

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTIDADE	%
Comentários	349	0,75
Denúncias	52	0,60
Elogios	107	0,30
Pedidos de Informação	1.426	3,90
Reclamações/críticas	1.147	5,30
Sugestões	94	0,90
L.A.I (Informação Pública - lei 12.527/2012)	73	0,25
TOTAL	3.248	

Fonte: SECIN-SIOUV

(*): Quantidade líquida (descontadas as manifestações de competência da Ouvidoria Judicial)

Na Assessoria de Comunicação Social - Ascom, no Portal, em Notícias, há uma ferramenta que possibilita ao internauta emitir opinião acerca de matérias relacionadas às decisões judiciais. As opiniões ficam restritas ao Administrador do Portal e não são disponibilizadas no site. De posse desse material é possível saber o grau de satisfação com determinada decisão ou assunto divulgado. A Ascom encaminha as dúvidas e sugestões, bem como as reclamações e demais comentários aos respectivos setores para que adotem as providências julgadas pertinentes. Outra ferramenta que também traz retorno para o Tribunal foi disponibilizada em junho de 2013, quando o portal passou a identificar quais são as notícias mais acessadas, o que permite aferir – ainda que de forma indireta – que tipo de informação a sociedade consome mais. O contador de acessos traduz-se em importante ferramenta para aferir o interesse do cidadão por informações processuais, bem como possibilitar um melhor direcionamento do trabalho da Assessoria para definição das pautas de maior interesse da sociedade, os casos de maior repercussão etc.

Facebook: Desde agosto de 2012, o Tribunal passou a utilizar as redes sociais como ferramenta de interatividade com a sociedade. Por meio dele, a comunicação é direta e dinâmica, já que a política adotada pela Ascom e aprovada pela Presidência é não deixar o cidadão sem respostas, fornecidas o mais rápido possível, uma característica do meio. Todas as participações são encaminhadas aos setores responsáveis para que esses municiem a Assessoria de informações para atender ao cidadão-internauta. Temas como nomeações dos classificados no 5.º concurso público, criação de varas, dúvidas sobre o andamento dos processos e prazos para os julgamentos foram os mais procurados em 2013. A troca de informações com os internautas em 2013 foi intensa. Eles também puderam mostrar satisfação ou insatisfação com o resultado dos julgamentos por meio da funpage e compartilhar os posts com outros interessados. Dados: em dezembro de 2012, o número de visualizações de um único post no Facebook chegava a 300. Um ano depois, em dezembro de 2013, a média de visualizações foi de 900. Houve, no entanto, várias postagens que ultrapassaram as 3 mil visualizações em poucas horas, como por exemplo, “Benefícios Previdenciários não são cumulativos”, em 16/10, alcançou 3.318 pessoas pelo Facebook. E a notícia mais vista foi “Telefonia móvel: operadoras não podem estabelecer prazo de validade para créditos pré-pagos de celular”, com 6.480 visualizações, o que reforça a inclusão do tema “direitos do consumidor” na agenda dos internautas. Ao todo, a Ascom disponibilizou 1.137 posts no Facebook em 2013 (salienta-se que nesse meio o excesso de postagens não é recomendado e a orientação de especialistas em mídias digitais é de que sejam postados em torno de 3 notícias por dia, de modo que não haja sobrecarga de informações na página do usuário).

10.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos resultantes da atuação da unidade

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade

Os itens 10.2 e 10.3 estão prejudicados, em razão de o Tribunal Regional Federal da 1ª Região não ter realizado em 2013, nem nos exercícios anteriores, pesquisas que afirmem os dados solicitados pelo TCU. Porém, como integrante da Justiça Federal participou, conjuntamente com os demais TRFs, de pesquisa realizada pelo CJF.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas estabelecidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

Em relação à adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, impende registrar que esta UJ está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 de forma parcial. A implantação integral das referidas normas depende necessariamente de adaptações de rotinas no sistema de gerenciamento de material e patrimônio (SI-CAM), ainda pendentes de desenvolvimento pela área técnica responsável da Secretaria de Tecnologia da Informação - SECIN.

Até o momento, as alterações realizadas permitiram o cálculo das depreciações, a partir de 2010, e o lançamento de valores no SIAFI. Registre-se que já é possível a reavaliação/redução de valores dos bens recebidos por meio de cessões e doações no exercício, de acordo com cada caso, todavia, o sistema ainda não calcula a depreciação dos bens anteriores a 2010, apresentando, ainda, algumas inconsistências.

Cumpramos esclarecer que a questão atinente à NBC T 16.10 é objeto do Processo Administrativo nº 9.401/2009, por meio do qual a Divisão de Material e Patrimônio do TRF1 – DIMAP – deu início às tratativas necessárias à implantação da metodologia contábil nos registros desta UJ. Tal processo, entretanto, não foi relacionado como prioritário por parte da SECIN. O referido processo administrativo conta, atualmente, com três volumes, com vasta produção de documentos esparsos, tais como atas de reunião, que demonstram a busca por uma solução até o momento não possível de implementação.

A metodologia utilizada para estimar a vida útil econômica dos ativos e para o cálculo de depreciação, amortização e exaustão é aquela padronizada pela Macrofunção 02.03.30 do Manual do SIAFI editado pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Por último, vale consignar que até o momento não foi possível mensurar, dado estar ainda em implantação, o real impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

QUADRO 50 – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
DECLARAÇÃO PLENA	
Denominação Completa (UJ):	Código da UG:
Tribunal Regional Federal da Primeira Região	090027, 090032 e 090049
Declaramos que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.	
Estamos cientes das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.	

Local:	Brasília - DF	Data:	14/02/2014
Brasília – DF	ALDENES ALMEIDA MACHADO	CRC	DF-006221/O-8
	LILIANA MIRANDA DA SILVA LIMA	CRC	DF-009594/O-1
	SÍLVIA FLORA NOGUEIRA DA GAMA	CRC	DF-022646/O-8
	MARIA HELENA GOMES	CRC	DF-008427/O-1
<p>Nota: Respondem pelas Seções Judiciárias os contadores cadastrados nas tabelas das UGs 090002/JFAM, 090003/JFPA, 090004/JFMA, 090005/JFPI, 090012/JFBA, 090013/JFMG, 090021/JFMT, 090022/JFGO, 090023/JFDF, 090024/JFAC, 090025/JFRO, 090037/JFAP, 090038/JFTO, 090039/JFRR, tendo em vista a existência de Setoriais Contábeis em cada uma das Unidades.</p>			

CONCLUSÃO

Em cumprimento aos arts. 6º e 7º da Lei 8.443, de 16/7/1992, à Instrução Normativa TCU 63, de 1º/9/2010 e à Decisão Normativa TCU 119, de 18/1/2012, 212 de 13/6/2012, juntamente com a Portaria TCU 175 de 9/7/2013, o presente relatório contém a análise circunstanciada das atividades desenvolvidas no âmbito da Justiça Federal de primeiro e segundo graus da 1ª Região, no exercício de 2013.

O Tribunal coordenou a gestão do orçamento da Justiça Federal da 1ª Região e seus recursos financeiros de forma a permitir a concretização das ações como: pagamentos de despesas, de benefícios e de ajuda de custo, manutenção e instalação de varas federais, aquisições e gerenciamentos etc., segundo as determinações contidas na Lei Orçamentária 12.798, de 4/4/2013 e as diretrizes e prioridades estabelecidas na Lei 12.708, de 17/8/2012 e alterações, com parâmetros fixados na Lei Complementar 101, de 4/5/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

As alterações na lei orçamentária foram efetuadas por meio de créditos adicionais suplementares e especiais, obedecidos aos limites previstos na lei orçamentária, destinados ao atendimento das despesas com custeios, projetos, pessoal e encargos sociais, conforme Portaria SOF 27 de 12/04/2013, Portaria SOF 28 de 12/04/2013 e Portaria CJF n. 138 de 22/04/2013.

Em 2013, o TRF 1ª Região e as Seções Judiciárias foram contempladas com créditos orçamentários no montante de R\$ 2.297.527.703,12. A este valor foram acrescidos os destaques recebidos de R\$ 16.646,41 e reduzidos os valores do contingenciamento e do crédito bloqueado pela SFO no total de R\$ 21.415.376,00, perfazendo assim uma dotação final de R\$ 2.276.128.973,53. Não consta deste valor a dotação para pagamento de sentenças judiciais transitadas em julgado (precatórios e requisições de pequeno valor e respectiva contribuição patronal).

Foi reaberto o crédito extraordinário aprovado pela Medida Provisória 598 de 27/12/2012 que antecipava um terço da dotação de investimento contida no PLLOA 24/2012, em função da não aprovação do orçamento de 2013. Esta medida provisória teve seu prazo de vigência encerrado em 3 de junho de 2013, conforme Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional 34 de 2013. Assim, o total de crédito que havia sido utilizado até aquele momento precisou ser bloqueado em qualquer outra ação. Na 1ª Região, foram utilizados R\$ 1.691.826,00 desse crédito extraordinário e bloqueado o mesmo valor na dotação do exercício.

A execução do orçamento foi acompanhada e controlada mediante emissão de relatórios periódicos, que demonstram a evolução da execução orçamentária e financeira do Tribunal e de cada Seção Judiciária conforme o que foi planejado.

No ano de 2013, por meio do controle e gerenciamento dos gastos e do planejamento, as dotações consignadas atenderam às necessidades da 1ª Região, e a dotação não utilizada foi em decorrência do

não comparecimento de empresas interessadas nas licitações da obra de Construção do Edifício-Sede da Subseção de Passos – MG e dos Projetos arquitetônicos e executivos da construção do Edifício-Sede da Justiça Federal em Divinópolis – MG, da falta de tempo hábil para atender ao recurso da licitação da obra do Edifício-Sede da Justiça Federal em Barreiras- BA; da morosidade no processo de aquisição e de reforço de alguns contratos e, ainda, em função do recebimento de dotação do CJF na 2ª quinzena de dezembro, sem possibilidade de troca de grupo de despesas para aquisição de material permanente.

Em cumprimento à Resolução 102, de 14/4/2010, do Conselho da Justiça Federal, que dispôs sobre a localização das 230 varas federais criadas pela Lei 12.011, de 4/8/2009, as áreas administrativas concentraram esforços nas seguintes ações em 2013: continuidade do processo de interiorização da Justiça Federal da 1ª Região, instalando mais 19 varas, autorizadas pela Resolução Presi/Cenag 22 de 19/12/2012; concretização de melhorias nas instalações físicas do Tribunal, das Seções e Subseções Judiciárias; realização do XV Concurso Público para provimento de cargo de juiz federal substituto; nomeação de servidores aprovados em concurso público realizado em 2011 para o quadro de pessoal do Tribunal Regional Federal de 1º grau, objetivando auxiliar, nas varas instaladas, a prestação jurisdicional.

A Primeira Região vem passando por grandes transformações ocasionadas pela interiorização e criação dos Juizados Especiais Federais. Em 1989, quando foi instalado o TRF/1ª Região, existiam 66 varas na 1.ª instância. No final de 2013 já há 275 varas federais e até 2014 serão, ao todo, 291 varas e 25 turmas recursais, isto é, um crescimento de 478,78%, abrangendo 14 capitais e 82 municípios sediados pela Justiça Federal.

Todavia, a força de trabalho, principalmente na área administrativa, não vem acompanhando o ritmo de crescimento da justiça. Há carência de mão de obra especializada para atuar nas áreas de planejamento, orçamento, compras, licitação e execução orçamentária e financeira.

A dotação orçamentária também tem ficado aquém do necessário para assegurar uma prestação jurisdicional com qualidade, uma vez que o crédito orçamentário definido é o mesmo para instalar e manter uma vara, independente de sua localização, o que prejudica a 1ª Região pelo fato de sua jurisdição abranger áreas de difícil acesso, com sérios problemas de infraestrutura, transporte e comunicação. Além disso, a dotação para investimentos em material permanente não tem tido nenhum acréscimo há vários anos, o que vem sucateando o parque tecnológico e a frota de veículos.

O contingenciamento representa um limitador do planejamento que o gestor ao longo do ano analisa e remaneja as ações contingenciadas, visando a minimizar as perdas orçamentárias. Os transtornos causados são em função do tempo entre o descontingenciamento e a possibilidade de utilização deste crédito.

Apesar desse cenário, foi possível elaborar e executar o orçamento de forma rígida, buscando priorizar as ações essenciais para manter a prestação jurisdicional. A proposta orçamentária para 2014 foi elaborada nos termos da Lei n.12.919, de 24/12/2013 — Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) — com a participação efetiva das Unidades Administrativas do Tribunal e das Seções e Subseções Judiciárias vinculadas à 1ª Região.

Desde 2009, há o Planejamento Estratégico Nacional do Poder Judiciário que visa a melhoria na prestação jurisdicional e na gestão dos Tribunais, investindo, para tanto, na modernização do Judiciário com suas Metas de Nivelamento, anualmente, aprovadas pelos Presidentes dos Tribunais, conforme a Resolução CNJ 70/2009. Para 2013, foram definidas no VI Encontro Nacional do Judiciário, realizado nos dias 5 e 6 de novembro de 2012, metas nacionais do Poder Judiciário e metas específicas da Justiça Federal.

Neste particular, merece destaque a seriedade dos trabalhos desempenhados pelo Controle Interno do TRF da 1ª Região que, em 2013, atingiu todos os dezessete itens analisados/exigidos pelo CNJ, cumprindo, portanto, a Meta 16/2013.

Na área judiciária, ainda no ano de 2013, foi dada continuidade aos trabalhos visando à maior celeridade na tramitação processual com a participação da Primeira Região, entre outras, nos mutirões de conciliação e de julgamento nas diversas unidades federativas.

Os números da conciliação na 1ª Região crescem ano a ano e evidenciam que a cultura conciliatória está consolidada na Justiça Federal. Em 2013, foram realizadas 105.168 homologações de acordos na 1ª Região (fase processual). Para se ter uma ideia do êxito dos trabalhos, a última Semana Nacional de Conciliação representou o melhor desempenho da Justiça Federal: no período, foram realizadas 11.275 audiências, com 90,12% de acordos – 10.162, atingindo-se cerca de R\$ 133 milhões nos valores negociados.

Comparado ao de 2012, em que foram realizados 98.995 acordos, evidencia-se, somente na área processual, um crescimento significativo (6.173 acordos acrescidos). Cumpriu-se, pois, a META 5 – CNJ -2013: Designar audiência e realizar demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que o ano de 2012.

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, em Belém, ocorreu o VII Encontro Nacional do Poder Judiciário, com a participação dos presidentes e corregedores dos tribunais e dos conselhos. Na ocasião, foram aprovados os macrodesafios para o quinquênio 2015-2019 e definidas as metas nacionais do Judiciário para 2014.

Por todo o exposto, conclui-se que a Justiça Federal da Primeira Região desenvolveu ações alinhadas no planejamento estratégico, voltadas para a excelência dos serviços prestados à sociedade, consoante os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual, as prioridades definidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e os créditos contemplados na Lei Orçamentária Anual, observando, ainda, os limites e parâmetros definidos para a execução da despesa pública na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Brasília, 20 de março de 2014.

LUIZ MAURÍCIO PENNA DA COSTA
Diretor da Secretaria de Administração

ROBERTO ELIAS CAVALCANTE
Diretor-Geral da Secretaria

Desembargador Federal MÁRIO CÉSAR RIBEIRO
Presidente do TRF/1.ª Região

ANEXO I – LISTA DE GESTORES DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS VINCULADAS À UNIDADE JURISDICIONADA

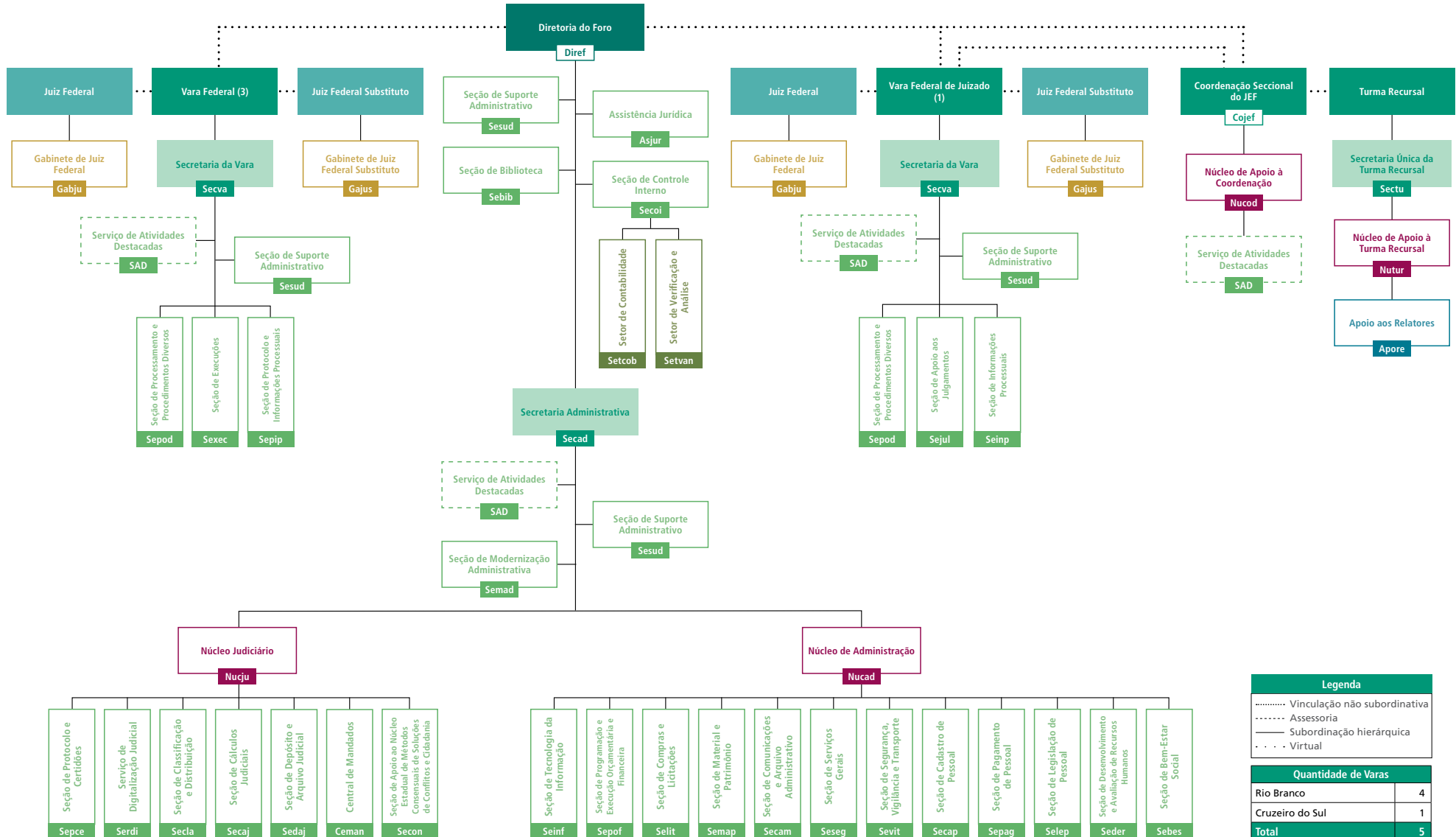
UJ	Diretores de Foro	Diretores de Secretarias Administrativas
090002/JFAM	Jaiza Maria Pinto Fraxe (em exercício)	Edson Souza e Silva
090003/JFPA	Ruy Dias de Souza Filho	Jose Luiz Miranda Rodrigues
090004/JFMA	Ricardo Felipe Rodrigues Macieira	Celia Silva Faria
090005/JFPI	Francisco Hélio Camelo Ferreira	Edvaldo Rodrigues da Silva
090012/JFBA	Ávio Mozar José Ferraz de Novaes	Sandra Barco Nogueira
090013/JFMG	Guilherme Mendonça Doehler	Geraldo Caixeta de Oliveira
090021/JFMT	Paulo César Alves Sodré	Maria Cecília Silva da Costa Custódio
090022/JFGO	Mark Yshida Brandão	Clecio Bezerra Nunes Jr.
090023/JDFD	Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas	Erico de Souza Santos
090024/JFAC	Régis de Souza Araújo	José Alves de Albuquerque
090025/JFRO	Herculano Martins Nacif (em exercício)	Waldirney Guimarães de Rezende
090037/JFAP	Lívia Cristina Marques Peres (em exercício)	José James Dias Coelho
090038/JFTO	Denise Dias Dutra Drumond	Ricardo Antônio Nogueira Pereira
090039/JFRR	Luzia Farias da Silva Mendonça	José Marcelo da Silva

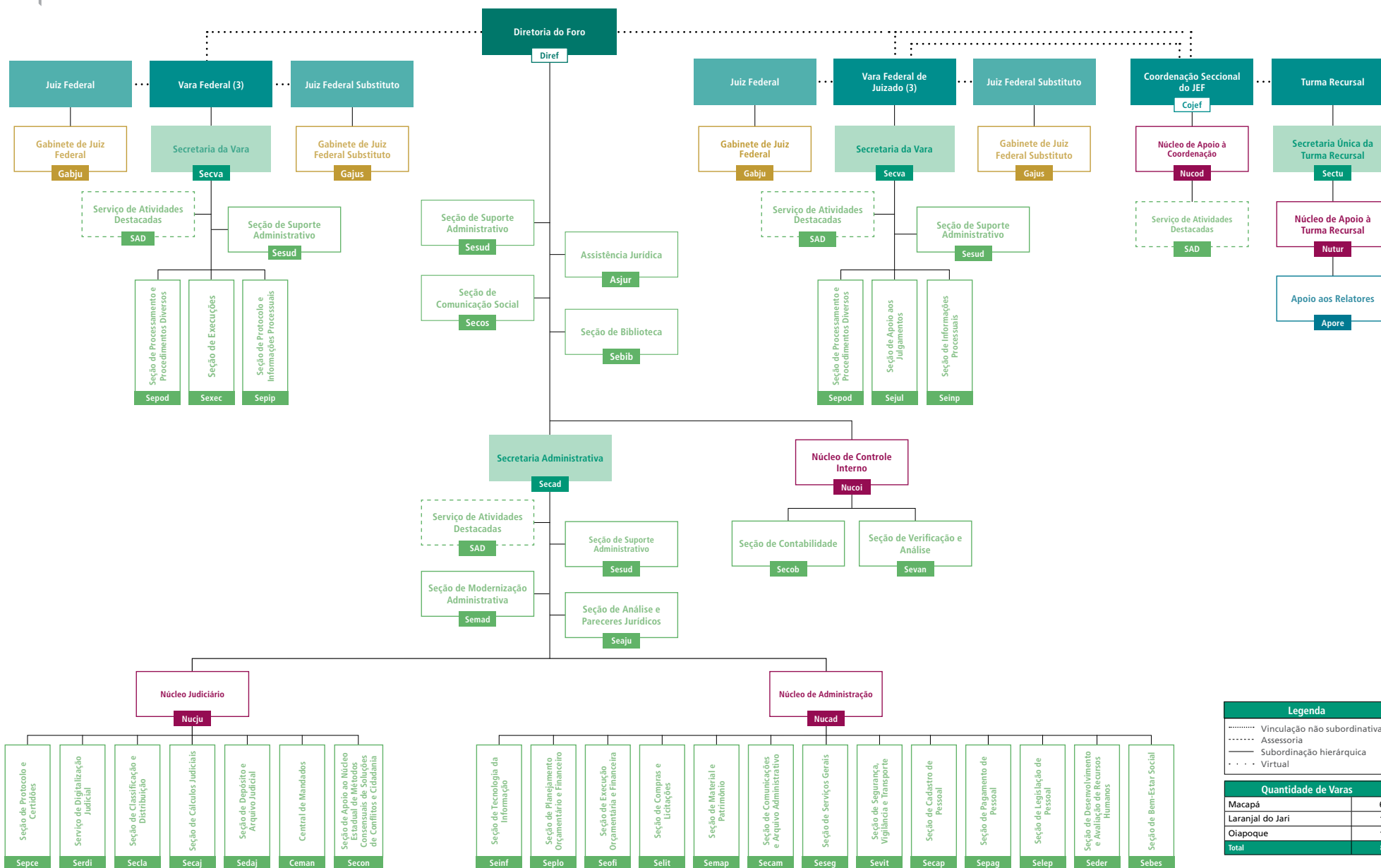
ANEXO II - ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Seção Judiciária do Acre

Estrutura aprovada pela Resolução Presi/Cenag 16 de 01/08/2013



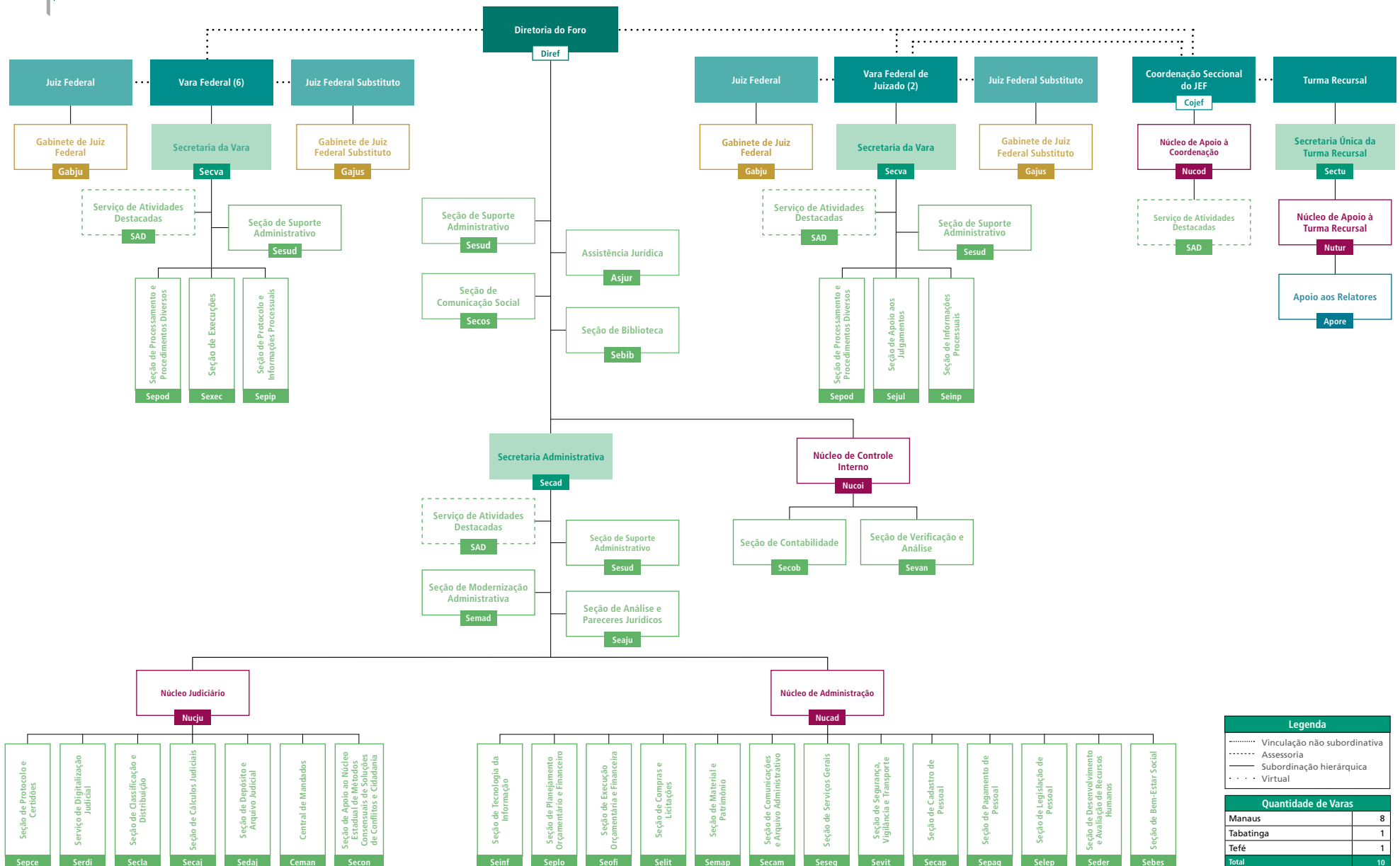


Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
.....	Assessoria
—	Subordinação hierárquica
...	Virtual

Quantidade de Varas	
Macapá	6
Laranjal do Jari	1
Oiapoque	1
Total	8

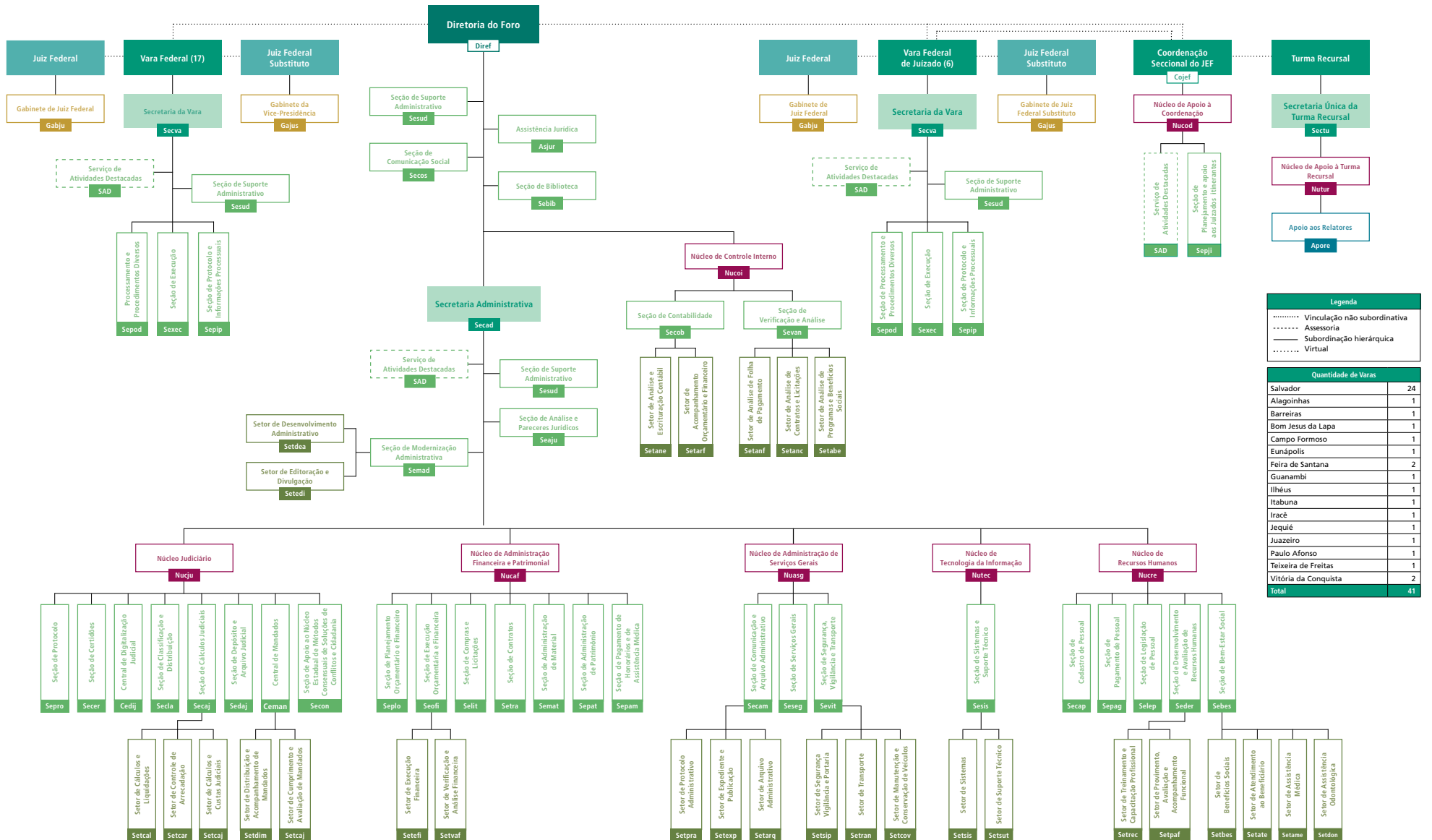
Seção Judiciária do Amazonas

Estrutura aprovada pela Resolução Presi/Cenag 16 de 01/08/2013



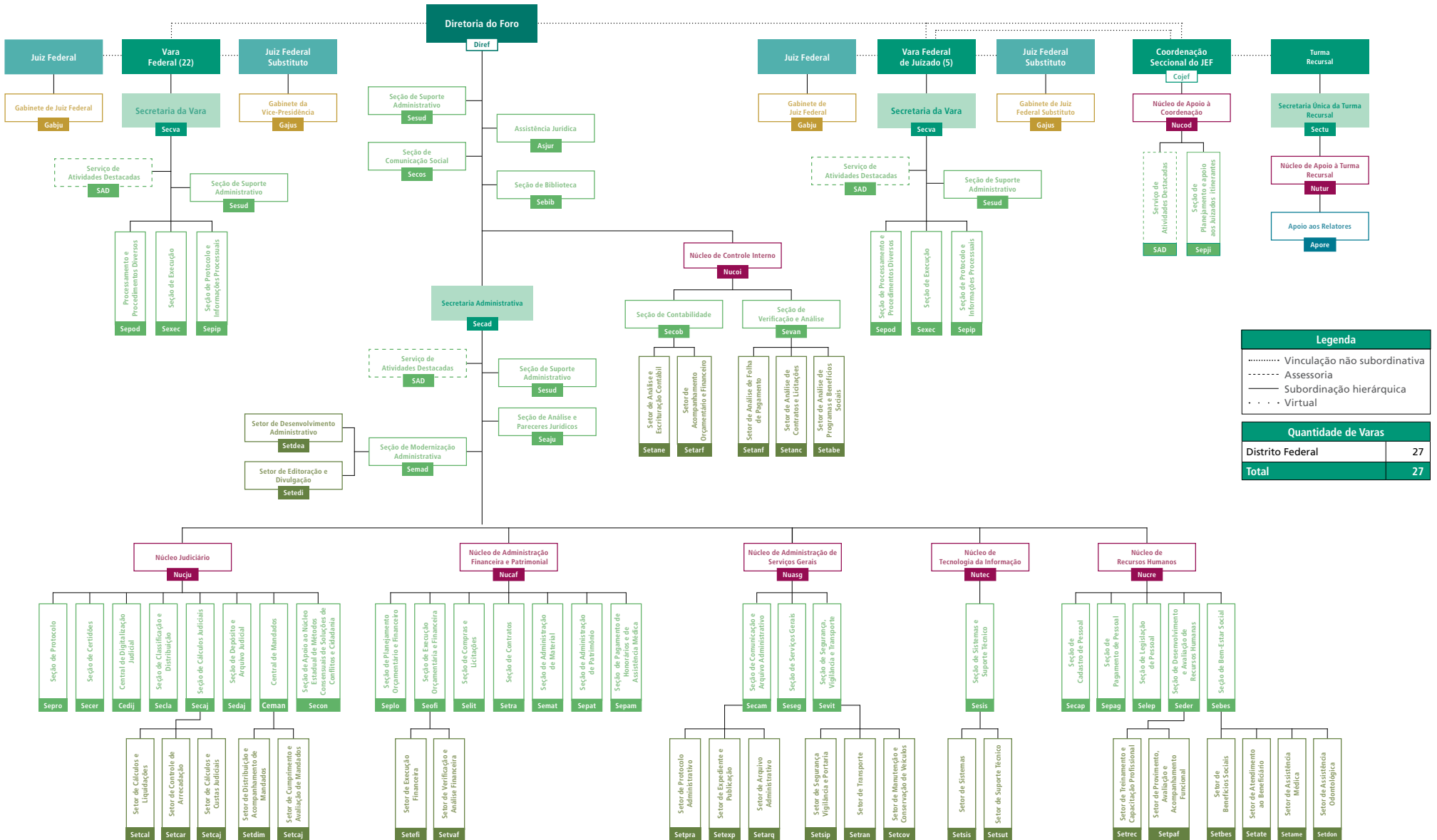
Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
.....	Assessoria
.....	Subordinação hierárquica
.....	Virtual

Quantidade de Varas	
Manaus	8
Tabatinga	1
Tefé	1
Total	10



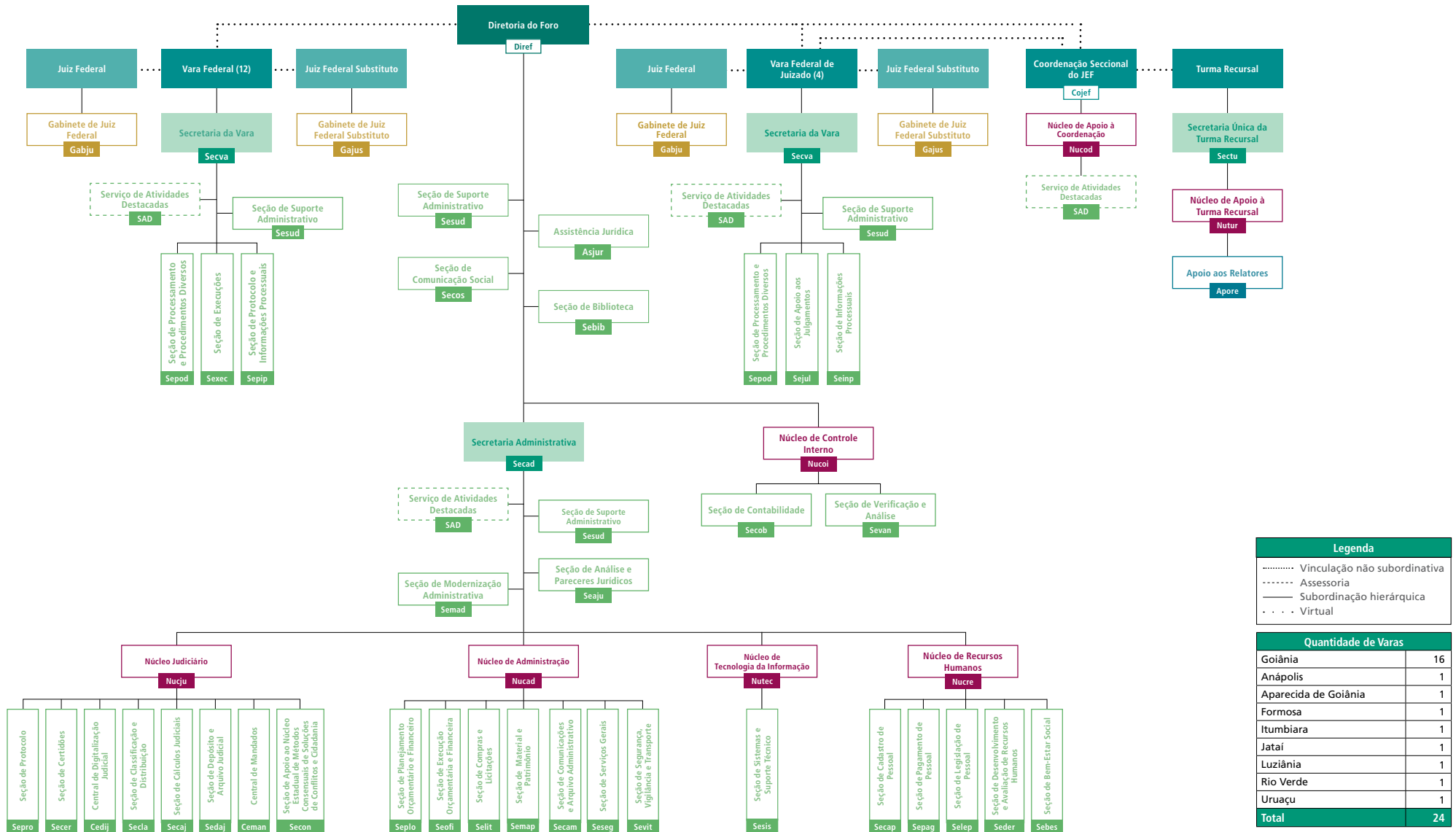
Seção Judiciária do Distrito Federal

Estrutura aprovada pela Resolução Presi/Cenag 16 de 01/08/2013



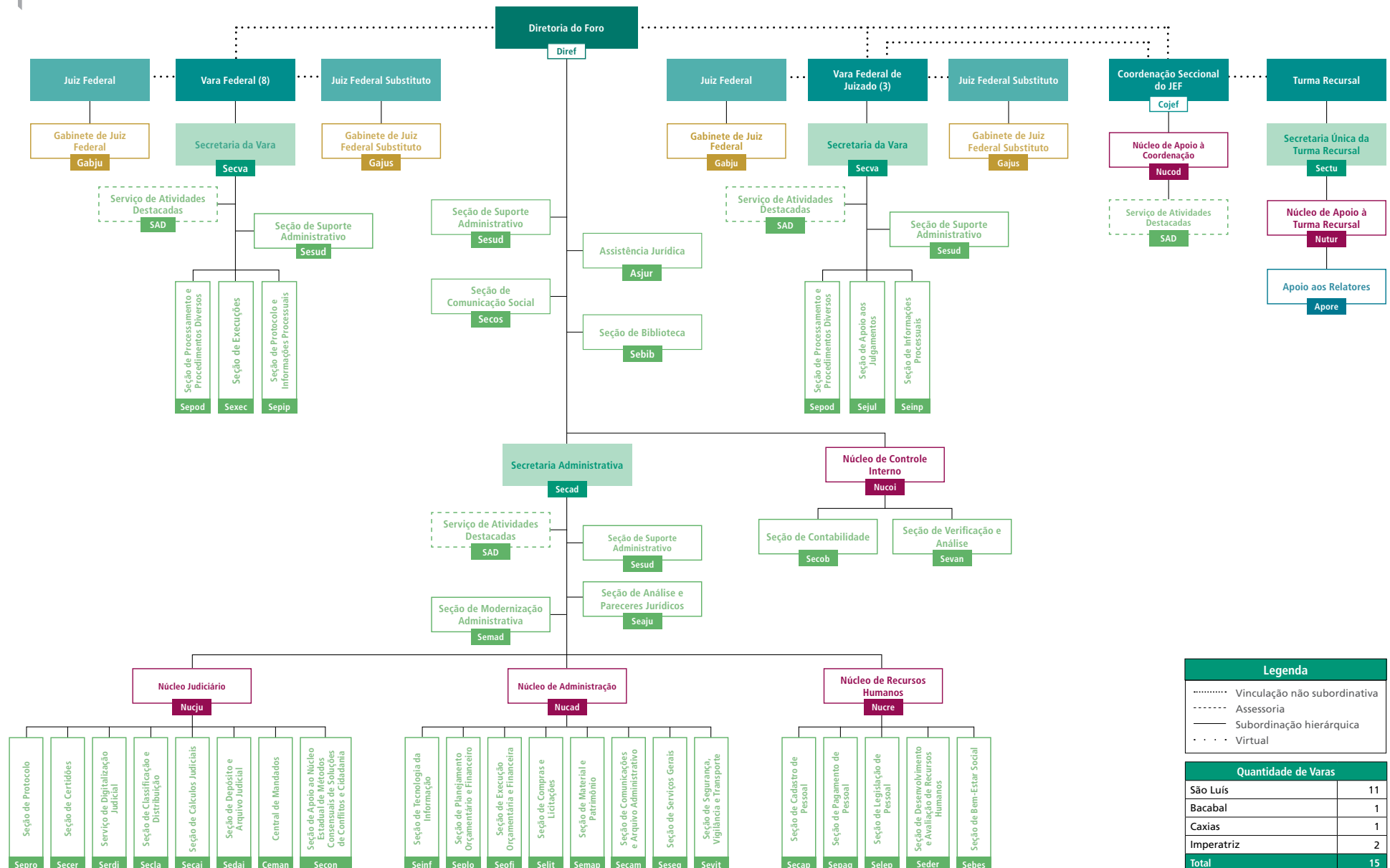
Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
—	Subordinação hierárquica
...	Virtual

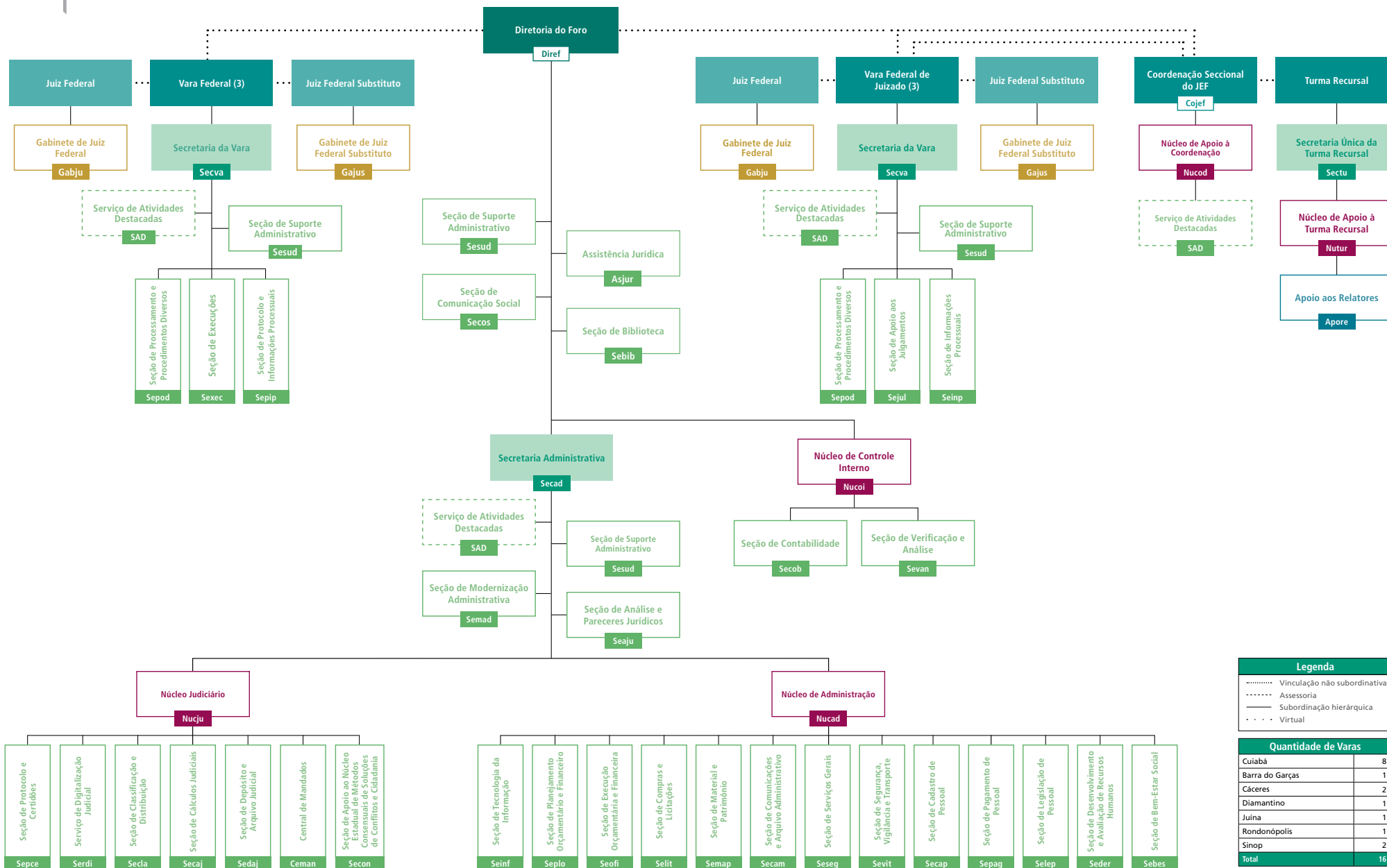
Quantidade de Varas	
Distrito Federal	27
Total	27



Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
—	Subordinação hierárquica
...	Virtual

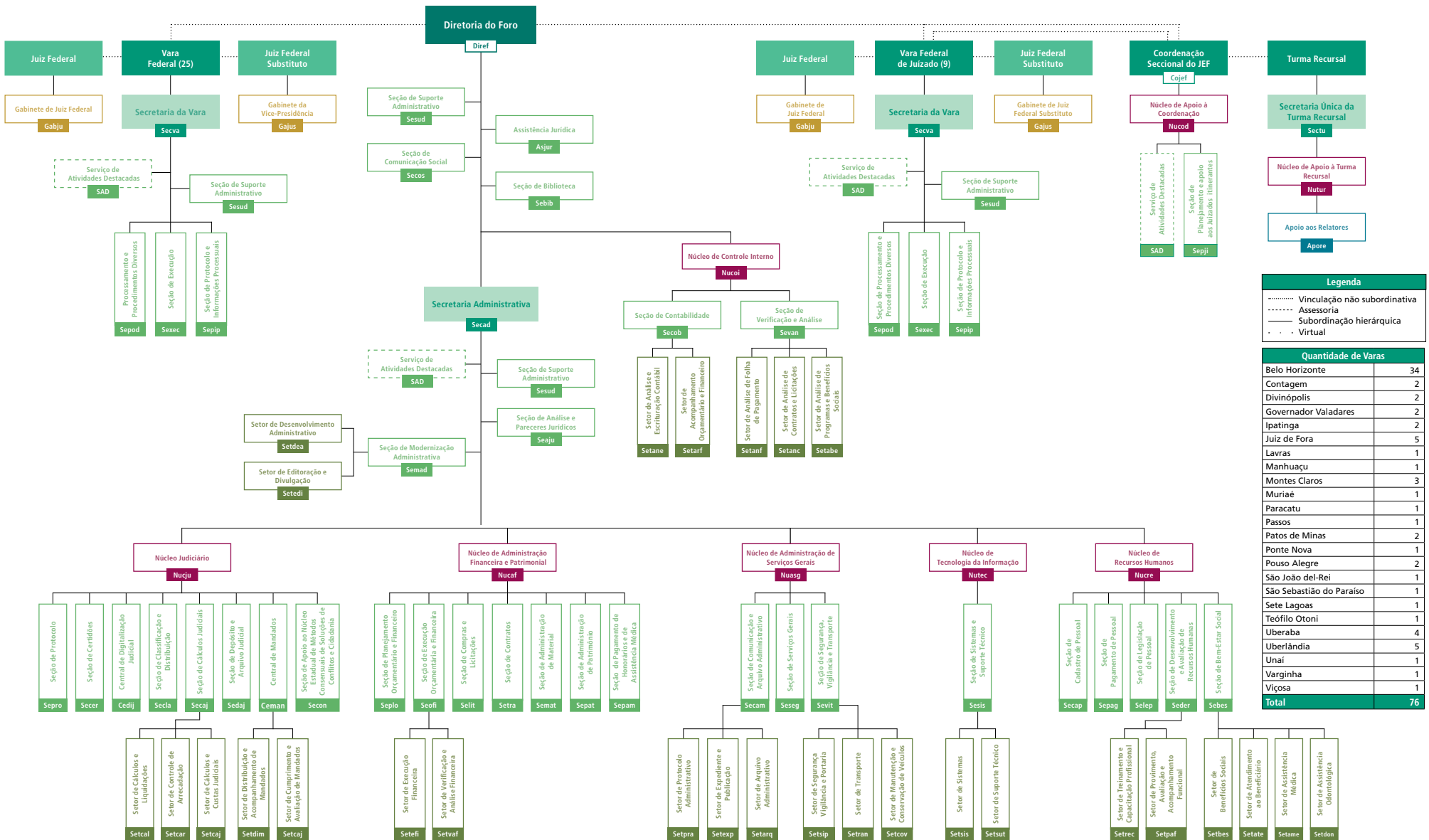
Quantidade de Varas	
Goiânia	16
Anápolis	1
Aparecida de Goiânia	1
Formosa	1
Itumbiara	1
Jataí	1
Luziânia	1
Rio Verde	1
Uruaçu	1
Total	24





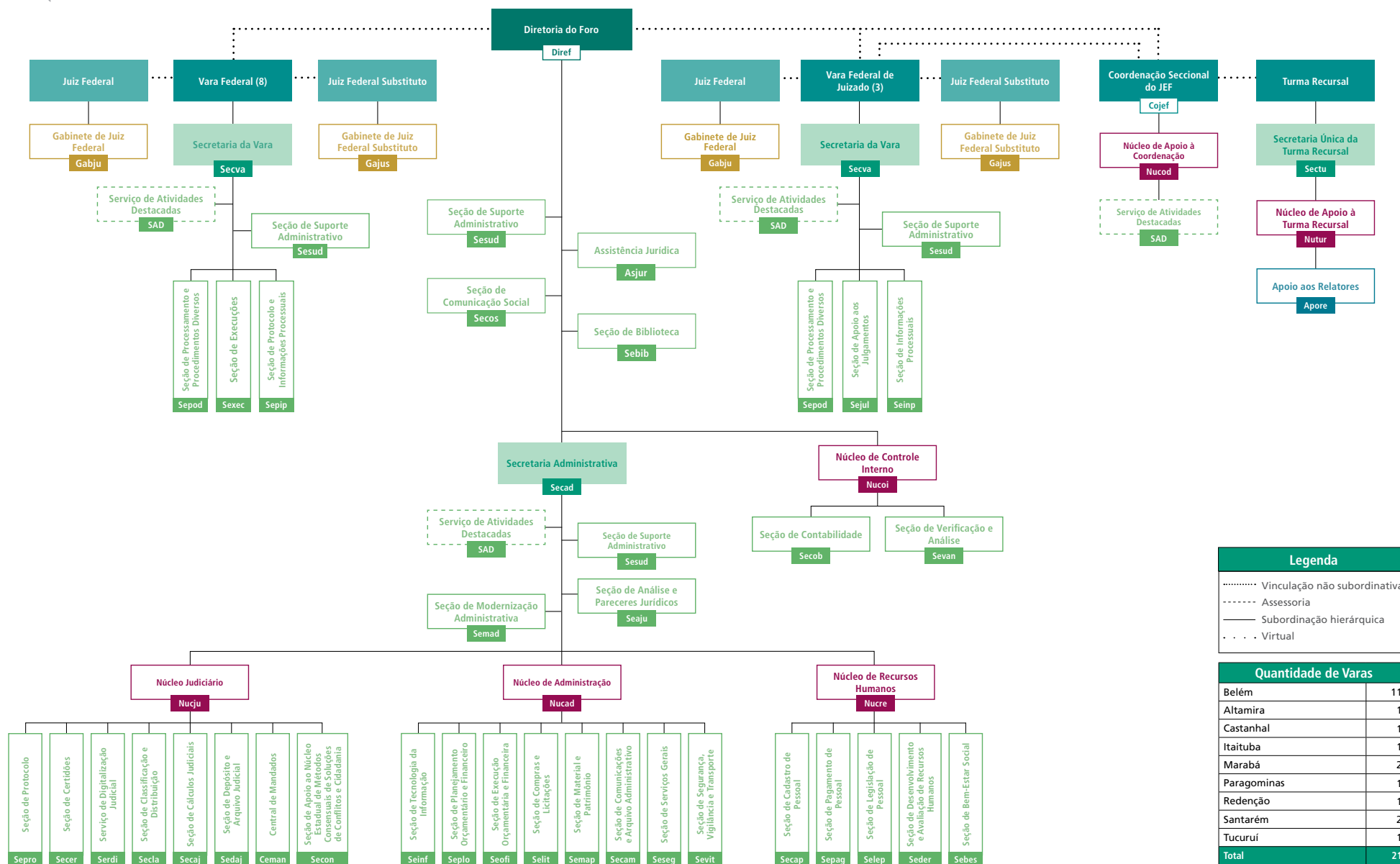
Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
.....	Assessoria
—	Subordinação hierárquica
...	Virtual

Quantidade de Varas	
Cuiabá	8
Barra do Garças	1
Cáceres	2
Diamantino	1
Juina	1
Rondonópolis	1
Sinop	2
Total	16



Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
.....	Assessoria
.....	Subordinação hierárquica
.....	Virtual

Quantidade de Varas	
Belo Horizonte	34
Contagem	2
Divinópolis	2
Governador Valadares	2
Ipatinga	2
Juiz de Fora	5
Lavras	1
Manhuaçu	1
Montes Claros	3
Muriá	1
Paracatu	1
Passos	1
Patos de Minas	2
Ponte Nova	1
Pouso Alegre	2
São João del-Rei	1
São Sebastião do Paraíso	1
Sete Lagoas	1
Teófilo Otoni	1
Uberaba	4
Uberlândia	5
Unai	1
Varginha	1
Viçosa	1
Total	76

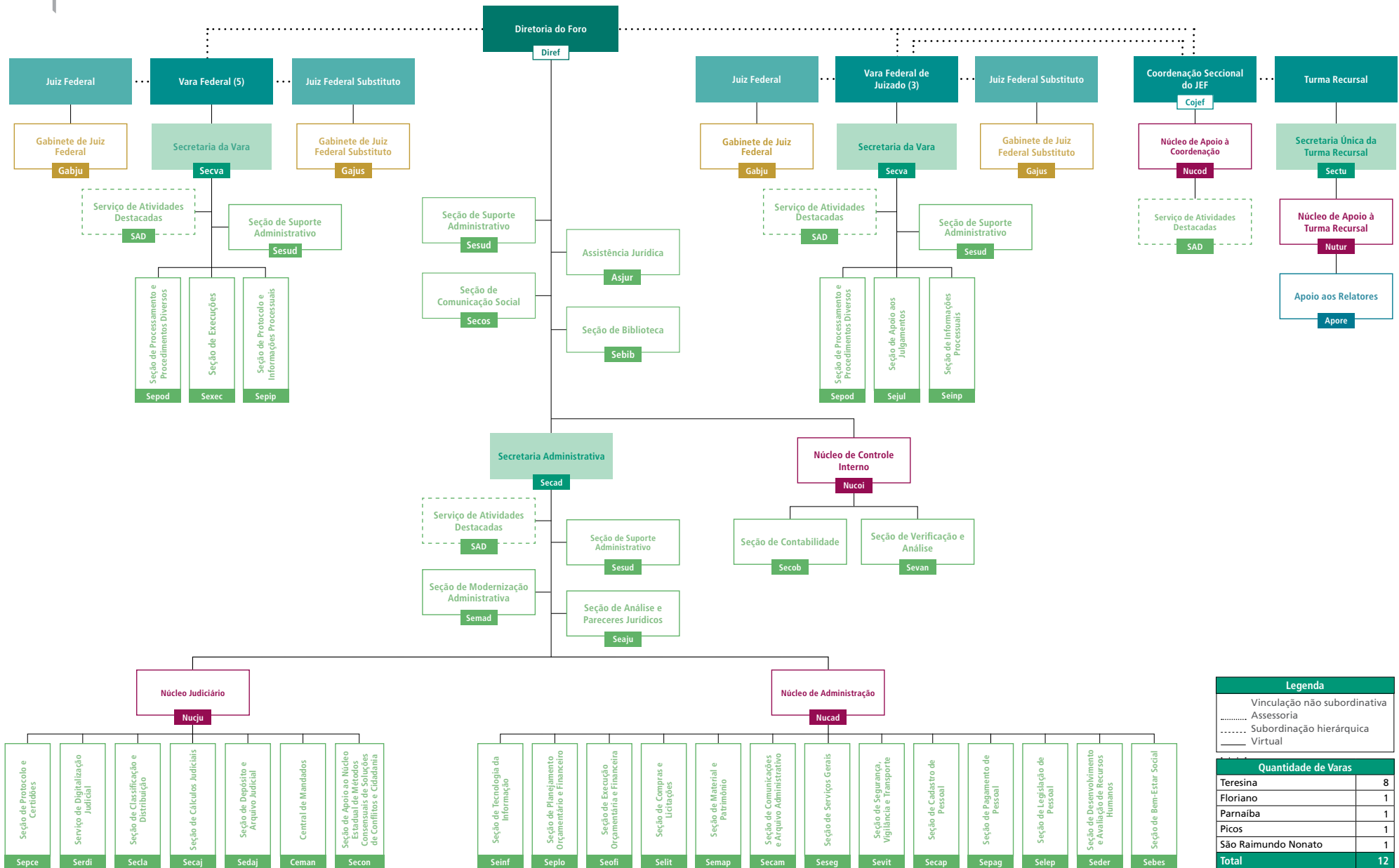


Legenda

- Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica
- Virtual

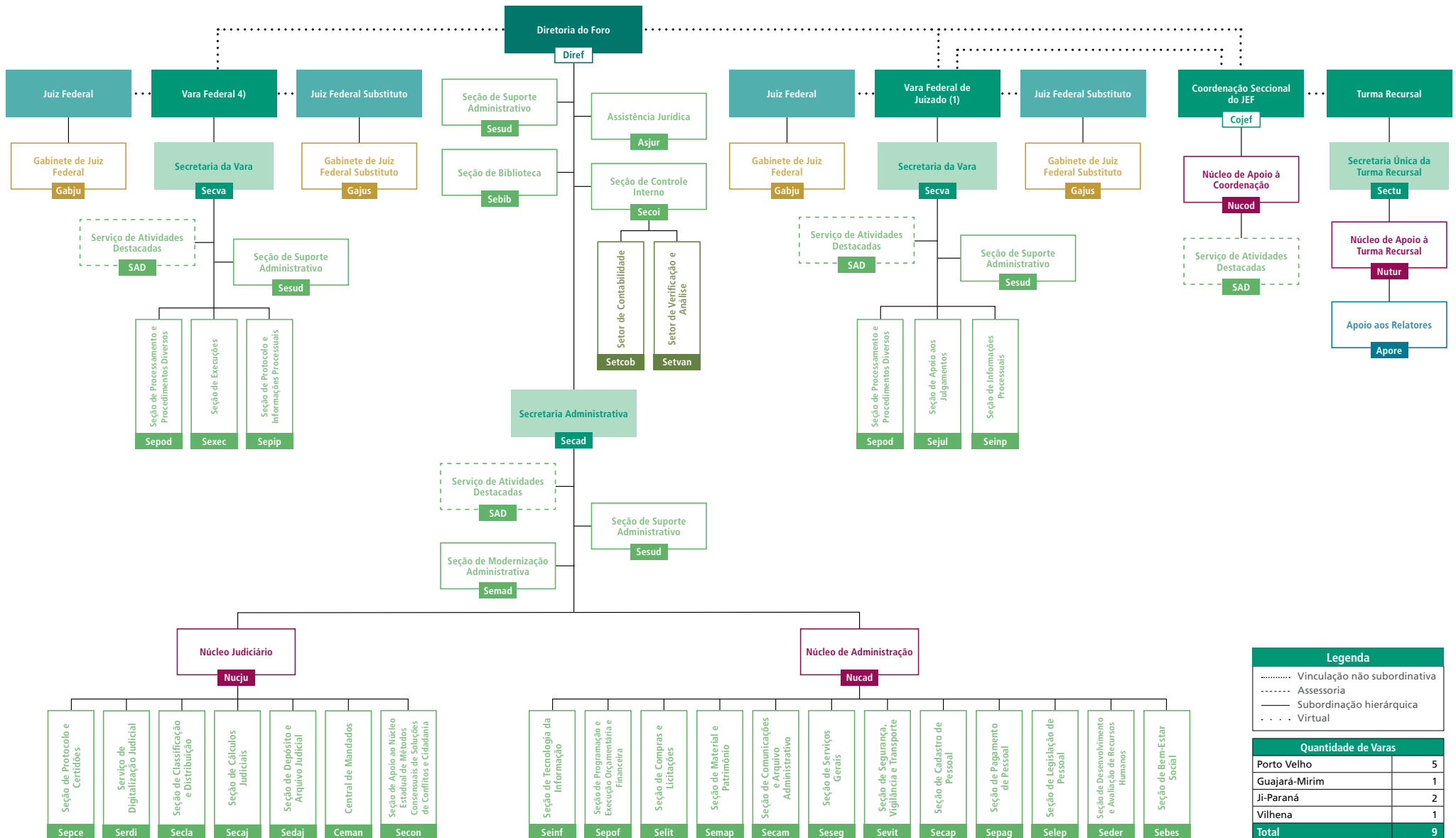
Quantidade de Varas

Belém	11
Altamira	1
Castanhal	1
Itaituba	1
Marabá	2
Paragominas	1
Redenção	1
Santarém	2
Tucuruí	1
Total	21



Legenda	
—	Vinculação não subordinativa
.....	Assessoria
.....	Subordinação hierárquica
—	Virtual

Quantidade de Varas	
Teresina	8
Florianópolis	1
Parnaíba	1
Picos	1
São Raimundo Nonato	1
Total	12

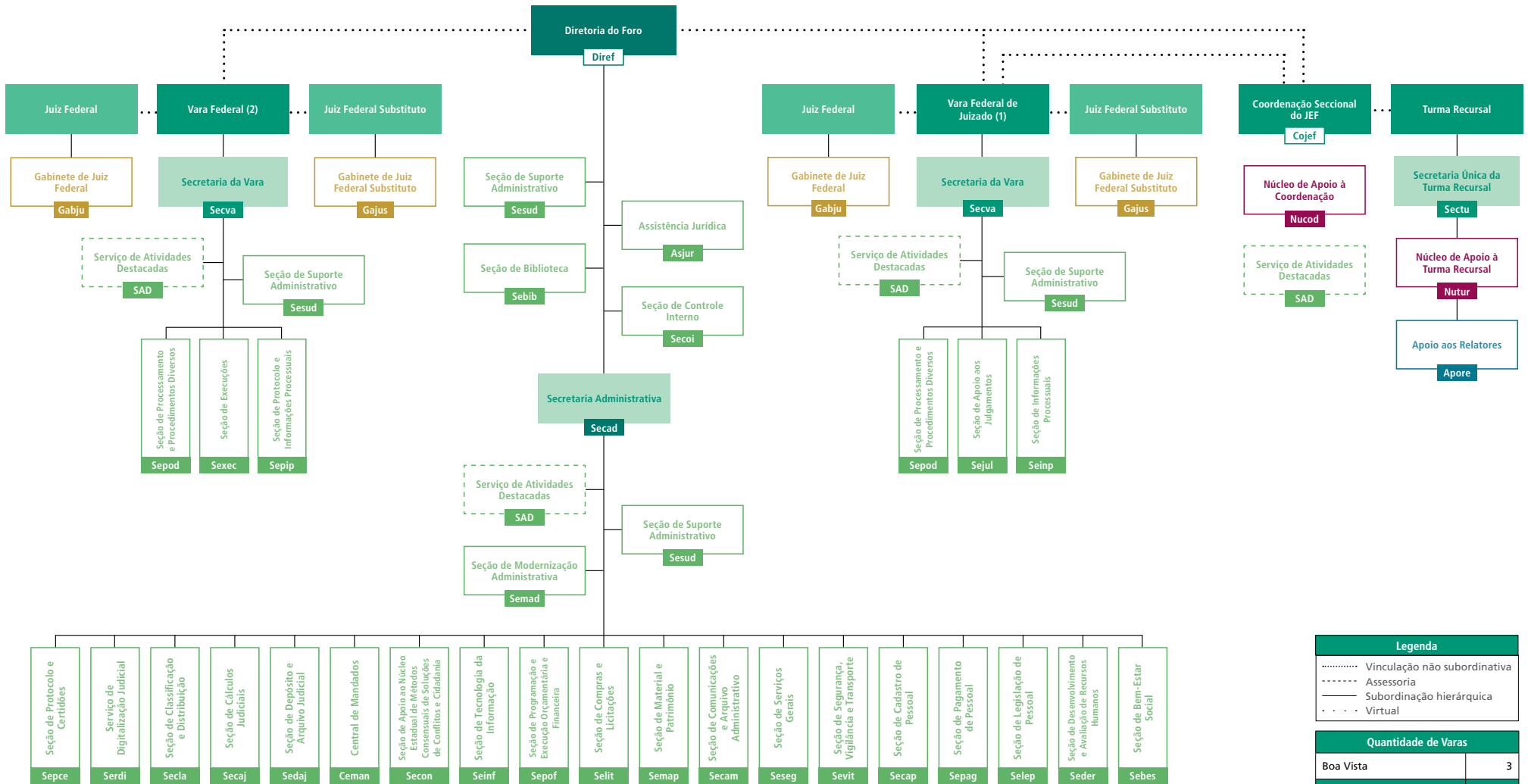


Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
.....	Assessoria
—	Subordinação hierárquica
.....	Virtual

Quantidade de Varas	
Porto Velho	5
Guajará-Mirim	1
Ji-Paraná	1
Vilhena	2
Total	9

Seção Judiciária de Roraima

Estrutura aprovada pela Resolução Presi/Cenag 16 de 01/08/2013

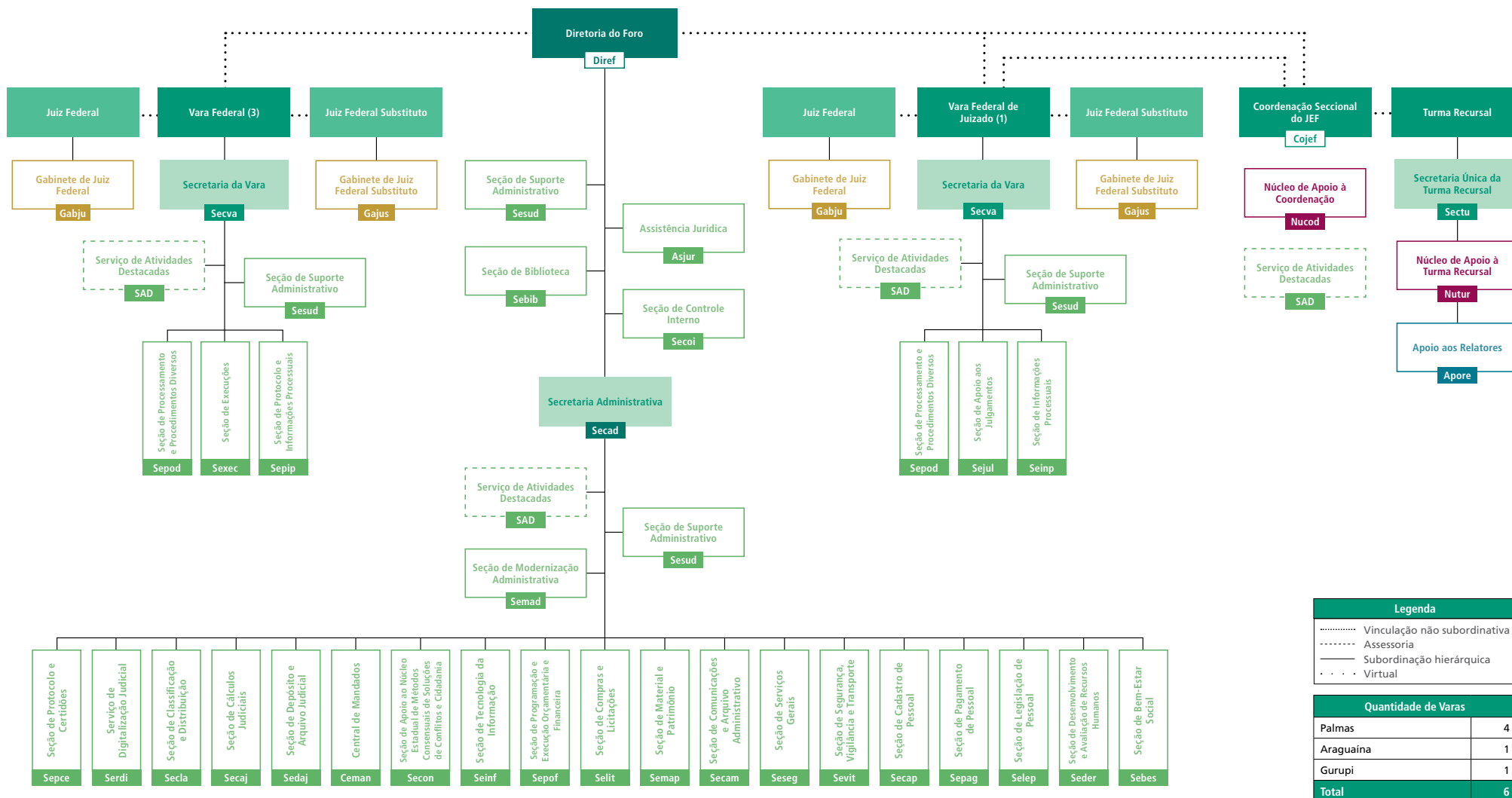


Legenda	
.....	Vinculação não subordinativa
-----	Assessoria
—	Subordinação hierárquica
· · ·	Virtual

Quantidade de Varas	
Boa Vista	3
Total	3

Seção Judiciária do Tocantins

Estrutura aprovada pela Resolução Presi/Cenag 16 de 01/08/2013



ESTRUTURA APROVADA PELA RESOLUÇÃO PRESI/CENAG 15 DE 01/08/2013

Legenda

- Vinculação não subordinativa
- Assessoria
- Subordinação hierárquica
- Virtual

